HISTORICO

DAS

SESSÕES DE 2 A 22 DE JANEIRO DE 1892

No dia 2 de janeiro de 1892 comparecem 31 Srs. senadores.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão, a acta da sessão anterior.

Não havendo quem peça a palavra, encerra-se a discussão, adiando-se a votação por falta de numero.

O Sr. 2º Secretario lê e vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos o seguinte

Parecer

A commissão de finanças, tendo examinado o projecto n. 36 da Camara dos Deputados, que melhora as condições da aposentadoria concedida pelo Poder Executivo a Bernardino José Borges, e considerando justificado esse projecto pelos fundamentos que o sustentaram na outra casa do Congresso, é de parecer que elle entre na ordem dos nossos trabalhos, e seja convertido em lei.—*Ruy Barbosa.* — *Theodureto Souto.*— *Saldanha Marinho.*— *Domingos Vicente.*— *Braz Carneiro.*— *Ubaldino do Amaral.*

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

« Requeiro que o Presidente da Republica informe as causas e circumstancias da prisão que soffreu o cidadão Belchior Pimenta, em Tres Corações do Rio Verde, estado de Minas Geraes, dando cópia da ordem respectiva, dos documentos ou depoimentos em que ella se fundou, e da reclamação feita pelo presidente de Minas contra a dita prisão ou contra seus autores.

Sala das sessões, 2 de janeiro de 1892. — *Americo Lobo.* »

Tendo comparecido mais 3 Srs. senadores, é posta a votos e approvada a acta.

E' approvado o requerimento do Sr. Americo Lobo.

O Sr. Presidente — Aproveito a circumstancia de achar-se na casa numero sufficiente de Srs. senadores para deliberar e vou propôr uma medida que, acredito, poderá influir no andamento dos nossos trabalhos.

Em quasi todas as assembléas ou corpos deliberativos os respectivos regimentos marcam numero necessario para funccionar o numero necessario para deliberar.

O nosso regimento consigna essas disposições mas não determina, como os outros, que se proceda á chamada, quando se verifique, no correr da sessão, a falta de numero para o Senado funccionar ou deliberar.

Assim, tem acontecido especialmente nesta sessão extraordinaria faltar constantemente numero para o Senado deliberar pela retirada de alguns de seus membros ; e, como o regimento nada dispõe a respeito, parece-me que o Senado não está inhibido de tomar uma deliberação, autorisando a Mesa a mandar proceder á chamada, sempre que se verificar que os nossos trabalhos vão ser interrompidos por falta de numero legal.

Neste sentido e de accordo com os membros da Mesa proponho que de hoje em deante, como medida provisoria, até ser modificado o regimento, se proceda á chamada, sempre que os trabalhos do Senado tiverem de ser interrompidos por falta de numero legal. *(Muito bem.)*

ORDEM DO DIA

Continúa em discussão, a qual encerra-se sem debate, o decreto não sanccionado interpretando os arts. 73, 74 e 75 da Constituição.

O Sr. Presidente diz que, na fórma da Constituição e do regimento interno do Senado, esta votação é nominal, devendo responder — *sim* — os Srs. senadores que approvarem o decreto e — *não* — os que forem contrarios.

Procede-se á chamada e respondem — *sim* — os Srs. Francisco Machado, Baena, João Pedro, Cunha Junior, Gomensoro, Cruz, Catunda, José Bernardo, Oliveira Galvão, A. Cavalcanti, Almeida Barreto, João Neiva, Firmino da Silveira, Rosa Junior, Thomaz Cruz, Virgilio Damasio, Domingos Vicente, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Braz Carneiro, E. Wandenkolk, Saldanha Marinho, Joaquim

Felicio, Americo Lobo, Silva Canedo, Paranhos, Santos Andrade e Ramiro Barcellos (28), e — *não* — os Srs. Manoel Barata, Campos Salles, Coelho e Campos e Rangel Pestana (4).

O Sr. Presidente diz que, tendo o decreto obtido mais de dous terços dos votos dos membros presentes, foi approvado e vae ser remettido á Camara dos Deputados.

Entra em 2ª discussão com o parecer da commissão de justiça e legislação o art. 1º da proposição da Camara, n. 88, declarando que a desapropriação por utilidade publica, no interesse da União ou por concessões a emprezas individuaes ou collectivas, só poderá ser autorisada depois que o Poder Legislativo regular o assumpto.

Encerra-se a discussão.

Segue-se em 2ª discussão, a qual fica sem debate encerrada, o art. 2º.

Postos a votos, são successivamente approvados os artigos, sendo a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

Entram successivamente em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças e são sem debate approvados, os arts. 1º, 2º e 3º da proposição n. 34, autorisando o Poder Executivo a alfandegar diversos portos do estado do Rio de Janeiro.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Braz Carneiro *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão de proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de marinha e guerra, o artigo unico da proposição da Camara dos Deputados, n. 51, dispondo que aos officiaes-alumnos das escolas militares sejam abonados todos os vencimentos, sendo a gratificação de subalternos de corpos não montados.

E' encerrada a discussão.

Posta a votos, é a proposição approvada e adoptada para passar á 3ª discussão.

Continúa em 3ª discussão o projecto do Senado, n. 21, organisando o Supremo Tribunal Militar.

São lidas diversas emendas.

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

« Requeiro que vão á commissão as emendas apresentadas ao projecto em discussão, relativo á reorganisação do Supremo Tribunal Militar.

Sala das sessões, 2 de janeiro de 1892. — *Gomensoro.*»

O Sr. Presidente diz que, não havendo numero na casa, fica, na fórma do regimento, prejudicado o requerimento ; e que, de conformidade com a resolução hoje tomada, vae-se proceder á chamada, afim de verificar-se quaes os Srs. senadores que se retiraram.

Procede-se á chamada e deixam de responder a ella os Srs. senadores M. Bezerra, Ramiro Barcellos, Saldanha Marinho, Amaro Cavalcanti e João Neiva.

Continúa a 3ª discussão do projecto com as emendas offerecidas.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão, ficando a votação adiada por falta de numero.

Entra em 2ª discussão, com a emenda offerecida no parecer da commissão de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 77, concedendo isenção de qualquer imposto de importação para todos os machinismos importados para as fabricas de fiação e tecidos, companhias de aguas e trafego maritimo no estado do Maranhão.

Veem á mesa as seguintes

Emendas additivas

Art. Igual favor é concedido ás fabricas de fiação e tecidos que se estabelecerem nos estados de Sergipe e Alagôas.

Art. Esta isenção sómente aproveitará ás ditas emprezas ou estabelecimentos que se fundem e funccionem no prazo de quatro annos.— *J. L. Coelho e Campos.— Joaquim Cruz.*

O Sr. Presidente diz que, á vista do art. 141 do regimento, não póde o primeiro additivo ser acceito como emenda, visto ampliar a emprezas de outros estados os favores concedidos nesta proposição a algumas emprezas do Maranhão. Quanto ao 2º additivo, que é uma restricção ao favor concedido na referida proposição, é elle acceitavel e vae submettel-o a apoiamento.

E' apoiado e fica sobre a mesa para ser opportunamente posto em discussão.

Ninguem mais pedindo a palavra encerra-se a discussão.

Entram successivamente em discussão, a qual encerra-se sem debate, o art. 2º da proposição e emenda additiva dos Srs. Coelho e Campos e Cruz.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Entram successivamente em discussão, com o parecer da commissão de finanças, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 75, concedendo isenção de direitos de importação para os materiaes necessarios para a illuminação a gaz da capital do estado do Pará.

Ninguem pedindo a palavra encerra-se a discussão, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Entram igualmente em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, os arts. 1º, 2º e 3º da proposição da Camara dos Deputados, n. 73, concedendo isenção de direitos de importação para os materiaes necessarios indispensaveis á installação da luz electrica no municipio de S. Carlos do Pinhal, no estado de S. Paulo.

Ninguem pedindo a palavra encerra-se a discussão, ficando adiada a votação por falta de numero.

Levanta-se a sessão.

No dia 4 comparecem 22 Srs. senadores.

Abre-se a sessão.

E' lida e posta em discussão a acta da sessão antecedente.

Não havendo quem sobre ella faça observações encerra-se a discussão, ficanc adiada a votação por falta de numero legal.

Vem á mesa, é lido e posto em discussão o requerimento constante c seguinte

Parecer

A commissão de justiça, para dar seu parecer sobre a representação, assignac por Francisco Rodrigues de Paiva e outros cidadãos, dando denuncia contra c membros do Supremo Tribunal Federal, necessita que se requisite, por intermed: do Presidente da Republica, cópia das actas das sessões do mesmo Tribunal dc dias 4 a 22 de novembro ultimo.

Sala das commissões, 1 de dezembro de 1891.— *Gomensoro*. — *Campc Salles*.— *J. L. Coelho e Campos*.

E' lido o seguinte

Requerimento

« Requeiro que se peçam informações ao Thesouro Nacional sobre o motiv da demissão de Francisco Rodrigues de Paiva do emprego que exercia no mesm. Thesouro.— Sala das sessões, 4 de janeiro de 1892.—*Almeida Barreto*.»

O Sr. Presidente — O requerimento do nobre senador não póde ser consi derado como emenda ao da commissão de justiça, que está em discussão, em vista do disposto no art. 111 do regimento.

Será, portanto, submettido a apoiamento e devida discussão, opportuna mente.

Encerra-se a discussão.

Comparecendo mais 10 Srs. senadores, é approvada a acta.

Indo proceder-se á votação do requerimento da commissão de justiça e legislação, verifica-se não haver mais numero legal no recinto.

Procede-se á chamada, á qual não respondem os Srs. Raulino Horn e Joaquim Felicio.

E' lido, apoiado e posto em discussão, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação por falta de numero legal, o requerimento offerecido pelo Sr. Almeida Barreto.

Havendo numero legal, são postos a votos e approvados os requerimentos acima referidos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente declara que vae proceder á votação em 3ª discussão do projecto do Senado, n. 21, reorganisando o Supremo Tribunal Militar.

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

« Requeiro que o projecto de reorganisação do Conselho Supremo Militar vá ás commissões reunidas de marinha e guerra e legislação e justiça.— *João Neiva.* »

O requerimento é retirado a pedido de seu autor.

Encerra-se a discussão.

Procede-se, com o seguinte resultado, á votação, em 3ª discussão, do projecto do Senado n. 21, reorganisando o Supremo Tribunal Militar:

E' approvada a emenda do Sr. Gomensoro, substitutiva do art. 2º do projecto, considerando-se prejudicada a emenda do Sr. Tavares Bastos, tambem substitutiva do mesmo artigo.

E' approvada a emenda do Sr. Gomensoro, suppressiva do § 3º do art. 3º, ficando prejudicada identica emenda do Sr. Tavares Bastos.

A requerimento do Sr. Gomensoro, vota-se de preferencia e é approvada a emenda do Sr. Tavares Bastos, suppressiva de parte dos arts. 4º e 5º, ficando prejudicada a emenda do mesmo Sr. Gomensoro, suppressiva do art. 4º.

E' approvada a emenda do Sr. Tavares Bastos, substitutiva de parte do art. 9º, §§ 1º e 2º do art. 10, ficando prejudicada a emenda do Sr. Gomensoro, substitutiva de parte do art. 10.

E' approvada a emenda do Sr. Gomensoro, suppressiva de parte do art. 10.

E' approvada a emenda do Sr. Tavares Bastos substitutiva do art. 11, salvo a 1ª parte da emenda do Sr. Gomensoro, que por indicação do Sr. Almeida Barreto foi considerada como sub-emenda da do Sr. Tavares Bastos, que é tambem approvada.

São approvadas as emendas do Sr. Tavares Bastos aos §§ 4º e 12 do art. 11, ficando prejudicada a emenda do Sr. Gomensoro ao § 12.

E' approvada a emenda do Sr. Gomensoro, additiva ao art. 13.

E' approvada a emenda do Sr. Gomensoro, substitutiva do art. 14, ficando prejudicada identica emenda do Sr. Tavares Bastos.

Não é approvada a emenda do Sr. Almeida Barreto, suppressiva da ultima parte do art. 17.

E' o projecto, assim emendado, adoptado para ser remettido á Camara dos Srs. Deputados, indo antes á commissão de redacção.

Vem á mesa a seguinte

Declaração

« Declaro que votei contra a emenda apresentada pelo Sr. senador Gomensoro ao art. 11 do projecto n. 21, reorganisando o Supremo Tribunal Militar, e bem assim que votei pela emenda apresentada pelo Sr. senador Almeida Barreto, pedindo a suppressão da ultima parte do art. 17 do mesmo projecto.

Sala das sessões, 4 de janeiro de 18[illegible]2.—*Francisco Machado.*»

O Sr. Presidente annuncia a votação em 2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 77, concedendo isenção de qualquer imposto de impor-

tação para todos os mecanismos importados para as fabricas de fiação e tecidos, companhias de aguas e trafego maritimo, no estado do Maranhão.

O Sr. Coelho e Campos *(pela ordem)* requer a retirada da emenda additiva que offereceu á mesma proposição.

Consultado, o Senado consente na retirada.

Procede-se á votação com o seguinte resultado:

E' approvado o art. 1° da proposição, ficando prejudicada a emenda da commissão de finanças, substitutiva de parte do mesmo artigo.

E' tambem approvado o art. 2°.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Gomensoro *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Postos a votos, são successivamente approvados os arts. 1°, 2° e 3° da proposição da Camara dos Deputados, n. 75, concedendo isenção de direitos de importação para os materiaes necessarios para a illuminação a gaz da capital do estado do Pará.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Baena *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa pedida.

Postos a votos, são successivamente approvados os arts. 1° e 2° da proposição da Camara dos Deputados concedendo isenção de direitos de importação para os materiaes necessarios e indispensaveis á installação da luz electrica no municipio de S. Carlos do Pinhal, do estado de S. Paulo.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Campos Salles *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa pedida.

Segue-se em 3ª discussão, e é sem debate approvada e adoptada para ser submettida á sancção do Presidente da Republica, a proposição da Camara dos Deputados, n. 34, autorisando o governo a alfandegar diversos portos no estado do Rio de Janeiro.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer das commissões de justiça e legislação e de obras publicas, o art. 1° da proposição da Camara dos Deputados, n. 33 de 1891, estabelecendo os casos de competencia exclusiva dos poderes federaes e estadoaes para resolverem sobre vias de communicação fluviaes ou terrestres, e os em que deve haver accordo entre a União e os estados e destes entre si.

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

« Requeiro que o projecto vá á commissão de obras publicas para que peça ao governo cópia do relatorio e o mappa da viação geral, feitos pela commissão de viação geral.

Sala das sessões, 4 de janeiro de 1892.—*Americo Lobo.*»

E' apoiado e posto em discussão, a qual encerra-se sem debate.
Verificando-se não haver mais numero legal, considera-se, na fórma do mento, prejudicado o requerimento, e, de conformidade com a deliberação ada, procede-se à chamada, à qual deixam de responder os Srs.: Ramiro cellos, Catunda, Paranhos, Oliveira Galvão e M. Bezerra.
Continúa a 2ª discussão do art. 1º da proposição.
Encerra-se a discussão.
Segue-se em 2ª discussão o art. 2º da referida proposição.
E' lida uma emenda do Sr. Coelho e Campos.
Entram successivamente em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, rts. 3º, 4º e 5º da mesma proposição.
A votação fica adiada por falta de numero legal.
O Sr. 2º Secretario lê e fica sobre a mesa para entrar na ordem dos tra- ios, depois de impressa no *Diario do Congresso*, a redacção das emendas do ado á proposição da Camara dos Deputados, n. 43, organisando o Districto eral.
Levanta-se a sessão.

No dia 5 comparecem 31 Srs. senadores.
Abre-se a sessão.
E' lida e posta em discussão a acta da sessão antecedente.
Não havendo quem sobre ella faça observações, encerra-se a discussão, ıdo adiada a votação por falta de numero legal.
Vem á mesa o seguinte

Projecto

O Congresso Nacional resolve:
Art. 1.º Fica autorisado o governo a crear no estado de Minas Geraes um nais entrepostos para o despacho do serviço de fiscalização aduaneira sobre rtigos importados do estrangeiro com destino ao estrangeiro.
Para esse fim o governo estabelecerá as providencias regulamentares e regará o pessoal preciso.
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.
Sala das sessões, 5 de janeiro de 1892.—*Americo Lobo*.—*Joaquim Felicio*. *Domingos Vicente*.—*Silva Cunedo*.—*Paranhos*.

E' lido e, estando apoiado pelo numero de assignaturas, vae a imprimir para ar na ordem dos trabalhos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente declara que, não havendo ainda na casa numero legal, inúa adiada a votação dada para ordem do dia de hoje.

Entra em discussão a redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 43, organisando o Districto Federal.

Ninguem pedindo a palavra encerra-se a discussão, adiando-se a votação por falta de numero legal.

Entram successivamente em 3ª discussão, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação por falta de numero legal, as proposições da Camara dos Deputados :

N. 77 de 1891, concedendo isenção de qualquer imposto de importação para todos os machinismos importados para as fabricas de fiação e tecidos, companhias de aguas e trafego maritimo no estado do Maranhão ;

N. 75 de 1891, concedendo isenção de direitos de importação para os materiaes necessarios para a illuminação a gaz da capital do estado do Pará ;

N. 73 de 1891, concedendo isenção de direitos de importação para os materiaes necessarios e indispensaveis á installação da luz electrica no municipio de S. Carlos do Pinhal, do estado de S. Paulo.

Entram, successivamente, em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 76 de 1891, concedendo isenção de direitos de importação para os materiaes destinados ao monumento que se pretende erigir na capital do estado da Bahia, em commemoração do dia 2 de julho de 1823.

Ninguem pedindo a palavra encerra-se a discussão, adiando-se a votação por falta de numero legal.

Segue-se em 2ª discussão, com a emenda constante do parecer da commissão de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 78 de 1891, isentando de direitos os machinismos precisos, bem como os materiaes destinados á illuminação a gaz e ao abastecimento de agua da capital do Piauhy e ás fabricas de tecidos a estabelecerem-se no mesmo estado.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Entra em discussão, a qual encerra-se sem debate, o art. 2º da mesma proposição.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Entram successivamente em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 80 de 1891, isentando de impostos os materiaes importados para os serviços de agua, esgoto e illuminação na cidade de Tatuhy, S. Paulo.

Ninguem pedindo a palavra encerra-se a discussão, adiando-se a votação por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

No dia 6 comparecem 25 Srs. senadores.

Abre-se a sessão.

E' lida e posta em discussão, a qual é encerrada sem debate, a acta da sessão anterior, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

O Sr. 2º Secretario lê e vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos o seguinte

Parecer

As commissões de justiça e legislação, examinando as emendas votadas pela Camara dos Srs. Deputados ao projecto n. 32 do Senado, regulando as eleições para os cargos federaes, é de parecer que sejam ellas submettidas á discussão e approvadas.

Não quer isso dizer que ao juizo da commissão sejam acceitaveis todas aquellas emendas; ao contrario, muitas dellas deveriam ser rejeitadas, principalmente a que constitue um paragrapho additivo ao art. 44, que estabelece uma absurda contradicção com o regimen do voto secreto, adoptado pelo projecto e acceito pela maioria da propria Camara.

Não obstante, é a commissão de parecer que sejam approvadas taes emendas, porque é urgente a decretação de uma lei eleitoral que, apezar dos defeitos reconhecidos, possa, entretanto, proporcionar um processo garantidor da liberdade do voto para as eleições de caracter inadiavel e que se tornam necessarias para o regular funccionamento dos poderes federaes.

Sala das commissões, 6 de janeiro de 1892.— *Campos Salles.— J. L. Coelho e Campos.— Gomensoro.*

Comparecem mais oito Srs. senadores.

O Sr. Gomensoro, proseguindo, diz que, nesse caso, requer ao Sr. presidente que haja de consultar á casa si dispensa a impressão em avulso do parecer que acaba de ser lido, afim de ser dado para ordem do dia de amanhã.

São successivamente postas a votos e approvadas as actas da sessão anterior e do dia 4 do corrente.

E' em seguida approvado o requerimento do Sr. Gomensoro.

ORDEM DO DIA

Procede-se, com o seguinte resultado, á votação, em 2ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados, n. 33 de 1891, estabelecendo os casos de competencia exclusiva dos poderes federaes e estadoaes para resolverem sobre vias de communicação fluviaes ou terrestres, e os em que deve haver accordo entre a União e os estados e destes entre si.

E' approvado o art. 1º.

E' rejeitado o art. 2º.

E' approvada a primeira parte da emenda do Sr. Coelho e Campos, substitutiva da disposição deste artigo, sendo rejeitada a 2ª parte da mesma emenda.

São successivamente approvados os arts. 3º, 4º e 5º da proposição, a qual é adoptada para passar á 3ª discussão.

E' approvada a redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados organisando o Districto Federal.

Procede-se á votação, em 3ª discussão, e são successivamente approvadas e adoptadas para serem submettidas á sancção presidencial, as seguintes proposições da referida Camara:

N. 77 de 1891, concedendo isenção de qualquer imposto de importação para todos os machinismos importados para as fabricas de fiação e tecidos, companhias de aguas e trafego maritimo no estado do Maranhão;

N. 75 de 1891, concedendo isenção de direitos de importação para os materiaes necessarios para a illuminação a gaz da capital do estado do Pará;

N. 73 de 1891, concedendo isenção de direitos de importação para os materiaes necessarios e indispensaveis á installação da luz electrica no municipio de S. Carlos do Pinhal, do estado de S. Paulo.

Procede-se á votação, em 2ª discussão, e são successivamente approvados os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 76 de 1891, concedendo isenção de direitos de importação para os materiaes destinados ao monumento que se pretende erigir na capital do estado da Bahia, em commemoração do dia 2 de julho de 1823.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Virgilio Damasio *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão.

Consultado, o Senado approva o requerimento.

Procede-se, com o seguinte resultado, á votação, em 2ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados, n. 78 de 1891, isentando de direitos os machinismos precisos, bem como os materiaes destinados á illuminação a gaz e ao abastecimento de agua da capital do Piauhy e ás fabricas de tecidos a estabelecerem-se no mesmo estado.

E' approvado o art. 1º, salvo a emenda da commissão de finanças, que tambem é approvada.

E' approvado o art. 2º.

E' a proposição, assim emendada, adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Ramiro Barcellos *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão.

Consultado, o Senado consente na dispensa.

Procede-se á votação, em 2ª discussão, e são successivamente approvados os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 80 de 1891, isentando de impostos os materiaes importados para os serviços de agua, esgoto e illuminação da cidade de Tatuhy, S. Paulo.

O Sr. Rangel Pestana *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão.

Consultado, o Senado consente na dispensa.

Vem á mesa a seguinte

Declaração

« Declaro que votei contra as isenções de direitos, hoje votadas, como já o havia feito anteriormente; porque entendo que é este um meio indirecto de

«desfalcar o Thesouro Nacional, e principalmente por ferir os principios de igualdade.

Sala das sessões, 6 de janeiro de 1892.— *Pinheiro Guedes.*»

Levanta-se a sessão.

No dia 7 comparecem 34 Srs. senadores.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 2º Secretario lê e vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos o parecer da commissão de marinha e guerra fixando as forças de terra para o anno de 1892.

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

« Requeiro que, por intermedio da Mesa do Senado, se peça ao governo explicações sobre o exposto em telegramma, n'*O Paiz* de 6 do corrente, a respeito da disposição do 1º vice-governador do estado da Parahyba, de maneira a saber-se quem autorisou alli a força publica, representada pelo coronel Savaget, a extorquir o exercicio do cargo de que se achava revestido o mesmo vice-governador; visto que, até á presente data, nenhum dos representantes daquelle estado recebeu telegramma sobre taes acontecimentos.

Sala das sessões, 7 de janeiro de 1892.—*Almeida Barreto.*»

E' lido, apoiado, posto em discussão e sem debate approvado.

E' lida a seguinte

Indicação

« E' a Mesa do Senado autorisada a convidar a da Camara dos Srs. Deputados para, constituidas em commissão mixta, formularem um projecto de regimento das duas Camaras em todos os casos em que houverem de trabalhar reunidas, e assim tambem as sessões de abertura e encerramento.

Sala das sessões, 7 de janeiro de 1892.— *Gomensoro.*»

ORDEM DO DIA

Entram conjunctamente em discussão unica as emendas da Camara dos Srs. Deputados ao projecto do Senado, n. 32, que regula as eleições para os cargos federaes.

Encerra-se a discussão.

Procede-se á votação com o seguinte resultado :

E' rejeitada a emenda ao art. 29, § 5°.

São approvadas as emendas aos arts. 3°, 5°, 6°, 7° § 1°, 9° e seu § 2°, 14 § 3°, 17 e sua lettra *b*, 25 § 1°, 26 §§ 2° e 4°, 27, 28 e seu § 3°, 29 § 3°.

E' tambem approvado o artigo additivo para ser collocado depois do art. 32.

São approvadas as emendas aos arts. 34 ns. 2° e 4°, 37, 39, 40 § 2°, 42, 43, 44 §§ 1°, 3°, 12, 13, 16, 22 e 23.

E' rejeitado o paragrapho additivo ao art. 44.

E' approvada a emenda ao art. 45, § 5°.

E' rejeitada a emenda ao mesmo artigo, § 7°.

São approvadas as emendas aos arts. 48 e 53.

E' rejeitada a emenda ao art. 55.

São approvadas as emendas aos arts. 58, 60 e 61.

E' finalmente approvado o artigo additivo ao projecto.

O Sr. Presidente declara que as emendas vão ser devolvidas á Camara dos Deputados, communicando-se-lhe o occorrido.

Vem a mesa á seguinte

Declaração

« Votando pela suppressão da emenda da Camara dos Deputados que faculta a assignatura da cedula no systema do voto secreto—queremos apenas evitar as contradicções, que parecia haver com o nosso systema já vencedor em ambas as casas do Congresso.

Camara do Senado, 7 de janeiro de 1892.—*José Bernardo.*—*A. Cavalcanti.*»

Levanta-se a sessão.

No dia 8 comparecem 26 Srs. senadores.

Abre-se a sessão.

E' lida e posta em discussão, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação por falta de numero, a acta da sessão anterior.

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

« Requeiro que, por intermedio da Mesa do Senado, se requisite do governo as seguintes informações :

Si os officiaes arregimentados do exercito, que fazem parte das juntas governativas em diversos estados, contam como tempo de serviço, para todos os effeitos, o em que estiverem no exercicio de tal cargo, por isso que tal funcção não está prevista nas leis vigentes.

Que vencimentos percebem pelos cofres da União taes officiaes que não se acham em serviço do Ministerio da Guerra ou em commissão de qualquer outro Ministerio.— 8 de janeiro de 1892.—*Rosa Junior*.»

E' apoiado e posto em discussão, a qual fica sem debate encerrada, adiando-se a votação por falta de numero legal.

Comparecem mais 10 Srs. senadores.

Havendo numero legal, é posta a votos e approvada a acta da sessão anterior.

E' posto a votos e approvado o requerimento do Sr. Rosa Junior.

Posto a votos, é tambem approvado o requerimento do Sr. Saldanha Marinho, sendo o projecto substitutivo que mandou á mesa remettido ás commissões reunidas de marinha e guerra e de finanças, a cujo exame foi hoje submettida a proposição a que se refere.

ORDEM DO DIA

Entra em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 88 de 1891, declarando que a desapropriação por utilidade publica, no interesse da União, por concessões a emprezas individuaes ou collectivas, só poderá ser autorisada depois que o Poder Legislativo regular o assumpto.

Levanta-se a sessão.

No dia 9 de janeiro comparecem 26 Srs. senadores.

Abre-se a sessão.

E' lida e posta em discussão, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação por falta de numero legal, a acta da sessão anterior.

ORDEM DO DIA

Entram successivamente em 2ª discussão, a qual fica sem debate encerrada, adiando-se a votação por falta de numero legal, os arts. 6º a 22 da proposição da Camara dos Deputados, n. 32 de 1891, fixando as forças de terra para o exercicio de 1892, com as emendas constantes do parecer da commissão de marinha e guerra aos arts. 6º e 17, paragrapho unico.

Seguem-se em 2ª discussão, com as emendas constantes do parecer da commissão de marinha e guerra, os ns. 5 a 18 do art. 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 42 de 1891, fixando a força naval para o exercicio de 1892.

Encerra-se a discussão sem mais debate.

Entram successivamente em 2ª discussão, a qual fica sem debate encerrada os arts. 3º e 4º da referida proposição.

Levanta-se a sessão.

No dia 11 de janeiro comparecem 33 Srs. senadores.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão a

E' posta a votos e approvada a acta da sessão do dia 8 do corrente.

O Sr. 2º Secretario lê e vae a imprimir para entrar na ordem dos tr o seguinte

Parecer

A commissão de legislação e justiça, attendendo que é sem fundament pelo qual foi negada a sancção do projecto de lei que autoriza o Poder Ex a mandar pagar a gratificação a que tenha direito Evaristo Nunes Pire professor interino de geographia do Externato Nacional, é de parecer que mesmo projecto approvado e convertido em lei, na fórma constitucional.

Sala das commissões, 8 de janeiro de 1892.— *Gomensoro.— C Salles.— J. L. Coelho e Campos.*

ORDEM DO DIA

Procede-se, com o seguinte resultado, á votação, em 2ª discussão, d ainda não votada da proposição da Camara dos Deputados, n. 32 de 1891, f as forças de terra para o anno de 1892.

E' approvado o art. 6º com a emenda modificativa da commissão de m e guerra.

São successivamente approvados os arts. 7 a 16.

E' approvado o art. 17 com a emenda da commissão de marinha e g modificativa do paragrapho unico do mesmo artigo.

São successivamente approvados os arts. 18 a 22.

E' a proposição, com as emendas approvadas, adoptada para passar discussão.

O Sr. Gil Goulart *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Segue-se, com o seguinte resultado, a votação, em 2ª discussão, da não votada da proposição da Camara dos Deputados, n. 42 de 1891, fixa força naval para o anno de 1892.

São approvados os ns. 5 a 18 do art. 2º, salvo as emendas da commis marinha e guerra aos ns. 5, 6, 11, 13, 16 e 18, as quaes são tambem approv

São successivamente approvados os arts. 3º e 4º.

E' a proposição, com as emendas approvadas, adoptada para passar discussão.

O Sr. Gil Goulart *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para discussão da proposição.

E' concedida a dispensa.

Levanta-se a sessão.

No dia 12 comparecem 33 Srs. senadores.
Abre-se a sessão.
E' lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão anterior.
Vem á mesa o seguinte

Requerimento

« Requeiro que por intermedio da Mesa do Senado se peçam informações ao Exm. Sr. Vice-Presidente da Republica, no sentido de saber si o coronel Ramos dissolveu a junta governativa do estado do Piauhy e, si o fez, por ordem de quem.
Sala das sessões, 12 de janeiro de 1892.— *Elyseu Martins*. »
E' lido, apoiado, posto em discussão e sem debate approvado.

ORDEM DO DIA

Entram successivamente em discussão, e são sem debate approvadas, as redacções do projecto do Senado, n. 21 de 1891, reorganisando o Supremo Tribunal Militar, e da emenda do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 78 de 1891, isentando de direitos os machinismos e materiaes destinados á illuminação a gaz e abastecimento de agua da capital do Piauhy, e ás fabricas de tecidos a estabelecer-se no mesmo estado.
Segue-se em 3ª discussão, a qual encerra-se sem debate, com as emendas approvadas em 2ª, a proposição da Camara dos Deputados, n. 32 de 1891, fixando as forças de terra para o anno de 1892, na parte ainda não discutida.
Postas a votos, são successivamente approvadas as emendas, que já o haviam sido em 2ª.
E' a proposição, assim emendada, adoptada para ser devolvida á Camara dos Deputados, indo antes, com urgencia, á commissão de redacção.
Segue-se em 3ª discussão, a qual encerra-se sem debate, com as emendas approvadas em 2ª, a proposição da mesma Camara, n. 42 de 1891, fixando a força naval para o anno de 1892, na parte ainda não discutida.
Postas a votos, são successivamente approvadas as emendas, que já o haviam sido em 2ª.
E' a proposição, assim emendada, adoptada para ser devolvida á Camara dos Deputados, indo antes com urgencia á commissão de redacção.
O Sr. 2º Secretario lê a redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, que fixa as forças de terra para o exercicio de 1892.
O mesmo Sr. 2º Secretario *(pela ordem)* requer urgencia para a discussão da redacção.
Consultado, o Senado concede a urgencia pedida.
Entra em discussão e é sem debate approvada a referida redacção.
O mesmo Sr. 2º Secretario lê a redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, que fixa a força naval para o exercicio de 1892.
O mesmo Sr. 2º Secretario *(pela ordem)* requer urgencia para a discussão da redacção.

Consultado, o Senado concede a urgencia pedida.

Entra em discussão e é sem debate approvada a referida redacção.

Continúa em 3ª discussão a proposição da mesma Camara, n. 83 de 1891 sobre emissão, resgate e conversão do papel-moeda.

São lidas e postas conjunctamente em discussão, visto acharem-se apoiadas pelo numero de assignaturas, as seguintes emendas que tinham ficado sobre a mesa na sessão de 3 de novembro:

São lidas diversas emendas substitutivas.

Depois de orar o Sr. Ruy Barbosa, levanta-se a sessão.

No dia 13 comparecem 32 Srs. senadores.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 2º Secretario lê e vae a imprimir, para entrar na ordem dos trabalhos, o seguinte

Parecer

As commissões de finanças e de emprezas privilegiadas, tendo examinado a proposição da Camara dos Deputados, sob n. 5 do corrente anno, que autorisa o governo a innovar com a *The Ceará Harbour Corporation, limited*, o contracto existente, elevando o seu capital á somma de 4.874:000$ com a garantia de 6 % ao anno, pagos na fórma até agora observada e pelo tempo de 25 annos, para a conclusão das obras do porto da Fortaleza e trabalhos accessorios; são de parecer que a proposição entre na ordem dos trabalhos e seja adoptada.

Sala das commissões, 11 de janeiro de 1892.— *Theodureto Souto.— Ruy Barbosa.— Saldanha Marinho.— A. Cavalcanti.— Domingos Vicente.— Paranhos.— Antonio Baena.*

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

« Requeiro que se requisitem do Sr. Presidente da Republica as seguintes informações:

1.º Si tem conhecimento de achar-se presidindo uma junta governativa no estado da Parahyba o coronel Savaget, commandante do 27º batalhão de infantaria, apezar da ordem em contrario expedida por S. Ex.

2.º No caso affirmativo, qual o procedimento do governo para com esse militar, que o desobedeceu.

Sala das sessões, 13 de janeiro de 1892.— *Firmino da Silveira.* »

O Sr. Almeida Barreto — Muito bem.
E' lido, apoiado e posto em discussão.
Encerra-se a discussão.
E' approvado o requerimento.

ORDEM DO DIA

Continúa em 3ª discussão, com as emendas offerecidas, a proposição da Camara dos Deputados, n. 83 de 1891, sobre emissão, resgate e conversão do papel-moeda.

O Sr. Ruy Barbosa *(pela ordem)* pede ao Sr. Presidente que consulte á casa si lhe concede permissão para continuar hoje e concluir o seu discurso.

Consultado, o Senado concede a permissão pedida.

Continúa a discussão interrompida.

Depois de orar o Sr. Ruy Barbosa, a discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

No dia 14 comparecem 52 Srs. senadores.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 2º Secretario lê e vae a imprimir o seguinte

Parecer

A commissão de constituição e poderes, tendo presente o officio do nobre senador Ubaldino do Amaral, renunciando o mandato que lhe foi conferido pelo eleitorado do Paraná, é de parecer que se archive o mesmo officio, providenciando-se para que, na fórma da lei, seja preenchida a vaga que por esse acto se abre no Senado.

Sala das commissões, 14 de janeiro de 1892. — *Campos Salles.* — *Ramiro Barcellos.* — *Joaquim Felicio.*

ORDEM DO DIA

Continúa em 3ª discussão, com as emendas offerecidas, a proposição da Camara dos Deputados, n. 83 de 1891, sobre emissão, resgate e conversão do papel-moeda.

A discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

No dia 15 comparecem 36 Srs. senadores.
Abre-se a sessão.
E' lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão an

ORDEM DO DIA

Continúa em 3ª discussão, com as emendas offerecidas, a propos Camara dos Deputados, n. 83 de 1891, sobre emissão, resgate e convei papel-moeda.
A discussão fica adiada pela hora.
Levanta-se a sessão.

No dia 16 comparecem 26 Srs. senadores.
Abre-se a sessão.
E' lida, posta em discussão, a qual encerra-se sem debate, ficando a votação por falta de numero, a acta da sessão anterior.
Vem á mesa o seguinte

Requerimento

«Indico que o governo da Republica informe, si, na fórma do art. 9°, § Constituição Federal, tem ou não revertido para o Thesouro da União o pr do imposto cobrado nos portos do estado do Paraná sobre mercadorias tadas de portos nacionaes, a titulo de consumo ; e no caso negativo, qual a da votação do texto constitucional.
Sala das sessões, 16 de janeiro de 1892.— *Americo Lobo*. »

Encerra-se a discussão.
Comparecem mais 10 Srs. senadores.
E' approvada a acta e requerimento do Sr. Americo Lobo.
O Sr. 2º Secretario lê e vae a imprimir, para entrar na ordem dos tral o seguinte

Parecer

A commissão de finanças, tendo examinado a proposição da Cam Deputados, n. 7 de 1892, que autorisa o governo a abrir diversos creditos pagamento de serviços feitos ou a fazer no corrente exercicio, é de parecer q vista das razões que fundamentam a mesma proposição, seja ella dada ordem dos trabalhos e approvada.
Sala das commissões, 16 de janeiro de 1892.—*A. Cavalcanti*.—*Sal Marinho*.—*Domingos Vicente*.—*Braz Carneiro* (com restricções).—*Theo Souto*.

O Sr. Amaro Cavalcanti *(pela ordem)* requer dispensa de impre parecer em avulso, afim de ser a materia a que se refere dada para ordem da sessão seguinte.
Consultado, o Senado concede a dispensa.

ORDEM DO DIA

Entra em discussão o parecer da commissão de constituição e poderes, para que se archive o officio em que o Sr. senador Ubaldino do Amaral renuncia o mandato que lhe foi conferido pelo eleitorado do Paraná, providenciando-se para que, na fórma da lei, seja preenchida a vaga que por esse acto se abre no Senado.

O Sr. Gil Goulart *(pela ordem)* — Sr. presidente, não venho fazer consideração alguma contra a conclusão deste parecer, porque já ficou assentado na casa que, quando a renuncia de qualquer senador não declarasse os motivos, o Senado se limitaria a receber a renuncia, mandal-a archivar, e considerar vago o logar para proceder-se a nova eleição.

Entretanto, parecendo-me interpretar o pensamento geral desta casa, quanto a retirada dentre nós deste distincto collega *(apoiados)*, deste poderoso auxiliar dos nossos trabalhos *(apoiados)*, eu pedirei a V. Ex. que consulte á casa si, com relação a este illustre senador resignatario, está disposta a fazer a mesma declaração que fez relativamente aos outros tres senadores que resignaram ; isto é, que o Senado recebe esta renuncia com pezar, por ver-se privado do auxilio, das luzes de tão operoso, de tão illustrado, de tão conspicuo cidadão. *(Apoiados.)*

Emenda

Accrescente-se :

O Senado sente profundamente ver-se privado do concurso das luzes de tão illustrado e conspicuo cidadão.

Sala das sessões, 16 de janeiro de 1892. — *Gil Goulart.*

E' apoiada e posta conjunctamente em discussão, a qual encerra-se sem mais debate.

Posto a votos, é approvado o parecer com a emenda additiva do Sr. Gil Goulart.

Continúa em 3ª discussão, com as emendas offerecidas, a proposição da Camara dos Deputados, n. 83 de 1891, sobre emissão, resgate e conversão do papel-moeda.

O Sr. Rangel Pestana *(pela ordem)* pede ao Sr. presidente que consulte á casa si lhe concede permissão para continuar hoje e concluir o seu discurso.

Consultado, o Senado concede a permissão pedida.

A discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

No dia 18 comparecem 35 Srs. senadores.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão anterior.

ORDEM DO DIA

Entra em 2ª discussão o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 7 de 1892, autorisando o governo a abrir diversos creditos.

Encerra-se a discussão.

Entra em 2ª discussão o art. 2º, a qual é sem debate encerrada.

Segue-se em 2ª discussão a tabella annexa á proposição, que é igualmente encerrada sem debate.

Procedendo-se á votação, são successivamente approvados os arts. 1º, 2º e a tabella annexa á proposição.

E' a proposição, assim approvada, adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Gil Goulart *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa requerida.

Continúa em 3ª discussão, com as emendas offerecidas, a proposição da Camara dos Deputados, n. 83 de 1891, sobre emissão, resgate e conversão do papel-moeda.

A discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

No dia 19 comparecem 40 Srs. senadores.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 2º Secretario lê e vae a imprimir o seguinte

Parecer

A commissão de legislação e justiça, considerando que é destituido de fundamento o acto pelo qual foi negada a sancção ao projecto de lei, vindo da Camara dos Srs. Deputados, que concede melhoramento de aposentação a Antonio Pereira Bastos, ex-inspector da Alfandega da Bahia, é de parecer que o mesmo projecto seja approvado e convertido em lei na fórma constitucional.

Sala das commissões, 18 de janeiro de 1892.— *Gomensoro.— Campos Salles.— J. L. Coelho e Campos.*

ORDEM DO DIA

Entra em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 7 de 1892, autorisando o governo a abrir diversos creditos.

Encerra-se a discussão.

Procedendo-se á votação, é approvada a proposição e adoptada para ser dirigida á sancção.

Continúa em 3ª discussão, com as emendas offerecidas, a proposição da Camara dos Deputados, n. 83 de 1891, sobre emissão, resgate e conversão do papel-moeda.

São lidas diversas emendas,

A discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

No dia 20 comparecem 29 Srs. senadores.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão, a qual encerra-se sem debate, ficando adiada a votação por falta de numero legal, a acta da sessão anterior.

O Sr. 2º Secretario lê e vae a imprimir o seguinte

Parecer

A commissão de finanças, tendo examinado a materia do projecto n. 1 do corrente anno, submettido ao Senado, e que tem por fim autorisar a creação de entrepostos para despacho de mercadorias do estado de Minas Geraes, é de parecer que o mesmo projecto entre na ordem dos trabalhos.

Sala das commissões, 18 de janeiro de 1892.— *A. Cavalcanti.— Joaquim Saldanha Marinho.— Esteves Junior.— Braz Carneiro.—Theodureto Souto. — Domingos Vicente.*

Vem á mesa o seguinte

Requerimento

«Requeiro que se peçam ao Poder Executivo informações sobre os emprestimos feitos no ultimo anno a estabelecimentos bancarios pelo Thesouro Nacional, declarando a somma em que montam, as epocas dos respectivos vencimentos e as garantias que foram dadas.

Sala das sessões, 20 de janeiro de 1892.— *Ramiro Barcellos.* »

E' apoiado e posto em discussão.

Encerra-se a discussão, ficando a votação adiada por falta de numero.

ORDEM DO DIA

Votação em 3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 83, de 1891, sobre emissão, resgate e conversão do papel-moeda, com as emendas offerecidas.

O Sr. Presidente diz que, devendo proceder-se á votação da proposição da Camara dos Deputados, n. 83 de 1891, com as emendas offerecidas, sobre emissão,

resgate e conversão do papel-moeda, não póde isto realizar-se por terem comparecido sómente 29 Srs. senadores; e, portanto, levanta a sessão, designando a mesma ordem do dia para 21 do corrente.

Levanta-se a sessão.

No dia 21 comparecem 34 Srs. senadores.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão anterior, sendo tambem approvada a acta do dia 19 do corrente, cuja votação ficara adiada por falta de numero legal.

Vem á mesa a seguinte

Moção

O Senado, considerando a necessidade urgente e indeclinavel de assegurar a todas as classes conservadoras de nossa sociedade a confiança e respeito á lei; considerando mais que já se acham sanccionadas as leis eleitoral e de responsabilidade e bem assim a lei de meios, com que deve a Nação ser governada no presente exercicio — principaes fins para que foi convocada a actual sessão extraordinaria;

Considerando ainda que no periodo que atravessamos necessita o governo ser energico e prompto em sua acção, evitando disturbios, prevenindo a anarchia e reprimindo as ambições irrequietas dos que vivem da exploração e da desordem:

Resolve dar por terminados os trabalhos da presente sessão extraordinaria, esperando do governo, em quem amplamente confia, e que se acha forte pelo apoio de toda a Nação, o emprego de todos os meios, mesmo os mais energicos, que as circumstancias aconselhem, afim de manter a ordem, punir severamente os que tentarem ou vierem a tentar perturbar a paz e a tranquillidade publica, restabelecer o regimen verdadeiramente federativo, conspurcado pelo acto de 3 de novembro, e consolidar a Republica.

Sala das sessões, 21 de janeiro de 1892. — *Campos Salles.* — *Cunha Junior.* — *Domingos Vicente.* — *Paranhos.* — *Tavares Bastos.* — *Saldanha Marinho.* — *J. L. Coelho e Campos.* — *M. Bezerra.* — *João Pedro.* — *José Bernardo.* — *Gomensoro.* — *Manoel Barata.* — *Antonio Baena.* — *Cruz.* — *E. Wandenkolk.* — *Santos Andrade.* — *Francisco Machado.* — *Joaquim Felicio.* — *Americo Lobo.* — *Silva Canedo.* — *José Cesario de Miranda Monteiro de Barros.* — *Gil Goulart.* — *Virgilio Damasio.*

E' lida, e estando apoiada pelo numero de assignaturas, é posta em discussão.

Encerra-se a discussão.

Posta a votos, é approvada a moção.

O Sr. Presidente — Vae-se communicar á Camara dos Srs. Deputados a deliberação do Senado, aguardando-se a resposta.

O Sr. 2º Secretario lê e vae a imprimir, para entrar na ordem dos trabalhos, o seguinte

Parecer

A commissão de constituição e poderes, tomando em consideração a renuncia, apresentada ao Senado pelo Sr. Ruy Barbosa, representante pelo estado da Bahia, ao cargo de senador, é de parecer que seja o seu officio archivado, e que se proceda na fórma da lei, para preenchimento da vaga.

Sala das sessões, 21 de janeiro de 1892. — *Ramiro Barcellos*. — *Joaquim Felicio*. — *Campos Salles*.

ORDEM DO DIA

Votação, em 3ª discussão, com as emendas offerecidas, da proposição da Camara dos Deputados, n. 83 de 1891, sobre emissão, resgate e conversão do papel-moeda.

O Sr. Presidente declara que não póde realizar-se a votação por só estarem presentes 28 Srs. senadores; suspende a sessão até chegar a communicação da Camara dos Deputados.

Suspende-se a sessão ás 2 horas da tarde.

A's 2 ¼ da tarde reabre-se a sessão.

O Sr. 1º Secretario lê o seguinte officio, que veiu á mesa:

« Sr. 1º Secretario do Senado — Conforme declaração feita na tribuna, communico-vos, para conhecimento do Senado, que resigno o mandato de senador pelo estado de S. Paulo. Saude e fraternidade. — *Rangel Pestana*. » — A' commissão de constituição, poderes e diplomacia.

O Sr. Presidente — A Mesa da Camara dos Srs. Deputados acaba de communicar ao Senado que tambem resolveu votar uma moção mais ou menos nos termos da que foi approvada nesta casa, e dar por terminada a sessão extraordinaria do Congresso.

Convido, conseguintemente, os Srs. senadores a comparecer, amanhã, á hora da tarde, no salão do Senado, afim de proceder-se ao encerramento da actual sessão extraordinaria do Congresso Nacional.

CONGRESSO NACIONAL

TERMO DE ENCERRAMENTO DA SESSÃO EXTRAORDINARIA DO CONGRESSO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL CONVOCADA POR DECRETO N. 685 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1891

A' 1 hora da tarde do dia 22 de janeiro do anno de 1892, 4º da Republica, reunidos no edificio do Senado os Srs. senadores e deputados, tomam assento á mesa os Srs. Bernardino de Campos, presidente da Camara dos Deputados, Gil Diniz Goulart e Manoel Bezerra de Albuquerque Junior, 2º e 4º secretarios do Senado, e Eduardo Mendes Gonçalves e Antonio Borges de Athayde Junior, 2º e 3º secretarios da Camara dos Deputados.

O Sr. Gil Goulart *(2º secretario do Senado)* lê o seguinte officio:

« Rio, 21 de janeiro de 1892.

Ao Sr. Secretario do Senado — Peço-vos que communiqueis ao Congresso Nacional que, tendo necessidade de retirar-me hoje desta capital, não posso assistir á sua sessão de encerramento. — Saude e fraternidade. — *Prudente de Moraes.* » — Inteirado.

O Sr. Bernardino de Campos *(presidente da Camara dos Deputados)* — Senhores. — Impedido de comparecer, por motivos estranhos á sua vontade, o illustre cidadão que tão dignamente dirigiu os trabalhos do Senado, cabe-me a honra de encerrar a presente sessão extraordinaria do Congresso Nacional, prolongamento da sessão ordinaria, tornado indispensavel, para terminar a obra legislativa interrompida pela dissolução.

A' primeira sessão ordinaria do Congresso Nacional incumbia realizar a tarefa mais importante, mais onerosa e de maior responsabilidade imaginavel, depois da Constituição.

Estava esboçado o novo regimen, delineado o plano, decretada a Republica Federativa; mas nem fôra ella ainda executada, nem possuia a nova concepção os elementos de vida que só ministrariam a legislação organica, o corpo de medidas complementares das prescripções constitucionaes.

No curto prazo de quatro mezes que a propria Constituição julgou necessario para a confecção dos orçamentos, outras leis annuas e medidas secundarias, depois de organisada normalmente a vida nacional, devia o Congresso da Republica, além da obra commum, annual, resolver todos os problemas attinentes á nova organisação, que eram os mais complexos e delicados, e exigiam a maior capacidade e

competencia, a mais provada dedicação, previdencia e isenção, quando tudo era novo, não havia precedentes e nenhuma indicação poderia fornecer a pratica de um regimen ainda não executado.

Não compete-me julgar os primeiros legisladores da Republica. E' facil, porém, ajuizar de sua obra e a presente sessão extraordinaria demonstrou que a dissolução encontrou o Congresso na terminação do seu ingente trabalho.

Ahi estão os orçamentos da receita e despeza, refundidos segundo moldes constitucionaes, de accordo com a nova classificação das rendas e das despezas, oriunda das instituições federativas.

E' o primeiro orçamento da Republica, inevitavelmente subordinado ás deficiencias e incertezas de uma epoca de transição, quando ainda os estados operam a sua organisação e as verbas da receita e despeza não podem firmar-se em bases definitivas.

Chegaram tambem ao termo legislativo as leis que fixam, para o anno corrente, as forças de terra e mar.

Foram confeccionadas as leis organicas e complementares da Constituição, taes como a de responsabilidade presidencial e do respectivo processo, a de incompatibilidade e a eleitoral.

As tres primeiras haviam recebido o *veto* do Poder Executivo e foram promulgadas como leis, pela rejeição do *veto* por dois terços de votos, nas duas Camaras.

A ultima garantiu a representação da minoria e estatuiu o mais cuidadoso processo para assegurar a verdade do voto; tendo sido todas objecto de acurado estudo e de luminosos debates no Senado e na Camara.

A questão financeira foi assumpto das mais profundas cogitações no seio do Congresso.

Uma commissão mixta de ambas as Camaras estudou pacientemente a materia, procedendo ao exame consciencioso do estado das instituições bancarias e da circulação monetaria, apresentando conceituoso e importante parecer, concluindo por um projecto sobre bancos de emissão, meio circulante e resgate do papel-moeda.

Este projecto foi longa e proficientemente discutido, sendo adoptada uma resolução pela Camara dos Deputados, em 3ª discussão, e enviada como proposição ao Senado, onde se acha em ultima discussão, tendo apparecido emendas e não tendo sido votadas por motivos sabidos.

Muitos outros assumptos occuparam a attenção do Congresso, tendo sido alguns convertidos em leis e outros, achando-se ainda sujeitos aos tramites legislativos. E tudo fez-se em pouco mais de cinco mezes.

Mencionando em ligeira synthese os trabalhos do Congresso Nacional, é justo rememorar os embaraços que lhe advieram do conflicto mantido pelo Poder Executivo, terminado pelo golpe de Estado que dissolveu a representação nacional, proclamou a dictadura e decretou o estado de sitio. Já é sabido que a maioria do Congresso protestou por um manifesto contra a violação da Constituição, immediatamente depois deste acontecimento, não tendo sido o manifesto publicado durante os poucos dias de vida que a dictadura teve, em virtude das medidas vexatorias e compressoras, em relação á imprensa e ao exercicio de todas as liberdades.

Esse manifesto fica junto a esta exposição para ser archivado nos annaes.

Referindo-me a estes graves successos, não esqueço a benemerita reacção contra a tyrannia e o despotismo que gerou no seio da Nação a heroica resistencia

do Rio Grande do Sul e do Pará e o nobre pronunciamento de outros estados, nem o civismo e a dedicação patriotica da armada e do exercito que, sempre obedientes á lei e á autoridade legitimamente constituida, todavia não acceitaram a funcção deshonrosa de instrumentos de um poder illegal, criminoso e irresponsavel contra os direitos, a liberdade e a honra da Nação.

Meus senhores,—ao fechar os trabalhos do Congresso, deixamos o paiz confiado á vigilancia, á integridade, aptidão e patriotismo de um governo que tem e merece ter a confiança da Nação. Elle cumprirá o seu dever.

Dispersando-nos, levemos aos nossos estados a palavra de paz, de justiça e de verdade, para que possamos organisar-nos definitivamente, executando a Constituição que decretou sabiamente o regimen republicano federativo.

Está encerrada a sessão do Congresso Nacional.

Manifesto a que se refere o discurso do Sr. Presidente da Camara dos Deputados

O Congresso Nacional á Nação Brazileira :

O acto pelo qual o chefe do Estado acaba de dissolver o Congresso Nacional, convocado para constituir legalmente a Nação e repôr a vida publica nos seus legitimos fundamentos, promulgando a Constituição da Republica e as leis organicas que deviam della emanar, é um attentado de tal ordem, que não encontra parallelo na historia das crises violentas por que passaram outros povos.

No meio da mais profunda paz interna e externa, quando decretada a Constituição, os poderes publicos por ella organisados funccionavam regularmente, salvo as pequenas difficuldades inherentes a todo o regimen novo ; quando o Congresso Nacional, empenhado seriamente no cumprimento de seus deveres, collocava-se acima dos resentimentos naturaes que lhe deviam causar os actos arbitrarios e inconstitucionaes e violentos emanados do Poder Executivo com singular pertinacia, para solver os grandes problemas da vida publica já no ultimo estadio de seus trabalhos, é, sem causa ou motivo algum que o justifique, dissolvido violentamente pelo Poder Executivo, á mão armada, cortando criminosamente a parabola pacifica da transformação nacional.

Os motivos allegados no manifesto, que o poder despotico dirige á Nação, além de serem um processo calumnioso, repleto de inverdades contra os legisladores do paiz, reflectem em si preoccupações individuaes e acerbas de que se acha possuido o chefe do Estado.

A Nação deve ter visto neste triste documento a presumpção orgulhosa da supremacia absoluta e toda pessoal do chefe do Estado sobre todos os poderes publicos.

E' assim que, tendo elle convocado a Nação para gerir os seus destinos, acto previsto pelos proprios designios da revolução de 15 de novembro, desconheceu desde logo as faculdades soberanas de que fôra investido o Congresso Nacional, e levou a mal, como ora manifesta nas razões que acaba de expôr ao paiz, que a Constituinte, no uso legitimo de seu mandato, alterasse a Constituição provisoria que offerecia á consideração do Congresso.

A preoccupação a que alludimos salienta-se no trecho dessa deploravel peça politica, em que o chefe do Estado, descendo do nivel elevado em que os acontecimentos o collocaram, amargura-se pela liberdade que assumiram os representantes da nação que não suffragarem unanimemente a sua candidatura ao logar effectivo de Presidente da Republica.

As mais nobres reminiscencias da historia foram repudiadas por elle, infelizmente em presença de interesses de caracter pessoal.

Os dissentimentos do Congresso, aos olhos da mais vulgar consciencia, no que toca á eleição do homem que havia exercido a dictadura durante um largo periodo, justificam-se pela propria posição que o destino lhe dera.

Bem longe de descobrir no procedimento do Congresso a mesquinha intenção de magoal-o, fôra o seu dever enxergar nesse escrupulo dos representantes do povo o nobre recato de seus proprios actos, obvios e elevados interesses.

A serie de actos que se seguiram á convocação do Congresso, que acaba de ser dissolvido, contra a disposição constitucional que o declara absolutamente indissoluvel (art. 17 § 2° e art. 1° § 4° das disposições transitorias), está longe de justificar a ousada pretenção que se arroga o Poder Executivo, de achar-se dentro das attribuições que lhe foram conferidas.

Longe disso, o Poder Executivo, já depois de promulgada a Carta Constitucional, e em presença de effectivo trabalho legislativo, julgou-se no direito de legislar, affrontando e invadindo com o mais estranho desembaraço as faculdades conferidas exclusivamente a um outro poder.

E' assim que em pleno dominio da legislatura actual, ora interrompido pelo golpe do Estado que acaba de rasgar o mandato dos legisladores á face da propria Nação, e postergando disposição constitucional expressa, creou cargos publicos de privativa attribuição do Congresso, e, para não ir mais longe, legislou, como a Nação inteira viu, sobre sociedades anonymas, levando o seu desembaraço a, contra prescripções da moral e do interesse publico, crear direito novo, considerando licito o que é declarado criminoso pelas leis vigentes.

O commercio e o paiz sabem que este facto deu causa á baixa de nossos fundos nas praças estrangeiras.

Nós, representantes da nação, poremos de parte o processo já feito na opinião publica dos abusos praticados sob a responsabilidade inilludivel do Presidente da Republica.

O trabalho de paz interna, para o qual, sem duvida, tem concorrido poderosamente a força moral do exercito, teve por si, além da cordialidade extrema e da indole pacifica do povo brazileiro, os conselhos e advertencias patrioticas que inspirava a melindrosa situação em que se acha o paiz.

O Congresso, dirigindo-se á Nação, neste momento angustioso para ella, lamenta profundamente as divergencias havidas entre elle e o chefe do Estado, aliás conhecidas de todo o paiz.

E' dever, porém, do Congresso restabelecer perante o paiz a verdade dos factos.

O Poder Executivo, em vez de se constituir em collaborador do Congresso, entrando na obra de seus trabalhos com a cordialidade propria de um factor effectivo, conforme a Constituição o previra, encerrou-se em uma separação absoluta e rude, recusando-se a ministrar ás commissões parlamentares os dados de que ellas careciam e que só o governo poderia fornecer-lhes.

Está no dominio publico o facto assignalado.

Na direcção dos trabalhos parlamentares jámais influiu no pensamento do Congresso a falsa accusação que lhe faz de pretender renovar costumes e processos incompativeis com o regimen presidencial.

A constituição das mesas é negocio da economia interna das Camaras e acto de sua exclusiva competencia.

O incidente que o manifesto do Presidente da Republica pretende explorar em proveito da injusta arguição que fez ao Congresso, sobre a ultima organisação da Mesa da Camara, não tem a expressão politica que se lhe quer attribuir.

Em todo caso é irrisorio perante o senso universal que se dê um golpe de Estado, que affecta, si não destroe pela base um regimen inteiro, pelo facto de não ter entregue uma das casas do Congresso, a direcção de seus trabalhos a um individuo da confiança do chefe da Nação.

Semelhante pretexto, evidentemente ridiculo, vae encher de pasmo as nações onde for lido o triste e lamentavel documento que estamos no dever penoso de refutar.

A Camara, a que se refere especialmente o manifesto do Presidente da Republica, nunca foi facciosa, mas altiva e digna.

Procurou resguardar a honra de seu mandato perante as invasões do Executivo.

Os que comprehendem o regimen presidencial sabem que a independencia do Poder Executivo não exclue a critica e a fiscalização de seus actos pelo Congresso.

A divergencia essencial e intrinseca dos dous systemas, sabe-o qualquer, está em que, no regimen parlamentar, os ministros são commissarios do parlamento, ao passo que no regimen presidencial são simples orgãos do presidente.

Isso, porém, não quer dizer que neste ultimo systema não assista ás Camaras o direito de critica e censura sobre os actos do governo.

Essa arguição do manifesto dictatorial provém do grosseiro equivoco em que labora sobre a indole e o mecanismo do mesmo regimen.

Os projectos ou actos que o manifesto chama casuisticos e para o fim de annullar concessões feitas, eram medidas reparadoras do credito publico vulnerado contra a lei por actos do governo.

Os clamores da opinião, que arguia taes actos, repercutiam no seio do Congresso solicitando de sua parte medidas legislativas que estancassem uma verdadeira torrente de abusos.

Estes contractos, sujeitos ao exame das Camaras, eram radicalmente nullos pela falta de poder e competencia das autoridades que os fizeram.

E' dessa origem e não da critica parlamentar que provém a falta de prestigio do governo, a que o manifesto allude.

E' assombroso que entre os motivos do golpe de Estado se ouse allegar a preoccupação do Congresso em prover á organisação municipal, quando é certo que a actual administração, que merece o apoio pertinaz e invencivel do Poder

Executivo, tem sido objecto de verdadeiras exigencias da parte da opinião publica, que precisamente aguardava esta medida legislativa como um termo a seus males.

O Congresso achou-se em presença de um trabalho de organisação urgente.

O Presidente da Republica argúe o projecto de lei sobre os crimes de responsabilidade do chefe do Estado de ter sido iniciado ás pressas e de afogadilho, bem como de falso quanto aos principios da sciencia criminal e odioso porque visava a pessoa do actual chefe do governo.

Deixando de parte a apreciação da supposta offensa a principios de direito que o manifesto não diz quaes sejam, convem chamar a attenção do paiz para a obrigação que ao Congresso incumbe de elaborar aquella lei dentro da primeira sessão da futura legislatura, como expressamente determina o art. 54 da Constituição.

Si não fôra a preoccupação pessoal que o acompanha com a fatalidade de um temperamento, o actual Presidente da Republica, que acaba de rasgar suas vestes constitucionaes para assumir o papel de um dictador vulgar, com certeza não teria visto no cumprimento desse dever rigoroso uma aggressão premeditada dos legisladores contra si.

O caracter das leis é serem impessoaes.

E' verdadeiramente espantosa a arguição que faz ao Congresso o manifesto do dictador, por ter procurado prover de remedio efficaz o *deficit* colossal que se encontra nos orçamentos do paiz.

Sabe a Nação, e é isto elementar, que só ha dous processos economicos para restabelecer o equilibrio das finanças publicas: o augmento da receita ou a reducção da despeza.

E' calumniar os factos pretender que o Congresso pudesse restabelecer o equilibrio dos orçamentos no actual momento sem a reducção das despezas publicas.

O manifesto não se encarregou de dizer quaes os serviços que foram desorganisados e allude ás legações que foram annexadas ou supprimidas, entre as quaes menciona a da Santa Sé.

Sejam quaes forem os interesses que se ligam ás relações internacionaes, é verdade que paiz algum deixa de obedecer, antes de tudo, á manutenção dos cargos, á situação de suas rendas.

O Congresso não se inspirou, como calumniosamente diz o manifesto, na perseguição da Igreja.

O argumento evidentemente visa indispôr os actuaes legisladores com o sentimento religioso da Nação: não o conseguirá.

A parte do manifesto que se refere ao estado das finanças é verdadeiramente infeliz.

Pagina arrancada dos debates interesseiros da Bolsa, este ponto reflecte em si a reproducção de exigencias inacceitaveis que foram excluidas pelo Congresso com o applauso caloroso da melhor opinião no assumpto.

Os debates havidos no seio das duas Camaras e a discussão parallela da imprensa insuspeita, em que a opinião do actual governo foi completamente batida, devem ter esclarecido o espirito publico, de modo a tornar inutil a sua reproducção.

Chegamos ao momento em que é preciso encarar um problema delicado e difficil, a que allude o manifesto do dictador.

O Congresso não se despercebeu da corrente reactora que se forma em torno da Republica, impulsionada precisamente pelos erros do governo; mas o remedio efficaz e prompto está no respeito ás instituições, na guarda dos principios e na observancia da Constituição e das leis.

Sem isso, toda politica é artificial e falsa.

O que o bom senso aconselha é que, antes de se recorrer ás medidas extremas e aos golpes desatinados, os governos precavidos e serios procurem nobilitar o regimen que representam pela sincera applicação da lei e por um severo regimen de moralidade.

São estas largas brechas por onde penetram os inimigos das instituições republicanas.

Entre os lamentaveis aleives levantados contra o Congresso, está o pretendido obstaculo á repressão de qualquer movimento restaurador.

E' assombroso!

O governo tinha razão de saber, nós o affirmamos, que na figurada hypothese o Congresso inteiro estaria de seu lado.

Demais, basta olhar os factos que attestam a attitude da Camara nas tentativas de levarem-n'a a contemplações indiscretas no sentido da arguição feita para encontrar o evidente desmentido; a moção sobre o regresso imperial, repellida *in limine* e sem debate pela Camara, attesta de modo eloquente a sua justa susceptibilidade e o seu zelo pelos destinos da Republica.

Estranha coragem que vae até á affronta da evidencia dos factos attestados pelos annaes legislativos!

Ha um topico do manifesto que o Congresso confrange-se tomar em consideração, tal é a mesquinhez e a falsidade da arguição que lhe é feita e que jámais devia figurar em documento que, si é destinado a dissimular um acto de evidente tyrannia, não devera, comtudo, comparecer aos olhos do mundo civilisado com um cunho relapso de um rebaixamento nacional.

Esse topico é aquelle em que, rebuscando as diffamações proprias da baixa imprensa, accusa-se o Congresso de ter-se preoccupado sómente de fazer a lei de seu subsidio.

Essa accusação inepta, além de ser mais um desconhecimento do preceito constitucional, aliás interpretado e executado pelo proprio governo, é uma falsidade contra a evidencia dos factos.

A questão é simples e é esta: Dando cumprimento ao preceito constitucional sobre o subsidio, o Congresso decretou a lei respectiva, mandando igualal-o em observancia da disposição expressa da lei.

Não disse o Congresso si o nivelamento decretado era para mais ou para menos.

Interpretando a disposição legislativa, o facto é este: o governo igualou os vencimentos dos deputados aos dos senadores.

Como, pois, agora se insurge contra seu proprio acto e pretende imputal-o ao Congresso, que com certeza o não praticou?

O fim da dictadura é manifesto: procura rebaixar aos olhos da Nação os sentimentos do Congresso, abater o nivel moral de sua autoridade e por esse modo desprestigial-o perante o paiz.

Semelhante increpação cobre de verdadeira tristeza o Congresso, que vê com o mais profundo pezar, pela primeira vez em sua patria, em uma epoca que devera

ser a da regeneração dos costumes publicos, agitar-se, como fundamento de um golpe de Estado, assumpto de tão baixo nivel.

Ha um erro grave da parte do actual dictador — elle não acredita nas resurreições da historia.

Qualquer que seja o abatimento em que se julgue ter cahido o espirito desta nação, é illusorio suppor que ella haja esquecido para sempre os heroicos testemunhos de sua antiga virilidade.

Nós, membros do Congresso, dirigimo-nos altivamente aos nossos concidadãos afim de, neste momento angustioso para nossa patria, dizer-lhes que não reconhecemos de modo algum o attentado que acaba de ser praticado contra seus direitos soberanos e que, si pudesse consummar-se á face do paiz e do mundo, seria o perpetuo opprobrio desta nação.

Nenhum povo conquista e mantem a liberdade sem grande sacrificio.

E' esta a lição da Historia.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1891.

Prudente José de Moraes Barros, vice-presidente do Senado, senador pelo estado de S. Paulo.

Bernardino de Campos, presidente da Camara, deputado pelo estado de São Paulo.

Manoel Francisco Machado, senador pelo Amazonas.
Virgilio Climaco Damasio, senador pela Bahia.
Manoel Bezerra de Albuquerque Junior, senador pelo Ceará.
Eduardo Wandenkolk, senador pelo Districto Federal.
Joaquim Saldanha Marinho, idem.
Domingos Vicente Gonçalves de Souza, senador pelo Espirito Santo.
Gil Diniz Goulart, idem.
José Cesario de Miranda Monteiro de Barros, idem.
João Pedro Belfort Vieira, senador pelo Maranhão.
Francisco Manoel da Cunha Junior, idem.
José Secundino Lopes Gomensoro, idem.
Antonio Pinheiro Guedes, senador por Matto Grosso.
Joaquim Felicio dos Santos, senador por Minas Geraes.
Americo Lobo Leite Pereira, idem.
Manoel de Mello Cardoso Barata, senador pelo Pará.
José Pereira dos Santos Andrade, senador pelo Paraná.
José Hygino Duarte Pereira, senador por Pernambuco.
Joaquim Antonio da Cruz, senador pelo Piauhy.
José Bernardo de Medeiros, senador pelo Rio Grande do Norte.
Amaro Cavalcanti, idem.
Antonio Justiniano Esteves Junior, senador por Santa Catharina.
Joaquim Murtinho, senador por Matto Grosso.
Manoel Ferraz de Campos Salles, senador por S. Paulo.
José Luiz Coelho e Campos, senador por Sergipe.
Francisco de Paula Leite Oiticica, deputado por Alagôas.
Gabino Besouro, idem.
Manoel Uchôa Rodrigues, Amazonas.
Manoel Ignacio Belfort Vieira, idem.
José Augusto de Freitas, idem.

Aristides Cesar Spinola Zama, idem.
Severino dos Santos Vieira, idem.
Francisco dos Santos Pereira, idem.
Custodio José de Mello, idem.
Francisco de Paula Oliveira Guimarães, idem.
Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, idem.
Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira, idem.
Sebastião Landulpho da Rocha Medrado, idem.
Alexandre José Barbosa Lima, deputado pelo Ceará.
José Freire Bezerril Fontenelle, idem.
João Lopes Ferreira Filho, idem.
Frederico Augusto Borges, idem.
José Bevilacqua, idem.
João Baptista de Sampaio Ferraz, Districto Federal.
Aristides da Silveira Lobo, idem.
Francisco Furquim Werneck de Almeida, idem.
José Augusto Vinhaes, idem.
Thomaz Delfino dos Santos, idem.
Conde de Figueiredo, idem.
José de M. Carvalho Muniz Freire, Espirito Santo.
Antonio Borges de Athayde Junior, idem.
José Leopoldo de Bulhões Jardim, Goyaz.
Casimiro Dias Vieira Junior, Maranhão.
José Rodrigues Fernandes, idem.
Antonio Francisco de Azevedo, Matto Grosso.
Antonio Olyntho dos Santos Pires, Minas Geraes.
João das Chagas Lobato, idem.
Americo Gomes Ribeiro da Luz, idem.
Polycarpo Rodrigues Viotti, idem.
Antonio Dutra Nicacio, idem.
Francisco Corrêa Ferreira Rabello, idem.
Astolpho Pio da Silva Pinto, idem.
Aristides de Araujo Maia, idem.
Carlos Justiniano das Chagas, idem.
Cesario Motta Junior, idem.
Francisco Glicerio, idem.
Manoel de Moraes e Barros, idem.
Domingos Corrêa de Moraes, idem.
Adolpho Affonso da Silva Gordo, idem.
Joaquim de Souza Mursa, idem.
Paulino Carlos de Arruda Botelho, idem.
Francisco de Paula Rodrigues Alves, idem.
Carlos Augusto Garcia Ferreira, idem.
Alfredo Ellis, idem.
Antonio José da Costa Junior, idem.
José Luiz de Almeida Nogueira, idem.
Ivo do Prado Monte Pires da França, Sergipe.
Manoel Perciliano de Oliveira Valladão, idem.

Felisbello Firmo de Oliveira Freire, idem.
Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, idem.
Joaquim Gonçalves Ramos, Minas Geraes.
Francisco de Paula Amaral, idem.
José da Costa Machado e Souza, idem.
Domingos da Silva Porto, idem.
João Antonio de Avellar, idem.
Constantino Luiz Palleta, idem.
José Joaquim Ferreira Rabello, idem.
José Carlos Ferreira Pires, idem.
José Teixeira da Matta Bacellar, Pará.
Innocencio Zerzedello Corrêa, idem.
Raymundo Nina Ribeiro, idem.
João Baptista de Sá Andrade, Parahyba.
Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, Paraná.
Marciano Augusto Botelho de Magalhães, idem.
Eduardo Mendes Gonçalves, idem.
Joaquim José de Almeida Pernambuco, deputado por Pernambuco.
Raymundo Carneiro de Souza Bandeira, idem.
Annibal Falcão, idem.
José Vicente de Meira Vasconcellos, idem.
Antonio Alves Pereira Lyra, idem.
Vicente Antonio do Espirito Santo, idem.
Belarmino Carneiro, idem.
Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro, Rio Grande do Sul.
Antão Gonçalves de Faria, idem.
Antonio Augusto Borges de Medeiros, idem.
Alcides de Mendonça Lima, idem.
Demetrio Nunes Ribeiro, idem.
Alexandre Cassiano do Nascimento, idem.
Nilo Peçanha, Rio de Janeiro.
Urbano Marcondes dos Santos Machado, idem.
Virgilio de Andrade Pessoa, idem.
João Baptista da Motta, idem.
Alcindo Guanabara, idem.
Erico M. da Gama Coelho, idem.
Carlos Antonio da França Carvalho, idem.

E, para constar, mandou-se lavrar o presente termo, que vae assignado pelos membros da Mesa.— *Bernardino de Campos*, presidente da Camara dos Deputados.— *Gil Diniz Goulart*, 2° secretario do Senado.— *Manoel Bezerra de Albuquerque Junior*, 4° secretario do Senado.— *Eduardo Mendes Gonçalves*, 2° secretario da Camara dos Deputados.— *Antonio Borges de Alhayde Junior*, 3° secretario da Camara dos Deputados.

SENADO FEDERAL

INDICE

DAS

SESSÕES DE 2 A 22 DE JANEIRO DE 1892

Almeida Barreto (O Sr.) — Discursos:

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 51. (Sessão de 2 de janeiro.) Pag. 5.

Apresentando um requerimento. (Sessão de 2 de janeiro.) Pag. 9.

Apresentando um requerimento. (Sessão de 7 de janeiro.) Pag. 29.

Respondendo a um discurso do Sr. Eduardo Wandenkolk. (Sessão de 11 de janeiro.) Pag. 59.

Amaro Cavalcanti (O Sr.) — Discursos:

Sobre a questão financeira. (Sessão de 15 de janeiro.) Pag. 80.

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 7. (Sessão de 19 de janeiro.) Pag. 108.

Respondendo ao Sr. Braz Carneiro. (Sessão de 19 de janeiro.) Pag. 110.

Americo Lobo (O Sr.) — Discursos:

Apresentando um requerimento. (Sessão de 2 de janeiro.) Pag. 1.

Declarando o seu modo de votar. (Sessão de 2 de janeiro.) Pag. 3.

Lembrando á Mesa um alvitre. (Sessão de 4 de janeiro.) Pag. 10.

Justificando um requerimento. (Sessão de 4 de janeiro.) Pag. 11.

Offerecendo um projecto. (Sessão de 5 de janeiro.) Pag. 19.

Sobre o projecto do Senado, n. 32. (Sessão de 7 de janeiro.) Pag. 19.

Sobre o projecto do Senado, n. 32. (Sessão de 7 de janeiro.) Pag. 35.

Apresentando um requerimento. (Sessão de 16 de janeiro.) Pag. 89.

Braz Carneiro (O Sr.) — Discursos:

Fazendo um requerimento. (Sessão de 2 de janeiro.) Pag. 4.

Sobre a questão financeira. (Sessão de 19 de janeiro.) Pag. 109.

Campos Salles (O Sr.) — Discursos:

Sobre o projecto do Senado, n. 32. (Sessão de 7 de janeiro.) Pag. 32.

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 88. (Sessão de 8 de janeiro.) Pag. 47.

Respondendo a um discurso do Sr. Firmino da Silveira. (Sessão de 13 de janeiro.) Pag. 68.

Apresentando uma moção. (Sessão de 21 de janeiro.) Pag. 115.

Coelho e Campos (O Sr.) — Discurso:

Offerecendo uma emenda. (Sessão de 2 de janeiro.) Pag. 7.

E. Wandenkolk (O Sr.) — Discurso:

Dando explicações. (Sessão de 8 de janeiro.) Pag. 44.

Elyseu Martins (O Sr.) — Discursos:

Apresentando um requerimento. (Sessão de 12 de janeiro.) Pag. 62.

Sobre a questão financeira. (Sessão de 18 de janeiro.) Pag. 106.

Esteves Junior (O Sr.) — Discurso:

Dando explicações. (Sessão de 20 de janeiro.) Pag. 112.

Firmino da Silveira (O Sr.) — Discursos:

Apresentando um requerimento. (Sessão de 13 de janeiro.) Pag. 66.

Sobre um requerimento que apresentou. (Sessão de 19 de janeiro.) Pag. 107.

Gomensoro (O Sr.) — Discursos:

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 51. (Sessão de 2 de janeiro.) Pag. 4.

Sobre o projecto do Senado, n. 21. (Sessão de 2 de janeiro.) Pag. 6.

Sobre uma denuncia apresentada ao Senado. (Sessão de 4 de janeiro.) Pag. 8.

Pedindo uma informação. (Sessão de 4 de janeiro.) Pag. 10.

Sobre um parecer da commissão de justiça e legislação. (Sessão de 6 de janeiro.) Pag. 25.

Apresentando uma indicação. (Sessão de 7 de janeiro.) Pag. 32.

João Neiva (O Sr.) — Discursos:

Pedindo uma informação. (Sessão de 4 de janeiro.) Pag. 9.

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 33. (Sessão de 4 de janeiro.) Pag. 11.

Laper (O Sr.) — Discurso:

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 88. (Sessão de 8 de janeiro.) Pag. 47.

Pinheiro Guedes (O Sr.) — Discursos:

Justificando o seu voto. (Sessão de 7 de janeiro.) Pag. 32.

Sobre o projecto do Senado, n. 32. (Sessão de 7 de janeiro.) Pag. 35.

Fazendo uma communicação. (Sessão de 11 de janeiro.) Pag. 61.

Dando explicações. (Sessão de 14 de janeiro.) Pags. 73 e 75.

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 9. (Sessão de 18 de janeiro.) Pag. 105.

Sobre a questão financeira. (Sessões de 18 e 19 de janeiro.) Pags. 106 e 109.

Fazendo um pedido á Mesa. (Sessão de 19 de janeiro.) Pag. 111.

Presidente (O Sr. Prudente de Moraes.) — Discursos:

Sobre uma votação nominal. (Sessão de 2 de janeiro.) Pag. 3.

Propondo uma medida sobre o andamento dos trabalhos. (Sessão de 2 de janeiro.) Pag. 3.

Declarando prejudicado um regimento. (Sessão de 2 de janeiro.) Pag. 7.

Interpretando o art. 141 do regimento. (Sessão de 2 de janeiro.) Pag. 7.

Sobre um requerimento do Sr. Almeida Barreto. (Sessão de 4 de janeiro.) Pag. 9.

Respondendo ao Sr. Gomensoro. (Sessão de 4 de janeiro.) Pag. 10.

Dando por esgotada a ordem do dia. (Sessão de 5 de janeiro.) Pag. 21.

Dando explicações. (Sessão de 9 de janeiro.) Pag. 55.

Respondendo ao Sr. senador Pinheiro Guedes. (Sessão de 14 de janeiro.) Pag. 74.

Respondendo ao Sr. Ruy Barbosa. (Sessão de 15 de janeiro.) Pag. 80.

Dando explicações. (Sessão de 19 de janeiro.) Pag. 110.

Respondendo ao Sr. Pinheiro Guedes. (Sessão de 19 de janeiro.) Pag. 111.

Respondendo ao Sr. Esteves Junior. (Sessão de 20 de janeiro.) Pag. 112.

Ramiro Barcellos (O Sr.) — Discursos:

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 51. (Sessão de 2 de janeiro.) Pag. 4.

Sobre o projecto do Senado, n. 32. (Sessão de 7 de janeiro.) Pag. 34.

Sobre a questão financeira. (Sessão de 14 de janeiro.) Pag. 78.

Apresentando um requerimento. (Sessão de 20 de janeiro.) Pag. 113.

Sobre a moção apresentada pelo Sr. Campos Salles. (Sessão de 21 de janeiro.) Pag. 120.

Rangel Pestana (O Sr.) — Discursos:

Sobre a questão financeira. (Sessões de 15 e 16 de janeiro.) Pags. 80 e 93.

Sobre a moção apresentada pelo Sr. Campos Salles. (Sessão de 21 de janeiro.) Pag. 121.

Rosa Junior (O Sr.) — Discursos:

Justificando um requerimento. (Sessão de 8 de janeiro.) Pag. 37.

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 42. (Sessão de 9 de janeiro.) Pag. 57.

Sobre a politica dos estados. (Sessão de 14 de janeiro.) Pag. 75.

Ruy Barbosa (O Sr.) — Discursos:

Sobre o projecto do Senado, n. 32. (Sessão de 7 de janeiro.) Pag. 34.

Sobre o projecto financeiro. (Sessões de 13 e 14 de janeiro.) Pags. 65, 66 e 72.

Fazendo uma pergunta á Mesa. (Sessão de 15 de janeiro.) Pag. 79.

Saldanha Marinho (O Sr.) — Discurso :

Pedindo a publicação de uma representação. (Sessão de 8 de janeiro.) Pag. 47.

Termo de encerramento da sessão extraordinaria do Congresso da Republica dos Estados Unidos do Brazil convocada por Decreto n. 685 de 23 de novembro de 1891. (Em 22 de janeiro.) Pags. 123 a 130.

Theodureto Souto (O Sr.) — Discursos:

Sobre o projecto do Senado, n. 32. (Sessão de 7 de janeiro.) Pag. 31.

Sobre a questão financeira. (Sessão de 18 de janeiro.) Pag. 106.

Virgilio Damasio (O Sr.) — Discurso :

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 83. (Sessão de 4 de janeiro.) Pag. 12.

SENADO FEDERAL

HISTORICO

DAS

SESSÕES DE 28 DE ABRIL A 15 DE JUNHO DE 1892

No dia 28 de Abril, o Sr. senador Elyseu Martins ao assumir a cadeira da presidencia, diz que assim procede porque não se acham presentes nem o Sr. vice-presidente do Senado, nem nenhum dos Srs. secretarios e supplentes e porque já ha algum tempo a esta parte se acha substituindo o Sr. 1º secretario, a convite do presidente interino do Senado, segundo communicação que lhe foi dirigida pelo director da secretaria e convida para servirem de 1º, 2º, 3º e 4º secretarios os Srs. Gomensoro, Luiz Delfino, Cunha Junior e Rosa Junior.

Depois da leitura do expediente o Sr. Luiz Delfino, communica que o Sr. Esteves Junior, senador pelo Estado de Santa Catharina, está prompto á comparecer aos trabalhos do Senado.

Nada mais havendo a tratar-se levanta-se a sessão.

No dia 30, depois de aberta a sessão o Sr. 1º secretario procede á leitura do expediente.

Em seguida o Sr. presidente communica que se acham promptos para os trabalhos legislativos apenas 19 Srs. senadores.

Levanta-se a sessão.

Na sessão preparatoria do dia 2 de maio, depois da leitura do expediente o Sr. Braz Carneiro communica ao Senado que o Sr. senador Lapér se acha prompto para a abertura do Congresso.

O Sr. presidente declara que não ha senadores em numero sufficiente para ter logar amanhã a abertura do Congresso Nacional, e nesse sentido vae mandar communicar aos Srs. Presidente da Republica e Presidente da Camara dos Srs. Deputados.

Levanta-se a sessão.

No dia 3, depois da leitura do expediente o Sr. Elyseu Martins, communica que o Sr. senador Americo Lobo participou-lhe, do Estado de Minas-Geraes, achar-se prompto para os trabalhos legislativos.

Não havendo ainda numero legal para a abertura do Congresso, o Sr. Presidente convida os Srs. Senadores, a reunir-se amanhã em sessão preparatoria.

Na sessão do dia 4, o Sr. senador Luiz Delfino communica que o Sr. senador Raulino Horn espera comparecer amanhã.

Em seguida, levanta-se a sessão.

No dia 5, depois da leitura do expediente, o Sr. Presidente diz que ainda hoje não se verifica a existencia de numero legal de Srs. senadores para que se possa installar a presente sessão legislativa, e convida os senadores a se reunirem amanhã, afim de verificar-se a existencia desse numero.

Levanta-se a sessão.

No dia 6 verifica-se haver presentes nesta capital 31 Srs. senadores.

O Sr. Presidente diz que não ha numero legal para installação do congresso Nacional, portanto convida os Srs. senadores a reunir-se amanhã em sessão preparatoria.

Levanta-se a sessão.

No dia 7 o Sr. Presidente declara que ainda é de 31 o numero de senadores que se acham nesta capital. E, como consta que de hoje para amanhã devem chegar mais tres Srs. senadores, acha conveniente que o senado se reuna amanhã, apezar de ser domingo, para se verificar se ha numero legal, e assim convida os Srs. senadores a reunir-se amanhã ao meio-dia.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 8 o Sr. Presidente declara haver numero legal de Srs. senadores, para que se possa abrir a presente sessão.

Nesse sentido vae se officiar ao Sr. Presidente da Republica e bem assim á Camara dos Deputados, onde consta que ha promptos 99 de seus membros faltando apenas quatro para completar o numero legal e convida os Srs. senadores para comparecer amanhã para se verificar si já existe o numero legal naquella casa do Congresso, afim de marcar-se o dia da sessão de abertura da presente sessão do Congresso Nacional.

Levanta-se a sessão.

No dia 9 o Sr. Presidente declara que acham-se presentes na capital 34 Srs. senadores.

Declara tambem que até este momento a Camara dos Deputados ainda não verificou a existencia de numero legal de seus membros. A sessão de hoje foi suspensa naquella Camara

á espera de ver si comparecem os dous ou tres deputados que faltam para perfazer esse numero.

Conseguintemente, por sua vez, suspende a sessão por algum tempo, afim de aguardar a communicação de se haver reunido numero legal na Camara.

Suspende-se a sessão.

A 1 hora e 1/4 da tarde continua a sessão.

O Sr. Presidente diz que por informação recebida da camara dos Deputados, acaba de levantar-se alli a sessão com a declaração de não haver ainda numero legal para a installação do Congresso.

Em seguida convida os Srs. senadores a reunir-se amanhã em sessão preparatoria.

Levanta-se a sessão.

A' meia hora depois do meio dia abriu-se a sessão do dia 10.

O Sr. Presidente diz que demorou hoje a abertura da sessão Senado a espera de verificar si na Camara dos Deputados havia já numero legal. Acaba de ser informado que se acham presentes nesta capital 102 deputados, faltando ainda um para preencher esse numero. Conseguintemente não póde installar-se amanhã o Congresso.

Convida os Srs. senadores a reunir-se amanhã em sessão preparatoria.

No dia 11 depois da leitura do expediente o Sr. Presidente diz que segundo a communicação da camara dos Deputados que acaba de ser lida ha naquella casa do Congresso numero legal para installação da sessão ordinaria.

De accordo com o que ficou combinado na ultima sessão extraordinaria do Congresso, entre os membros das Mesas das respectivas camaras, a sessão de installação terá logar amanhã, á 1 hora da tarde, no paço do Senado, o que se vai communicar ao Sr. Presidente da Republica e á outra camara.

Convida os Srs. senadores a comparecer para assistir á sessão de installação.

A primeira sessão ordinaria do Senado terá logar no dia 14, visto ser feriado o dia 13.

A ordem do dia 14 será, na fórma do regimento, eleição da Mesa e das commissões permanentes.

Levanta-se a sessão.

E M B R A N C O

SENADO FEDERAL
RECINTO

CONGRESSO NACIONAL

Sessão de abertura da 2ª sessão ordinaria da 1ª legislatura do Congresso Nacional da Republica dos Estados Unidos do Brazil

---

A' 1 hora da tarde do dia 12 de maio de 1892, reunidos no recinto do Senado os Srs. senadores e deputados, tomam assento na mesa os Srs. Prudente José de Moraes e Barros vice-presidente do Senado, Gil Diniz Goulart e Antonio Nicoláo Monteiro Baena, servindo de 1º e 2º secretarios do Senado e Antonio Borges de Athayde Junior e Alexandre Cassiano do Nascimento, servindo de 1º e 2º secretarios da Camara dos Deputados.

Annunciada a chegada do emissario do Sr. Vice-Presidente da Republica, portador da Mensagem dirigada ao Congresso Nacional, o Sr. presidente convida o Sr. 4º secretario da Camara dos Deputados para introduzil-o no recinto.

Recebida a Mensagem, o Sr. Presidente declara aberta a 2ª sessão ordinaria da 1ª legislatura e outrosim que se vae proceder á leitura da Mensagem.

O Sr. 1º secretario do Senado procede á leitura da Mensagem (Vide pag. 11.)

Em seguida o Sr. Presidente diz que o Congresso tomará na devida consideração a exposição constante da Mensagem do Sr. Vice-Presidente da Republica.

Levanta-se a sessão e, para constar lavra-se o presente termo, que vae assignado pelos membros da Mesa.

E M B R A N C O

SENADO FEDERAL

Segunda sessão da primeira Legislatura do Congresso Nacional

No dia 14 de maio, tendo comparecido 32 Srs. senadores, abre-se a sessão.

São successivamente lidas, postas em discussão e sem debate approvadas as actas da ultima sessão, da sessão extraordinaria convocada por decreto n. 685 de 23 de novembro de 1891 e da ultima sessão preparatoria da presente sessão ordinaria.

Depois da leitura do expediente o Sr. Presidente communica á casa o fallecimento do Sr. senador Manoel Bezerra de Albuquerque Junior e propõe que se consigne na acta dos trabalhos do Senado um voto de profundo pezar pelo fallecimento daquelle distincto cidadão.

A proposta é approvada unanimemente.

Em seguida o Sr. Presidente procede á leitura do relatorio dos trabalhos realisados pelo Senado, tanto na 1ª sessão ordinaria como na extraordinaria, convocada por decreto n. 685 de 23 de novembro de 1891 (Vide pag. 22)

Terminada a leitura do relatorio procede-se á eleição da Mesa, que ficou assim constituida.

Presidente — Prudente de Moraes.
1º Secretario João Pedro.
2º » Gil Goulart.
3º » Antonio Baena.
4º » Thomaz Cruz.
Supplentes : João Neiva, Americo Lobo, Domingos Vicente e Cunha Junior.

Segue-se a eleição para as commissões permanentes (Vide pag. 25).

Em seguida levanta-se a sessão.

No dia 16 comparecem 32 Srs. senadores.

E' approvada a acta da sessão anterior.

Depois da leitura do expediente o Sr. Amaro Cavalcanti envia á Mesa uma indicação relativa aos 4 Srs. senadores que se acham privados de tomar parte nos trabalhos da presente sesssão (Vide pag. 27).

Estando apoiada pelo numero de assignaturas é posta em discussão.

O Sr. Campos Salles toma a palavra e requer que a indicação vá a commissão respectiva para dar parecer.

O requerimento é apoiado e posto em discussão, a qual fica adiada pela hora.

O Sr. Elyseu Martins pede apalavra para obter prorogação da hora do expediente, visto tratar-se de materia importante.

O Sr. Presidente declara que sendo a indicação assumpto de materia importante, dará para ordem do dia de amanhã.

Passa-se á ordem do dia e continua a eleição das commissões permanentes (Vide pag. 30).

Segue-se em 3ª discussão o projecto do Senado n. 51 de 1891

Oram os Srs. Gomensoro e Americo Lobo ; ficando encerrada a discussão dos arts. 1º e 2º do projecto e adiada a votação por falta de numero.

Na sessão do dia 17 o Sr. Firmino da Silveira communica que o seu companheiro de representação. O Sr. Almeida Barreto, incumbiu-se de participar ao Senado que deixava de comparecer ás suas sessões por ter sido preso na noite de 10 de abril ultimo e desterrado violentamente para o Estado do Amazonas, por ordem do Sr. Vice-presidente da Republica.

Passa-se á ordem do dia.

E' approvada em 3ª discussão o projecto do Senado n. 51 de 1891.

E' adiada a votação do projecto do Senado n. 1 de 1892, a requerimento do Sr. Americo Lobo.

Continua a discussão da indicação do Sr. Amaro Cavalcanti e outros e do requerimento do Sr. Campos Salles, apresentado na sessão anterior.

Depois de algumas observações do Sr. Amaro Cavalcanti, occuparam a tribuna os Srs. Elyseu Martins, Campos Salles, Theodoreto Souto, Americo Lobo e Amaro Cavalcanti.

Encerra-se a discussão.

Depois das explicações dadas pelo Sr. Presidente é approvado o requerimento do Sr. Campos Salles por 20 votos contra 13.

A discussão da indicação fica adiada.

Levanta-se a sessão.

No dia 18, depois da leitura do expediente, é lido o parecer da commissão de constituição e poderes reconhecendo senador da Republica pelo Estado de S. Paulo o Dr. Francisco Rangel Pestana.

Este parecer foi a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

Depois da approvação da acta o Sr. Generoso Marques submette á consideração do Senado uma indicação sobre a lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892 (Vide pag. 58).

E' lida, posta em discussão e sem debate approvada.

O Sr. Gomensoro fundamenta um projecto de lei restabelecendo o ministerio da justiça (Vide pag. 61).

Estando apoiado pelas assignaturas, vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 55, de 1891.

O Sr. Presidente informa que esta proposição acha-se prejudicada pelo fallecimento da pessoa a que se refere.

Ninguem pedindo a palavra, não é approvada a proposição, e vai ser devolvida á outra Camara.

E' approvada em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 5, de 1892.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 19, depois da aprovação da acta, o Sr. Amaro Cavalcanti justifica um requerimento, lembrando ao Sr. Vice-presidente da Republica a necessidade de remetter, com urgencia, ao Congresso as razões e provas que teve, para motivar o estado de sitio e as medidas subsequentes, constantes dos decretos do 10 e 12 de abril ultimo, afim de que possam as casas do Congresso cumprir, por sua vez, com os seus deveres, insistentemente reclamados pela voz da opinião publica e da propria justiça, (Vide pag. 65).

Estando apoiado pelo numero de assignaturas, é posto em discussão.

Depois de orar o Sr. Campos Salles, encerra-se a discussão.

E' rejeitado o requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti por 19 votos contra 12.

O Sr. Presidente nomeia o Sr. Virgilio Damasio para substituir o Sr. Joaquim Felicio na commissão de Constituição e Poderes.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica o decreto do Congresso Nacional, não sanccionado, declarando que a aposentadoria concedida a Antonio Pereira Bastos, no emprego de inspector da Alfandega da Bahia, é com o ordenado do mesmo emprego.

Depois de algumas observações do Sr. Presidente o decreto é approvado por unanimidade de votos.

Segue-se em discussão unica o decreto do Congresso Nacional, não sanccionado, autorizando o Governo a mandar abonar ao Dr. Evaristo Nunes Pires a gratificação a que tinha direito, como professor interino de geographia do Externato do Gymnasio Nacional.

Depois de algumas explicações dadas pelo Sr. Presidente, é approvado o decreto.

E' approvado em 1ª discussão o projecto do Senado, n. 9, de 1892.

E' adiada a votação da proposição da Camara do Deputados, n. 74, de 1891.

Segue-se em 3ª discussão a proposição da mesma Camara, n. 38, de 1891.

O Sr. Joaquim Sarmento declara que o cidadão a quem se refere essa proposição já foi exonerado do cargo que exercia no Estado do Amazonas.

Depois de algumas observações do Sr. Presidente, encerra-se a discussão, ficando adiada a votação por falta de numero legal.

E' encerrada a 2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 70, de 1891.

E' tambem encerrada a 2ª discussão da proposição da mesma Camara, n. 72, de 1891.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

No dia 20 de maio, depois da leitura do expediente, o Sr. Theodoreto Souto apresentou um projecto de lei concedendo amnistia aos detidos e desterrados por força do decreto de 12 de abril do corrente anno (Vide pag. 75).

Estando apoiado pelo numero de assignaturas, vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

O Sr. Amaro Cavalcanti requer que este projecto seja dado para ordem do dia, visto ser materia urgente.

Depois de algumas observações do Sr. Presidente, é approvado o requerimento de urgencia para ser dispensada a impressão do projecto em avulso, afim de ser logo dado para a ordem do dia.

Passa-se á ordem do dia.

E' approvada em 2ª discussão a proposição da Camara dos Deputados n. 74, de 1891.

Não é approvada em 3ª discussão a proposição da mesma camara, n. 38, de 1891.

E' approvada a proposição da mesma camara, n. 70, de 1891.

E' approvada a proposição da mesma camara, n. 72, de 1891.

E' tambem approvada a redacção do projecto do Senado, n. 51, de 1891.

São approvadas as conclusões do parecer da commissão de Constituição e Poderes, reconhecendo Senador o Sr. Francisco Rangel Pestana.

Achando-se presente o Sr. senador eleito e reconhecido pelo Estado de S. Paulo, contrahe o compromisso constitucional e toma assento.

Segue-se em discussão unica, e é sem debate approvado, o parecer da commissão de Constituição, Poderes e Diplomacia, n. 21 que considera effectiva a vaga da cadeira do ex-senador pelo estado das Alagôas, marechal Floriano Peixoto.

Segue-se em discussão unica, e é sem debate approvado, o parecer da commissão de justiça e legislação opinando pelo indeferimento do requerimento de Maria Francisca dos Anjos Curado.

São approvados em 2ª discussão os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 36, de 1891.

São approvados os arts. 1º, 2º e 3º da proposição da mesma camara, n. 41, de 1891.

São tambem approvados os arts. 1º e 2º da proposição da mesma camara, n. 39, de 1891.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 21 de maio, depois da leitura do expediente, o Sr. Generoso Marques, apresenta um projecto relativo á lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892 (Vide pag. 80).

Estando apoiado pelo numero de assignaturas, vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

O Sr. Francisco Machado requer dispensa de membro da commissão de finanças.
Aceito o requerimento, o Sr. presidente nomeia para substituil-o na dita commissão, Sr. Rangel Pestana.
Passa-se á ordem do dia.
E' approvado em 1ª discussão o projecto do Senado, n. 5, de 1892.
O Sr. Amaro Cavalcanti requer para que, se dispensando o parecer da commissão, ontinue o projecto a ser considerado materia urgente, e seja elle dado para a ordem do ia da sessão seguinte.
Depois das explicações dadas pelo Sr. Presidente sobre o requerimento, é elle rejeitado.
O Sr. Presidente lembra ainda uma vez á commissão de Justiça e Legislação que o ssumpto do projecto está considerado urgente pelo Senado, afim de que ella, no mais breve razo possivel, interponha o seu parecer.
E' approvado em 1ª discussão o projecto do Senado, n. 3, de 1892.
E' approvado o artigo unico da proposição da Camara dos Deputados, n. 63, de 1891.
Entra em discussão a proposição da mesma camara, n. 47, de 1891.
Depois de orarem os Srs. Amaro Cavalcanti, Rosa Junior e Elyseu Martins, encerra-se a scussão, ficando a votação adiada, por falta de numero legal.
Levanta-se a sessão.

No dia 23, depois da leitura dos pareceres, o Sr. Presidente diz que se achavam sobre a sa os pareceres da commissão de Justiça e Legislação sobre as nomeações de alguns mem- os do Supremo Tribunal Federal, e da commissão de Constituição, Poderes e Diplomacia ore as nomeações de diversos membros do corpo diplomatico; nomeações que, na fórma do . 48 n. 12 da Constituição Federal, estão sujeitas á approvação do Senado; e, outrosim, lara que, na fórma do regimento, amanhã, ao meio dia, haverá sessão secreta para o Se- do tomar conhecimento de taes nomeações.
O Sr. Campos Salles requer que sobre o projecto de amnistia seja ouvida tambem, con- ctamente com a commissão de Justiça e Legislação, a de Constituição e Poderes.
Depois de orar o Sr. Elyseu Martins encerra-se a discussão, ficando adiada a votação, falta de numero legal.
O Sr. Gomensoro pede a nomeação de dous membros para a commissão que tem de con- uar os trabalhos sobre o codigo civil, apresentado pelo Sr. Senador Joaquim Felicio.
O Sr. Presidente declara que submetterá o requerimento do Sr. Gomensoro á votação, ndo houver numero.
O Sr. Amaro Cavalcanti apresenta uma indicação sobre o naufragio do couraçado *So- ões* (Vide pag. 87.)
E' approvada esta indicação.
E' approvado o requerimento apresentado pelo Sr. Campos Salles.
E' tambem approvado o requerimento do Sr. Gomensoro.
O Sr. Presidente nomeia para substituir o Sr. Gomensoro, no seu impedimento, na com- ão de Legislação e Justiça o Sr. Joaquim de Souza.
Passa-se á ordem do dia.
E' rejeitada a proposição da Camara dos Deputados n. 47, de 1891.
E' approvada em 3ª discussão a proposição n. 5, de 1892.
Entra em 3ª discussão, com a emenda approvada em 2ª, o projecto do Senado, n. 30, 891.
Depois de algumas observações do Sr. Presidente, o Sr. Cunha Junior requer que seja re- o da ordem do dia este projecto.
E' approvado o requerimento.
E' approvada em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 74, de 1891.
são approvadas em 3ª discussão as proposições da mesma camara, ns. 36, 39, 41, 70 e 72, 91.
evanta-se a sessão.

Na sessão do dia 25, depois da leitura dos pareceres, vem á Mesa um projecto sobre melhoramento de aposentadoria a João Paulo da Costa (Vide pag. 89).

Fica sobre a mesa, para ser discutido na sessão seguinte, depois de impresso no *Diario do Congresso*.

O Sr. Esteves Junior justifica e manda á mesa um requerimento sobre a crise que está abatendo a praça do Rio de Janeiro (Vide pag. 90).

E' lido e posto em discussão.

Depois de orarem os Srs. Gomensoro e Esteves Junior, encerra-se a discussão, ficando a votação adiada, por falta de numero legal.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em 1ª discussão o projecto do Senado, n. 6, de 1891.

Depois de orarem os Srs. Domingos Vicente Generoso Marques, Antonio Baena e Americo Lobo, encerra-se a discussão, ficando a votação adiada, por falta de numero legal.

Encerra-se sem debate, ficando a votação adiada por falta de numero, a proposição da Camara dos Deputados, n. 1, de 1892.

Levanta-se a sessão.

No dia 26, depois da leitura dos pareceres, é approvado o requerimento do Sr. Esteves Junior, cuja discussão ficara encerrada na sessão anterior.

O Sr. Campos Salles manda á Mesa uma indicação sobre a eleição presidencial (Vide pag. 100).

E' lida e estando apoiada pelo numero de assignaturas é posta em discussão e sem debate approvada.

O Sr. Tavares Bastos apresenta um projecto sobre a magistratura (Vide pag. 101).

Estando apoiado pelo numero de assignaturas, vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

O Sr. Firmino da Silveira pede para que seja publicada no *Diaaio do Congresso* uma representação enviada pelo Sr. senador Almeida Barreto.

O Sr. Presidente declara que o pedido do Sr. Senador Firmino da Silveira poderá ter logar independente de deliberação do Senado, visto como essa representação foi lida no expediente e será publicada, porque acha-se incluida na acta.

Passa-se á ordem do dia.

E' approvado em 1ª discussão o projecto do Senado, n. 6, de 1892.

E' approvada em 2ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 1, de 1892.

E' approvada a redacção da proposição da mesma Camara, n. 70, de 1891.

São tambem approvados, em discussão, unica os pareceres ns. 32, 33 e 34 de 1892.

Entra em 3ª discussão, com a emenda approvada em 2ª, o projecto do Senado, n. 30, de 1891.

Depois de orarem os Srs. Elyseu Martins, Cunha Junior e dadas algumas explicações pelo Sr. Presidente, encerra-se a discussão.

E' approvada a emenda adoptada em 3ª discussão.

E' rejeitada a proposição da Camara dos Deputados, n. 63, de 1891.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 27, depois da leitura do expediente, passa-se á ordem do dia.

E' approvado o artigo unico da proposição da Camara dos Deputados, n. 50, de 1891.

E' approvada a proposição da mesma camara, n. 56, de 1891.

Segue-se em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 7 , de 1891.

Depois de orar o Sr. Gil Goulart é encerrada a discussão.

E' rejeitada a proposição.

Segue-se em 2ª discussão o projecto do Senado, n. 3, de 1892.

Oram os Srs. Amaro Cavalcanti, Campos Salles e Gomensoro.

Encerra-se a discussão.

A votação fica adiada, por falta do numero legal.

Levanta-se a sessão.

No dia 28, depois da leitura da acta, o Sr. Amaro Cavalcanti apresenta um projecto regulando o estado de sitio (Vide pag. 113).

Estando apoiado pelo numero de assignaturas, vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

O Sr. Virgilio Damasio apresenta tambem um projecto no mesmo sentido, que fica sobre a mesa durante o triduo nos termos do art. 84 do Regimento (Vide pag. 114).

Passa-se á ordem do dia.

Continúa adiada a votação das materias cuja discussão ficou encerrada, visto não haver ainda numero legal.

Segue-se em discussão unica o parecer n. 38 de 1892.

O Sr. Elyseu Martins apresenta uma emenda ao parecer.

Depois de orar o Sr. Rosa Junior, encerra-se a discussão, ficando a votação adiada, por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 30, depois da leitura dos pareceres, o Sr. Theodoreto Souto dirige ás commissões de Justiça e Legislação e de Constituição e Poderes uma pergunta sobre o projecto de amnistia.

O Sr. Campos Salles responde.

Passa-se á ordem do dia.

E' approvado o projecto do Senado, n. 3, de 1892.

E' approvado o parecer n. 38, de 1892.

Entra em discussão unica o parecer n. 39, de 1892.

Oram os Srs. Virgilio Damasio, Amaro Cavalcanti, Elyseu Martins e Rangel Pestana.

A discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 31, depois da approvação da acta, é lido e vai a imprimir, sob o n. 9, para entrar na ordem dos trabalhos, o projecto offerecido pelo Sr. Virgilio Damasio, na sessão de 28 do corrente.

O Sr. Monteiro de Barros justifica um projecto sobre a immigração chineza (Vide pag. 157).

Estando apoiado pelo numero de assignaturas, vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

O Sr. Americo Lobo communica que o senador Sr. Joaquim Felicio chegou hontem do Estado de Minas Geraes e não tem comparecido, por ter estado enfermo.

Passa-se á ordem do dia.

E' approvada a redacção do projecto do Senado, n. 30, de 1891.

Continúa em discussão unica o parecer n. 39, de 1891.

Oram os Srs. Coelho e Campos, Americo Lobo e Theodoreto Souto.

A discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 1º de junho, depois da leitura do expediente, o Sr. Amaro Cavalcanti plica um aparte que deu, na sessão anterior, quando orava o Sr. Americo Lobo.

O Sr. Presidente põe a votos um requerimento feito na sessão anterior pelo Sr. Monro de Barros, para que fossem publicados no *Diario do Congresso* diversos documentos bre a immigração chineza.

Consultado, o Senado consente na publicação.

O Sr. Presidente communica ao Senado que se acha sobre a mesa o parecer da commissão de Justiça e Legislação sobre nomeações de membros do Supremo Tribunal Federal, e que amanhã, antes da sessão publica, haverá sessão secreta para tratar-se do assumpto.

Passa-se á ordem do dia.

Continúa em discussão unica o parecer n. 39, de 1891.

Oram os Srs. Campos Salles e Rosa Junior.

Encerra-se a discussão.

E' lida, posta a votos e approvada por 27 contra sete votos, a seguinte conclusão do parecer:

« Por estes motivos e considerando que as duvidas levantadas teem-se apoiado em uma questão de redacção, concluem as commissões reunidas:

Que nada resta a providenciar, visto que a vaga do cargo de Presidente da Republica, aberta a 23 de novembro de 1891, acha-se devidamente preenchida pela successão constitucional do Vice-Presidente, a quem cabe o respectivo exercicio até 15 de novembro de 1894, termo do primeiro periodo presidencial.»

E' encerrada a 3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados; n. 1, de 1892, ficando a votação adiada, por falta de numero legal.

Encerra-se sem debate, ficando a votação adiada, por falta de numero legal, a 1ª discussão do projecto do Senado, n. 7, de 1892.

São encerradas, em 3ª discussão, as proposições da Camara dos Deputados, ns. 62 e 81, de 1891.

A votação fica adiada, por falta de numero legal.

O Sr. Presidente diz que está esgotada a materia da ordem do dia; declara que amanhã, ao meio-dia, haverá sessão secreta, para o Senado tomar conhecimento do parecer da commissão de Justiça e Legislação, sobre as ultimas nomeações de membros do Supremo Tribunal Federal e depois sessão publica.

Levanta-se a sessão.

No dia 2 de junho, depois da leitura do expediente, o Sr. Braz Carneiro pede por intermedio do Senado ao Sr. Ministro da Fazenda informações sobre a Caixa Economica de Vassouras, pertencente ao Estado do Rio.

Passa-se á ordem do dia.

Continúa adiada, por falta de numero legal, a votação das materias cuja discussão ficou encerrada na sessão anterior.

Entra em discussão o projecto do Senado n. 8, de 1892.

Encerra-se a discussão sem debate.

E' encerrada sem debate a 1ª discussão do projecto do Senado n. 9, de 1892.

São encerrados, sem debate, os arts. 1º, 2º e 3º da proposição da Camara dos Deputados, n. 41, de 1892.

Esgotadas as materias da ordem do dia, o Sr. Presidente declara que amanhã, ao meio-dia, haverá sessão secreta, para o Senado tomar conhecimento do parecer da commissão de Justiça e Legislação sobre as ultimas nomeações de membros do Supremo Tribunal Federal e depois sessão publica.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 3, o Sr. Braz Carneiro trata de negocios relativos á caixa economica da cidade de Vassouras.

O Sr. Domingos Vicente manda á Mesa um requerimento, pedindo ao Sr. Ministro da Agricultura informações sobre a Estrada de Ferro de Campos a Carangola (Vide pag. 188).

E' approvado sem debate o requerimento.

Passa-se á ordem do dia.

O Sr. Presidente annuncia que se vai proceder á votação das materias, cuja discussão ficou encerrada nas duas ultimas sessões, e, como no recinto se acham presentes apenas

32 Srs. senadores, pede que se conservem em seus lugares afim de se ultimar a votação dessas materias.

São approvados os projectos do Senado, ns. 7, 8 e 9, de 1891.

São approvadas as proposições da Camara dos Deputados ns. 1 e 8, de 1892, n. 62 e 81, de 1891.

Segue-se em 3ª discussão o projecto do Senado, n. 3 de 1892.

São lidas diversas emendas do Sr. Rosa Junior, que entram em discussão conjunctamente com o projecto.

O Sr. Luiz Delfino justifica diversas emendas, que são apoiadas e postas conjunctamente em discussão.

O Sr. Gomensoro manda á mesa um requerimento pedindo o adiamento da discussão deste projecto e que as emendas a elle offerecidas sejam tambem enviadas á commissão que o estudou.

E' posto em discussão e sem debate approvado.

E' encerrado em 2ª discussão, sem debate, o artigo unico da proposição da Camara dos Deputados, n. 61, de 1891, ficando a votação adiada, por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 4, depois da approvação da acta é lido o parecer n. 43, de 1892, da commissão de Finanças.

O Sr. Presidente — Na sessão ordinaria do anno passado, a commissão de Justiça e Legislação, a quem foi confiado o exame do projecto de codigo civil, do Sr. senador Joaquim Felicio dos Santos, reclamou que o pessoal daquella commissão fosse augmentado com dous membros extranumerarios, para auxiliar o exame do mesmo projecto. Em consequencia de resolução do Senado foram nomeados para fazer parte da commissão os Srs. José Hygino e Tavares Bastos. O Sr. Tavares Bastos faz hoje parte como membro effectivo da commissão de Justiça e Legislação e o Sr. José Hygino deixou de ser senador. A commissão reclamou ha dias que fossem substituidos e o Senado assim resolveu. Em consequencia desta resolução nomeio os Srs. Coelho e Campos e Americo Lobo para membros extranumerarios da commissão para o exame daquelle projecto.

Passa-se a ordem do dia.

E' approvado em 2ª discussão o artigo unico da proposição da Camara dos Deputados, n. 61 de 1891.

E' approvado em 3ª discussão, a proposição da mesma camara, n. 50 de 1891.

Segue-se em 3ª discussão a proposição da mesma camara, n. 56 de 1891.

Depois de orar o Sr. Antonio Baena é encerrada a discussão, e rejeitada a proposição.

Segue-se em segunda discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 79 de 1891.

Depois de orar o Sr. Virgilio Damasio, encerra-se a discussão sendo approvada a proposição.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 6 depois da leitura do expediente, vem á Mesa e vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos o parecer das commissões reunidas de justiça e legislação e de constituição e poderes o projecto das mesmas commissões amnistiando os desterrados de 12 de abril do corrente anno. (Vide pag. 193).

O Sr. Campos Salles informa que os documentos a que se refere este parecer, se acham na secretaria do Senado.

O Sr. Amaro Cavalcanti requer que Sr. Presidente opportunamente consulte á casa si consente na dispensa de quaesquer outras formalidades, afim de serem dados, para ordem do dia de amanhã, o parecer das commissões reunidas e o projecto a que se refere.

O Sr. presidente—O Sr. Campos Salles, como relator das commissões reunidas, pelos motivos que expendeu, informou ao Senado que as commissões não cogitavam de imprimir os documentos que lhe foram fornecidos pelo governo, e mais que estes se acham na secre-

SENADO RECINTO

taria do Senado, assim como que a outra Camara já os requesitou, afim de iniciar o estudo e discussão dos actos do governo sobre a declaração do estado de sitio.

Vou consultar ao Senado sobre dous pontos:

1.º Si exige a publicação dos documentos;

2.º Si prescinde da permanencia destes documentos na secretaria do Senado, afim de satisfazer-se a requisição do governo, que precisa de envial-os á outra camara.

Consultado sobre o primeiro ponto, o Senado responde negativamente.

Consultado sobre o segundo ponto, o Senado responde affirmativamente.

O Sr. Presidente—O nobre senador Sr. Amaro Cavalcanti requer dispensa de impressão, em avulsos, do parecer e projecto, afim de serem dados para ordem do dia de amanhã.

Posto a votos, é approvado o requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti.

E' lido e vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos o projecto n. 11 de 1892.

O Sr. Braz Carneiro manda á Mesa um requerimento solicitando do Ministro da Fazenda informações sobre a Caixa Economica de Vassouras.

E' approvado sem debate.

O Sr. Antonio Baena apresenta ao Senado um projecto sobre a lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

Passa-se á ordem do dia.

E' encerrada sem debate, em 2ª discussão, a proposição da Camara dos deputados, n. 49 de 1891, ficando a votação adiada por falta de numero.

São encerradas sem debate, em 2ª discussão as proposições da Camara dos Deputados, ns. 54 e 66 de 1891, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Segue-se em 2ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 3 de 1892.

O Sr. Gil Goulart manda á Mesa um requerimento para que esta proposição volte ás respectivas commissões.

Fica prejudicado o requerimento, visto não haver numero legal para ser votado.

Continua a discussão interrompida, a qual encerra-se sem mais debate.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 7, depois da leitura do expediente, passa-se á ordem do dia.

São approvadas, em 2ª discussão, as proposições da Camara dos Deputados, ns. 49, 54 e 66, de 1891.

O Sr. Presidente, annuncia a votação em 2ª discussão da proposição da referida camara, n. 3, de 1892.

O Sr. Cunha Junior, requer que esta proposição volte ás commissões reunidas de Finanças e de Marinha e Guerra, para tomar conhecimento do projecto substitutivo e interpor novo parecer.

E' approvado sem debate.

E' approvado o parecer, n. 43, de 1892.

E' approvada, em 3ª discussão, a proposição da Camara dos Deputados, n. 8, de 1892.

E' approvado, em 2ª discussão, o projecto do Senado, n. 5, de 1892.

O Sr. Saldanha Marinho, requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão do projecto.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

O Sr. Amaro Cavalcanti, requer que a Mesa mande inserir na acta uma declaração de votos assignada por si e diversos collegas, (Vide pag. 207.)

E' approvada, em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 62, de 1891.

E' tambem approvada sem debate, a proposição da mesma camara, n. 81, de 1891.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 8, depois da leitura dos pareceres, passa-se á ordem do dia.

São approvados, em 1ª discussão os projectos do Senado, ns. 11 e 12, de 1891.

E' approvado, em 3ª discussão, o projecto do Senado, n. 5, de 1891. (Amnistia.)

O Sr. Amaro Cavalcanti, pede para que este projecto seja desde logo remettido á commissão de redacção.

O Sr. Presidente, responde que o despacho que deu foi para enviar o projecto á referida commissão.

E' approvado, em 2ª discussão, sem debate, o projecto do Senado, n. 7, de 1892.

O Sr. Gomensoro, requer e o Senado approva dispensa de intersticio para a 3ª discussão do projecto.

E' approvada, em 3ª discussão, a proposição da Camara dos Deputados, n. 79, de 1891.

O Sr. 2º Secretario, lê, e fica sobre a Mesa para ser discutida na sessão seguinte, depois de impressa no *Diario do Congresso*, a redacção n. 49 do projecto do Senado, n. 5, de 1891, (Amnistia.)

O Sr. Amaro Cavalcanti, requer e o Senado approva, dispensa de impressão para que a redacção do projecto entre immediatamente em discussão.

Posta em discussão, é sem debate, approvada a redacção, sendo o projecto remettido á Camara dos Deputados.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 9 de junho, depois da leitura dos pareceres, passa-se á ordem do dia.

E' encerrada sem debate, em 3ª discussão, o projecto do Senado, n. 7, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Entra em discussão unica o decreto, não sanccionado, concedendo aposentadoria a Bellarmino Braziliense Pessoa de Mello, ex-director da Casa de Correcção da Capital Federal.

Depois de orarem os Srs. Domingos Vicente e Virgilio Damasio, encerra-se a discussão, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

E' encerrada sem debate, em 2ª discussão, o projecto do Senado, n. 13, de 1892.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 10, depois da leitura do expediente, passa-se á ordem do dia.

Continúa adiada, por falta de numero legal, a votação das materias cuja discussão ficou encerrada na sessão anterior.

Entra em discussão unica o parecer da commissão de Finanças, n. 48, de 1892.

Oram os Srs. Elyseu Martins e Amaro Cavalcanti.

Vem á Mesa, é lida, apoiada e posta conjunctamente em discussão, uma emenda do Sr. Elyseu Martins (Vide pag. 217).

E' encerrada a discussão e adiada a votação por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão..

Na sessão do dia 11, depois da leitura do expediente, o Sr. Gomensoro pede para que sejam nomeados dous membros que faltam na commissão encarregada de dar parecer sobre o projecto de organização da justiça federal.

O Sr. Presidente nomeia, para fazerem parte daquella commissão, os Srs. Gomensoro e Tavares Bastos.

O Sr. Gomensoro pede dispensa de membro da dita commissão.

Consultado, o Senado não approva a dispensa pedida.

Passa-se á ordem do dia.

E' approvado, em 3ª discussão, o projecto do Senado, n. 7, de 1892.

E' approvado o decreto, não sanccionado, concedendo aposentadoria a Bellarmino Braziliense Pessoa de Mello, por 28 votos contra 5.

E' approvado, em 2ª discussão, o projecto do Senado, n. 13, de 1892.

E' approvada a conclusão do parecer n. 48 de 1892.

E' rejeitada a proposição da Camara dos Deputados, n. 54, de 1891.

São approvadas, em 3ª discussão, as proposições da mesma camara, ns. 49 e 66, de 1891.

Entra em 2ª discussão o projecto do Senado, n. 4, de 1892.

O Sr. Gil Goulart manda á Mesa um requerimento para que o projecto volte ás commissões de Marinha e Guerra e de Finanças.

E' apoiado e posto em discussão.

Oram os Srs. Rosa Junior e Rangel Pestana.

Encerra-se a discussão sem mais debate.

Sendo rejeitado o requerimento do Sr. Gil Goulart, continúa a discussão interrompida, a qual encerra-se sem mais debate.

Não é approvado o projecto.

E' approvado em 1ª discussão o projecto do Senado, n. 14 de 1891.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 13, depois da leitura do expediente, passa-se á ordem do dia.

E' approvado em 2ª discussão, o projecto do Senado n. 16 de 1892.

O Sr. Coelho e Campos requer, e o Senado approva, dispensa de intersticio para a 3ª discussão do projecto.

Continúa em 3ª discussão, o parecer n. 54 de 1892 da commissão de justiça e legislação.

Encerra-se a discussão.

São rejeitadas as emendas do Sr. Luiz Delfino.

E' approvada uma emenda additiva do Sr. Rosa Junior e as emendas da commissão de justiça e legislação.

E' rejeitada a emenda do Sr. Rosa Junior ao art. 4º.

E' approvada a emenda additiva do Sr. Amaro Cavalcanti.

O projecto assim emendado é approvado e adoptado, ficando sobre a Mesa, afim das emendas approvadas em 3ª discussão passarem por mais de uma discussão na sessão seguinte.

E' approvado em 2ª discussão, o projecto do Senado, n. 6 de 1892.

Segue-se em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 61 de 1892.

Oram os Srs.: Rangel Pestana, Virgilio Damasio e Rangel Pestana.

Encerra-se a discussão, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Segue-se em 2ª discussão, a proposição da Camara dos Deputados, n. 65 de 1891.

Oram os Srs.: Rosa Junior, que apresenta uma emenda e Cunha Junior.

A discussão fica adiada, visto não haver na casa o numero necessario para que o Senado possa funccionar.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 14 de junho, depois da leitura do expediente, o Sr. Presidente diz que em virtude da deliberação tomada pelo Senado, em sessão de 11 do corrente, approvando a conclusão do parecer n. 48 de 1892, da commissão de finanças, sobre o plano da creação de um Banco Emissor Unico, apresentado pelos cidadãos Dr. Oscar Nerval de Gouvêa e Carlos de Castro Pacheco, nomeia para a commissão especial que tem de dar parecer sobre o mesmo plano, os Srs. Amaro Cavalcanti, Rangel Pestana, Elyseu Martins, Joaquim Murtinho e Coelho e Campos.

O Sr. Rosa Junior pede dispensa do logar de membro da commissão de Marinha e Guerra.

O Sr. Presidente diz que, quando houver numero legal, consultará o Senado sobre a dispensa pedida.

Havendo numero legal é rejeitado o requerimento do Sr. Rosa Junior.

O Sr. Aquilino do Amaral requer informações sobre negocios relativos ao Estado de Matto Grosso (Vide pag. 237).

E' apoiado e posto em discussão, a qual fica adiada pela hora e com a palavra Sr. Rangel Pestana.

Passa-se à ordem do dia.
E' approvada em 3ª discussão, a proposição da Camara dos Deputados ns. 61 de 1891.
O Sr. Rangel Pestana faz algumas observações sobre o voto que deu a esta proposição.
Vem á Mesa uma declaração de voto assignada pelos Sr. Antonio Baena e outros (Vide pag. 238).
Continúa em 2ª discussão o artigo unico da proposição da Camara dos Deputados n. 65 de 1891.
O Sr. Antonio Baena apresenta um requerimento pedindo informações sobre esta proposição (Vide pag. 239).
E' lido, apoiado e posto em discussão.
O Sr. Cunha Junior faz algumas observações sobre o requerimento, ficando a discussão encerrada.
E' rejeitado o requerimento do Sr. Baena.
Continúa a discussão da proposição.
Oram os Srs. Rosa Junior e Cunha Junior.
Encerra-se a discussão sem mais debate.
E' approvado o artigo da proposição.
E' approvado em 3ª discussão, o projecto do Senado, n. 16 de 1892.
São approvadas as emendas que já o haviam sido na 3ª discussão, do projecto do Senado, n. 3 de 1892.
Segue-se, em discussão unica, o parecer n. 56 da commissão de Finanças.
Depois de ligeiras observações do Sr. Domingos Vicente, encerra-se a discussão, sendo approvado o parecer da commissão.
Segue-se em 2ª discussão, o projecto do Senado, n. 11 de 1892.
Oram os Srs. Americo Lobo e Amaro Cavalcanti.
Encerra-se a discussão sem debate.
E' approvado o projecto, o qual é adoptado para passar á 3ª discussão.
Segue-se em 2ª discussão, o projecto do Senado, n. 8 de 1892.
Depois de algumas explicações do Sr. Presidente, ora o Sr. Amaro Cavalcanti, ficando a discussão adiada pela ordem.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 15 depois da leitura do expediente o Sr. Presidente communica ao 'enado que hontem o monsenhor Gotte, internuncio apostolico, enviado extraordinario da 'anta Sé, veiu, acompanhado do seu secretario, comprimentar o Senado da Republica.
Foi recebido no salão especial e agradeceu a visita e os cumprimentos de S. Ex.
Parece-lhe, porém, que o Senado deve retribuir essa honrosa visita por meio de uma ommissão de seu seio.
Si não houver opposição a esta lembrança, passará a nomear a commissão que deve etribuir a visita do Sr. internuncio apostolico, enviado extraordinario da Santa Sé. *(Pausa).*
Tomando o silencio do Senado como um assentimento á lembrança, nomeia para essa ommissão os Srs. Gomensoro, Amaro Cavalcanti e Luiz Delfino.
Continúa a discussão, adiada na sessão anterior, do requerimento do Sr. Aquilino do maral, pedindo informações sobre as occurrencias de Matto Grosso.
Ora O Sr. Rangel Pestana.
A discussão fica adiada pela hora.
Passa-se à ordem do dia.
E' approvada a redacção do projecto do Senado n. 7 de 1892.
Continúa em 2ª discussão o projecto do Senado n. 8 de 1891.
Ora o Sr. Campos Salles, ficando a discussão adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

INDICE

DAS

Sessões preparatorias de 28 de abril a 12 de maio de 1892

Braz Carneiro (O Sr.)—Discursos:
— fazendo uma communicação. (Sessão de 2 de maio.) Pag. 4.

Luiz Delfino (O Sr.)—Discurso:
— fazendo uma communicação. (Sessão de 28 de abril.) Pag. 3.

Presidente (O Sr. *Elyseu Martins*):
— declaração (Sessão de 28 de abril). Pag. 3
— fazendo uma communicação. (Sessão de 2 de maio.) Pag. 4.
— (O Sr. *Prudente de Moraes*):
— declarações. (Sessões de 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 de maio.) Pags. 6, 7, 8, 9 e 10.

INDICE

DAS

SESSÕES DE 14 DE MAIO A 15 DE JUNHO DE 1892

Antonio Baena (O Sr.)—Discursos:

— sobre o projecto n. 6 de 1892. (Sessão de 25 de maio.) Pag. 94.

— sobre a proposição da camara dos deputados n. 56 de 1891. (Sessão de 4 de junho.) Pag. 191.

— apresentando um projecto. (Sessão de 6 de junho.) Pag. 202.

— apresentando um requerimento. (Sessão de 14 de junho.) Pag. 238.

Amaro Cavalcanti (O Sr.)—Discursos:

— apresentando uma indicação. (Sessão de 16 de maio.) Pag. 26.

— sobre um requerimento do Sr. Campos Salles. (Sessão de 17 de maio.) Pags. 33 e 50.

— apresentando um requerimento. (Sessão de 19 de maio.) Pag. 64.

— sobre um projecto apresentado pelo Sr. Theodoreto Souto. (Sessão de 20 de maio.) Pag. 75.

— sobre a proposição da camara dos deputados, n. 47 de 1891. (Sessão de 21 de maio.) Pag. 81.

— apresentando uma indicação. (Sessão de 23 de maio.) Pag. 87.

— sobre o projecto do senado, n. 3 de 1892. (Sessão de 27 de maio.) Pag. 107.

— apresentando um projecto de lei. (Sessão de 28 de maio.) Pag. 111.

— sobre o parecer n. 39 de 1892. (Sessão de 30 de maio.) Pag. 126.

— sobre um aparte seu. (Sessão de 1º de junho.) Pag. 175.

— fazendo um requerimento. (Sessão de 8 de junho.) Pag. 210.

— sobre o parecer n. 48 de 1892. (Sessão de 10 de junho.) Pag. 216.

— Sobre o projecto do senado n. 11 de 1892. (Sessão de 14 de junho.) Pag. 243.

— sobre o projecto do senado n. 8 do 1892. (Sessão de 14 de junho.) Pag. 243.

Americo Lobo (O Sr.) — Discursos:

— sobre o art. 1º do projecto n. 1 de 1892. (Sessão de 16 de maio).— Pag. 31.

— renovando um requerimento que fez na sessão de 16 de maio. (Sessão de 17 de maio.) Pag. 33.

— sobre um requerimento do Sr. Campos Salles. (Sessão de 17 de maio.) Pag. 48.

— sobre o projecto do Senado, n. 6 de 1892. (Sessão de 25 de maio.) Pag. 95.

— fazendo uma communicação. (Sessão de 31 de maio.) Pag. 158.

— sobre o parecer n. 39 de 1892. (Sessão de 31 de maio.) Pag. 164.

— sobre o projecto do Senado, n. 171 de 1892. (Sessão de 14 de junho.) Pag. 242.

Aquilino do Amaral (O Sr.) — Discurso:

— apresentando um requerimento. (Sessão de 14 de junho.) Pag. 237.

Braz Carneiro (O Sr.) — Discursos:

— sobre a Caixa Economica de Vassouras. (Sessões de 2, 3 e 6 de junho.) Pags. 184, 186 e 201.

Campos Salles (O Sr.) — Discursos:

— respondendo ao Sr Amaro Cavalcanti e apresentando um requerimento. (Sessão de 16 de maio.) Pag. 28.

— sobre um requerimento que apresentou. (Sessão de 17 de maio.) Pag. 36.

— sobre um requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti. (Sessão de 19 de maio.) Pag. 65.

— apresentando um requerimento. (Sessão de 23 de maio.) Pag. 85.

— apresentando uma indicação. (Sessão de 26 de maio.) Pag. 99.

— sobre o projecto do Senado, n. 3 de 1892. (Sessão de 27 de maio.) Pag. 108.

— respondendo ao Sr. Theodoreto Souto. (Sessão de 30 de maio.) Pag. 123.

— sobre o parecer n. 39 de 1892. (Sessão de 1 de junho.) Pag. 175.

— sobre os substitutivos offerecidos ao projecto do Senado, n. 8 de 1892. (Sessão de 15 de junho.) Pag. 260.

Coelho e Campos (O Sr.) — Discurso:

— sobre o parecer n. 39 de 1892. (Sessão de 31 de maio.) Pag. 158.

Cunha Junior (O Sr.) — Discursos:

— sobre o projecto do Senado n. 30 de 1891. (Sessão de 26 de maio.) Pag. 103.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 65 de 1892. (Sessão de 13 de junho) Pag. 235.

— sobre um requerimento do Sr. Antonio Baena. (Sessão de 14 de junho.) Pag. 239.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 65 de 1892. (Sessão de 14 de junho.) Pag. 241.

Declarações:

O voto, symbolicamente dado ao projecto de amnistia pelos abaixo assignados, não importa, de maneira alguma, a approvação da analyse expositiva e dos considerandos feitos em seu parecer pelas respectivas commissões de constituição e poderes e de justiça e legislação. Ao contrario, os abaixo assignados se reservam pleno direito de discutir e julgar, em occasião mais opportuna, os factos que motivaram a declaração do estado de sitio e as medidas tomadas em consequencia, constantes dos decretos de 10 e 12 de abril ultimo.

Desde que o Senado resolveu a não publicação dos documentos em que foi baseado o alludido parecer, e decidiu que os mesmos documentos fossem remettidos á Camara dos Deputados, o silencio dos abaixo assignados se empenha, como acto de prudente criterio.

Camara do Senado, 7 de junho de 1882.— *Amaro Cavalcanti.— Saldanha Marinho.— J. Catunda.— José Bernardo.— Luiz Delfino.— Braz Carneiro — Elyseu Martins.— Theodoreto Souto.— Firmino da Silveira.— Oliveira Galvão.— Lapdr.— Aquilino do Amaral.— Cruz.— Raulino Horn.— Esteves Junior.* (Sessão de 7 de junho.) Pag. 207.

— Votamos contra a proposição da Camara dos Deputados, concedendo honras de capitão de fragata ao cidadão Hasselmann, por nos parecer contrario ao espirito e lettra da Constituição Federal.

Sala das sessões, 14 de junho de 1892.—*Antonio Baena.— Gil Goulart.— Souza Coelho.* (Sessão de 14 de junho.) Pag. 238.

Domingos Vicente (O Sr.) — Discursos:

— sobre o projecto do Senado, n. 6 de 1892 (Sessão de 25 de maio.) Pag. 91.

— apresentando um requerimento. (Sessão de 3 de junho.) Pag. 186.

— sobre um decreto não sanccionado. (Sessão de 9 de junho.) Pag. 213.

— sobre o parecer n. 56 de 1892. (Sessão de 14 de junho.) Pag. 242.

Eleição da Mesa do Senado e das commissões permanentes. (Sessão de 14 de maio.) Pag. 24.

Elyseu Martins (O Sr.) — Discursos:

— sobre um requerimento do Sr. Campos Salles. (Sessão de 17 de maio.) Pag. 33.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 47 de 1891. (Sessão de 21 de maio.) Pag. 83.

— Sobre um requerimento do Sr. Campos Salles, (Sessão de 23 de maio.) Pag. 86.

— sobre o projecto do Senado, n. 30 de 1891. (Sessão de 26 de maio.) Pag. 102.

— sobre o parecer n. 38 de 1892. (Sessão de 28 de maio.) Pag. 115.

— sobre o parecer n. 39 de 1892. (Sessão de 30 de maio.) Pag. 134.

— fazendo um requerimento. (Sessão de 2 de junho.) Pag. 184.

— sobre o parecer n. 48 de 1892. (Sessão de 10 de junho.) Pag. 215.

Esteves Junior (O Sr.) — Discursos:

— apresentando um requerimento. (Sessão de 25 de maio.) Pag. 89.

— respondendo ao Sr. Gomensoro. (Sessão de 25 de maio.) Pag. 91.

Firmino da Silveira (O Sr.) — Discurso:

— fazendo uma communição (Sessão de 17 de maio.) Pag. 32.

Francisco Machado (O Sr.) — Discurso:

— pedindo dispensa de membro de um commissão. (Sessão de 21 de maio.) Pag. 80.

Generoso Marques (O Sr.) — Discursos:

— apresentando uma indicação. (Sessão de 18 de maio.) Pag. 58.

— apresentando um projecto. (Sessão de 21 de maio.) Pag. 78.

— sobre o projecto, n. 6 de 1892. (Sessão de 25 de maio.) Pag. 93.

Gil Goulart (O Sr.) — Discursos:

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 71 de 1891. (Sessão de 27 de maio.) Pag. 106.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 3 de 1892. (Sessão de 6 de junho.) Pag. 204.

— apresentando um requerimento ao projecto do Senado n. 4 de 1892. (Sessão de 11 de junho.) Pag. 221.

Gomensoro (O Sr.) — Discursos:

— sobre o projecto do Senado, n. 51 de 1891. (Sessão de 16 de maio) Pag. 31.

— apresentando um projecto de lei. (Sessão de 18 de maio.) Pag. 61.

— pedindo a nomeação de dous membros para a commissão sobre o projecto do Codigo Civil. (Sessão de 23 de maio.) Pag. 86.

— sobre um requerimento do Sr. Esteves Junior. (Sessão de 25 de maio.) Pag. 90.

— sobre o projecto do Senado, n. 3 de 1892. (Sessão de 27 de maio.) Pag. 109.

— sobre o projecto do Senado n. 3 de 1892. (Sessão de 3 de janeiro.) Pag. 189.

— requerendo dispensa de intersticio. (Sessão de 8 de junho.) Pag. 210.

Indicações:

Considerando que os Senadores José de Almeida Barreto, Eduardo Wandenkolk, João Soares Neiva e Antonio Pinheiro Guedes se acham privados de tomar parte nos trabalhos da presente sessão legislativa, os dous primeiros por terem sido desterrados para longes paragens do Estado do Amazonas e os dous ultimos por estarem actualmente, detidos na fortaleza de S. João, — *ex-vi* e nos termos do decreto, do Poder Executivo, de 12 de abril ultimo;

Considerando que, mesmo na hypothese desagradavel de serem verdadeiros os fundamentos desse decreto — incumbe, privativamente, ao Senado (art. 20 da Constituição Federal) resolver acerca do procedimento criminal que, porventura, possa caber contra qualquer dos seus membros, como requisito fundamental da propria independencia e dignidade de representante, de um dos poderes da Soberania Nacional;

Considerando ainda, que, si o Senado viesse a ser convencido da culpabilidade, supposta e imputada pelo Vice-Presidente da Republica aos Senadores desterrados e detidos, (arts. 115 § 4º e 118 do Codigo Penal) a punição daquelles jamais importaria a perda do cargo de Senador;

Considerando, finalmente, que esta alta corporação não póde, sem grande dezar, mostrar-se indifferente á sorte dos seus membros, nem tão pouco, descuidosa sem salvaguardar os direitos dos mesmos, quando forem offendidos por qualquer dos outros poderes publicos,

Indicamos:

1.º Que se officie aos Senadores João Soares Neiva e Dr. Antonio Pinheiro Guedes, detidos na Fortaleza de S. João, e se expeça telegramma official aos Senadores José de Almeida Barreto e Eduardo Wandenkolk, desterrados para o estado do Amazonas, convidando-os a vir occupar as suas cadeiras nos trabalhos da actual sessão.

A deliberação, porventura tomada nos termos ora indicados, seja, sem demora, enviada ao Vice-Presidente da Republica, para os devidos fins;

2.º Que se requisite do mesmo Vice-Presidente a remessa urgente de todas as provas (documental e testemunhal) que teve ao seu alcance, para motivar as medidas de excepção a que recorreu, e que constam do decreto n. 791 de 10 abril, proximo findo, e do decreto de 12 deste mez, já acima referido.

Senado, 16 de maio de 1892. — *A. Cavalcanti. — Generoso Marques. — Firmino da Silveira. — José Bernardo. — Esteves Junior. — Elyseu Martins. — Braz Carneiro. — José Pedro de Oliveira Galvão. — Laper. — J. Catunda. — Theodoreto Souto. — Luiz Delfino. — Raulino Horn. — Saldanha Marinho*: — (Sessão de 16 de maio). — Pag. 27.

Indico que a Mesa do Senado, entendendo-se com a da Camara dos Deputados, providencie para que, de accordo com o vencido em ambas as camaras, sejam substituidas pela palavra — *numero* as palavras — *os nomes* —, que se leem no § 18 *b* do art. 43 da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

Sala das sessões, 18 de maio de 1892. — *Generoso Marques*. — Pag. 58.

— Indicamos que o Senado se associe aos sentimentos de dó e de luto que ora opprimem á marinha nacional, pelo naufragio do couraçado *Solimões*, no qual pereceram tantos servidores illustres da patria!

Sala das sessões, 23 de maio de 1892 — *A. Cavalcanti. — José Bernardo. — Saldanha Marinho. — José Pedro de Oliveira Galvão. — Theodoreto Souto. — Braz Carneiro. — Elyseu Martins. — J. Catunda. — Laper. — Luiz Delfino.* — (Sessão de 23 de maio.) — Pag. 87.

— Tendo-se procurado lançar duvidas sobre a verdadeira intelligencia do preceito constitucional, relativo á successão presidencial, pretendendo-se ser de rigor proceder-se a nova eleição, no caso de vaga, quando não houverem decorridos dous annos do periodo presidencial, e sendo conveniente que taes duvidas, por menos fundadas que sejam, não possam permanecer, nem mesmo sob uma supposta autorisação tacita do Congresso; indicamos que seja este objecto submettido ás

commissões reunidas de constituição e poderes, e de justiça e legislação, afim de darem parecer, propondo o que julgarem conveniente. Sala das sessões, 26 de maio de 1892.—*Campos Salles.— Domingos Vicente.— Monteiro de Barros.—Silva Canedo.—Antonio Baena.—Manoel Barata.— Paranhos.— Joaquim Sarmento.—Tavares Bastos.— Gomensoro.— Cunha Junior.—Americo Lobo.—J. L. Coelho e Campos.—Rosa Junior.—José Joaquim de Souza.—Santos Andrade.—F. Machado.* —(Sessão de 26 de maio.)—Pag. 100.

Joaquim Sarmento (O Sr.)—Discursos:

—Sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 38 de 1891 (sessão de 19 de maio) Pag. 69.

Luiz Delfino (O Sr.)—Discursos:

—Sobre o projecto do Senado, n. 3 de 1891. (Sessão de 3 de junho.)—Pag. 189.

Mensagem (enviada no dia da abertura da 2ª sessão ordinaria da 1ª legislatura do Congresso Nacional.)—Pag. 11.

Monteiro de Barros (O Sr.)—Discursos:

—Apresentando um projecto)—Sessão de 31 de maio.)—Pag. 137.

Pareceres:

Da commissão de constituição e poderes reconhecendo senador pelo Estado de S. Paulo o Dr. Francisco Rangel Pestana (Sessão de 18 de maio) Pag. 56.

Da Commissão de Finanças sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 41 de 1891.— Pag. 57.

Da mesma commissão sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 39.— Pag. 57.

Da commissão de constituição e poderes sobre a vaga de um senador pelo Estado das Alagôas. — Pag. 57.

Da commissão de Justiça e Legislação sobre a petição de Maria Francisca dos Anjos Curado.— Pag. 57.

— N. 23, da commissão de Marinha e Guerra sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 50 de 1891.— (Sessão de 19 de maio.) Pag. 62.

— N. 25 da mesma commissão sobre a proposição da referida camara que regula o modo de serem prehenchidas as vagas civis nas repartições respectivas do ministerio da guerra.— Pag. 63.

— N. 26, da mesma commissão sobre a proposição da referida camara n. 62 de 1891.—Pag. 63.

— N. 27, da mesma commissão sobre a proposição da referida camara, n. 62 de 1891.

— N. 28, das commissões reunidas de Marinha e Guerra e de Finanças sobre a proposição da mesma camara, n. 3 de 1892.

— N. 29, das commissões reunidas de Marinha e Guerra e de finanças sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 81 de 1891.— Pag. 63.

— N. 24, da commissão de Marinha e Guerra sobre a petição da viuva do capitão Firmino Gorges Bellegarde.—Pag. 63.

— N. 31 da commissão de Constituição e Poderes e Diplomacia sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 1 de 1882. (Sessão de 21 de maio.) Pag. 78.

— N. 32, da commissão de Justiça e Legislação sobre proprios nacionaes. (Sessão de 21 de maio.) Pag. 78.

— N. 32, da commissão de Finanças sobre o projecto de regulamento do Laboratorio Nacional de Analyses. (Sessão de 23 de maio.) Pag. 85.

— N. 34, da commissão de Finanças, sobre a propoisção da Camara dos Deputados, n. 71, de 1891. (Sessão de 23 de maio.) — Pag. 85.

— N. 35, da mesma commisão, acerca da proposição da Camara dos Deputados
são de 23 de maio.) — P

— N. 36, da commissão de
a aposentadoria de
(Sessão de 15 de mai

— N. 37, da commissã
sobre o projecto d
(Sessão de 25 de mai

— N. 38, da commissão
res, sobre um telegr
Alagôas. (Sessão de

— N. 39, das commiss
tuição e Poderes e
sobre a eleição presi
maio.)— Pag. 104.

— N. 40, da commissão
regulamento da corpo de
vaes. (Sessão de 30 de maio.

— N. 41, da commissão de Marinha e Guerra, sobre reorganização de repartições de marinha e guerra. (Sessão de 30 de maio.) — Pag. 118.

— N. 42, da mesma commissão, sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 42. (Sessão de 30 de maio.) — Pag. 118.

— N. 43, da commissão de Finanças, sobre o projecto n. 17 de 1891. (Sessão de 4 de junho.) — Pag. 191.

— N. 44, das commisões reunidas de Justiça e Legislação e de Constituição e Poderes, sobre o projecto do Senado n. 5 de 1892 (amnistia). (Sessão de 6 de junho.) — Pag. 193.

— N. 45, da commissão de Justiça e Legislação, sobre um decreto não sanccionado. (Sessão de 6 de junho) — Pag. 193.

— N. 46, da mesma commissão, sobre o projecto do Senado n. 7 de 1892. (Sessão de 6 de junho.) — Pag. 193.

— N. 47, sobre licença ao procurador seccional de S. Paulo. (Sessão de 7 de junho.) — Pag. 206.

ORIGI

— N. 48, sobre a creação de um *banco unico*. (Sessão de 8 de junho.) — Pag. 208.

— N. 49, da commissão de Redacção, sobre o projecto de amnistia. (Sessão de 8 de junho.) — Pag. 210.

— N. 50, da commissão de Justiça e Legislação, sobre o projecto do Senado n. 6 de 1892. (Sessão de 9 de junho.) — Pag. 212.

— N. 51 da commissão de Finanças sobre a petição de Bernardo José de Castro. (Sessão de 9 de junho). — Pag. 212.

— N. 52, da commissão de Commercio, Agricultura, Industria e Artes, sobre um requerimento da Associação Sergipense. (Sessão de 9 de junho). — Pag. 212.

— N. 53, das commissões de Finanças e de Marinha e Guerra sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 10 de 1892. (Sessão de 9 de junho). — Pag. 212.

— N. 54, da commissão de Justiça e Legislação sobre o projecto do Senado n. 3 de 1892.

NAL MUTILADA

Damasio. (Sessão de 11 de junho). — Pag. 218.

— N. 60, da commissão de Finanças sobre augmento de vencimentos a um empregado aposentado. (Sessão de 13 de junho). — Pag. 225.

— N. 61, da mesma commissão sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 6 de 1892. (Sessão de 13 de junho). — Pag. 225.

— N. 62, da mesma commissão sobre uma pensão annual. (Sessão de 13 de junho). — Pag. 225.

— N. 63, da mesma commissão mandando pagar ao padre Antonio Martucci 1:000$000. (Sessão de 13 de junho). — Pag. 225.

— N. 64, da commissão de Finanças, sobre vencimentos aos empregados do imposto do gado. (Sessão de 13 de junho). — Pag. 226.

— N. 65, da mesma commissão sobre augmento dos vencimentos dos empregados da casa de correcção. (Sessão de 13 de junho). — Pag. 227.

— N. 66, da commissão de Redacção sobre aposentadoria á magistrados. (Sessão de 14 de junho). — Pag. 237.

Presidente (O Sr. Prudente de Moraes) :

— agradecendo a sua eleição para o cargo de vice-presidente do Senado. (Sessão em 14 de maio de 1892.) Pag. 24.

— dando as razões porque adiou a discussão de um requerimento do Sr. Campos Salles (Sessão de 16 de maio.) Pag. 30.

— annunciando a votação do art. 1º do projecto do Senado n. 1 de 1892. (Sessão de 17 de maio.) — Pag. 33.

— dando explicações. (Sessão de 17 de maio.) Pag. 55.

— sobre a ordem do dia. (Sessão de 18 de maio.) Pag. 61.

— sobre um decreto não sanccionado. (Sessão de 19 de maio.) Pag. 69.

— respondendo ao Sr. Amaro Cavalcanti. (Sessão de 20 de maio.) Pag. 76.

— proclamando um senador pelo Estado de S. Paulo. (Sessão de 20 de maio.) Pag. 76.

— interpretando o art. 130 do regimento. (Sessão de 21 de maio.) Pag. 80.

— sobre pareceres da commissão de Justiça e Legislação. (Sessão de 23 de maio.) Pag. 85.

— sobre um requerimento do Sr. Campos Salles. (Sessão de 23 de maio.) Pag. 86.

— sobre o projecto do Senado, n. 30 de 1891. (Sessão de 23 de maio.) Pag. 87.

— sobre um requerimento do Sr. Sr. Cunha Junior. (Sessão de 26 de maio.) Pag. 103.

— sobre um requerimento do Sr. Monteiro de Barros. (Sessão de 1 de junho.) Pag. 175.

— sobre a ordem do dia. (Sessão de 2 de junho.) Pag. 184.

— respondendo ao Sr. Elyseu Martins. (Sessão de 2 de junho.) Pag. 184.

— respondendo ao Sr. Amaro Cavalcanti. (Sessão em 8 de junho.) Pag. 210.

— nomeando uma commissão especial. (Sessão de 14 de junho.) Pag. 237.

— sobre o projecto do Senado, n. 8 de 1892. (Sessão de 14 de junho.) Pag. 243.

— fazendo uma communicação ao Senado. (Sessão de 15 de junho.) Pag. 253.

Projectos :

— Restabelecendo o Ministerio da Justiça. (Sessão de 18 de maio). Pag. 61.

— N. 5, concedendo amnistia aos cidadãos detidos e desterrados por decreto de 12 de abril. (Sessão de 20 de maio). Pag. 75.

— N. 6, sobre a lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892. (Sessão de 21 de maio). Pag. 80.

— N. 7, sobre aposentadorias. (Sessão de 26 de maio.) Pag. 101.

— N. 8, sobre estado de sitio. (Sessão de 28 de maio). Pag. 113.

— N. 9, sobre estado de sitio, apresentado pelo Sr. Virgilio Damasio. (Sessão de 28 de maio). Pag. 114.

— N. 10, sobre immigração chineza. (Sessão de 31 de maio.) Pag. 157.

— N. 11, sobre a lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891. (Sessão de 6 de junho). Pag. 204.

— N. 12, sobre a lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892. (Sessão de 6 de junho). Pag. 201.

— N. 13, sobre licença ao juiz seccional de S. Paulo. (Sessão de 7 de junho). Pag. 206.

— N. 14, sobre vencimentos dos empregados das secretarias de Estado. (Sessão de 9 de junho). Pag. 211.

— N. 15, sobre a aposentadoria de Bernardo José de Castro. (Sessão de 9 de junho de 1892). Pag. 212.

— N. 16, de 1892. prorogando o contrato da Associação Sergipense. (Sessão de 9 de junho) Pag. 212.

— N. 17. de 1892. sobre estado de sitio. (Sessão de 11 de junho). Pag. 219.

— N. 18. de 1892. sobre vencimentos aos empregados do imposto do gado (Sessão de 13 de junho). Pag. 226.

Rangel Pestana (O Sr.) — Discursos :

— sobre o parecer n. 39 de 1892. (Sessão de 30 de maio). Pag. 136.

— sobre o projecto do senado n. 4 de 1892. (Sessão de 11 de junho). Pag. 223.

— sobre a proposição n. 61 de 1891. (Sessão de 13 de junho). 228 e 233.

— sobre um requerimento do Sr. Aquilino do Amaral. (Sessão de 15 de junho). Pag. 253.

Relatorio— dos trabalhos realisados pelo senado, tanto na 1ª sessão ordinaria como na extraordinaria, convocada por decreto n. 685 de 23 de novembro do anno passado. (Sessão de 14 de maio). Pag. 22.

Requerimentos:

Requeiro que a indicação vá á commissão respectiva para dar parecer.
16 de maio de 1892.— *Campos Salles*. — Pag. 30.

Considerando que o Vice-Presidente da Republica tem deixado de cumprir, inteira e completamente, a obrigação que lhe incumbe nos termos imperativos do art. 80, § 3º da Constituição Federal ;
Considerando que, dada a reunião do Congresso cessou, de pleno direito, toda a autoridade ou interferencia activa do mesmo Vice-presidente acerca dos factos que elle praticou *ex-vi* daquelle artigo constitucional, e narra em sua recente *mensagem*, competindo, agora, só e exclusivamente, ao Congresso deliberar e resolver, como bem entender ;
Considerando mais, que o facto de declaração do sitio e as medidas excepcionaes, tomadas em consequencia, crearam para o paiz uma situação anormal, que não póde ser prolongada sem grave perigo das liberdades publicas, e sem causar serias inquietações de duvida no espirito publico nacional ;
Considerando, finalmente, que é o nosso maior dever, nas actuaes circumstancias apressar, quanto possivel, a solução desse incidente funesto que póde affectar, profundamente, a sorte da propria Republica ;
Que a Mesa do Senado, dirigindo respeitosa mensagem ao Sr. Vice-Presidente da Republica, lembre-lhe a necessidade de remetter, com urgencia, ao Congresso as suas razões e provas que tem, para motivar o estado de sitio e as medidas subsequentes, constantes dos decretos de 10 e 12 de abril ultimo, afim de que possam as casas do Congresso, cumprir por sua vez, com seus deveres, insistentemente reclamados pela voz da opinião publica e da propria justiça.
Senado, 9 de maio de 1892.— *Amaro Cavalcanti*.— *Firmino da Silveira*.— *Saldanha Marinho*.— *José Bernardo*.— *Generoso Marques*.— *Elyseu Martins*.— *Oliveira Galvão*. — *J. Catunda*.— *Luiz Delfino*.— *Braz Carneiro*.— *Laper*.— *Esteves Junior*.— (Sessão de 19 de maio).— Pag. 65.

— Requeiro que sobre o projecto de amnistia seja ouvida tambem, conjunctamente com a commissão de Justiça e Legislação, a de Constituição e Poderes.
Sala das sessões, 23 de maio de 1892.— *Campos Salls*.— (Sessão de 23 de maio). Pag. 86.

Considerando que nenhuma providencia tem sido dada para conjurar a crise que está abtendo a praça do Rio de Janeiro ;
Considerando que desse abandono soffreram muitos dos nossos Estados, cujos melhoramentos estão presos ainda de innumeros estabelecimentos de credito desta capital ;
Considerando que o auxilio a essas emprezas concorrerá para valorisar muitos desses titulos hoje em completo descredito ;
Considerando que a vida da nossa industria importa o bem estar de grande numero de familias desprotegidas da fortuna ;
Requeiro que se solicite do Governo informação sobre as providencias que pretende tomar no sentido de conjurar a crise que pesa sobre a praça, ameaçando arrastar muitos estabelecimentos de credito e muita empreza de provada utilidade.
Sala das sessões, 25 de maio de 1892.— *A. J. Esteves Junior*. (Sessão de 25 de maio.) Pag. 90.

Requeiro o adiamento da discussão do projecto, afim de que este, acompanhado das emendas offerecidas, vá á commissão, que o estudou, para esta formular um trabalho completo.
Sala das sessões, 3 de junho de 1892.— *Gomensoro*. (Sessão de 3 de junho.) Pag. 189.

Requeiro que sejam solicitadas do Ministerio da Fazenda as seguintes informações:
Em que época foram supprimidas as filiaes da Caixa Economica da Capital Federal, estabelecidas em varios pontos do estado do Rio de Janeiro ;

Quaes as providencias adoptadas para restituir aos depositantes as quantias recolhidas nas mesmas caixas.
Sala das sessões, 6 de junho de 1892.— *Braz Carneiro.* (Sessão de 6 de junho.) Pag. 203.

Requeiro que volte ás respectivas commissões, o projecto que está em discussão para que ella possa considerar tambem um projecto identico e substitutivo que já foi offerecido ao Senado.
Sala das sessões, 6 de junho de 1892.—*Gil Goulart.* (Sessão de 6 de junho.) Pag. 204.

Requeiro que o projecto sobre monte-pio dos operarios do Arsenal de Marinha volte ás commissões reunidas de finanças e de marinha e guerra para tomar conhecimento do projecto substitutivo e interpor novo parecer.
Sala das sessões, 7 de junho de 1892.— *Cunha Junior.* (Sessão de 8 de junho.) Pag. 206.

—Requeiro que o projecto volte ás commissões de marinha e guerra e de finanças, para de novo emittirem seus pareceres.— *Gil Goulart.*—(Sessão de 11 de junho.) Pag. 221.

—Requeiro que se peça ao governo as seguintes informações :
1ª, si consta officialmente estar terminada a luta entre os dous partidos de Matto Grosso;
2ª, si o governo tomou providencias, e quaes, para que cessem alli os actos de crueldade e de vingança praticados pelos vencedores contra os vencidos e familias destes.
Sala das sessões, 13 de junho de 1892.—*Aquilino do Amaral.*—(Sessão de 14 de junho.) Pag. 237.

—Requeiro que se solicite do Vice-Presidente Republica sirva-se mandar ouvir o Conselho Supremo Militar sobre a proposição da Camara dos Deputados, considerando, desde já, readmittido no quadro activo do exercito e classificado na arma de infantaria o tenente reformado Raymundo Perdigão de Oliveira.
Sala das sesões, 14 de junho de 1892.—*Antonio Baena.*—(Sessão de 14 de junho.) Pag. 239.

Rosa Junior (o Sr.)— Discursos :
—sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 47 de 1891.—Pag. 82.

— sobre o parecer n, 38 de 1892 (sessão de 28 de maio.) Pag. 116.

— sobre o parecer n. 39 de 1892 (sessão de 1 de junho.) Pag. 180.

— sobre o projecto do senado, n. 1 de 1892 (sessão de 11 de junho.) Pag. 221.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 65 de 1892 (sessão de 13 de junho.) Pag. 233.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 65 de 1892 (sessão de 14 de junho.) Pag. 239.

Sessão de abertura (Em 12 de maio de 1892.) Pag. 11.

Tavares Bastos (o Sr.) Discurso :
— apresentando um projecto.— Pag. 100.

Telegrammas :
— do Sr. Benjamin Barroso, governador do estado do Ceará, expedido da Fortaleza e datado de 7 do corrente mez, communicando que no dia 12 do mez findo falleceu naquella capital o senador por esse estado, major Manoel Bezerra de Albuquerque Junior. (Sessão de 14 de maio.) Pag. 21.

— do Sr. José Calazans, datado de 19 do corrente mez e expedido de Aracajú, estado de Sergipe, participando que, por unanimidade dos votos da Assembléa Constituinte, foi eleito presidente do Estado e tomou posse da administração, depois de haver prestado o compromisso legal. (Sessão de 20 de maio.) Pag. 81.

— Presidente do Senado Federal—Rio—Sessão hontem foi apresentada e unanimemente approvada o seguinte requerimento :

Requeremos que o congresso constituinte cearense leve ao conhecimento do Congresso Federal que, em resposta á consulta feita ao eleitorado no ultimo pleito, foi reprovado o procedimento politico do senador Joakim de Oliveira Catunda e deputados Justiniano de Serpa, José Avelino Gurgel do Amaral, Manoel Coelho Bastos do Nascimento e Martinho Rodrigues de Souza por 18,473 eleitores.

Não havendo voto algum em sentido contrario.—*Lobato de Castro.*—*Alves Ferreira.*—*Jovino Guedes.*—Presidente, *Antonio Pinto Nogueira Accioly.* 1º—secretario, *Agapito Jorge dos Santos.*—2º secretario, *Manoel Nogueira Borges.* (Sessão de 21 de maio.) Pag. 78.

— Ao presidente do senado Federal.—Rio—Foi apresentada sessão hoje seguinte moção unanimemente approvada :

O congresso constituinte cearense, convencido de que a boa e leal interpretação da constituição politica da União não impõe eleição para preenchimento do alto cargo de Presidente da Republica no presente periodo presidencial e que os grandes interesses da patria reclamam nesse posto a continuação do glorioso patriota marechal Floriano Peixoto, resolve de accordo com a opinião da maioria do paiz apoiar a idéa de mantel-o nesse difficil cargo. Presidente, *Antonio Pinto Nogueira Accioly.*—1º secretario, *Agapito Jorge dos Santos.*—2º secretario, *Manoel Nogueira Borges.*— Inteirado. (Sessão de 21 de maio.) Pag. 78.

« Ao Presidente do Senado,—Congratulo-me comvosco pela installação do congresso do Estado hoje, grande regosijo popular. *Mariano Ramos*, do presidente do Congresso do Estado de Matto Grosso. »

Ao presidente do Senado.—Installou-se hoje congresso do estado por entre demonstrações de geral regosijo popular.— Coronel *Generoso Ponce*, presidente do estado de Matto Grosso. (sessão de 4 de junho.) Pag. 19.

« Secretaria do Senado — Rio Camara legislativa Piauhy installada hontem.— *José Ri-*

beiro Gonçalves, presidente.— *Raymundo Antonio de Faria*, 1º secretario— *Arthur Furtado*, 2º secretario ». (Sessão de 6 de junho.) Pag. 193.

— Presidente do Senado — Não é exacto o que foi dito no Senado com relação ao agente da Caixa Economica nesta cidade ; o Exm. agente é o actual collector major João Correia de Brito, funccionario honestissimo e que tem sido até nesta questão o extrenuo defensor dos interesses dos depositantes ; o que estes querem e reclamam com instancia é uma solução sobre a liquidação dos depopositos, havendo representado ao ministro da fazenda para que se effectue por esta collectoria.— *O presidente interino da camara de Vassouras*. (Sessão de 7 de junho.) Pag. 205.

Theodoreto Souto (o Sr.) — Discursos :

— sobre um requerimento apresentado pelo Sr. Campos Salles. (Sessão de 17 de maio.) Pag. 43.

— apresentando o projecto de amnistia. (Sessão de 20 de maio.) Pag. 71.

— fazendo uma pergunta sobre o projecto de amnistia. (Sessão de 30 de maio.) Pag. 123.

— sobre o parecer n. 39 de 1892. (Sessão de 31 de maio.) Pag. 164.

Virgilio Damasio (o Sr.) — Discursos :

— apresentando um projecto. (Sessão de 28 de maio.) Pag. 114.

— sobre o parecer n. 39 de 1892. (Sessão de 30 de maio.) Pag. 125.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 79 de 1891.) Pag. 192.

— sobre um decreto não sanccionado. (Sessão de 9 de junho.) Pag. 213.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 61 de 1891. (Sessão de 13 de junho.) Pag. 233.

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SESSÕES PREPARATORIAS

1ª sessão preparatoria em 28 de abril de 1892

Presidencia do Sr. Elyseu Martins

Ao meio-dia, o Sr. Elyseu Martins assume a cadeira da presidencia e diz que assim procede porque não se acham presentes nem o Sr. vice-presidente do Senado, nem nenhum dos Srs. secretarios supplentes e porque já ha algum tempo a esta parte se acha substituindo ao Sr. 1º secretario, a convite do presidente interino do Senado, segundo communicação que lhe foi dirigida pela director da secretaria, e convida para servirem de 1º, 2º, 3º e 4º secretarios aos Srs. Gomensoro, Luiz Delfino, Cunha Junior e Rosa Junior.

Procede-se á chamada, á qual respondem os Srs. Elyseu Martins, Gomensoro, Luiz Delfino, Cunha Junior, Rosa Junior, Firmino da Silveira, Saldanha Marinho, Braz Carneiro e Oliveira Galvão.

O Sr. 1º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:

Do Sr. senador A. Cavalcanti, datado de hoje' communicando que, não podendo comparecer á sessão de hoje, está entretanto prompto para os trabalhos da sessão legislativa.—Inteirado.

Do Sr. senador Theodoreto Souto, datado de hoje, participando que se acha nesta capital prompto a comparecer á actual sessão do Senado.—Inteirado.

Do Sr. senador Dr. Pinheiro Guedes, datado de 27 do corrente, communicando que está prompto para os trabalhos da presente sessão, mas impedido de comparecer porque se acha detido na fortaleza de S. João por ordem do governo, sem que saiba o motivo da sua reclusão.—Fica o Senado inteirado, lamentando profundamente a rasão pela qual se vê privado da valiosa cooperação do seu distincto membro.

Do Ministerio da Fazenda, datado de 25 de janeiro ultimo, declarando em nome do Sr. Vice-Presidente da Republica, em resposta ao officio do Senado de 5 do mesmo mez, que nada consta do archivo da secretaria daquelle ministerio, relativamente á demissão de Francisco Rodrigues de Paiva, que serviu na qualidade de ajudante do cartorio do Thesouro Nacional.—A quem fez a requisição, devolvendo depois á secretaria.

Do mesmo ministerio, datado de 29 de janeiro findo, devolvendo, sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, que autorisa a abertura de diversos creditos para manter temporariamente serviços que foram extinctos, e para attender ás despezas que excederam ás respectivas verbas.—Ao archivo o autographo, communicando-se á outra camara.

Do mesmo ministerio, datado de 9 de fevereiro ultimo, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, os autographos do decreto do Congresso Nacional, que lhe foram remettidos pelo presidente da Camara dos Deputados, declarando quaes os proprios nacionaes que, na fórma do paragrapho unico do art. 64 da Constituição Federal, passam ao dominio dos estados em cujo territorio existem, ao qual foi negada sancção, pelos fundamentos constantes de um dos mencionados autographos.

HISTORICO

DAS

SESSÕES DE 16 DE JUNHO A 15 DE JULHO DE 1892

No dia 16 de junho, depois da leitura do expediente, o Sr. presidente diz que, não achando-se presente um terço do numero de Srs. senadores, não póde haver sessão, e convida os Srs. senadores presentes a se occuparem dos trabalhos das commissões e em seguida dá a ordem do dia para a sessão seguinte.

Na sessão do dia 17 abre-se a sessão, sendo lida e approvada a acta da sessão anterior.

Depois do expediente é lido o parecer n. 67 de 1892 sobre o regimento commum (Vide pag. 3.)

São igualmente lidos os pareceres ns. 68 e 69 de 1892 (Vide pag. 5.)

Em seguida o Sr. presidente diz que na sessão ordinaria do anno passado o Senado nomeou uma commissão especial para examinar o projecto de organização do Districto Federal, da Camara dos Deputados.

Essa commissão foi composta dos Srs. Joaquim Felicio, Elyseu Martins e Quintino Bocayuva, para preencher a vaga aberta pelo Sr. Quintino Bocayuva foi nomeado o Sr. Rangel Pestana, que deixou tambem vago o logar, renunciando o seu mandato.

Para preencher a vaga do Sr. Rangel Pestana nomeia o mesmo Sr. Rangel Pestana, que foi reconduzido á sua cadeira no Senado.

O Sr. Amaro Cavalcanti diz que a commissão nomeada pelo Senado para retribuir a visita ao representante da Santa Sé, nesta Republica, desempenhou-se de seu dever.

O Sr. presidente declara que o Senado fica inteirado.

Continúa a discussão, adiada, do requerimento do Sr. Aquilino do Amaral, pedindo informações sobre as occurrencias de Matto Grosso.

Depois de orar o Sr. Joaquim Murtinho, a discussão ficou adiada pela hora, e com a palavra o Sr. Aquilino do Amaral.

Passa-se á ordem do dia.

Continúa em 2ª discussão, com os substitutivos offerecidos pelo Sr. Virgilio Damasio e pelas commissões reunidas de justiça e legislação e de constituição e poderes, o art. 1º do projecto do Senado, n. 8, regulando o estado de sitio.

Depois de orar o Sr. Joakim Catunda, a discussão fica adiada.

Levanta-se a sessão.

No dia 18, depois da approvação da acta, o Sr. 1º secretario dá conta do expediente.

Os Srs. Cruz e Elyseu Martins tratam de negocios relativos ao Estado de Sergipe.

O Sr. Monteiro de Barros requer a reimpressão de um discurso seu publicado no *Diario do Congresso* de 4 do corrente e pede a publicação de telegrammas sobre a immigração asiatica.

O Sr. presidente responde que a Mesa providenciará quanto á parte do requerimento do nobre senador em que S. Ex. reclama a reimpressão do seu discurso, com as correcções indicadas.

Quanto ao segundo ponto pedido, vae consultar ao Senado si consente na publicação dos telegrammas.

Consultado, o Senado concede.

O Sr. Saldanha Marinho pede e o Senado concede a publicação, no *Diario do Congresso*, de um artigo da *Gazeta da Tarde*, sobre os desterrados politicos.

Continúa a discussão do requerimento do Sr. Aquilino do Amaral, sobre occurrencias de Matto Grosso.

O Sr. presidente informa que faltam apenas 10 minutos para terminar o tempo destinado á discussão do requerimento.

O Sr. Aquilino do Amaral requer e o Senado approva a prorogação da hora.

Depois de orar o mesmo senhor, encerra-se a discussão, sendo approvado o requerimento.

Passa-se á ordem do dia.

São approvadas as redacções dos projectos ns. 3 e 16 de 1892. (Vide pag. 12.)

Continúa em 2ª discussão, com os substitutivos offerecidos pelo Sr. Virgilio Damasio e pelas commissões reunidas de justiça e legislação e de constituição e poderes, o art. 1º do projecto do Senado n. 8, regulando o estado de sitio.

O Sr. Virgilio Damasio manda á mesa um substitutivo ao projecto. (Vide pag. 24.)

A discussão fica adiada pela hora e levanta-se a sessão.

No dia 20 depois do expediente são lidos os pareceres ns. 70, 71, 72 e 73 de 1892. (Vide pags. 26 e 27.)

E' approvado sem debate o parecer da commissão de finanças, sob n. 61. (Vide pag. 27.)

O Sr. Francisco Machado responde a um discurso pronunciado pelo Sr. Saldanha Marinho em uma das ultimas sessões.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, o art. 1º do projecto do Senado, n. 12 de 1892, alterando o art. 3º da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892, com o parecer da commissão de justiça.

Segue-se em 2ª discussão o art. 2º.

O Sr. Antonio Baena apresenta uma emenda substitutiva ao art. 2º. (Vide pag. 31.)

Oram ainda os Srs. Virgilio Damasio e Campos Salles, sendo em seguida approvado o projecto.

O Sr. Antonio Baena requer e o Senado concede dispensa de intersticio para a 3ª discussão do projecto.

Continúa em 2ª discussão, com os substitutivos offerecidos pelo Sr. Virgilio Damasio e pelas commissões reunidas de justiça e legislação e de constituição e poderes, o art. 1º do projecto do Senado, n. 8 de 1892, regulando o estado de sitio.

O Sr. Presidente — Como lembrei ao Senado, na fórma do regimento, por occasião da discussão do art. 1º de qualquer projecto, o orador tem o direito de falar sobre todo o projecto. Mas, como existem sobre a mesa quatro projectos sobre o mesmo assumpto, a discussão deve comprehender todos e os oradores podem não só discutir o projecto n. 8 em todas as suas disposições, como os outros substitutivos.

Lembro isso aos Srs. senadores porque, resolvida pelo Senado a preferencia entre os projectos, a discussão será artigo por artigo do projecto preferido e restricta ao assumpto.

Encerra-se a discussão sem debate.

O Sr. Presidente — E' chegada a opportunidade do Senado manifestar-se pela preferencia de um dos quatro projectos, para sobre o preferido versar a discussão artigo por artigo.

O Senado vae manifestar-se sobre a preferencia e sujeitarei á preferencia os projectos na ordem chronologica em que foram apresentados.

Submettidos successivamente a votos, o Senado prefere para a discussão, artigo por artigo, o projecto substitutivo sob n. 17 de 1892, offerecido pelas commissões reunidas de justiça e legislação e de constituição e poderes, considerando-se prejudicados o projecto n. 8 e os substitutivos do Sr. Virgilio Damasio.

Entra em 2ª discussão o art. 1º deste projecto.

O Sr. Elyseu Martins faz diversas considerações sobre o projecto.

São lidas duas emendas dos Srs. Gil Goulart e outros.

E' encerrada a discussão dos arts. 3º a 10º e ultimo do projecto.

Indo proceder-se á votação verifica-se não haver numero legal.

A votação fica adiada.

Levanta-se a sessão.

No dia 21 comparecem apenas 20 Srs. senadores.

O Sr. 2º secretario lê o parecer n. 74, que vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos. (Vide pag. 33.)

O Sr. presidente declara que, achando-se presente numero inferior a um terço do de Srs. senadores, não póde haver sessão; e convida os Srs. senadores presentes a se occuparem dos trabalhos das commissões.

No dia 22 são successivamente lidas, postas em discussão, e sem debate approvadas as actas da ultima sessão e da reunião de 21 do corrente.

E' lido, e estando apoiado pelo numero de assignaturas, vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos o projecto n. 20, assignado pelos Srs. Gil Goulart e outros. (Vide pag. 35.)

O Sr. Saldanha Marinho offerece um discurso pronunciado na Camara dos Deputados pelo Sr. Luiz Murat ao seu companheiro em exilio, marechal Almeida Barreto.

O Sr. Rangel Pestana justifica e manda á mesa um requerimento pedindo diversas informações ao Sr. Ministro da Fazenda. (Vide pag. 42.)

Passa-se á ordem do dia.

ESTADO DE SITIO

O Sr. presidente annuncia a votação, em 2ª discussão, do projecto do Senado, n. 17 de 1892, regulando a decretação do estado de sitio.

O Sr. Amaro Cavalcanti deseja saber do Sr. presidente qual a sorte que devem ter os outros projectos que foram apresentados sobre a mesma materia.

O Sr. presidente informa que os outros projectos ficam prejudicados.

Passa-se á votação do art. 1º do projecto n. 17.

Procede-se, com o seguinte resultado, á votação do projecto n. 17 de 1892, regulando a decretação do estado de sitio.

E' approvada a 1ª parte do art. 1º, salvo a emenda dos Srs. Campos Salles e Gil Goulart, a qual é tambem approvada.

E' approvada a 2ª parte do referido art. 1º.

E' approvado o art. 2º, salvo a emenda do Sr. Gil Goulart, a qual não é approvada.

São successivamente approvados os arts. 3º a 10º e ultimo do projecto.

E' o projecto com a emenda approvada adoptado para passar á 3ª discussão.

E' approvado sem debate o projecto do Senado, n. 12 de 1892. (Vide pag. 43.)

Segue-se em 3ª discussão com a emenda approvada em 2ª, a proposição da Camara dos Deputados, n. 33 de 1891. (Vide pag. 43.)

O Sr. Campos Salles manda á mesa uma emenda. (Vide pag. 44.)
Encerra-se a discussão e, não havendo numer legal, fica a votação adiada.
Encerra-se a discussão dos projectos do Senado ns. 13 e 15 e das proposições ns. 10 e 60. (Vide pag. 44.)
Entra em 1ª discussão o projecto do Senado n. 10. (immigração asiatica).
Depois de orar o Sr. Monteiro de Barros, a discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

No dia 23 depois da approvação da acta é lido o expediente.
O Sr. 3º secretario, servindo de 2º, lê e vão a imprimir para entrarem na ordem dos trabalhos os pareceres ns. 75, 76 e 77 de 1892 (Vide pags. 47 e 48.)
O Sr. Elyseu Martins occupa-se da crise financeira.
Em seguida passa-se á ordem do dia.
E' approvada em 3ª discussão a emenda do Sr. Campos Salles á proposição da Camara dos Deputados, n. 33.
São tambem approvados os projectos ns. 10, 13 e 15 de 1892.
E' approvada a conclusão do parecer n. 60 de 1892.
E' finalmente approvada a proposição da Camara dos Deputados n. 10 de 1892.
Segue-se em discussão unica o parecer n. 70 de 1892, da commissão de constituição e poderes, reconhecendo senador pelo districto federal o cidadão Aristides da Silveira Lobo.
O Sr. Aquilino do Amaral justifica e manda á mesa um requerimento. (Vide pag. 52.)
O Sr. Campos Salles responde ao Sr. Aquilino do Amaral.
O Sr. Aquilino do Amaral volta de novo á tribuna, ficando em seguida encerrada a discussão do parecer n. 70 de 1892.
E' rejeitado o requerimento do Sr. Aquilino do Amaral e approvadas as conclusões do parecer.
O Sr. presidente proclama senador da Republica pelo Districto Federal, o Sr. Dr. Aristides da Silveira Lobo.
E' rejeitado o projecto do Senado n. 6 de 1892.
Entra em discussão o parecer n. 71 de 1892. (Vide pag. 55.)
O Sr. Gomensoro dá algumas explicações sobre a materia deste parecer.
Encerra-se a discussão, ficando a votação adiada por falta de numero legal.
E' lido o parecer n. 78 de 1892, que fica sobre a mesa para ser discutido na sessão seguinte depois de impresso no *Diario do Congresso*. (Vide pag. 56.)

Levanta-se a sessão.

No dia 24 comparecem apenas 12 Srs. senadores.
Depois da leitura do expediente o Sr. presidente diz que, achando-se presente numero inferior ao de um terço do de Srs. senadores, não póde haver sessão.

No dia 25 são, successivamente, lidas e postas em discussão, a qual encerra-se sem debate, as actas das sessões antecedentes, adiando-se a votação por falta de numero legal.
Depois do expediente o Sr. Americo Lobo manda á mesa um projecto, sob n. 21 de 1892 (Vide pag. 61.)
O Sr. Presidente — O Sr. senador por Minas Geraes offereceu um projecto, que está apoiado pelo numero de assignaturas e que vae a imprimir.
S. Ex. ao mesmo tempo apresentou uma collecção de pareceres, que lhe foram fornecidos pela secretaria da justiça, pedindo que fossem publicados, afim de servirem de esclarecimento ao Senado, por occasião da discussão do projecto.
A publicação em avulso, pelo regimento, é apenas dos trabalhos do Senado.

Mas o mesmo regimento permitte que possam ser impressos no *Diario do Con* documentos offerecidos pelos senadores, si assim o resolver o Senado, e, como até a; ha numero de Srs. senadores para deliberar, opportunamente submetterei á casa o mento do nobre senador, nestes termos, que são os do regimento.

Passa-se á ordem do dia.

Não havendo ainda numero legal, continúa adiada a votação do parecer n 1892.

Encerra-se a discussão dos projectos do Senado ns. 11, 12 e 20 de 1892 e da propc Camara dos Deputados n. 33 de 1892.

E' encerrada tambem a discussão do parecer da commissão de constituição e poder de 1892, reconhecendo senador pelo Estado do Pará o Sr. Dr. Raymundo Nina Ribe

Reconhecendo-se haver numero legal com a entrada de diversos Srs. senado approvados:

O projecto do Senado n. 11 de 1892, a redacção do projecto do Senado n. 12 de 1: pareceres ns. 71 e 75 de 1892.

O Sr. presidente proclama senador da Republica pelo Estado do Pará, o D Ribeiro.

E' approvada a proposição da Camara dos Deputados, n. 33 de 1891.

E' approvado em 1ª discussão o projecto do Senado, n. 20 de 1892.

Entra em 3ª discussão o projecto do Senado, n. 17 de 1892, regulando o est sitio.

Toma assento o Sr. Dr. Nina Ribeiro, senador eleito pelo Estado do Pará.

São lidas diversas emendas ao projecto do Senado, n. 17, assignadas pelos Srs. Cavalcanti e Virgilio Damasio.

São lidas, apoiadas e postas conjunctamente em discussão.

Vem á mesa e é lida a redacção n. 79 de 1892. (Vide pag. 77.)

Levanta-se a sessão.

No dia 27 depois da approvação da acta o Sr. Aristides Lobo, senador pelo Di: Federal, contrahe o compromisso legal e toma assento.

Passa-se á leitura do expediente.

O Sr. Braz Carneiro envia á mesa um requerimento que é approvado. (Vide pag

Passa-se em seguida á ordem do dia. Entra em discussão unica, a qual encerra-s debate, a redacção do projecto do Senado n. 13 de 1892.

ESTADO DE SITIO

Continúa em 3ª discussão, com as emendas offerecidas, o projecto do Senado, n. 1892, regulando o estado de sitio.

O Sr. Coelho e Campos justifica e manda á mesa diversas emendas, que são apoiadas e postas conjunctamente em discussão.

O Sr. Elyseu Martins occupa-se tambem do mesmo assumpto.

São lidas, apoiadas e postas conjunctamente em discussão diversas emendas assig pelo Sr. Virgilio Damasio, Amaro Cavalcanti e Americo Lobo.

A discussão fica adiada.

E' lido o parecer n. 80 de 1892. (Vide pag. 95.)

No dia 28 depois do expediente são lidos os pareceres ns. 81 e 82 de 1892. (Vide pag.

O Sr. Campos Salles pede dispensa de membro da commissão de constituição e pod

O Sr. presidente diz que opportunamente consultará ao Senado.

Havendo numero legal, é approvado o requerimento constante do parecer n. 82 de 1

Consultado, o Senado concede a exoneração pedida pelo Sr. Campos Salles, de mem da commissão de constituição e poderes,

O Sr. presidente nomeia o Sr. Aristides Lobo para substituir o Sr. Campos Salles.
Passa-se á ordem do dia.
E' approvada a redacção do projecto do Senado, n. 13 de 1892.
E' tambem approvada a redacção das emendas do Senado, á proposição da Camara dos Deputados n. 33 de 1891.

ESTADO DE SITIO

Continúa em 3ª discussão, com as emendas offerecidas, o projecto do Senado, n. 17 de 1892, regulando o estado de sitio.
E' lida, apoiada e posta conjunctamente em discussão uma emenda assignada pelo Sr. Amaro Cavalcanti.
Oram os Srs. Americo Lobo e Theodoreto Souto.
Encerra-se a discussão sem mais debate.
Procede-se á votação.
E' approvado o projecto com as alterações feitas, ficando, entretanto, sobre a mesa, afim de passarem por mais uma discussão na sessão seguinte as emendas offerecidas e approvadas em 3ª.
Vem á mesa uma declaração de voto assignada pelos Srs. Amaro Cavalcanti e outros.
E' approvado por votação nominal, o decreto não sanccionado, isentando de direitos de importação todos os machinismos e apparelhos importados para as fabricas de fiação e tecidos do Estado do Maranhão.
Segue-se em 2ª discussão o art. 1º do projecto do Senado, relativo ao regimento commum das duas casas do Congresso.
Vem á mesa uma emenda assignada pelo Sr. Amaro Cavalcanti.
Encerra-se a discussão dos arts. 1º a 5º.
Entra em discussão o art. 6º.
Ora o Sr. Souza Coelho.
O Sr. presidente responde a uma pergunta feita pelo Sr. Souza Coelho.
Encerra-se a discussão dos arts. 6º a 8º.
Entra em discussão o art. 9º com uma emenda dos Srs. Gil Goulart e João Pedro.
Encerra-se a discussão dos arts. 9º a 24 e ultimo do projecto.
A discussão fica adiada, por falta de numero legal.
E' encerrada a discussão das proposições da Camara dos Deputados, ns. 9, de 1892 e 65, de 1891.
E' tambem encerrada a discussão do projecto do Senado, n. 2, de 1892.
A votação fica adiada, por falta de numero legal.
E' lido o parecer n. 83, de 1892. (Vide pag. 108.)
Levanta-se a sessão.

No dia 29 comparecem apenas 20 Srs. senadores.
Depois do expediente, o Sr. 3º secretario, servindo de 2º, lê e vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos, o parecer n. 84, de 1892. (Vide pag. 121.)
O Sr. presidente declara que não póde haver sessão hoje, por isso que não se acha até esta hora presente 1/3 do numero dos Srs. senadores.

No dia 30, depois da leitura do expediente, o Sr. Elyseu Martins envia á mesa um requerimento, pedindo informações ao Sr. Vice-Presidente da Republica, que é approvado sem debate.
Passa-se á ordem do dia.
E' approvada a redacção do projecto do Senado, n. 11, de 1892.
E' approvado o projecto relativo ao regimento commum.

O projecto, depois de emendado, é adoptado para passar á 3ª discussão.

O Sr. Antonio Baena pede e o Senado concede dispensa de intersticio para a 3ª discussão do projecto.

E' approvada em 2ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 9, de 1892. (Vide pag. 123.)

E' approvada em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 65, de 1891.

E' tambem approvado o projecto do Senado, n. 2 de 1892.

São approvadas as emendas relativas ao projecto de estado de sitio.

Segue-se em 3ª discussão, com o substitutivo offerecido pelos ex-senadores José Hygino e U. do Amaral e por outros ao projecto do Senado n. 12 de 1891.

O Sr. Amaro Cavalcanti justifica e manda á mesa uma emenda. (Vide pag. 125.)

O Sr. Tavares Bastos manda á mesa uma emenda. (Vide pag. 130.)

Ora o Sr. Americo Lobo, que apresenta um requerimento. (Vide pag. 133.)

O Sr. presidente faz diversas considerações relativamente ao requerimento do Sr. Americo Lobo.

O Sr. Americo Lobo retira o seu requerimento.

E' lido o parecer n. 85 de 1892. (Vide pag. 134.)

Levanta-se a sessão.

No dia 1 de julho depois do expediente o Sr. 3º secretario (servindo de 2º) lê os pareceres ns. 86 e 87 de 1892. (Vide pag. 136.)

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica e é approvada a redacção do projecto do Senado n. 17 de 1892, regulando o estado de sitio.

E' approvada a emenda, que já o havia sido em 2ª discussão, relativa ao regimento commum das duas casas do Congresso.

Segue-se em 3ª discussão, com as emendas offerecidas, o projecto do Senado, n. 12 de 1891. (Vide pag. 137.)

Oram os Srs. Rangel Pestana, Tavares Bastos, Americo Lobo e Amaro Cavalcanti que apresentou uma emenda. (Vide pag. 147.)

Encerra-se a discussão do projecto, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Encerra-se a 3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 10 de 1892.

E' tambem encerrado sem debate em 2ª discussão o projecto do Senado, n. 18 de 1892.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, a proposição da Camara dos Deputados n. 12 de 1892.

Ora o Sr. Rosa Junior, ficando a discussão encerrada, e a votação adiada por falta de numero legal.

E' lido o parecer n. 88 de 1892. (Vide pag. 148.)

Levanta-se a sessão.

No dia 2, depois do expediente, passa-se á ordem do dia.

O Sr. presidente, annuncia a votação, em 3ª discussão, do projecto do Senado, n. 12 de 1891, e diz que tendo a commissão de justiça e legislação, no seu parecer sobre a materia, preferido para a discussão o projecto substitutivo, offerecido pelos ex-senadores José Hygino e Ubaldino do Amaral e por outros, vae, na fórma do regimento, sujeitar á votação, em 1º logar as emendas offerecidas ao mesmo substitutivo e depois elle com as alterações que lhe foram feitas.

E' approvada a emenda do Sr. Tavares Bastos suppressiva do art. 17 do substitutivo.

São prejudicadas duas emendas do Sr. Amaro Cavalcanti e approvada uma do Sr. Tavares Bastos.

São approvados:

Em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 10 de 1892; em 2ª o projecto do Senado, n. 18 de 1892; a redacção do projecto do Senado n. 19 de 1892; em 1ª discussão

o projecto do Senado, n. 21 ; em 3ª o projecto do Senado n. 15 de 1892 ; e em 2ª a proposição da Camara dos Deputados n. 37 de 1891. (Vide pag. 152.)

E' rejeitada a proposição da Camara dos Deputados, n. 12 de 1892.

Entra em 2ª discussão a proposição da mesma Camara, n. 9 de 1892.

O Sr. Luiz Delfino justifica uma emenda. (Vide pag. 154.)

Oram ainda os Srs. Elyseu Martins e Rangel Pestana que apresenta uma emenda. (Vide pag. 15.)

Sobre o mesmo assumpto tambem occupam a tribuna os Srs. Amaro Cavalcanti e Luiz Delfino que requer a retirada da emenda que apresentou.

Fica adiado o requerimento do Sr. Luiz Delfino, por falta de numero legal.

Encerra-se a 2ª discussão da proposição, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Segue-se em 2ª discussão a proposição da Camara dos Deputados n. 4 de 1892.

Oram os Srs. Rangel Pestana e Amaro Cavalcanti, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

No dia 4, depois da leitura do expediente, o Sr. 2º secretario lê os pareceres ns. 89 e 90 de 1892. (Vide pag. 162.)

O Sr. Elyseu Martins manda á mesa uma representação de industriaes relativa a auxilios ás industrias.

O Sr. presidente diz que a representação vae ás commissões reunidas de finanças e de commercio, industria e artes.

Passa-se á ordem do dia.

Encerra-se a discussão das emendas ao projecto do Senado n. 12 de 1891.

E' tambem encerrada, em 2ª discussão, a proposição da Camara dos Deputados, n. 15 de 1892, e o projecto do Senado n. 2 de 1892 e a proposição da Camara dos Deputados n. 9 A de 1892. (Vide pag. 163.)

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Havendo numero legal com o comparecimento de mais alguns Srs. senadores, procede-se á votação das materias cuja discussão ficou encerrada.

E' approvada a proposição n. 9 A de 1892.

E' approvada em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados n. 9 de 1892 e bem assim a retirada da emenda do Sr. Luiz Delfino, á mesma proposição.

A requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti, foi dispensado o intersticio para 3ª discussão desta proposição.

São approvados: as proposições da Camara dos Deputados ns. 4 e 15 de 1892 ; as emendas suppressivas do art. 17 e additiva ao projecto substitutivo, offerecido e approvado em 3ª discussão ao projecto do Senado n. 12 de 1891, e bem assim o substitutivo e o projecto do Senado n. 2 de 1892.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 5, depois da leitura do expediente, são lidos os pareceres ns. 91, 92, 93, 94, 95 e 96 de 1892 e o projecto n. 22 de 1892, assignado pelos Srs. Amaro Cavalcanti e outros. (Vide pags. 165, 166 e 167.)

O Sr. Elyseu Martins faz algumas observações sobre uma tentativa de assalto que se pretendeu fazer ao jornal *O Paiz*.

Os Srs. Rangel Pestana e Amaro Cavalcanti respondem ás observações feitas pelo orador precedente.

Passa-se á ordem do dia.

E' approvada em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 9 de 1892. (Vide pag. 173.)

Segue-se em discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 14 de 1892. (Vide pag. 173.)

Oram os Srs. Elyseu Martins e Rosa Junior, ficando a discussão encerrada e adiada a votação.

Segue-se em 2ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 82 de 1892. (Vide pag. 173.)

O Sr. Amaro Cavalcanti faz diversas observações sobre esta proposição.

Encerra-se a discussão, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

No dia 6 comparecem 20 Srs. senadores.

Não havendo expediente, o Sr. presidente declara que achando-se presente numero inferior ao de um terço de Srs. senadores, não póde haver sessão.

No dia 7, depois do expediente, o Sr. 2º secretario lê os pareceres ns. 97, 98 e 99 de 1892. (Vide pag. 178.)

O Sr. Americo Lobo faz algumas observações sobre um discurso do Sr. Elyseu Martins, pronunciado ha dias no Senado.

O Sr. Elyseu Martins responde ao orador que o precedeu na tribuna.

O Sr. Aquilino do Amaral manda á mesa um projecto sob n. 23. (Vide pag. 181.)

Passa-se á ordem do dia.

Vota-se em 2ª discussão, e é approvada a proposição da Camara dos Deputados n. 14 de 1892.

O Sr. Presidente — Vae se votar a proposição da Camara dos Deputados n. 82, de 1891, concedendo á Companhia Manufactureira e Agricola do Estado do Maranhão isenção de direitos para os apparelhos, machinas, etc., que importar para as fabricas que pretende estabelecer na villa de Codó, no mesmo Estado.

Recordo ao Senado que o Sr. relator da commissão de finanças declarou ao Senado, por occasião da discussão, que a commissão considerava prejudicada esta proposição, visto estar contida sua materia em uma disposição geral, que já é lei do paiz. Mas como se trata de uma proposição da Camara dos Srs. Deputados, só poderá ser considerada prejudicada por votação do Senado.

Vota-se em 2ª discussão, e é rejeitado o art. 1º da referida proposição, a qual vae ser devolvida áquella Camara.

São approvados :

Em 3ª discussão os projectos do Senado, ns. 18 e 20 de 1892 ; em 3ª, a proposição da Camara dos Deputados n. 37 de 1891 e o parecer n. 89 de 1892.

Levanta-se a sessão.

No dia 8, depois da leitura do expediente, o Sr. 2º secretario lê os pareceres ns. 100, 101 e 102 de 1892. (Vide pags. 183 e 184.)

O Sr. Generoso Marques manda á mesa um requerimento, cuja discussão ficou encerrada e adiada a votação por falta de numero legal.

Havendo comparecido mais alguns Srs. senadores, procede-se á votação das materias cuja discussão ficou encerrada.

São approvados :

O requerimento das commissões reunidas de commercio, agricultura, industria e artes, e de finanças, constantes do parecer n. 102, de 1892.

Passa-se á ordem do dia.

Entram successivamente, em discussão unica, e são sem debate approvadas as redacções dos projectos do Senado ns. 2, 15 e 12 de 1892. (Vide pag. 185.)

Entram seguidamente em discussão unica, e são tambem sem debate approvados, os pareceres ns. 94, 91, 92 e 93 de 1892. (Vide pag. 185.)

Seguem-se em discussão unica as emendas do Senado, rejeitadas pela Camara, á proposição n. 43 de 1891, sobre a organisação do districto federal.

Ora o Sr. Elyseu Martins, ficando a discussão encerrada.

O Sr. presidente explica como a votação dessas emendas deve ser feita.

Votam-se as emendas. (Vide pags. 187 a 189)

O Sr. Antonio Baena requer e o Senado concede que se suspenda a sessão por 10 minutos afim dos Srs. senadores descançarem.

Suspende-se a sessão.

A's 3 horas continúa a sessão, e não havendo numero legal para se continuar a votação, fica esta adiada.

Levanta-se a sessão.

No dia 9, depois da leitura do expediente, o Sr. 2º secretario lê o parecer n. 103 de 1892.

O Sr. presidente nomeia o Sr. Nina Ribeiro para servir na commissão de instrucção publica, no impedimento do Sr. Catunda.

Passa-se á ordem do dia.

O Sr. presidente diz que, não havendo ainda numero legal, fica adiada para quando houver esse numero, a votação interrompida das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados n. 43, de 1891, sobre a organisação do Districto Federal, as quaes foram rejeitadas por aquella Camara.

E' encerrada a discussão das proposições n. 4 e n. 15 de 1892. (Vide pag. 190.)

E' encerrada a 1ª discussão do projecto do Senado n. 23 de 1892.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

O Sr. presidente diz que, tendo até agora comparecido apenas 30 Srs. senadores e como a materia a tratar se carece de numero legal, vae suspender a sessão por meia hora, afim de ver si comparece esse numero.

Suspende-se a sessão ao meio-dia e 40 minutos.

A' 1 hora e 10 minutos da tarde reabre-se a sessão.

O Sr. Presidente — Compareceram 32 Srs. senadores, mas dous destes retiraram-se : os Srs. Generoso Marques e Thomaz Cruz, tendo este communicado á Mesa que o fazia por negocio de natureza urgente.

Não havendo assim numero legal para poder-se continuar a votação das emendas do Senado, á proposição da Camara, relativa á organisação do Districto Federal e das outras materias cuja discussão ficou encerrada, vou levantar a sessão.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 11 o Sr. Generoso Marques faz algumas observações sobre a parte da acta que trata do seu comparecimento e da sua retirada da sessão anterior.

Não havendo mais quem fizesse reclamações sobre a acta, é encerrada a discussão, e adiada a votação por falta de numero legal.

Depois do expediente o Sr. Domingos Vicente, servindo de 2º secretario, lê o parecer n. 104 de 1892. (Vide pag. 192.)

Vem á mesa o projecto sob n. 24 de 1892, assignado pelo Sr. Antonio Baena e outros, que vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

Passa se á ordem do dia.

Entra em discussão unica, a qual é encerrada sem debate, adiando-se a votação por falta de numero legal, o projecto do Senado, n. 18 de 1892.

O Sr. presidente diz que segue-se na ordem do dia a continuação da votação das emendas do Senado, rejeitadas pela Camara dos Deputados, á proposição da mesma Camara

n. 43 de 1891, sobre a organisação do Districto Federal, interrompida na penultima sessão, e bem assim a votação das materias cuja discussão ficou encerrada na sessão anterior; mas, como até agora teem comparecido apenas 27 Srs. senadores, continuam adiadas essas votações, até que haja numero legal, e passa-se ás outras materias constantes da ordem do dia.

Segue-se em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 14 de 1892, concedendo á viuva e filhos do Dr. Tobias Barreto de Menezes a pensão annual de 3:600$000.

Oram os Srs. Coelho e Campos e Luiz Delfino.

Encerra-se a discussão, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Encerra-se a 3ª discussão do projecto do Senado n. 20 de 1892, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

O Sr. Presidente — As materias que figuram na ordem do dia estão esgotadas, ficando adiada a respectiva votação por falta de numero.

O Senado continúa a não poder votar.

A' sessão de hoje compareceram apenas 31 Srs. senadores; destes retirou-se um, de modo que existem actualmente na casa sómente 30.

Não póde, por consequencia, ter logar a votação das materias cuja discussão ficou encerrada; continúa adiada a votação.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 12, depois do expediente, passa-se á ordem do dia.

O Sr. presidente diz que a ordem do dia começa pela votação das materias cuja discussão ficou encerrada, nas sessões anteriores, mas como até este momento compareceram apenas 27 Srs. senadores continuam adiadas essas votações, e passa-se á discussão das outras materias constantes da ordem do dia.

Entra em discussão o parecer n. 101 de 1892. (Vide pag. 201.)

Oram os Srs. Elyseu Martins, Francisco Machado e Americo Lobo que manda á mesa um requerimento. (Vide pag. 203.)

E' lido, apoiado, e posto em discussão o requerimento.

Oram os Srs. Virgilio Damasio, Campos Salles e Americo Lobo.

Encerra-se a discussão sem mais debate.

E' rejeitado em seguida o requerimento do Sr. Americo Lobo.

Continúa em discussão o parecer, o qual encerra-se sem debate.

E' approvada a conclusão do parecer.

Veem á mesa duas declarações de voto assignadas pelos Srs. Elyseu Martins e Tavares Bastos.

O Sr. presidente diz que, havendo agora numero legal, vae-se proceder á votação das materias, cuja discussão ficara encerrada nas sessões anteriores e nesta.

São successivamente approvadas as actas das sessões dos dias 8, 9 e 11 do corrente mez.

E' approvada a redacção do projecto do Senado, n. 18 de 1892, regulando os vencimentos e aposentadorias dos empregados da arrecadação do imposto do gado.

Procede-se á votação interrompida das emendas do Senado, á proposição da Camara dos Deputados n. 43 de 1891, sobre a organisação do districto federal. (Vide pag. 206.)

A votação faz-se até o § 43, ficando o resto da votação adiado, por falta de numero legal.

Veem á mesa e são lidos os pareceres ns. 105 e 106 de 1892. (Vide pag. 207.)

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 13, depois do expediente, o Sr. 2º secretario lê os pareceres ns. 107 e 108 de 1892. (Vide pag. 209.)

O Sr. Monteiro de Barros envia á mesa uma representação da Camara Municipal da Barra do Piraihy, em favor da immigração asiatica, que é remettida ás commissões reunidas de colonisação e de finanças.

O Sr. Rangel Pestana explica os motivos por que tem deixado de comparecer ás sessões do Senado:

Passa-se á ordem do dia.

O Sr. Presidente — A ordem do dia do Senado consta quasi toda de votações de materias cuja discussão ficou encerrrada.

Não se póde proceder actualmente á essas votações porque até ao presente momento teem comparecido apenas 27 Srs. senadores, e, portanto, passa-se á parte da ordem do dia dependente de discussão.

São encerradas, em 2ª discussão, as proposições da Camara dos Deputados ns. 11 e 20 de 1892 e a do projecto do Senado n. 24 de 1892. (Vide pag. 210.)

Depois de algumas observações do Sr. presidente, levanta-se a sessão.

No dia 15, depois do expediente, o Sr. Americo Lobo occupa a tribuna afim de obter da Mesa uma explicação.

São approvadas as actas dos dias 12 e 13 do corrente.

E' approvado o requerimento constante do parecer n. 108 de 1892. (Vide pag. 212.)

Passa-se á ordem do dia.

São approvadas as conclusões do parecer n. 105 de 1892. (Vide pag. 212.)

O Sr. presidente proclama senador da Republica pelo Estado das Alagoas o Sr. Messias de Gusmão, que contrahe o compromisso constitucional e toma assento.

São approvadas as conclusões do parecer n. 106 de 1892. (Vide pag. 213).

O Sr. presidente proclama senador da Republica pelo Estado do Paraná o Sr. Ubaldino do Amaral.

Continúa a votação interrompida da proposição n. 43 de 1891, (organisação do districto federal, vide pag. 213.)

Na votação do art. 17 da proposição, levanta-se uma questão de ordem em que tomam parte os Srs. Americo Lobo, Presidente, Gil Goulart, Amaro Cavalcanti, Ramiro Barcellos, Presidente, Laper, Rangel Pestana e Presidente. (Vide pag. 213.)

Continúa a votação interrompida.

Não havendo numero legal fica adiada a votação.

Levanta-se a sessão.

SENADO FEDERAL

INDICE

DAS

SESSÕES DE 16 DE JUNHO A 15 DE JULHO DE 1892

Amaro Cavalcanti (O Sr.) — Discursos :

Fazendo uma communicação. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 6.

Sobre o projecto do Senado, n. 17 de 1892. (Sessões de 22 e 25 de junho) Pags. 42 e 64.

Sobre o projecto do Senado, n. 12 de 1891. (Sessões de 30 de junho e 1 de julho.) Pags. 124 e 146.

Sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 9 de 1892. (Sessão de 2 de julho.) Pag 159.

Sobre a proposição da mesma Camara, n. 4 de 1892. (Sessão de 2 de julho.) Pag. 161.

Requerendo dispensa de intersticio. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 163.

Respondendo ao Sr. Rangel Pestana. (Sessão de 5 de julho.) Pag. 172.

Americo Lobo (O Sr.) — Discursos :

Apresentando um projecto. (Sessão de 25 de junho.) Pag. 61.

Sobre o projecto n. 17 de 1892. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 98.

Sobre o projecto n. 12 de 1891. (Sessões de 30 de junho e 1º de julho.) Pags. 130 e 143.

Sobre um discurso do Sr. Elyseu Martins. (Sessão de 7 de julho.) Pag. 179.

Sobre o parecer n. 101 de 1892. (Sessão de 12 de julho.) Pags. 202 e 204.

Sobre a ordem do dia. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 212.

Sobre as emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados n. 43 de 1891. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 213.

Sobre a verificação de uma votação. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 213.

Antonio Baena (O Sr.) — Discursos :

Sobre o projecto n. 12 de 1892. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 30.

Requerendo dispensa de intersticio para a 3ª discussão do projecto do Senado, n. 19 de 1892. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 123.

Requerendo a suspensão da sessão por 10 minutos. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 189.

Aquilino do Amaral (O Sr.) — Discursos :

Fazendo um requerimento. (Sessão de 18 de junho.) Pag. 12.

Sobre occurrencias de Matto Grosso. (Sessão de 18 de junho.) Pag. 12.

Sobre o parecer n. 70. (Sessão de 23 de junho.) Pags. 51 e 54.

Apresentando um projecto. (Sessão de 7 de julho.) Pag. 18.

Braz Carneiro (O Sr.) — Discurso:

Apresentando um requerimento. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 79.

Campos Salles (O Sr.) — Discursos:

Sobre o projecto n. 12 de 1892. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 31.

Sobre a proposição n. 33 de 1891. (Sessão de 22 de junho.) Pag. 43.

Sobre o parecer n. 70. (Sessão de 23 de junho.) Pag. 55.

Pedindo exoneração da commissão de constituição e poderes. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 97.

Sobre o parecer n. 101 de 1892. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 203.

Coelho e Campos (O Sr.) — Discursos :

Sobre o projecto n. 17 de 1892. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 79.

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 14 de 1892. (Sessão de 11 de julho.) Pag. 193.

Cruz (O Sr.) — Discurso:

Sobre negocios do Estado do Piauhy. (Sessão de 18 de junho.) Pag. 8.

Declarações:

Votamos contra a 2ª parte do art. 1º, annullando, de modo incondicional, as immunidades dos membros do Congresso Nacional, por ser isso contrario ao art. 20 da Constituição.— *Amaro Cavalcanti.— Galvão.— José Bernardo.— Lapér.— V. Damasio.— Theodoreto Souto.— B'az Carneiro.— Elyseu Martins.— Generoso Marques — J. Catunda. — Cruz.* (Sessão de 28 de junho.) Pag. 107.

Declaro que votei contra o parecer da commissão de constituição e poderes, por entender que pela fórma proposta não se resolve a questão.

Sala das sessões, 12 de julho de 1892.— *Elyseu Martins.*

Declaro que votei contra a conclusão do parecer da commissão de constituição e poderes, mandando remetter ao Vice-Presidente da Republica, para ter execução, a resolução do Senado, declarando vago o logar de senador pelo Estado de Alagôas. que occupava o mesmo Vice-Presidente da Republica.

Sala das sessões, 12 de julho de 1892.— *Tavares Bastos.* (Sessão de 12 de julho.) Pag. 205.

Elyseu Martins (O Sr.) — Discursos

Sobre negocios do Estado do Piauhy. (Sessão de 18 de junho.) Pag. 9.

Sobre o projecto do Senado n. 8 de 1892 (estado de sitio) (Sessão de 20 de junho.) Pag. 32.

Sobre a crise financeira. (Sessão de 23 de junho.) Pag. 48.

Apresentando um requerimento. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 123.

Requerendo á Mesa uma representação. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 163.

Sobre uma tentativa de desacato ao jornal *O Paiz.* (Sessão de 5 de julho.) Pag. 167.

Sobre a proposição n. 14 de 1892 da Camara dos Deputados. (Sessão de 5 de julho.) Pag. 175.

Sobre uma discurso do Sr. Americo Lobo. (Sessão de 7 de julho.) Pag. 180.

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 43 de 1891. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 187.

Sobre o parecer n. 101 de 1892. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 201.

Emendas :

Apresentada pelo Sr. Antonio Baena ao projecto n. 12 de 1892. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 31.

Apresentada pelos Srs. Campos Salles e Gil Goulart, aos arts. 1º e 2º do projecto do Senado n. 8 de 1892 (estado de sitio). (Sessão de 20 de junho.) Pag. 32.

Apresentada pelo Sr. Campos Salles á proposição da Camara dos Deputados, n. 33 de 1891. (Sessão de 22 de junho.) Pag. 44.

Do Sr. Luiz Delfino ao art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 9 de 1892. (Sessão de 2 de julho.) Pag. 154.

Do Sr. Rangel Pestana ao art. 1º da mesma proposição. (Sessão de 2 de julho.) Pag. 159.

Dos Srs. Amaro Cavalcanti e Virgilio Damasio aos arts. 1º, 3º, 4º e 5º do projecto do Senado n. 17 (estado de sitio). (Sessão de 25 de junho.) Pag. 76.

Do Sr. Coelho e Campos aos arts. 2º e 6º do projecto n. 17 de 1892; dos Srs. Virgilio Damasio e Amaro Cavalcanti ; do Sr. Americo Lobo ao periodo final do art. 1º e aos arts. 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º do mesmo projecto. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 94.

Do Sr. Amaro Cavalcanti ao projecto n. 17 de 1892. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 98.

Do Sr. Amaro Cavalcanti ao art. 1º do projecto n. 19 de 1892 (regimento commum). (Sessão de 28 de junho.) Pag. 107.

Dos Srs. João Pedro e Gil Goulart ao projecto n. 19 de 1892. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 107.

Do Sr. Amaro Cavalcanti, ao paragrapho unico do art. 17 do projecto n. 12 de 1891. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 125.

Do Sr. Tavares Bastos, ao projecto do Senado n. 12 de 1891. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 130.

Do Sr. Amaro Cavalcanti, ao projecto do Senado n. 12 de 1891. (Sessão de 1 de julho.) Pag. 146.

Do Sr. Luiz Delfino ao art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 9 de 1892, e do Sr. Rangel Pestana ao mesmo artigo. (Sessão de 2 de julho.) Pags. 154 e 159.

Esteves Junior (O Sr.) — Discurso :

Pedindo a verificação de uma votação. (Sessão de 15 de julho). Pag. 213.

Francisco Machado (O Sr.) — Discursos:

Sobre um discurso do Sr. Saldanha Marinho (Sessão de 20 de junho). Pag. 27.

Sobre o parecer n. 101 de 1892. (Sessão de 12. de junho.) Pag. 201.

Generoso Marques (O Sr.) — Discursos:

Apresentando um requerimento. (Sessão de 8 de julho.) Pag. 185.

Fazendo uma reclamação sobre a acta. (Sessão de 11 de julho.) Pag. 191.

Gil Goulart (O Sr.)—Discursos:

Sobre a emenda do Senado que manda supprimir o § 41 do art. 15 da proposição da Camara dos Deputados n. 43 de 1891. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 207.

Sobre uma questão de ordem. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 214.

Gomensoro (O Sr.) — Discurso:

Dando explicações sobre o parecer n. 71 de 1892. (Sessão de 23 de junho.) Pag. 55.

Joakim Catunda (O Sr.)—Discurso:

Sobre o projecto do Senado n. 8 de 1892. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 6.

Joaquim Murtinho (O Sr.)—Discurso:

Sobre occurrencias de Matto Grosso. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 6.

Luiz Delfino (O Sr.) — Discursos:

Sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 9 de 1892. (Sessão de 2 de julho.) Pags. 153 e 159.

Sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 14 de 1892. (Sessão de 11 de julho.) Pag. 194.

Monteiro de Barros (O Sr.)—Discursos:

Fazendo um requerimento. (Sessão de 18 de junho.) Pag. 10.

Sobre immigração asiatica. (Sessão de 22 de junho.) Pag. 44.

Mandando á Mesa uma representação da Camara Municipal da Barra do Pirahy. (Sessão de 13 de junho.) Pag. 209.

Officios:

Do governador do Estado de Sergipe, datado de 6 do corrente, remettendo dous exemplares da Constituição daquelle Estado, promulgada em 18 de maio passado. (Sessão de 16 de junho.) Pag. 1.

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 16 do corrente, communicando que, em sessão de hontem, aquella Camara approvou por 81 votos contra 28, na fórma do § 3º do art. 38 da Constituição Federal, o decreto do Congresso Nacional concedendo isenção de direitos de importação ás fabricas de fiação e tecidos, companhia de aguas e trafego maritimo no Estado do Maranhão, ao qual negou sancção o Vice-Presidente da Republica, e de accordo com a disposição da Constituição acima citada, remettendo-o para os devidos effeitos.

Do Ministerio da Justiça, datado de 13 do corrente, devolvendo, promulgado, um dos autographos do decreto do Congresso Nacional, autorisando o Governo a conceder ao cidadão Bellarmino Braziliense Pessoa de Mello aposentadoria no cargo de director da Casa de Correcção desta capital, com os vencimentos a que tiver direito.

Do governador do Estado do Ceará, datado de 3 do corrente, declarando, em resposta ao officio desta Camara, de 17 do mez proximo findo, que ficou inteirado do resultado da eleição da Mesa, que tem de dirigir os trabalhos do Senado. (Sessão de 17 de junho.) Pag. 2.

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datados de 17 do corrente mez, communicando:

O 1º, que, em sessão de 15 deste mez, aquella Camara approvou, por 87 votos contra 20, o decreto do Congresso Nacional, iniciado nesta Camara, que autoriza o Poder Executivo a mandar abonar ao Dr. Evaristo Nunes Pires a gratificação a que tenha direito como professor interino de geographia do Externato do Gymnasio Nacional, ao qual foi negada sancção, e que, de conformidade com § 3º do art. 37 da Constituição Federal, vae ser enviado ao Sr. Vice-Presidente da Republica para a formalidade da promulgação;

O 2º, que em sessão da mesma data foi adoptado pela referida Camara e dirigido á sancção presidencial, o projecto do Senado, melhorando a reforma do capitão do exercito Luiz José da Fonseca Ramos, no posto de major com o soldo que lhe competir pela tabella moderna;

E o 3º, finalmente, que a mencionada Camara não pôde dar o seu consentimento ao projecto desta elevando á 2ª classe a administração dos correios do Estado do Amazonas, o que devolve. (Sessão de 18 de junho.) Pag. 8.

Do Ministerio da Guerra, datados de 17 do corrente mez, restituindo, sanccionados, um de cada um dos autographos das tres resoluções do Congresso Nacional; uma, autorisando o Governo a dar transporte para os Estados nataes ás praças que obtiverem baixa e o requererem; outra, autorisando a reorganização de varias repartições dos Ministerios da Guerra e da Marinha; e outra, finalmente, concedendo ao tenente do corpo de estado-maior de 1ª classe João de Albuquerque Serejo, um anno de licença, sem vencimentos, para praticar em trabalhos de engenharia. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 26.

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, remettendo as proposições ns. 14, 15 e 16 de 1892.

Do mesmo Sr. secretario, datado de 22 do corrente mez, communicando que aquella Camara approvou a emenda do Senado á proposição da referida Camara, concedendo a D. Clara de Faro Montes a pensão correspondente ao soldo que percebia seu filho o alferes voluntario da patria José Antonio de Cerqueira, morto em combate no Paraguay, e vae ser

remettida á sancção presidencial a respectiva resolução do Congresso Nacional.

Dos governadores dos Estados do Maranhão e da Parahyba do Norte, datados de 6 e 14 do corrente mez, communicando, em resposta ao officio do Senado de 17 de maio ultimo, que ficaram inteirados do resultado da eleição da Mesa que tem de dirigir os trabalhos desta Camara. (Sessão de 23 de junho.) Pag. 47.

Do Sr. Dr. Aristides da Silveira Lobo, datado de hontem, communicando, em resposta ao convite do Sr. 1º secretario do Senado, para comparecer nesta Camara e tomar assento como senador eleito pelo Districto Federal, que por doente deixa de comparecer, e fal-o-ha logo que seu estado de saude permitta. (Sessão de 24 de junho.) Pag. 57.

Do Sr. senador Rangel Pestana, datado de hoje, communicando, que por incommodo de saude não póde comparecer á sessão de hoje.

Do Sr. secretario da Camara dos Deputados, datado de 24 do corrente mez, communicando, em resposta ao officio desta Camara de 21 deste mez, que na secretaria daquella não existem os estudos approvados, relativos ao objecto da proposição da referida Camara sobre a ligação da Estrada de Ferro da Bahia com as estradas Central e S. Francisco e São Francisco e Jacú, a qual teve origem em uma emenda apresentada por alguns Srs. deputados do Estado da Bahia na 3ª discussão do orçamento do Ministerio da Agricultura.

Do Ministerio da Marinha, datado de 21 do corrente mez, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, concedendo vantagens aos inferiores dos corpos de marinha, quando doentes nos hospitaes e enfermarias militares e ás praças de pret da armada, quando baixarem aos mesmos estabelecimentos, por motivos de accidentes a bordo dos navios.

Do Sr. Serzedello Corrêa, datado de 23 do corrente mez, communicando, que assumiu naquella data o exercicio do cargo de ministro dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas, para o qual fôra nomeado por decreto de 22 deste mez.

Do Sr. Custodio José de Mello, datado de 23 do corrente mez, communicando, que assumiu naquella data o cargo interino de ministro das relações exteriores, para o qual fôra nomeado por decreto de 22 deste mez.

Do governador do Estado das Alagôas, datado de 9 do corrente mez, sobre a vaga de um senador por aquelle Estado. (Sessão de 25 de junho.) Pag. 58.

Do Sr. senador Joakim de Oliveira Catunda, datado de 2 do corrente mez, communicando que, por achar-se gravemente doente, deixa de comparecer ás restantes sessões, e solicitando do Senado licença para regressar ao Ceará. Foi enviado á commissão de constituição e poderes na sessão do dia 2 de julho. Pag. 152.

Do governador do Estado do Amazonas, datado de 13 do mez findo, accusando o recebimento do officio em que lhe foi communicado o resultado da eleição da Mesa que tem de dirigir os trabalhos do Senado.

Da Mesa do Senado do Estado da Bahia, de 23 do mez ultimo, communicando que aquella corporação deliberou representar ao Congresso contra a interpretação dada pelo Sr. ministro da fazenda ao § 1º do art. 2º da Constituição Federal, que trata da taxa do sello, afim de ser attendida essa deliberação. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 162.

Do Sr. senador Aristides Lobo, datado de hoje, communicando que, tendo recrudescido os seus incommodos, deixa de comparecer ao Senado.

Do Ministerio da Justiça, datado de 1 do corrente, prestando, em resposta ao officio do Senado de 14 do mez findo, informações relativamente ao requerimento em que os empregados da Casa de Correcção desta capital pedem augmento de seus vencimentos. (Sessão de 5 de julho.) Pag. 165.

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datados de 5 do corrente, remettendo as proposições ns. 17, 18, 19 e 20. Foram remettidas as respectivas commissões. (Sessão de 7 de julho.) Pag. 177.

Do Ministerio da Marinha, datado de 5 do corrente, restituindo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, um dos autographos, já sanccionado, do decreto do Congresso Nacional, autorisando o governo a conceder a Adolpho Fortunado Hasselmann as honras do posto de capitão de fragata da armada nacional.

Do presidente do Estado de Santa Catharina, datado de 27 do mez findo, transmittindo a representação que diversos negociantes importadores da capital daquelle Estado dirigem ao Senado, ácerca do decreto n. 805 de 29 de abril ultimo, que estabelece as facturas consulares.

Da Mesa do Senado do Estado de Minas Geraes, datado de 4 do corrente, communicando que aquella corporação approvou a indicação de um de seus membros, afim de que seja levantada a excepção determinada no art. 1º do decreto n. 528 de 28 de junho de 1890, com relação á entrada nos portos da Republica dos indigenas da Asia e da Africa.

Do conselho director do Club de Engenharia, datado desta capital, de 9 do corrente, remettendo a representação que á consideração do Senado ubmette o mesmo Club em favor da prompta decretação de auxilios ás industrias. (Sessão de 11 de julho.) Pags. 191 e 192.

Do Ministerio da Guerra, datado de 8 do corrente mez, restituindo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, devidamente sanccionado, um de cada um dos autographos das resoluções do Congresso Nacional, mandando readmittir no quadro activo do exercito o tenente reformado Raymundo Perdigão de Oliveira e autorisando a concessão de um

anno de licença, sem vencimentos, ao capitão de artilharia Octavio Gonçalves.

Do Ministerio da Fazenda, de 9 do corrente mez, devolvendo, sanccionados, um de cada um dos autographos das resoluções do Congresso Nacional, isentando do imposto de importação todo o material destinado á canalisação de agua potavel na villa do Curralinho, do Estado da Bahia e reconhecendo a D. Paulina Huet de Bacellar Pinto Guedes e outras o direito á percepção do meio soldo, como filhas do major reformado do exercito Vicente Huet de Bacellar Pinto Guedes.

Do referido Ministerio, datado de 11 do corrente mez, informando, em resposta ao officio do Senado, que naquelle Ministerio não existem, mas sim no da Agricultura, os documentos relativos ao requerimento em que Abel Pereira Guimarães reclama o pagamento da somma que allega ter despendido como thesoureiro da Associação Industrial do Rio de Janeiro, incumbida de exhibir os productos nacionaes na Exposição Continental de Buenos-Aires, em 1882.

Do mesmo Ministerio, datado de 12 do corrente mez, devolvendo um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, já promulgada pelo Sr. Vice-Presidente da Republica, que concede isenção de qualquer imposto de importação para todos os machinismos e apparelhos importados do estrangeiro para as fabricas de fiação e tecidos, companhias de agua e trafego maritimo, no Estado do Maranhão.

Do presidente do Estado de Santa Catharina, datado de 4 do corrente mez, remettendo dous exemplares da mensagem lida, na sessão de abertura do Congresso daquelle Estado. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 200.

Do Ministerio dos Negocios do Interior, datado de 12 do corrente, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, relativa á concessão da pensão vitalicia de 50$ mensaes a D. Isabel Curvello de Menezes, viuva do tenente reformado do exercito Helvecio Muniz Telles de Menezes.

Do governador do Estado do Piauhy, datado de 15 do mez proximo passado, accusando recepção do officio em que lhe foi communicado o resultado da eleição da Mesa que tem de dirigir os trabalhos do Senado.

Do Sr. Coriolano de Carvalho e Silva, datado de 14 do mez findo, communicando que prestou o compromisso constitucional e tomou posse do cargo de governador do Estado do Piauhy para que foi eleito unanimemente pela Camara dos Deputados.

Do presidente do Estado do Amazonas, datado de 20 de julho, remettendo dous exemplares impressos da mensagem que leu perante o Congresso legislativo daquelle Estado, por occasião da sua abertura.

Da junta apuradora das eleições no dia 24 de maio findo para um senador e dous deputados ao Congresso Nacional, pelo Estado das Alagôas, remettendo a cópia authentica da acta da apuração geral das mesmas eleições. (Sessão de 13 de julho.) ag. 203.

Do Ministerio da Justiça, datado de 13 do corrente, communicando, em resposta ao do Senado de 9 do mesmo mez, que naquelle Ministerio não consta que fossem privados dos seus officios os serventuarios de justiça vitalicios do Estado do Paraná, e que, só em satisfação á mesma requisição, nesta data solicita do mesmo governador as necessarias informações, as quaes, logo que as receba, serão enviadas ao Senado. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 211.

Pareceres:

N. 67 de 1892, relativo ao regimento commum das duas casas do Congresso, foi lido e a imprimir no *Diario do Congresso* na sessão de 17 de junho, entrou em 2ª discussão na sessão do dia 23 do mesmo mez. Na sessão do dia 28 o Sr. Amaro Cavalcanti mandou á mesa uma emenda ao art. 1º, e os Srs. Gil Goulart e João Pedro ao art. 9º, a 2ª discussão do projecto ficou encerrada nesta sessão e adiada a votação por falta de numero legal. Na sessão do dia 29 é approvado o art. 1º do projecto, salvo a emenda do Sr. Amaro Cavalcanti, que é rejeitada; são approvados os arts. 2º a 8º do projecto. E' approvado o art. 9º salvo a emenda dos Srs. Gil Goulart e João Pedro, que é tambem approvado. São approvados os arts. 10 a 24, o ultimo nesta mesma sessão o Sr. Antonio Baena requereu e foi approvada a dispensa de interticio para a 3ª discussão do projecto. Na sessão do dia 1º de julho foi sem debate encerrada a 3ª discussão e approvada a emenda que já o havia sido em 2ª. E' o projecto, com a alteração feita, approvado e adoptado para ser remettido á Camara dos Deputados, indo antes á commissão de redacção, sendo a redacção lida nesta mesma sessão e approvada no dia 2. Pag. 3.

N. 68, da commissão de redacção, ao projecto sobre a Associação Sergipense. Foi approvado na sessão de 18 de junho. Pag. 5.

N. 69 de 1892, da commissão de redacção, restabelecendo o Ministerio da Justiça. Foi approvado na sessão do dia 18 de junho. Pag. 5.

N. 70 de 1892, da commissão de constituição e poderes, sobre a vaga de um deputado pelo districto federal. Foi lido na sessão de 20 de junho. Entrou em discussão na sessão de 23 de junho, tendo o Sr. Aquilino do Amaral apresentado um requerimento de informações; sobre esse requerimento tomaram a palavra os Srs. Campos Salles e Aquilino do Amaral; ficando a discussão encerrada e approvado o parecer. Contrahiu o compromisso constitucional e tomou assento na sessão do dia 27 de junho o Sr. Aristides Lobo, senador eleito. Pag. 26.

N. 71 de 1892, das commissões reunidas de justiça e legislação e de industria e artes. Foi lido na sessão de 20 de junho e entrou em discussão na sessão de 23, tendo o Sr. Go-

mensoro dado algumas explicações. Nessa sessão ficou encerrada a discussão, sendo o parecer approvado na do dia 25 de junho. Pag. 26.

N. 72 de 1892, da commissão de marinha e guerra, sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 9 de 1892. Foi lido na sessão de 20 de junho e entrou em 2ª discussão na sessão do dia 23 e approvado na do dia 30. No dia 4 de julho entrou em 3ª discussão e foi approvado e adoptado para ser remettido á sancção. Pag. 26.

N. 73 de 1892, da commissão de justiça e legislação, sobre o projecto do Senado n. 12 de 1891 Foi lido na sessão de 20 de junho e entrou em 3ª discussão na do dia 30 do mesmo mez; sobre elle tomou a palavra o Sr. Amaro Cavalcanti que apresentou uma emenda. Nesta discussão o Sr. Tavares Bastos apresentou tambem duas emendas, o Sr. Americo Lobo na mesma sessão requereu adiamento da discussão do projecto, o Sr. presidente, depois de varias observações, adiou a votação. A' vista desta resolução o Sr. Americo Lobo retirou o seu requerimento. No dia 1º de julho os Srs. Rangel Pestana, Tavares Bastos, Americo Lobo e Amaro Cavalcanti occupam-se do assumpto, o qual ficou encerrado depois de uma emenda apresentada por este senhor. No dia 2 de julho é approvado o substitutivo apresentado pelos ex-senadores José Hygino e U. do Amaral na sessão do anno passado, ao projecto em discussão, o substitutivo depois de alterado e approvado em 3ª discussão, ficou sobre a mesa para passar por uma nova discussão na sessão seguinte. Na sessão de 4 ficou encerrada sem debate a discussão, e approvado e adoptado o referido substitutivo. Pag. 27.

N. 74 de 1892, da commissão de marinha e guerra, mandando reverter para o quadro dos officiaes effectivos do exercito o coronel reformado Christiano Frederico Buys. Foi lido na sessão de 21 de junho e entrou em 2ª discussão no dia 28, ficando a discussão encerrada. Foi approvado na sessão de 30 de junho para passar á 3ª discussão. Entrou em 3ª discussão no dia 4 de julho, e foi approvado sem debate e remettido á Camara dos Deputados. A redacção deste projecto foi lida na sessão de 7 e approvada na do dia 8. Pag. 38.

N. 75 de 1892, da commissão de constituição e poderes, reconhecendo senador pelo Estado do Pará o Sr. Dr. Raymundo Nina Ribeiro. Foi lido na sessão de 23 de junho e approvado na sessão de 25, nesta sessão S. Ex. contrahiu o compromisso constitucional e tomou assento. Pag. 47.

N. 76 de 1892, da commissão de finanças, sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 9 de 1892. Foi lido na sessão de 23 de junho e entrou em 2ª discussão na do dia 2 de julho. Nesta sessão os Srs. Luiz Delfino e Rangel Pestana apresentaram emendas á proposição. O Sr. Amaro Cavalcanti occupa em seguida a tribuna e o Sr. Luiz Delfino pede a retirada de sua emenda. E' encerrada a discussão e adiada a votação. Na sessão de 4 foi approvada a proposição, ficando prejudicada a emenda do Sr. Rangel Pestana. A requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti foi concedida dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição, que foi approvada; na sessão de 5 de julho foi adoptada e approvada para ser remettida á sancção. Pag. 48.

N. 77 de 1892, da commissão de justiça e legislação, isentando de direitos de importação algumas industrias no Estado do Maranhão (ao projecto a que se refere este parecer o Sr. Vice-Presidente da Republica negou sancção). O parecer foi approvado por unanimidade de votos na sessão de 28 de junho e remettido ao poder executivo, para a formalidade da promulgação. Pag. 48.

N. 78 de 1892 (redacção). Foi lido na sessão do dia 23 de junho e approvado na do dia 24 do mesmo mez.

N. 79 de 1892 (redacção). Foi lido na sessão do dia 25 de junho e approvado na do dia 28. Pag. 98.

N. 80 de 1892 (redacção). Foi lido na sessão de 27 de junho e approvado na do dia 28. Pag. 95.

N. 81 de 1892, da commissão de finanças, á proposição da Camara dos Deputados, n. 15 de 1892. Foi lido na sessão de 28 de junho. Entrou em 2ª discussão na sessão de 4 de julho e foi approvado. Pag. 97.

N. 82 de 1892 da commissão de finanças. Foi lido na sessão de 28 de junho. Pag. 97.

N. 83 de 1892 (redacção). Foi lido na sessão de 28 de junho e approvado na do dia 30. Pag. 108.

N. 84 de 1892, das commissões de marinha e guerra e de finanças, sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 37 de 1891. Foi lido na sessão de 29 de junho. Foi approvado em 2ª discussão na sessão do dia 2 de julho. Foi encerrada a 3ª discussão na sessão do dia 5 e approvada na do dia 8, sendo a proposição remettida á sancção presidencial. Pag. 121.

N. 85 de 1892 (redacção). Foi lido na sessão de 30 de junho e approvado na do dia 1 de julho. Pag. 134.

N. 86 de 1892, da commissão de finanças, sobre a pensão á viuva do Dr. Tobias Barreto de Menezes. Foi lido na sessão de 1 de julho e entrou em 2ª discussão na sessão de 5 do mesmo mez; occuparam a tribuna sobre esta proposição os Srs. Rosa Junior e Elyseu Martins, ficando encerrada a discussão. Foi approvado e passou á 3ª discussão na sessão de 7 de julho. Na sessão de 11 do mesmo mez, entrou em 3ª discussão e occuparam a tribuna os Srs. Coelho e Campos e Luiz Delfino, ficando a discussão encerrada. Foi approvada e remettida á sancção na sessão de 16 de julho. Pag. 135.

N. 87 de 1892, da commissão especial, sobre as emendas do Senado que não foram approvadas pela Camara á proposição que organiza o districto federal. Foi lido na sessão do 1 de julho e entrou em discussão unica na

sessão de 8 de julho occupou a tribuna o Sr. Elyseu Martins, ficando a *discussão* encerrada. Depois de algumas *observações* do Sr. Presidente, votam-se algumas emendas, ficando a votação interrompida por falta de numero. Na sessão do dia 12 votaram-se algumas emendas, ficando adiado o resto da votação.

Na sessão do dia 15, ao votar-se a *emenda* ao art. 17 da proposição, suscitou-se uma questão de ordem na qual tomaram parte os Srs. Americo Lobo, Presidente, Esteves Junior, Gil Goulart, Presidente, ficando a votação adiada até á emenda ao art. 32. Pag. 136.

N. 88 de 1892 (redacção). Foi lido na sessão do dia 1 de julho e approvado na do dia 2. Pag. 148.

N. 89 de 1892, da Mesa do Senado, sobre o requerimento do continuo Manoel Marcos da *Ressurreição*. Foi lido na sessão de 4 de julho e approvado na do dia 7. Pag. 162.

N. 90 de 1892, das commissões reunidas de commercio, *industria* e artes e de finanças, sobre o projecto do Senado n. 20 de 1892. Foi lido na sessão de 4 de julho e approvado em 2ª *discussão* na de 8. Foi encerrada a 3ª discussão na sessão de 12 do mesmo mez. Pag. 162.

N. 91 de 1892, da *commissão* de marinha e guerra, sobre a petição do *alferes reformado* do exercito Bellarmino *Accioli* e Vasconcellos. Foi lido na sessão de 5 de julho e approvado em discussão unica na do dia 8. Pag. 165.

N. 92 de 1892, das commissões de marinha e guerra e de finanças, sobre o requerimento do 1º tenente *reformado da armada* José de Almeida Bessa. Foi lido na sessão de 5 de julho e approvado na do dia 8. Pag. 165.

N. 93 de 1892, das commissões de marinha e *guerra e de finanças*, sobre o requerimento do alferes honorario do exercito *Sotero* Joaquim de Almeida. Foi lido na sessão de 5 de julho e approvado na de 8. Pag. 165.

N. 94 de 1892, da commissão de constituição e poderes, sobre uma licença ao senador Joakim de Oliveira Catunda. Foi lido na sessão do dia 5 de julho e approvado na de 8.— Pag. 165.

N. 95 de 1892, das commissões de commercio, agricultura, industria e artes e de *finanças*, sobre auxilios ás industrias, terminando por um projecto de lei. Foi lido na sessão do *dia 5 de julho*.

N. 96 de 1892, da commissão de marinha e guerra. Foi lido na sessão do dia 5 de julho.

N. 97 (redacção). Foi lido na sessão de 7 de julho e approvado na de 8. Pag. 178.

N. 98 (redacção). Foi lido na sessão do dia 7 de julho e approvado na de 8. Pag. 178.

N. 99 (redacção). Foi lido na sessão do dia 7 de julho e approvado na de 8. Pag. 178.

N. 100 de 1892, das commissões reunidas de marinha e guerra e de finanças. Foi lido na sessão de 8 de julho e encerrada a 2ª discussão na do dia 14. A votação ficou adiada por falta de numero legal. Pag. 183.

N. 101 de 1892, da commissão de constituição e poderes, sobre um officio do governador do Estado das Alagôas. Foi a imprimir na sessão de 8 de julho. Entrou em discussão unica na sessão de 12 de julho. Sobre o assumpto fallaram os Srs. Elyseu Martins, Francisco Machado, Americo Lobo, que apresentou um requerimento, Virgilio Damasio, Campos Salles e Americo Lobo, encerrando-se a discussão. *Foi rejeitado* o requerimento do Sr. Americo Lobo e approvada a conclusão do parecer. Pag. 183.

N. 102 de 1892, das commissões reunidas de commercio, agricultura e artes e de finanças. Foi lido na sessão de 8 de julho. Pag. 184.

N. 103 de 1892 (redacção). Foi lido na sessão de 11 de julho e approvado na do dia 12. Pag. 190.

N. 104 de 1892, da commissão de finanças. Foi lido na sessão de 11 de julho. Foi encerrada a 2ª discussão da sessão de 13 de julho e adiada a votação por falta de numero legal. Pag. 192.

N. 105 de 1892, da commissão de constituição e poderes, reconhecendo senador pelo Estado das Alagôas o Sr. Manoel Messias de Gusmão Lyra. Foi lido na sessão de 12 de julho e approvado na do dia 15 de julho. Pag. 201.

N. 106 de 1892, da commissão de constituição e poderes, reconhecendo senador da Republica pelo Estado do Paraná o Sr. Dr. Ubaldino do Amaral Fontoura. Foi lido na sessão do dia 12 de julho e approvado na do dia 15. Pag. 207.

N. 107 de 1892, da commissão de finanças, sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 19 de 1892. Foi lido na sessão de 13 de julho. Pag. 209.

N. 108 de 1892, das commissões reunidas de finanças e de commercio, agricultura, industria e artes. Foi lido na sessão de 13 de julho. Pag. 209.

Presidente (O Sr. Prudente de Moraes)— Discursos:

Sobre o projecto de organisação do Districto Federal. (Sessão de 7 de junho.) Pag. 6.

Sobre um requerimento do Sr. Saldanha Marinho. (Sessão de 18 de junho.) Pag. 12.

Sobre o projecto do Senado, n. 8 de 1892 (estado de sitio). (Sessão de 20 de junho.) Pag. 32.

Respondendo ao Sr. Amaro Cavalcanti. (Sessão de 22 de junho.) Pag. 42.

Proclamando um senador pelo districto federal. (Sessão de 23 de junho.) Pag. 55.

Declarando não haver sessão. (Sessão de 24 de junho.) Pag. 57.

Sobre um projecto do Sr. Americo Lobo. (Sessão de 25 de junho.) Pag. 63.

Nomeando uma commissão. (Sessão de 27 de junho.) Pag. 78.

Nomeando um membro da commissão de constituição e poderes. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 97.

Respondendo ao Sr. Souza Coelho. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 107.

Declarando não haver sessão. (Sessão de 29 de junho.) Pag. 121.

Sobre um requerimento do Sr. Americo Lobo. (Sessão de 30 de junho.) Pag. 133.

Nomeando um membro para a commissão de instrucção publica. (Sessão de 9 de junho.) Pag. 190.

Sobre a votação da proposição da Camara dos Deputados, n. 43 de 1891. (Sessão de 11 de julho.) Pag. 192.

Sobre a ordem do dia. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 201.

Sobre uma votação. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 206.

Sobre a ordem do dia. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 210.

Proclamando um senador. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 212.

Nomeando uma commissão. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 212.

Declarando uma emenda rejeitada. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 212.

Proclamando um senador. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 213.

Respondendo ao Sr. Americo Lobo. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 213.

Respondendo ao Sr. Esteves Junior. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 213.

Annunciando uma votação. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 214.

Sobre o modo de resolver uma questão de ordem. (Sessão de 15 de julho.) Pags. 215, 217, 218 e 219.

Projectos:

N. 20 de 1892, sobre serviço de reboque, por meio de vapores, nas barras dos rios Itapemirim e Benevente, no Estado do Espirito Santo e assignado pelos Srs. Gil Goulart e outros. Foi a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos na sessão de 22 de junho.

Na sessão de 25 foi approvado em 1ª discussão, visto ás commissões de commercio, industria e artes e de finanças. Foi approvado em 2ª discussão na sessão de 7 de julho. Entrou em 3ª discussão na sessão de 11 de julho, ficando a discussão encerrada sem debate. Pag. 35.

N. 21 de 1892, sobre a justiça no Districto Federal. Foi lido na sessão do dia 25 de junho.

Entrou em 1ª discussão e foi approvado na sessão do dia 2 de julho.

N. 22 de 1892, apresentado pelas commissões de commercio, industria e artes e de finanças com o parecer n. 95 de 1892. (Sessão de 16 de julho.) Pag. 166.

N. 23 de 1892, concedendo amnistia aos revoltosos de Matto Grosso, assignado pelos Srs. Aquilino do Amaral e outros. Na sessão do dia 7 de julho foi a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos, entrou em 1ª discussão, a qual encerrou-se sem debate, na sessão de 10 e ficando a votação adiada por falta de numero legal. Pag. 181.

N. 24 de 1892 (aforamento de terrenos de marinha). Foi apresentado na sessão de 11 de julho, estando assignado pelos Srs. Antonio Baena e outros. Foi encerrada a 1ª discussão em 13 de julho, ficando a votação adiada por falta de numero legal. Pag. 192.

Rangel Pestana (O Sr.)— Discursos:

Apresentando um requerimento. (Sessão de 22 de junho.) Pag. 36.

Sobre o projecto n. 12 de 1891. (Sessão de 1 de julho.) Pag. 137.

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 9 de 1892. (Sessão de 2 de julho.) Pag. 155.

Sobre a proposição da mesma Camara, n. 4 de 1892. (Sessão de 4 de julho.) Pag. 160.

Respondendo ao Sr. Elyseu Martins. (Sessão de 5 de julho.) Pag. 168.

Fazendo uma communicação. (Sessão de 13 de julho.) Pag. 210.

Representações:

De diversos negociantes e industriaes sobre auxilios ás industrias. Lido no expediente da sessão de 7 de julho e nessa mesma sessão foi remettida ás commissões reunidas de industria, commercio e artes e de finanças.

Da Camara Municipal da Barra do Pirahy, sobre a immigração asiatica. Foi enviada ás commissões de colonisação e de finanças na sessão de 13 de julho. Pag. 209.

Requerimentos:

« Requeiro que, por intermedio da Mesa, sejam pedidas ao ministro da fazenda informações sobre o seguinte:

1º Quantas emprezas solicitaram do governo auxilios ás industrias;

2º Qual a data da formação dessas emprezas;

3º Qual o capital nominal de cada uma e o *quantum* realizado;

4º Que industrias se propuzeram a explorar e si já deram começo aos seus trabalhos;

5º Onde estão localisadas taes emprezas.

Sala das sessões, 22 de junho de 1892.— *Rangel Pestana.* »

Foi approvado na sessão de 22 de junho. Pag. 42.

«Requeiro que, pela Mesa do Senado, se reclame da Camara Municipal a remessa á commissão de constituição e poderes, das 62 authenticas, que deixaram de vir ás mãos da mesma commissão, e que, entretanto, foram presentes áquella Camara.

Sala das sessões do Senado, 23 de junho de 1892. — *Aquilino do Amaral.* »

Foi rejeitado na sessão do dia 23 de junho. Pag. 52.

«Requeiro que se lance na acta de nossos trabalhos de hoje, um voto de profundo pezar pelo passamento do eminente brazileiro Bento Carneiro da Silva, ex-Conde de Araruama.

Sala das sessões, 27 de junho de 1892.— *Braz Carneiro.* »

Foi lido na sessão do dia 27 e approvado na do dia 28 de junho. Pag. 79.

«Requeiro que, por intermedio da Mesa do Senado, se requisite do Exm. Sr. Vice-Presidente da Republica as seguintes informações:

1º Qual o saldo, em ouro, existente no Thesouro Federal e na sua delegacia em Londres, até á data de 30 de novembro passado.

2º Si é certo que o governo tentou levantar, ou de facto levantou, em Lodres, um emprestimo de £ 1.000.000, e qual o fim a que se destina o producto desse emprestimo.

Sala das sessões, 30 de junho de 1892.— *Elyseu Martins.*»

Foi approvado na sessão de 30 de junho. Pag. 123.

«Requeiro o adiamento do projecto n. 12, ora em discussão.

Sala das sessões, 30 de junho de 1892.— *Americo Lobo.*»

Apresentado na sessão de 30 de junho e retirado na mesma sessão. Pag. 134.

« Requeiro que, por intermedio do Ministerio da Justiça, se requisite do Poder Executivo a seguinte informação:

Si tem conhecimento de que no Estado do Paraná foram ultimamente privados de seus officios serventuarios de justiça vitalicios e inamoviveis, providos na conformidade de leis ordinarias, anteriores á Constituição Federal, e que providencias tomou ou pretende tomar para que a esses funccionarios sejam mantidos os direitos garantidos, não só pela proclamação do Governo Provisorio de 15 de novembro de 1889, como pela lei n. 42 de 2 de junho do corrente anno.

Sala das sessões do Senado, 8 de julho de 1892. — *Generoso Marques.*»

Approvado na sessão do dia 8 de julho. Pag. 185.

« Requeiro que o parecer volte á commissão para propor dia para a eleição do logar vago de senador por Alagôas.

Sala das sessões, 12 de julho de 1892.— *Americo Lobo.*»

Rejeitado na sessão de 12 de julho. Pag. 203.

Rosa Junior (O Sr.) — Discurso:

Sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 14 de 1892. (Sessão de 5 de julho.) Pag. 173.

Saldanha Marinho (O Sr.) — Discursos:

Fazendo um requerimento. (Sessão de 18 de julho.) Pag. 11.

Sobre o anniversario do marechal Almeida Barreto. (Sessão de 22 de junho.) Pag. 35.

Souza Coelho (O Sr.) — Discurso :

Pedindo explicações sobre o projecto n. 19 de 1892. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 107.

Substitutivo :

apresentado pelo Sr. Virgilio Damasio na sessão de 18 de junho, aos projectos ns. 8 e 9. Nessa mesma sessão foi apoiado e posto conjunctamente em discussão, na parte relativa ao artigo em debate.
Na sessão do dia 20 foi considerado prejudicado este substitutivo. Pag. 24.

Tavares Bastos (O Sr.) — Discursos:

Sobre o projecto do Senado n. 12 de 1891. (Sessões de 30 de junho e 1º de julho.) Pags. 125 e 141.

Pedindo para nomear-se uma commissão. (Sessão de 15 de julho.) Pag. 212.

Telegrammas :

« Senado, Rio — Installou-se hoje com grande concurrencia popular o Congresso constituinte do Estado. Foram eleitos governador e vice-governador provisorios os cidadãos tenente Manoel J. Machado e tenente-coronel Elyseu Guilherme da Silva. Ao encerrar a sessão, foi votada unanimemente a seguinte moção: Ao Presidente da Republica — O Congresso constituinte do Estado de Santa Catharina, installado hoje, resolve assegurar pleno apoio ao benemerito Presidente da Republica, marechal Floriano Peixoto, e faz votos para que S. Ex. continue desempenhando a patriotica missão de manter a integridade e desenvolver o progresso da nação sob o influxo do actual regimen politico.— O presidente, *Elyseu Guilherme da Silva.*»

« Ao 1º secretario do Senado — Installou-se hoje o Congresso do Estado. Em seguida fui eleito por unanimidade de votos governador provisorio e assumi a administração.— Vice-governador, tenente-coronel *Elyseu G. Silva.* — Tenente *Manoel J. Machado*, governador.» (Sessão de 16 de junho.) Pag. 1.

« Fui hontem eleito unanimemente governador do Estado e, perante a Camara dos Deputados, assumi hoje o exercicio do cargo. Sempre á vossa disposição os meus serviços.— *Coriolano de Carvalho Silva.*» (Sessão de 18 de junho.) Pag. 8.

Do 1º secretario do Congresso do Estado do Rio Grande do Norte, expedido da cidade de Natal em 20 do corrente, assim concebido:

« Exm. secretario do Senado Federal — Rio — Congresso do Estado encerrou hoje trabalhos legislativos, tendo votado todas leis organisação. Votada unanimemente moção confiança ao governador.—*Augusto Maranhão.*»— Inteirado. (Sessão de 23 de junho.) Pag. 47.

Expedido de Maceió, Estado das Alagôas, datado de 1 do corrente mez, assim concebido:

« Depois de muitas e porfiadas luctas civicas, o Estado de Alagôas entra hoje francamente em sua vida autonoma. Foi installado solemnemente o tribunal superior de justiça e começa a vigorar o orçamento com todos os serviços que passaram para o Estado. Foram inauguradas tambem hoje as duas secretarias de estado.— *Gabino Bezouro*, governador.» (Sessão de 4 de julho.) Pag. 162.

Expedido de Cuyabá, em 6 do corrente mez, ao 1º secretario do Senado, concebido nos seguintes termos:

« Causou aqui geral contentamento a noticia de ter o Congresso resolvido que o marechal Floriano continue até findar o periodo presidencial. Foi uma deliberação sábia, que consulta bem os interesses da Republica.— *José Magno da Silva Pereira*, secretario do governo.» (Sessão de 8 de julho.) Pag. 183.

Expedido do Desterro, Estado de Santa Catharina, datado de 7 do corrente, assim concebido:

« Rio — 1º secretario do Senado.— Em sessão solemne do Congresso foi hoje promulgada a Constituição e em seguida eleito presidente do estado e do Senado Tenente Machado, presidente.» (Sessão de 9 de julho.) Pag. 189.

Theodoreto Souto (O Sr.)— Discurso:

Sobre o projecto n. 17 de 1892. (Sessão de 28 de junho.) Pag. 104.

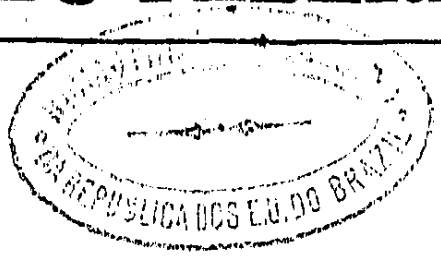
Virgilio Damasio (O Sr.) — Discursos:

Sobre o projecto n. 8. (Sessão de 18 de junho.) Pag. 12.

Sobre o projecto n. 12 de 1892. (Sessão de 20 de junho.) Pag. 31.

Sobre o parecer n. 101 de 1892. (Sessão de 12 de julho.) Pag. 203.

SENADO FEDERAL



HISTORICO

DAS

SESSÕES DE 16 DE JULHO A 15 DE AGOSTO DE 1892

Na sessão do dia 16 de julho, depois da leitura do expediente, o Sr. Elyseu Martins manda á mesa um requerimento pedindo informações ao governo.

Passa-se á ordem do dia e prosegue-se na votação das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 43, de 1891, sobre a organisação do Districto Federal.

Votam-se e são approvadas as proposições da Camara dos Deputados, ns. 4, 15, 14, 11 e 20.

São approvados os projectos do Senado, ns. 20, 23 e 24.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 18, depois da leitura do expediente, o Sr. Amaro Cavalcanti manda á Mesa um requerimento pedindo informações ao Ministerio da Fazenda (Vide pag. 11.)

O Sr. Cunha Junior pede, e o Senado concede, dispensa de membro da commissão de finanças.

O Sr. Presidente nomea o Sr. senador U. do Amaral para substituir na commissão de finanças o Sr. senador Cunha Junior.

Passa-se á ordem do dia.

E' approvada a proposição da Camara dos Deputados, n. 107 de 1892.

Levanta-se a sessão.

No dia 19, depois da leitura do expediente, passa-se á ordem do dia.

Entra em 2ª discussão e é sem debate encerrada a proposição da Camara dos Deputados n. 17, de 1892.

Não havendo numero legal, fica adiada a votação e levanta-se a sessão.

No dia 20, depois da leitura do expediente, passa-se á ordem do dia.

Não havendo numero legal, continúa adiada a votação dada para a ordem do mesmo dia.

Entram em 3ª discussão, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação por falta de numero legal, as proposições da Camara dos Deputados, ns. 11 e 20, de 1892.

Segue-se em 1ª discussão o projecto do Senado n. 25, de 1892.

Depois de orarem os Srs. Tavares Bastos, Saldanha Marinho e Gomensoro, encerra-se a discussão.

Havendo numero legal, procede-se á votação das materias cuja discussão ficou encerrada nesta e na sessão anterior.

E' rejeitado o projecto do Senado, n. 25 de 1892.

São approvadas as proposições da Camara dos Deputados ns. 11, 17 e 20, de 1892.

E' approvado em 1ª discussão o projecto do Senado n. 26.

Vae a imprimir, para entrar na ordem dos trabalhos, o parecer n. 112 de 1892 (redacção). (Vide pag. 16.)

Levanta-se a sessão.

No dia 21, depois da approvação da acta, são lidos os pareceres ns. 21 e 22, que vão a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

Na ordem do dia é encerrada em discussão unica a redacção do projecto do Senado, n. 20 de 1892.

Segue-se, em 3ª discussão, a proposição n. 19, de 1892.

Depois de orarem os Srs. Luiz Delfino e Amaro Cavalcanti, encerra-se a discussão, ficando a votação adiada, por falta de numero legal.

Segue-se, em 2ª discussão, o art. 1º da proposição n. 46, de 1891.

Depois de orar o Sr. Antonio Baena, encerra-se a discussão dos arts. 1º, 2º e 3º da proposição.

Havendo numero legal, procede-se á votação das materias cuja discussão ficara anteriormente encerrada.

E' rejeitada a proposição n. 46, de 1891.

São approvadas, a redacção do projecto n. 20 e a da proposição n. 19, de 1892.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 22, depois do expediente, o Sr. Ramiro Barcellos dá conta de uma commissão de que fez parte por convite da Mesa do Senado.

Passa-se á ordem do dia.

O Sr. Presidente diz que, sendo a ordem do dia trabalhos de commissões, dará a palavra a qualquer Sr. senador que queira offerecer projectos de lei, requerimentos ou indicações.

Não havendo quem peça a palavra, o Sr. Presidente convida os Srs. senadores a se occuparem com trabalhos de suas commissões.

Levanta-se a sessão.

No dia 23, depois de aberta a sessão, o Sr. Domingos Vicente manda á Mesa um requerimento. (Vide pag. 24.)

O Sr. Americo Lobo pede, e o Senado concede, dispensa de membro da commissão de commercio, industria e artes.

O Sr. Presidente nomeia o Sr. Messias de Gusmão para substituir o Sr. Americo Lobo.

Passa-se á ordem do dia.

E' approvada a proposição da Camara n. 17. (Vide pag. 24.)

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 25, depois do expediente, vem á Mesa, é lido e estando apoiado pelo numero de assignaturas, vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos, um projecto assignado pelos Srs. Virgilio Damasio e outros. (Vide pag. 25.)

O Sr. Elyseu Martins envia á Mesa o parecer n. 113, de 1892. (Vide pag. 26.)

O Sr. Ubaldino do Amaral envia á Mesa um requerimento. (Vide pag. 32.)

Entrando em discussão o requerimento do Sr. Ubaldino do Amaral, o Sr. Saldanha Marinho occupa a tribuna, ficando a discussão encerrada.

E' approvado o requerimento.

Entra em 2ª discussão o projecto do Senado, n. 22, de 1892. (Vide pag. 32.)

Depois de orarem os Srs. Amaro Cavalcanti e Ramiro Barcellos, a discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 26, depois da leitura do expediente, o Sr. 3º secretario, servindo de 2º, lê os pareceres ns. 114 e 115, de 1892.

O Sr. João Pedro informa que o Sr. senador Gil Goulart deixa de comparecer á sessão por haver fallecido um seu cunhado.

O Sr. Presidente diz que se vae officiar desanojando o Sr. senador.

O Sr. Gomensoro justifica, lê e manda á Mesa o projecto n. 29 de 1892. (Vide pag. 46.)

Passa-se á ordem do dia.

Continúa, em 2ª discussão, o art. 1º do projecto do Senado, n 22 de 1892. (Vide pag. 47.)

O Sr. Elyseu Martins remette á Mesa um substitutivo ao projecto, que é apoiado e posto conjunctamente em discussão.

Depois de orarem os Srs. Ubaldino do Amaral e Monteiro de Barros, encerra-se a discussão dos arts. 1º e 2º do projecto, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 27, depois da leitura do expediente, o Sr. Gomensoro pede a nomeação de um membro para a commissão de legislação e justiça.

O Sr. Presidente nomeia o Sr. Coelho e Campos.

São lidos os pareceres ns. 116 e 117 de 1892. (Vide pag. 55.)

O Sr. Amaro Cavalcanti *(pela ordem)* — Requeiro a V. Ex. que consulte o Senado si concede dispensa da impressão em avulso do parecer sobre o projecto de amnistia, que acaba de ser lido, afim de o projecto ser dado para a ordem do dia de amanhã.

O Sr. Presidente — O Sr. Amaro Cavalcanti requer que o parecer sobre o projecto relativo á amnistia aos revoltosos de Matto Grosso seja dispensado de impressão em avulso para ser dado para a ordem do dia da sessão da manhã com o projecto a que se refere.

Consultado, o Senado concede que o projecto seja dado para a ordem do dia de amanhã.

Passa-se á ordem do dia.

E' rejeitado o projecto do Senado n. 22 de 1892 (auxilio ás industrias).

Segue-se em 1ª discussão o projecto do Senado, n. 27. (Vide pag. 56.)

Depois de orarem os Srs. U. do Amaral, Virgilio Damasio e Americo Lobo, encerra-se a discussão.

Depois de uma explicação do Sr. Presidente, é approvado o projecto.

Segue-se em 2ª discussão o art. 1º do projecto do Senado, n. 28 de 1892. (Vide pag. 60.)

Depois de orarem os Srs. U. do Amaral, Rangel Pestana, Elyseu Martins, Coelho e Campos e Ramiro Barcellos, encerra-se a discussão, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

E' lido o parecer n. 118 de 1892. (Vide pag. 63.)

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 28, depois da leitura do expediente, é lido o requerimento de Abel Diederichs, pedindo a retirada do em que solicitou diversos favores para importar arroz bruto.

O Sr. Presidente — O anno passado foi apresentada ao Senado, por parte de Abel Diederichs, uma petição de isenção de direitos aduaneiros para o arroz bruto que importasse

por 20 annos. Esta petição está pendente do parecer da commissão de commercio, agricultura, industria e artes. Hoje o mesmo peticionario requer a retirada da sua petição, visto reconhecer que não tem direito para esperar deferimento; e como este depende de resolução do Senado, vou submetter a votos a mesma petição.

Submettido a votos, é deferido o requerimento.

O Sr. Amaro Cavalcanti envia á Mesa um projecto sob n. 31 de 1892, que vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos. (Vide pag. 65.)

Passa-se á ordem do dia.

E' rejeitado o projecto do Senado, n. 28 de 1892.

E' approvada em 2ª discussão a proposição n. 23 de 1892.

O Sr. João Pedro requer e o Senado concede dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

E' rejeitada a proposição n. 12 de 1892.

E' approvado em 1ª discussão o projecto do Senado, n. 29 de 1892.

Entra em 2ª discussão o art. 1º do projecto do Senado, n. 23 de 1892. (Vide pag. 65.)

O Sr. Aristides Lobo manda á Mesa um requerimento. (Vide pag. 67.)

Depois de orarem os Srs. Amaro Cavalcanti, Aristides Lobo e Virgilio Damasio, encerra-se a discussão.

Depois de uma explicação do Sr. Presidente, é approvado o requerimento.

Fica adiada a discussão do projecto.

Levanta-se a sessão.

No dia 29, depois da leitura do expediente, é tambem lido o parecer n. 119 de 1892. (Vide pag. 71.)

Passa-se á ordem do dia.

E' approvada sem debate em 3ª discussão a proposição n. 23 de 1892.

Segue-se em discussão unica a emenda da Camara dos Deputados ao projecto do Senado, n. 7 de 1892.

Depois de orar o Sr. Gomensoro, encerra-se a discussão.

E' approvada a emenda.

E' approvado o projecto do Senado, n. 30 de 1892. (Vide pag. 72.)

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 30, depois da leitura do expediente, são lidos os pareceres ns. 120, 121 e 122 de 1892.

O Sr. Domingos Vicente faz algumas considerações sobre um pedido de informações que solicitou ha dias.

Passa-se á ordem do dia.

O Sr. Presidente diz que, sendo a ordem do dia trabalhos de commissões, dará a palavra a qualquer dos Srs. senadores que queira apresentar projectos de lei, requerimentos ou indicações.

E' lido o parecer n. 123 de 1892.

Levanta-se a sessão.

No dia 1 de agosto, depois da leitura do expediente, é lido o parecer n. 124 de 1892.

Vota-se e é approvado o requerimento, feito na sessão anterior pelo Sr. Domingos Vicente, pedindo a publicação, no *Diario do Congresso*, das informações relativamente á inauguração do 1º trecho da Estrada de Ferro Campos a Carangola, ramal de Santo Eduardo o Cachoeiro de Itapemirim.

O Sr. U. do Amaral solicita do Sr. Presidente que se digne consultar o Senado si permitte que sejam publicados no *Diario do Congresso* os papeis que a Mesa acaba de receber, e que forem lidos no expediente.

Consultado, o Senado consente na publicação.

Passa-se á ordem do dia.

São approvados: a redacção do projecto do Senado, n. 7, o projecto n. 31 e as proposições ns. 26 e 30 de 1892.

Depois de uma explicação do Sr. Presidente sobre a proposição n. 83 de 1891, entra ella em discussão.

Depois de um requerimento apresentado pelo Sr. Ramiro Barcellos, fica adiada a discussão, indo, entretanto, a proposição e as emendas á commissão de finanças. (Vide pag. 78.)

O Sr. Presidente — Vou submetter ao Senado uma consulta da Mesa.

Entre os projectos offerecidos ao Senado figura um do Sr. Monteiro de Barros sobre immigração. Este projecto está já com o parecer das respectivas commissões e imprimindo-se em avulso.

Na fórma do regimento deve ser dado para ordem do dia dos trabalhos do Senado.

Entretanto, embora eu não tenha recebido communicação official, sei que actualmente a Camara dos Srs. Deputados occupa-se com o mesmo assumpto : figura na sua ordem do dia um projecto do Sr. Costa Machado com parecer da respectiva commissão.

O Senado vae, pois, resolver si julga conveniente iniciar debate sobre o mesmo assumpto que está sendo debatido ou, ao menos, figurando na ordem do dia da Camara dos Srs. Deputados.

O Sr. Monteiro de Barros *(pela ordem)*, depois de algumas observações sobre o que observou o Sr. Presidente do Senado, diz que lhe parece que o projecto do mesmo, sobre a immigração chineza, deve entrar na ordem do dia, apezar de achar-se em discussão na Camara dos Srs. Deputados outro projecto que, de alguma sorte, refere-se a essa immigração.

Consultado, o Senado resolve affirmativamente.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 2, depois da leitura do expediente, são lidos os pareceres ns. 125, 126 e 127 de 1892.

Depois de um requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti, passa-se á ordem do dia.

São approvadas as proposições ns. 21 e 25 de 1892.

O Sr. Antonio Baena requer e o Senado concede dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição n. 25 de 1892.

Segue-se em 2ª discussão, com as emendas, o projecto do Senado n. 10 de 1892 (immigração asiatica).

Depois de orarem os Srs. Amaro Cavalcanti, Elyseu Martins, Monteiro de Barros e Ramiro Barcellos, a discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 3 depois da leitura do expediente, são lidos os pareceres ns. 128 e 129 de 1892.

O Sr. Tavares Bastos envia á Mesa um projecto. (Vide pag. 101.)

Passa-se á ordem do dia.

E' approvada em 3ª discussão a proposição n. 25 de 1892.

Seguem-se em discussão unica as emendas ao projecto do Senado, n. 5 de 1892.

Oram os Srs. Amaro Cavalcanti, Aristides Lobo, Americo Lobo e Theodoreto Souto, ficando encerrada a discussão.

Depois de algumas observações do Sr. Presidente, são approvadas as emendas.

Segue-se em 2ª discussão o projecto do Senado, n. 24 de 1892. (Vide pag. 107.)

Ora o Sr. U. do Amaral.

O Sr. Gil Goulart apresenta um requerimento. (Vide pag. 108.)

São approvados o projecto e o requerimento.

Continúa a 2ª discussão do art. 1º do projecto n. 10 de 1892.

Oram os Srs. Americo Lobo, Laper e Monteiro de Barros.

A discussão fica adiada pela hora.

E' lido o parecer n. 130 de 1892 (redacção). (Vide pag. 112.)

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 4, depois do expediente, é lido o parecer n. 131 de 1892.
Em seguida, passa-se á ordem do dia.
Fica encerrada a discussão dos projectos do Senado ns. 30, 31 e 10 de 1892 e da proposição n. 26 de 1892. (Vide pag. 113.)
Havendo numero legal, votam-se e são approvadas as materias cuja discussão ficou encerrada anteriormente.

Na sessão do dia 5, depois da leitura do expediente, o Sr. 3º secretario (servindo de 2º lê e vão a imprimir para entrarem na ordem dos trabalhos os pareceres ns. 132 e 133 de 1892. (Vide pag. 115.)
E' approvado o requerimento do Sr. Antonio Baena, para que o projecto creando uma escola de machinistas no Estado do Pará entre na ordem do dia da sessão seguinte.
Passa-se á ordem do dia.
São approvados os projectos do Senado ns. 30 e 32 de 1892 e o parecer n. 129 de 1892.
Seguem-se em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, os arts. 1º, 2º e 3º da proposição n. 29 de 1892 (forças de terra).
Segue-se em discussão o art. 4º.
Oram os Srs. Virgilio Damasio, Cunha Junior, Rosa Junior, Virgilio Damasio, Americo Lobo, Ramiro Barcellos e Rosa Junior, encerrando-se a discussão.
E' encerrada a discussão dos arts. 5º a 9º e ultimo da propozição, ficando a votação adiada por falta de numero legal.
Segue-se em 2ª discussão o art. 1º do projecto n. 53 de 1891. (Vide pag. 123.)
O Sr. Virgilio Damasio justifica e manda á Mesa um substitutivo e um requerimento.
E' lido o parecer n. 134 de 1892 (redacção). (Vide pag. 127.)

Na sessão do dia 6, depois da leitura do expediente, é lido pelo Sr. 3º secretario o parecer n. 135 de 1892 (redacção).
O Sr. Saldanha Marinho trata do projecto de amnistia que foi sanccionado pelo Sr. Vice-Presidente da Republica.
Passa-se á ordem do dia.
E' approvada a redacção do projecto n. 131 de 1892.
O Sr. Presidente annuncia a votação, em 2ª discussão, da proposição n. 29 de 1892.
O Sr. Cunha Junior, como membro da commissão de marinha e guerra, declara que a commissão acceita a proposição como se acha.
E' approvada a proposição.
Segue-se em discussão unica a emenda da Camara dos Deputados ao projecto do Senado n. 8 de 1891.
Oram os Srs. Ramiro Barcellos, Rosa Junior, Americo Lobo, Presidente e Ubaldino do Amaral, encerrando-se a discussão.
Vota-se, e é rejeitada a emenda.
Segue-se, em 2ª discussão, o art. 1º do projecto do Senado n. 17 de 1891.
O Sr. Ramiro Barcellos apresenta um requerimento. (Vide pag. 133.)
O Sr. Americo Lobo apresenta tambem um requerimento que é approvado. (Vide pag. 135.)
E' approvado o requerimento do Sr. Ramiro Barcellos.
Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 8, o Sr. Pinheiro Guedes trata de sua prisão e do projecto de amnistia os revoltosos de 10 e 12 de abril.
Passa-se á ordem do dia.
Entra em 2ª discussão o art. 1º da proposição n. 33 de 1892.
O Sr. Elyseu Martins apresenta emendas. (Vide pag. 142.)

Os Srs. Ubaldino do Amaral e Gomensoro tomam parte no debate, ficando este encerrado.
Segue-se em 2ª discussão o art. 2º, a qual encerra-se sem debate.
Segue-se em 2ª discussão o art. 3º.
O Sr. Tavares Bastos apresenta uma emenda, que é apoiada e posta conjunctamente em discussão. (Vide pag. 147.)
O Sr. Gomensoro combate as emendas apresentadas pelo orador precedente, ficando a discussão encerrada.
E' encerrada sem debate a discussão dos arts. 4º a 15 da proposição.
Segue-se em discussão o art. 16.
O Sr. Ubaldino do Amaral apresenta uma emenda, que é apoiada e posta conjunctamente em discussão.
Encerra-se sem debate a discussão dos arts. 17 a 20 e ultimo da proposição, bem como a tabella que a acompanha.
Não havendo numero legal, fica adiada a votação.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 9, depois da leitura do expediente, é lido o parecer n. 135 de 1892.
Em seguida passa-se á ordem do dia.
Continúa adiada a votação da materia cuja discussão ficou encerrada na sessão anterior por falta de numero legal.
Entra em 2ª discussão o art. 1º da proposição n. 16. (Vide pag. 149.)
Depois de orar o Sr. Rangel Pestana, encerra-se a discussão.
Havendo numero legal procede-se á votação das materias cuja discussão ficou anteriormente encerrada.
E' rejeitada a proposição n. 16 de 1892.
E' approvada a proposição n. 33 de 1892 (organisação da policia federal).
O Sr. Gomensoro requer e o Senado approva dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.
Segue-se em 3ª discussão o projecto do Senado n. 10 de 1892 (immigração chineza).
Depois de orar o Sr. Luiz Delfino, fica a discussão adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 10, depois da leitura do expediente, é lido o parecer n. 137 de 1892. (Vide pag. 152.)
O Sr. Saldanha Marinho offerece um projecto, que fica sobre a mesa, para ser apoiado depois do triduo. (Vide pag. 152.)
Passa-se á ordem do dia.
Entra em 3ª discussão a proposição n. 33 de 1892, reorganisando a policia do Districto Federal.
O Sr. Ubaldino do Amaral apresenta emendas á tabella. (Vide pag. 153.)
São apoiadas e postas conjunctamente em discussão.
Oram os Srs. Campos Salles, Ubaldino do Amaral e Rangel Pestana.
Encerra-se a discussão.
São rejeitadas as emendas.
E' approvada a proposição.
Segue-se em 3ª discussão a emenda approvada em 2ª, á proposição n. 29 de 1892 (forças de terra).
Oram os Srs. Rangel Pestana e Cunha Junior que apresenta uma emenda.
Encerrada a discussão, vota-se e são approvadas a emenda e a proposição.
Continúa em 3ª discussão o projecto n. 10 de 1892 (immigração chineza).
Oram os Srs. Ubaldino do Amaral e Aristides Lobo, ficando a discussão adiada pela hora.
E' lido o parecer n. 138 de 1892 (redacção).

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 11, depois da leitura do expediente, o Sr. Virgilio Damasio apresenta um requerimento. (Vide pag. 173.)

Depois de orar o Sr. Saldanha Marinho, é encerrada a discussão do requerimento e adiada a votação por falta de numero legal.

O Sr. João Neiva trata de sua prisão e do decreto de amnistia.

Havendo numero legal, é approvado o requerimento do Sr. Virgilio Damasio.

Passa-se á ordem do dia.

E' approvado o parecer n. 136 de 1892.

Continúa a 3ª discussão do projecto n. 10 de 1892 (immigração chineza).

Oram os Srs. Laper, Rangel Pestana e Monteiro de Barros, ficando a discussão encerrada e adiada a votação por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 12, depois da leitura do expediente, passa-se á ordem do dia.

E' approvado em 3ª discussão o projecto n. 10 de 1892 (immigração chineza).

Vem á Mesa uma declaração de voto assignada pelo Sr. Ubaldino do Amaral. (Vide pag. 181.)

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 13, depois da leitura do expediente, é lido o parecer n. 139 de 1892 (Vide pag. 182.)

O Sr. Pinheiro Guedes pede para que o parecer que acaba de ser lido seja dado para a ordem do dia da proxima sessão.

O Sr. Presidente diz que, quando houver numero legal, consultará o Senado sobre o requerimento do Sr. senador.

O Sr. Baena communica que o Sr. senador Amaro Cavalcanti não tem comparecido ás sessões por doente.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em 3ª discussão o projecto n. 33 de 1892.

Oram os Srs. Ubaldino do Amaral e Laper que manda á Mesa um requerimento. (Vide pag. 185.)

E' apoiado e posto em discussão, a qual encerra-se sem debate.

E' approvado o requerimento.

E' approvado o requerimento do Sr. Pinheiro Guedes apresentado no começo da sessão.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 15, depois da leitura do expediente, o Sr. 2º secretario lê o parecer n. 140 de 1892. (Vide pag. 187.)

Passa-se á ordem do dia.

E' adiada a votação do projecto n. 23, por falta de numero legal.

E' lido o parecer n. 141 de 1892. (Vide pag. 187.)

Levanta-se a sessão.

SENADO FEDERAL

BIBLIOTHECA DO SENADO DA REPUBLICA DOS E.U. DO BRAZIL

INDICE

DAS

SESSÕES DE 16 DE JULHO A 15 DE AGOSTO DE 1892

Amaro Cavalcanti (O Sr.) — Discursos :

— apresentando um requerimento. (Sessão de 18 de julho.) Pag. 9.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 19 de 1892. (Sessão de 21 de julho.) Pag. 18.

— sobre o projecto do Senado, n. 22 de 1892. (Sessão de 25 de julho.) Pag. 32.

— apresentando um projecto. (Sessão de 28 de julho) Pag. 64.

— sobre o projecto do Senado, n. 23 de 1892. (Sessão de 28 de julho.) Pag. 67.

— sobre o projecto do Senado, n. 10 de 1892. (Sessão de 2 de agosto.) Pag. 83.

— sobre as emendas da Camara dos Deputados ao projecto do Senado, n. 5 de 1892. (Sessão de 3 de agosto.) Pag. 101.

— pedindo dispensa de intersticio. (Sessão de 4 de agosto.) Pag. 114.

Americo Lobo (O Sr.) — Discursos :

— pedindo dispensa de membro da commissão de commercio. (Sessão de 23 de julho.) Pag. 24.

— sobre o projecto do Senado, n. 27 de 1892. (Sessão de 27 de julho.) Pag. 57.

— sobre as emendas da Camara dos Deputados ao projecto do Senado, n. 5 de 1892. (Sessão de 3 de agosto.) Pag. 104.

— sobre o projecto do Senado, n. 10 de 1892. (Sessão de 3 de agosto.) Pag. 108.

— sobre a proposição n. 29 de 1892. (Sessão de 5 de agosto.) Pag. 119.

— sobre a proposição n. 8 de 1891. (Sessão de 6 de agosto.) Pag. 130.

— sobre o projecto do Senado, n. 17 de 1892. (Sessão de 6 de agosto.) Pag. 131.

Antonio Baena (O Sr.) — Discursos :

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 46 de 1892. (Sessão de 21 de julho.) Pag. 19.

— pedindo dispensa de intersticio. (Sessão de 12 de agosto.) Pag. 181.

Aristides Lobo (O Sr.)— Discursos :

— sobre o projecto do Senado, n. 23 de 1892. (Sessão de 28 de julho.) Pags. 65 e 68.

— sobre as emendas da Camara dos Deputados ao projecto do Senado n. 5 de 1892. (Sessão de 3 de agosto.) Pag. 103.

— sobre o projecto do Senado, n. 10 de 1892. (Sessão de 10 de agosto.) Pag. 166.

Campos Salles (O Sr.) — Discurso:

— sobre a proposição n. 33 de 1892. (Sessão de 10 de agosto.) Pag. 153.

Coelho e Campos (O Sr.) — Discurso :

— sobre o projecto do Senado, n. 28 de 1892. (Sessão de 27 de julho.) Pag. 27.

Cunha Junior (O Sr.) — Discursos:

— pedindo dispensa de membro da commissão de finanças. (Sessão de 18 de julho.) Pag. 11.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 29 de 1892. (Sessões de 5 e 10 de agosto.) Pags. 117 e 158.

— sobre a votação da proposição n. 26 de 1892. (Sessão de 6 de agosto.) Pag. 129.

Declaração:

« Votei contra a autorisação concedida ao governo para celebrar tratado com a China e o Japão, e estabelecer agentes diplomaticos e consulares nesses paizes.—*U. do Amaral.*» (Sessão de 12 de agosto.) Pag. 181.

Domingos Vicente (O Sr.) — Discursos:

— apresentando um requerimento. (Sessão de 23 de julho.) Pag. 22.

— sobre um pedido de informações. (Sessão de 30 de julho.) Pag. 75.

Elyseu Martins (O Sr.) — Discursos:

— apresentando um requerimento. (Sessão de 16 de julho.) Pag. 2.

— apresentando um parecer. (Sessão de 25 de julho.) Pag. 26.

— apresentando um substitutivo ao projecto do Senado, n. 22 de 1892. (Sessão de 26 de julho.) Pag. 47.

— sobre o projecto do Senado, n. 28 de 1892. (Sessão de 27 de julho.) Pag. 62.

— sobre o projecto n. 10 de 1892. (Sessão de 2 de agosto.) Pag. 83.

— sobre a proposição n. 33 de 1892. (Sessão de 8 de agosto.) Pag. 140.

Emendas:

— á proposição da Camara dos Deputados, n. 33 de 1892, apresentadas pelo Sr. Elyseu Martins, aos arts. 14, 12, 15 §§ 1º e 2º, na 2ª discussão da proposição. (Sessão de 8 de agosto.) Pag. 142.

— á proposição n. 33 de 1892, apresentada pelo Sr. Tavares Bastos ao art. 3º. (Sessão de 8 de agosto.) Pag. 147.

— do Sr. U. do Amaral ao art. 16 da proposição, na 2ª discussão. (Sessão de 8 de agosto.) Pag. 147.

—do Sr. U. do Amaral á tabella da proposição n. 33. (Sessão de 10 de agosto.) Pag. 153.

— da commissão de marinha e guerra na 3ª discussão da proposição n. 29 de 1892. Pag. 159.

Gomensoro (O Sr.) — Discursos :

— sobre o projecto do Senado, n. 25 de 1892. (Sessão de 20 de julho) Pag. 15.

— apresentando um projecto de lei. (Sessão de 26 de julho.) Pag. 46.

— fazendo uma communicação. (Sessão de 27 de julho.) Pag. 55.

— sobre o projecto do Senado n. 7 de 1892. (Sessão de 29 de julho.) Pag. 72.

— sobre a proposição n. 33 de 1892. (Sessão de 8 de agosto.) Pags. 144 e 147.

João Neiva (O Sr.)—Discurso :

— sobre a amnistia. (Sessão de 11 de agosto.) Pag. 173.

João Pedro (O Sr. 1º secretario.)—Discursos :

— dando uma informação. (Sessão de 26 de julho.) Pag. 46.

— requerendo dispensa de intersticio. (Sessão de 28 de julho.) Pag. 65.

Laper (O Sr.) — Discursos :

— sobre o projecto do Senado n. 10 de 1892. (Sessões de 3 e 11 de agosto de 1892.) Pags. 108 e 175.

— sobre o projecto do Senado, n. 33 de 1892. (Sessão de 13 de agosto.) Pag. 185.

Luiz Delfino (O Sr.) — Discursos :

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 19 de 1892. (Sessão de 21 de julho.) Pag. 18.

— sobre o projecto n. 10 de 1892. (Sessão de 9 de agosto.) Pag. 151.

Monteiro de Barros (O Sr.)—Discursos :

— sobre o projecto do senado, n. 22 de 1892. (Sessão de 26 de julho.) Pag. 52.

— sobre o projecto relativo á immigração chineza. (Sessões de 1, 2, 3 e 11 de agosto.) Pags. 78, 83, 112 e 179.

Officios :

Do Ministerio da Agricultura, datado de 13 do corrente mez, accusando a recepção do em que o Senado pede as seguintes informações:

1.º A razão por que não está inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro de Campos a Carangola, ramal de Santo Eduardo do Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espirito Santo;

2.º Si a União paga juros desde a inauguração do serviço ou si a garantia começa a ser effectiva quando funccionar a via ferrea, e em resposta remettendo, quanto á primeira, informação prestada pelo engenheiro fiscal junto áquella estrada e quanto á segunda, informando que, de accordo com o § 1º da clausula XXXII do decreto n. 10.119 de 15 de dezembro de 1888, emquanto durar a construcção das obras os juros serão pagos sobre a importancia que semestralmente se verificar haver sido empregada segundo a tabella de preços approvada. (Sessão de 16 de julho.) Pag. 1.

Do Ministerio da Fazenda, datado de 23 do corrente mez, communicando, em resposta á requisição do Senado, de 28 de agosto do anno passado, relativamente ao numero, valor, situação, renda e destino dos proprios nacionaes existentes em todo o paiz e quaes os necessarios ao serviço da União, que para poder satisfazer a referida requisição, aguarda as informações pedidas aos diversos Ministerios, com excepção dos da Guerra e das Relações Exteriores, que já as prestaram. (Sessão de 25 de julho.) Pag. 25.

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 25 do corrente, communicando que aquella Camara adoptou o projecto do Senado, concedendo licença ao bacharel Ernesto Rudge da Silva Ramos e vae ser enviado á sancção do Sr. Vice-Presidente da Republica. (Sessão de 26 de julho.) Pag. 45.

Do Ministerio do Interior, datado de 21 do corrente mez, restituindo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, devidamente sanccionado, um dos autographos do decreto pelo qual o Congresso Nacional concedeu á viuva e filhos do Dr. Tobias Barreto de Menezes a pensão annual de 3:600$000. (Sessão de 26 de julho.) Pag. 45.

Da junta apuradora da eleição senatorial a que se procedeu no dia 15 de junho para um senador federal, pelo Estado do Paraná, datado de 16 do corrente, remettendo cópia authentica da respectiva acta. (Sessão de 27 de julho.) Pag. 55.

De Antonio Pinto Nogueira Accioly, de 13 do corrente, do Estado do Ceará, communicando que, tendo sido eleito 1º vice-presidente daquelle estado, assumiu na mesma data o exercicio do referido cargo, depois de haver assignado, perante o respectivo Congresso, o termo de compromisso. (Sessão de 28 de julho.) Pag. 63.

Do Ministerio da Fazenda, datado de 29 do mez findo, devolvendo, devidamente sanccionado, um de cada um dos autographos das resoluções do Congresso Nacional, relativos ao pagamento da divida de que é credor Antonio de Alcantara Fonseca Guimarães, na qualidade de fornecedor das forças expedicionarias que em 1866 seguiram para Matto Grosso; e á concessão de licença, com os vencimentos do emprego, ao fiel do thesoureiro da Caixa de Amortização, Antonio Vianna Gonçalves Fraga.

Do Ministerio do Interior, datado de 30 do mez findo, restituindo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, com a devida sancção, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, mandando reverter a D. Adelia Carolina de Oliveira Ennes Bandeira, repartidamente, a pensão que percebia D. Carolina Cecilia Campos de Oliveira.

Do mesmo Ministerio e de igual data, prestando, em satisfação á requisição do Senado de 27 do mesmo mez, as informações relativamente ao pedido de demissão dos cargos de presidente, vice-presidente e membros do Conselho de Intendencia Municipal, dos cidadãos Dr. Ubaldino do Amaral Fontoura, Dr. Gil Diniz Goulart, tenente-coronel Eduardo Jose de Moraes, Dr. Manoel Emilio Gomes de Carvalho, Dr. Honorio G. Paiva Coutinho e Dr. Nominato José de Souza Lima, e outrosim a cópia do officio, com o qual o Dr. José Felix da Cunha Menezes submetteu á approvação do poder competente os contractos celebrados entre o e Conselho do Intendencia e as companhias Ferro-Carris do Jardim Botanico e de S. Christovão. (Sessão de 1 de agosto.) Pag. 77.

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 30 de julho ultimo, communicando que, tendo aquella Camara adoptado o projecto do Senado que altera as disposições do art. 3º da lei n. 85 de 26 de janeiro do corrente anno, foi elle remettido ao Vice-Presidente da Republica, afim de o sanccionar.

Do Ministerio da Fazenda, datado de 30 do mez findo, prestando, em resposta á requisição do Senado, de 8 de junho ultimo, informações relativamente á conveniencia e creação de uma Alfandega em Sant'Anna do Livramento. (Sessão de 2 de agosto.) Pag. 79.

Do Ministerio da Fazenda, datado de 2 do corrente, devolvendo sanccionado um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, a qual concede a D. Adelaide Telles Pires, viuva do capitão de artilharia Antonio Telles Pires, fallecido em serviço do Estado, o direito á percepção do soldo integral que cabia áquelle official, na época em que falleceu.

Do Ministerio da Justiça, datado de 3 do corrente, remettendo cópia do officio em que o juiz seccional do Estado do Rio Grande do Norte pede providencias no sentido de serem remunerados os logares de porteiro, continuos e official de justiça do seu juizo, visto não haver quem os queira exercer, por estarem sujeitos a emolumentos problematicos.

Do Sr. Manoel Ernesto de Campos Porto, de hoje, offerecendo para o archivo do Senado um exemplar da sua obra intitulada — Apontamentos para a historia da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 4 do corrente, communicando que áquella Camara foi devolvido, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, relativa á concessão de 10 mezes de licença ao bacharel Ernesto Rudge da Silva Ramos, procurador seccional da Republica no Estado de São Paulo.

Do Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, datado de 2 do corrente, transmittindo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, autorisando o Governo a abrir desde já o credito supplementar necessario para occorrer ás despezas com o pagamento do augmento de vencimentos a que teem direito os telegraphistas de 1ª, 2ª e 3ª classes da Repartição Geral dos Telegraphos, de conformidade com a lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891.

Do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, datado de 4 do corrente, remettendo, de ordem do Sr. Presidente da Republica, e em solução á requisição do Senado, de 25 do mez findo, cópias dos contractos celebrados com o Lloyd Brazileiro, secção de navegação da Empreza de Obras Publicas no Brazil, em virtude dos decretos ns. 857 de 13 de outubro de 1890 e 611 de 22 de outubro de 1891. (Sessão de 5 de agosto.) Pag. 115.

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 5 do corrente, communicando, em resposta ao officio de 3 deste mez, que devolveu o autographo do projecto concedendo amnistia aos detidos e desterrados por força do decreto de 12 de abril, e bem assim as emendas

daquella Camara ao mesmo projecto, que, em sessão do mesmo dia, foi approvada a indicação offerecida pelo Senado para o fim de ser separado e constituir por si só resolução não dependente de sancção a emenda daquella Camara, relativa á approvação dos actos do Governo, constantes dos decretos de 10 e 12 de abril; e outrosim, que, na mesma data foram remettidos á sancção presidencial os autographos do decreto relativo á amnistia e ao mesmo tempo foi enviada ao Poder Executivo para fazer publicar na fórma do n. 1 do art. 48 da Constituição da Republica, a resolução do Congresso Nacional approvando os actos do Governo.

Do mesmo 1º secretario, de igual data, communicando que foi devolvido áquella Camara, devidamente sanccionado, um dos autographos do decreto do Congresso Nacional, que altera o art. 3º da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892. (Sessão de 6 de agosto.) Pag. 128.

Do Ministerio do Interior, datado de 4 do corrente, informando, em resposta á requisição do Senado, de 22 de junho ultimo:— que consta achar-se terminada a revolução ultimamente havida em Matto Grosso, bem como a lucta entre os dous partidos politicos do mesmo estado; e bem assim, que, não recebeu communicação de que alli se tenham praticado actos de crueldade e vingança, excepto os assassinatos do capitão Roberto Muniz e do tenente Gabriel Mamede de Araujo e Silva, occorridos em circumstancias taes que não foi possivel obstal-os. (Sessão de 8 de agosto.) Pag. 136.

Do Ministerio da Justiça, datado de 5 do corrente mez, transmittindo, de ordem do Sr. Presidente da Republica e com referencia ao officio do Senado de 9 do mez findo, as informações prestadas pelo governo do Paraná acerca da suppressão de officios vitalicios de justiça do mesmo estado.

Do cidadão Saturnino Nicoláo Cardoso, datado de 7 do corrente, convidando o Senado para no dia 10 deste mez, centenario da proclamação da Republica no occidente, assistir á commemoração civica que realizar-se-ha no cemiterio de S. João Baptista em homenagem á memoria de Benjamin Constant. (Sessão de 9 de agosto). Pag. 148.

Do 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 10 do corrente, devolvendo o projecto do Senado regulando a decretação do estado de sitio, ao qual aquella Camara, em sessão de hontem, não pôde dar o seu consentimento. (Sessão de 11 de agosto.) Pag. 171.

Do Ministerio da Justiça, datado de 9 do corrente mez, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, a esta Camara como iniciadora, na fórma do art. 37 § 1º da Constituição Federal, os autographos da resolução do Congresso Nacional sobre a aposentadoria de magistrados, á qual o mesmo senhor negou sancção pelos motivos declarados na exposição que acompanha os referidos autographos. (Seguem-se os motivos a que se refere o officio supra.) (Foi enviado á commissão de justiça e legislação na sessão de 12 de agosto.) Pag. 180.

Do Sr. secretario da Camara dos Deputados, datado de 12 do corrente, communicando que foi devolvido áquella Camara, devidamente sanccionado, um dos autographos do decreto do Congresso Nacional, amnistiando a todos os cidadãos detidos e deportados por força dos actos do Poder Executivo de 10 e 12 de abril do corrente anno.

Do Ministerio das Relações Exteriores, datado de 31 de julho deste anno, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, que approva os ajustes concluidos na Convenção Postal de Vienna, realizada em 4 de julho de 1891 entre esta Republica e outros paizes. (Sessão de 13 de agosto.) Pag. 182.

Do Ministerio da Agricultura, datado de 8 do corrente, remettendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, devidamente sanccionado, autorisando o governo a pagar ao padre Antonio Martucci o que lhe for devido por serviços prestados a favor da immigração.

Do presidente da ultima Camara Municipal eleita da capital do Estado da Bahia, datado de 4 do corrente, remettendo cópia da acta da apuração geral da eleição a que se procedeu naquelle estado, em 27 de junho ultimo, para preenchimento de duas vagas de senador e tres de deputados ao Congresso Nacional. (Sessão de 15 de agosto.) Pag. 286.

Pareceres:

— N. 109 de 1892. Da commissão de constituição e poderes, sobre a proposição n. 17 de 1892. Foi lido e a imprimir na sessão de 16 de julho. Foi approvado em 2ª discussão na sessão de 20 e em 3ª, para ser submettido á sancção presidencial no dia 24 do mesmo mez. Pag. 2.

— N. 110 de 1892. Da commissão de marinha e guerra. Foi lido e a imprimir na sessão de 18 de julho e rejeitado em 2ª discussão na de 21 do mesmo mez. Pag. 8.

— N. 111 de 1892. Das commissões de marinha e guerra e de finanças, sobre a proposição n. 16 de 1892. Foi lido e a imprimir na sessão de 18 de julho. Entrou em 2ª discussão no dia 9 de agosto. Depois de orar o Sr. Rangel Pestana, foi rejeitada a proposição constante deste parecer. Pag. 8.

— N. 112 de 1892. Parecer da commissão de redacção sobre o projecto do Senado n. 20. Foi a imprimir na sessão de 20 de julho e approvado na de 21 do mesmo mez. Pag. 16.

— N. 113 de 1892. Da commissão especial, formulando um projecto sob o n. 28 de 1892. Foi apresentado pelo Sr. Elyseu Martins na sessão de 25 de julho e a imprimir no mesmo dia. Entrou em 2ª discussão na sessão do dia 27 do mesmo mez e sobre elle fallaram os Srs. Ubaldino do Amaral, Rangel Pestana,

Elyseu Martins, Coelho e Campos e Ramiro Barcellos, ficando a discussão encerrada e adiada a votação por falta de numero legal. Na sessão do dia 28 do mesmo mez, foi rejeitado o projecto. Pag. 26.

— N. 114 de 1892. Da commissão de finanças. Foi lido e a imprimir na sessão de 26 de julho. Entrou em 2ª discussão e foi sem debate approvado em 2ª discussão, na sessão de 28 do mesmo mez. A requerimento do Sr. João Pedro foi dispensado o intersticio para a 3ª discussão. Foi approvado e remettido á sancção presidencial na sessão de 30. Pag. 46.

— N. 115 de 1892. Das commissões de marinha e guerra e de finanças, sobre a proposição n. 12 de 1891. Foi a imprimir na sessão do dia 26 de julho e rejeitado em 2ª discussão na do dia 23 do mesmo mez. Pag. 46.

— N. 116 de 1892. Da commissão de justiça e legislação sobre o projecto que concede amnistia aos revoltosos de Matto Grosso. Foi lido e a imprimir na sessão de 27 de julho. A requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti, entrou em 2ª discussão na sessão do dia 28. Nesta discussão o Sr. Aristides Lobo apresentou um requerimento que foi approvado depois de orarem os Srs. Amaro Cavalcanti, Aristides Lobo, Virgilio Damasio e Presidente. Ficou adiada a discussão do projecto e foi remettido ás commissões de justiça e legislação, constituição e poderes, nesta mesma sessão. Na sessão do dia 13 de agosto estas commissões apresentaram seu parecer que foi a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos e a requerimento do Sr. Pinheiro Guedes foi dispensada a impressão em avulso para o projecto entrar em discussão. A 2ª discussão ficou encerrada e adiada a votação na sessão do dia 15 de agosto. Pag. 55.

— N. 117 de 1892. Das commissões de marinha e guerra e de finanças. Foi a imprimir na sessão do dia 27 de julho e approvado em 2ª discussão na do dia 29 do mesmo mez. Foi approvado e remettido para a Camara dos Deputados na sessão de 1 de agosto. Pag. 55.

— N. 118 de 1892. Da commissão de justiça e legislação. Foi a imprimir no dia 27 de julho. Na sessão do dia 29, depois de occupar a tribuna o Sr. Gomensoro, foi approvada a emenda da Camara ao projecto e submettido á sancção presidencial. Pag. 63.

— N. 119 de 1892. Da commissão de finanças. Foi a imprimir no dia 29 de julho e approvado em 2ª discussão na sessão de 1 de agosto. Na sessão do dia 4 foi approvado em 3ª discussão e remettido á sancção presidencial. Pag. 71.

— N. 120 de 1892. Da commissão de finanças. Foi a imprimir na sessão de 30 de julho e 2ª discussão na de 2 de agosto. Na sessão do dia 5 foi approvado em 3ª discussão e remettido á sancção presidencial. Pag. 74.

— N. 121 de 1892. Da commissão de finanças. Foi a imprimir na sessão de 30 de julho. Na sessão do dia 2 de agosto foi approvado em 2ª discussão. A requerimento do Sr. Antonio Baena foi dispensado o intersticio para a 3ª discussão. Na sessão do dia 3 do mesmo mez foi approvado em 3ª discussão e submettido á sancção presidencial. Pag. 74.

— N. 122 de 1892. Das commissões de finanças e colonisação. Foi a imprimir na sessão do dia 30 de julho. Entrou em 2ª discussão na sessão do dia 2 de agosto. Tomaram parte nesta discussão os Srs. Amaro Cavalcanti, Elyseu Martins, Monteiro de Barros e Ramiro Barcellos, ficando a discussão adiada pela hora. Na sessão do dia 3 continuou a 2ª discussão do projecto e nella tomaram parte os Srs. Americo Lobo, Laper e Monteiro de Barros, ficando ainda a discussão adiada pela hora. Na sessão do dia 4 encerrou-se a discussão e foi approvado o projecto com uma emenda da commissão de finanças e colonisação. A 3ª discussão teve logar no dia 10 do mesmo mez, e nella tomou parte o Sr. Luiz Delfino, ficando a discussão adiada pela hora. A discussão continuou na sessão de 10 e nella tomaram parte os Srs. Ubaldino do Amaral e Aristides Lobo, ficando ainda adiada. No dia 11 tomaram parte no debate os Srs. Rangel Pestana, Laper e Monteiro de Barros, ficando este encerrado e adiada a votação por falta de numero legal. O projecto foi approvado na sessão de 13 de agosto e remettido á Camara dos Deputados. O Sr. Ubaldino do Amaral remetteu á Mesa uma declaração de voto. Pag. 74.

— N. 123 de 1892. Da commissão de redacção. Foi approvado na sessão de 1 de agosto. Pag. 75.

— N. 124 de 1892. Da commissão de justiça e legislação. Entrou em 2ª discussão na sessão de 3 de agosto. Occuparam a tribuna os Srs. Ubaldino do Amaral e Gil Goulart que apresentou um requerimento que foi approvado. Nessa mesma sessão foi approvado o projecto e remettido á commissão de finanças para interpor parecer. Pag. 77.

— N. 125 de 1892. Da commissão de finanças. O projecto junto a este parecer foi approvado em 2ª discussão com a emenda substitutiva offerecida pela commissão, na sessão de 4 de agosto. A requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti foi dispensado o intersticio para a 3ª discussão do projecto, que foi approvado na sessão de 5 e remettido á Camara dos Deputados. Pag. 97.

— N. 126 de 1892. Da commissão de instrucção publica, ao projecto do Senado n. 53 de 1891. Entrou em 2ª discussão na sessão do dia 5 de agosto, tendo occupado a tribuna o Sr. Virgilio Damasio que apresentou um substitutivo e um requerimento. O projecto foi remettido á commissão de instrucção publica. Pag. 80.

— N. 127 de 1892. Das commissões de justiça e legislação e de contas e poderes, sobre as emendas da Camara ao projecto n. 24 de 1892. Foi lido na sessão de 2 de agosto e a requerimento do Sr. Amaro Cavalcanti dispensada a impressão em avulso. Na sessão de 3 do mesmo mez entrou em discussão unica o parecer das commissões e as emendas da Camara. Tomaram parte no debate os

Srs. Amaro Cavalcanti, Aristides Lobo e Theodoreto Souto, ficando encerrada a discussão. São approvadas as emendas da Camara e devolvido o projecto com ellas á Camara dos Deputados. Foi sanccionado pelo Sr. Presidente da Republica no dia 5 de agosto. Pag. 81.

— N. 128 de 1892. Da commissão de marinha e guerra, sobre a proposição n. 29 de 1892. Entrou em 2ª discussão na sessão de 5 de agosto, tomando parte no debate os Srs: Virgilio Damasio, Cunha Junior, Rosa Junior, Virgilio Damasio, Americo Lobo, Ramiro Barcellos e Rosa Junior, ficando a discussão encerrada e adiada a votação por falta de numero legal. Na sessão do dia 6 o Sr. Presidente ao annunciar a votação da proposição, o Sr. Cunha Junior pediu a palavra para encaminhar a votação e em seguida foi ella approvada para passar a 3ª discussão. Entrou em 3ª discussão no dia 10 de agosto. Neste debate tomaram parte os Srs. Rangel Pestana e Cunha Junior que apresentou uma emenda, que foi em seguida approvada com a proposição, que assim emendada foi devolvida á Camara dos Deputados. Pag. 99.

— N. 129 de 1892 Das commissões de marinha e guerra e de finanças sobre o requerimento do alferes honorario do exercito Fortunato de Faria Gurgel. Este parecer foi approvado em discussão unica na sessão de 5 de agosto. Pag. 99.

— N. 130 de 1892. Da commissão de redacção. Foi approvado na sessão de 4 de agosto e remettido á Camara dos Deputados. Pag. 112.

— N. 131 de 1892. Da commissão de finanças sobre o projecto do Senado n. 17 de 1891. Foi a imprimir na sessão de 4 de agosto. Na sessão de 6 do mesmo mez entrou em 2ª discussão, requerendo o Sr. Ramiro Barcellos para que elle fosse remettido novamente á respectiva commissão. Sobre o requerimento fallou o Sr. Americo Lobo que apresentou outro para que o projecto voltasse á commissão para ella dar parecer. Ambos os requerimentos foram approvados e o projecto foi remettido á commissão de finanças, ficando a discussão adiada. Pag. 113.

— N. 132 de 1892. Das commissões reunidas de justiça e legislação e de finanças sobre a proposição n. 33 de 1892. Entrou em 2ª discussão na sessão do dia 8 de agosto. Oraram os Srs. Elyseu Martins, que apresentou emendas, U. do Amaral, Gomensoro, Tavares Bastos que apresentou emenda, Gomensoro e U. do Amaral que apresentou emenda. Em seguida ficou encerrada a discussão e adiada a votação por falta de numero legal. Na sessão do dia 9, os Srs. Tavares Bastos, Elyseu Martins e U. do Amaral retiraram as emendas que tinham apresentado na sessão anterior e foi approvada a proposição. A requerimento do Sr. Gomensoro foi dispensado o intersticio para a 3ª discussão da proposição. Na sessão do dia 10 tomaram a palavra sobre esta proposição os Srs. U. do Amaral, que apresentou emendas, Campos Salles, U. do Amaral e Rangel Pestana, ficando encerrada a discussão. E' approvada a proposição e adoptada para ser submettida á sancção. Pag. 115.

— N. 133 de 1892. Da commissão de marinha e guerra, sobre o projecto que crêa uma escola de machinistas no Pará. Na sessão de 5 de agosto a requerimento do Sr. Antonio Baena foi dispensada a impressão em avulso para entrar em discussão na sessão seguinte. Na sessão de 6 sobre este projecto fallaram os Srs. Ramiro Barcellos, Rosa Junior, Americo Lobo, Presidente e U. do Amaral. Encerrada a discussão, foi rejeitada a emenda da Camara ao projecto em discussão e devolvido este á mesma Camara. Pag. 116.

— N. 134 de 1892. Da commissão de redacção. Foi approvado na sessão de 6 de agosto. Pag. 127.

— N. 135 de 1892. Das commissões de colonisação e de finanças Redacção para a 3ª discussão) sobre o projecto relativo á immigração chineza.— Pag. 129.

— N. 136 de 1892. Das commissões de justiça e legislação e de finanças sobre o requerimento de Juliño Aurelio dos Santos. O parecer foi approvado na sessão de 11 de agosto. Pag. 149.

— N. 137 de 1892. Da commissão de justiça e legislação. Esta commissão apresentou um projecto a este parecer, sob n. 33. Este projecto foi approvado em 2ª discussão na sessão de 12 de agosto e a requerimento do Sr. Antonio Baena foi dispensado o intersticio para a 3ª discussão. Na sessão do dia 13 entrou em 3ª discussão. Fallaram os Srs. U. do Amaral e Laper que apresentou um requerimento pedindo para que fosse ouvido o governo sobre este projecto. E' approvado o requerimento. Pag. 152.

— N. 138 de 1892. Da commissão de redacção. Foi approvado na sessão de 11 de agosto. Pag. 171.

— N. 139 de 1892. Das commissões de legislação e justiça e constituição e poderes sobre o projecto n. 23 de 1892 (revoltosos de Matto Grosso). Foi lido na sessão do dia 13 de agosto. A requerimento do Sr. Pinheiro Guedes foi dispensada a impressão em avulso para entrar em discussão na sessão seguinte. Foi encerrada a 2ª discussão na sessão do dia 15 e adiada a votação por falta de numero legal. Pag. 182.

— N. 140 de 1892. Da commissão de redacção. Foi lido na sessão de 15 de de gosto. Pag. 187.

— N. 141 de 1892. Da commissão de finanças, sobre a proposição n. 35 de 1892 (orçamento do Ministerio das Relações Exteriores). Foi lido na sessão de 15 de agosto. Pag. 187.

Pinheiro Guedes (O Sr.)— Discursos:

— sobre a amnistia. (Sessão de 8 de agosto.) Pag. 136.

— sobre o parecer n. 139 de 1892. (Sessão de 13 de agosto.) Pag. 183.

Presidente (O Sr. Prudente de Moraes) Discursos:

— sobre a ordem do dia. (Sessão de 22 de julho.) Pag. 21.

— mandando desanojar o Sr. senador Gil Goulart. (Sessão de 26 de julho.) Pag. 46.

— nomeando um membro para a commissão de justiça e legislação. (Sessão de 27 de julho). Pag. 55.

— fazendo uma exposição sobre o projecto do Senado, n. 27 de 1892. (Sessão de 27 de julho.) Pag. 58.

— sobre uma petição de Abel Diederichs. (Sessão de 25 de julho.) Pag. 64.

— sobre um requerimento do Sr. Aristides Lobo. (Sessão de 28 de julho.) Pag. 70.

— sobre a ordem do dia. (Sessão de 1 de agosto.) Pag. 77.

— fazendo uma consulta. (Sessão de 1 de agosto.) Pag. 78.

— sobre as emendas da Camara dos Deputados ao projecto do Senado, n. 5 de 1892. (Sessão de 3 de agosto.) Pag. 104.

— sobre uma questão de ordem. (Sessão de 6 de agosto.) Pag. 132.

— sobre a ordem do dia. (Sessão de 15 de agosto.) Pag. 187.

Projectos:

— N. 25 de 1892. Apresentado pelos Srs. Saldanha Marinho e outros na sessão de 20 de julho. Pag. 12.

— N. 26 de 1892. Apresentado pelos Srs. Amaro Cavalcanti e outros na sessão de 20 de julho. Pag. 12.

— N. 27 de 1892 (mandando reformar os calculos referentes ás aposentadorias do ex-secretario e ex-sub-secretario da Faculdade de Medicina da Bahia). Apresentado pelos Srs. Virgilio Damasio e outros na sessão de 25 de julho e foi a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos na sessão de 25 de julho. Pag. 25.

— N. 28 de 1892. Apresentado pelo Sr. Elyseu Martins sobre a creação de um banco emissor. Apresentado na sessão de 25 de julho. Pag. 26.

— N. 29 de 1892 (indemnização ao Estado do Maranhão). Apresentado na sessão do dia 26 de julho pelos Srs. Gomensoro e outros. Pag. 46.

— N. 30 de 1892. Apresentado pelas commissões de marinha e guerra e de finanças. n. 117, á pag. 55.

— N. 31 de 1892. Apresentado pelos Srs. Amaro Cavalcanti e outros na sessão de 28 de julho. Pag. 65.

— N. 32 de 1892. Da commissão de fazenda e legislação. (Sessão de 10 de agosto.) Pag. 152.

— N. 33 de 1892. Apresentado pelos Srs. Tavares Bastos e outros na sessão de 10 de agosto. Pag. 152.

— N. de 1892. Apresentado pelo Sr. Saldanha Marinho na sessão de 10 de agosto. Pag. 152.

Proposições:

— N. 21 de 1892 da Camara dos Deputados. (Lida na sessão de 21 de julho e remettida á commissão de finanças.) Pag. 17.

— N. 22 de 1892 da Camara dos Deputados. (Lida no expediente da sessão de 21 de julho e remettida ás commissões de marinha e guerra e de finanças. Pag. 17.

— N. 23 de 1892. (Foi lida no expediente da sessão de 25 de julho e remettida á commissão de finanças.) Pag. 25.

— N. 24 de 1892. (Lida e enviada ás commissões de justiça e legislação na sessão do dia 26 de julho.) Pag. 45.

— N. 25 de 1892. (Lida e remettida á commissão de finanças na sessão de 25 de julho.) Pag. 45.

— N. 26 de 1892. (Enviada á commissão de finanças no dia 27 de julho.) Pag. 54.

— N. 27 de 1892. (Enviada á commissão de finanças no dia 27 de julho.) Pag. 54.

— N. 28 de 1892. (Remettida á commissão de justiça e legislação na sessão de 27 de julho.) Pag. 54.

— N. 29 de 1892. (Enviada á commissão de marinha e guerra na sessão de 27 de julho.) Pag. 54.

— N. 30 de 1892. (Enviada á commissão de marinha e guerra na sessão de 30 de julho.) Pag. 73.

— N. 31 de 1892. (Enviada á commissão de marinha e guerra na sessão de 30 de julho.) Pag. 73.

— N. 32 de 1892. (Enviada á commissão de marinha e guerra na sessão de 1 de agosto.) Pag. 76.

— N. 33 de 1892. (Enviada ás commissões de justiça e legislação e de finanças na sessão de 3 de agosto.) Pag. 93.

— N. 34 de 1892. (Enviada á commissão de finanças na sessão de 9 de agosto.) Pag. 148.

— N. 35 de 1892 (orçamento de Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1893.) (Foi remettido á commissão de finanças na sessão de 13 de agosto.) Pag. 181.

Ramiro Barcellos (O Sr.)—Discursos:

— sobre o projecto do Senado, n. 22 de 1892. (Sessão de 25 de julho.) Pag. 44.

— sobre o projecto do Senado, n. 28 de 1892. (Sessão de 27 de julho.) Pag. 62.

— sobre a proposição n. 83 de 1891. (Sessão de 1 de agosto.) Pag. 78.

— apresentando um requerimento. (Sessão de 1 de agosto.) Pag. 78.

— sobre o projecto do Senado, n. 10 de 1892. (Sessão de 2 de agosto.) Pag. 91.

— sobre a proposição, n. 29 de 1892. (Sessão de 5 de agosto.) Pag. 121.

— sobre a proposição, n. 8 de 1891. (Sessão de 6 de agosto.) Pag. 130.

— sobre o projecto do Senado, n. 17 de 1892. (Sessão de 6 de agosto) Pag. 133.

Rangel Pestana (O Sr.)—Discursos :

— sobre o projecto do Senado, n. 28 de 1892. (Sessão de 27 de julho.) Pag. 61.

—Sobre a proposição n. 16 de 1892. (Sessões de 9 e 10 de agosto.) Pags. 149 e 150.

— sobre a proposição n. 20 de 1892. (Sessão de 10 de agosto.) Pag. 158.

— sobre o projecto do Senado, n. 10 de 1892. (Sessão de 11 de agosto.) Pag. 175.

Representação :

Dos officiaes e amanuenses do Archivo Publico Nacional, pedindo que seus vencimentos sejam equiparados aos dos 1os officiaes e amanuenses da Bibliotheca Nacional. Foi enviada á commissão de finanças na sessão de 15 de agosto. Pag. 186.

Requerimentos :

Do alferes honorario do exercito Fortunato de Faria Gurgel, pedindo reforma com soldo proporcional ao tempo de seus serviços. Foi lido e enviado ás commissões de marinha e guerra e de finanças, na sessão de 26 de julho. Pag. 45.

Do monsenhor Francisco Martins do Monte, vigario collado da parochia de S. João Baptista da Lagôa, desta capital, pedindo, pelas razões que allega, que lhe seja restituida a quantia de 7:034$500 de direitos que pagou pelos volumes contendo um orgão, vindo de Manchester, no vapor *La Plata*, para a matriz da referida parochia; e bem assim, que seja autorisado despacho livre de direitos para cinco altares e respectivos pertences, procedentes de Munich, consignados á mesma matriz. Enviado á commissão de finanças, na sessão de 6 de agosto. Pag. 128.

Do bedel e inspectores de alumnos do Gymnasio Nacional, pedindo augmento de seus vencimentos.

Dos empregados da secretaria da Inspectoria Geral de Hygiene, pedindo que os seus vencimentos sejam elevados na proporção de 40 %. Enviado á commissão de finanças, na sessão de 6 de agosto. Pag. 128.

De Francisco Gonçalves de Siqueira, solicitando a attenção do Senado para o seu projecto de uma nova capital que se propõe edificar. Foi enviado á commissão de obras publicas, na sessão de 12 de agosto. Pag. 182.

« Requeiro que, por intermedio da Mesa do Senado, se solicite do Exm. Sr. Vice-Presidente da Republica a seguinte informação :

Qual a importancia em moeda-papel dos juros — ouro, proveniente do emprestimo interno emittido em virtude do decreto n. 823 A de 6 de outubro de 1890.

Sala das sessões, 16 de julho de 1892.— *Elyseu Martins.*»

Apresentado e approvado sem debate, na sessão do dia 16 de julho. Pag. 3.

« Requeiro que a Mesa do Senado requisite do governo, por intermedio do Ministerio da Fazenda, como elemento necessario á boa elaboração das leis do orçamento, o seguinte :

1.º Remessa dos quadros relativos á renda aduaneira, nos termos e na fórma do meu requerimento anterior, de 25 de julho de 1891;

2.º Idem das *exposições de motivos e documentos* que serviram de base aos differentes creditos abertos pelo Poder Executivo, durante o exercicio corrente, visto não terem vindo com a tabella A das propostas do orçamento recentemente apresentado pelo governo ;

3.º Informação e esclarecimentos acerca da execução dos arts. 3º a 5º das disposições transitorias da Constituição, afim de serem adoptadas as medidas convenientes.

Sala das sessões, 19 de julho de 1892.— *Amaro Cavalcanti.* » Apresentado e approvado sem debate na sessão de 18 de julho. Pag. 11.

« Requeiro que, por intermedio da Mesa, se peça ao Ministerio da Agricultura cópia do contracto feito com a Empreza de Obras Publicas para viagens a vapor das linhas do Norte e Sul da Republica a que é obrigado o Lloyd Brazileiro.

Sala das sessões, 23 de julho de 1892.— *Domingos Vicente.*» Foi approvado na sessão de 24 de julho. Pag. 24.

« Requeiro que se peça ao governo, pelo Ministerio do Interior, que informe em que data foram exonerados da Intendencia Municipal, desta cidade, Ubaldino do Amaral e os intendentes com elle nomeados; cópia do officio do presidente da mesma Intendencia, Dr. José Felix, em 26 de agosto de 1890, pedindo approvação dos contractos com as companhias do Jardim Botanico e S. Christovão.

Sala das sessões, 25 de julho de 1892.— *Ubaldino do Amaral.*» Foi lido na sessão de 25 de julho e a requerimento do Sr. Saldanha Marinho foi prorogada a hora do expediente. S. Ex. tomou parte no debate deste requerimento, sendo elle em seguida approvado. Pag. 32.

« Requeiro que sobre o projecto em discuss são sejam ouvidas as commissões reunidas de constituição e poderes e legislação e justiça.

Sala das sessões, 28 de julho de 1892.— *Aristides Lobo.*» Foi apresentado na sessão de 28 de julho. Posto em discussão, foi approvado nessa mesma sessão. Pag. 67.

« Requeiro que sobre o projecto n. 21 de 1892, relativo a terrenos de marinhas, seja ouvida a commissão de finanças, sem prejuizo da 2ª discussão.

Sala das sessões, 3 de agosto de 1892.— *Gil Goulart.*» Foi approvado na sessão de 3 de agosto. Pag. 108.

« Requeiro que o projecto em discussão volte á commissão de instrucção publica, com o sub-

stitutivo ora por mim offerecido, afim de que sobre o mesmo formule parecer.

Sala das sessões, 5 de agosto de 1892.—*Virgilio Damasio.*» Foi approvado na sessão de 5 de agosto. Pag. 127.

« Requeiro que o projecto seja remettido novamente á respectiva commissão, sendo adiada a sua discussão até que seja decidido na Camara o projecto similar sobre o alfandegamento da mesa de rendas do Livramento.

Sala das sessões, 6 de agosto de 1892.—*Ramiro Barcellos.*»

« Requeiro que o projecto em discussão volte á commissão para fallar sobre a constitucionalidade e validade do decreto de 17 de outubro de 1891, e sobre a conveniencia do alvitre enunciado no relatorio do ministro da fazenda á pag. 112.

Sala das sessões, 6 de agosto de 1892.—*Americo Lobo.*» Foram approvados na sessão de 8 de agosto. Pags. 133 e 135.

« Requeremos que na acta da sessão de hoje se consigne um voto de pezar pelo passamento do eminente brazileiro Luiz Antonio Barbosa de Almeida, sendo isso communicado ao Senado do Estado da Bahia, do qual foi honra e ornamento o illustre finado.

Sala das sessões do Senado, 11 de agosto de 1892.—*Virgilio Damasio.*—*Aristides Lobo.*—*Saldanha Marinho.*» Approvado na sessão de 11 de agosto. Pag. 173.

« Requeiro que seja adiada a discussão do projecto n. 33, para ser sobre elle ouvido o governo.—*Laper.*» Foi approvado na sessão de 13 de agosto. Pag. 185.

Rosa Junior (O Sr.) — Discursos:

— sobre a proposição n. 29 de 1892. (Sessão de 5 de agosto.) Pags. 117 e 121.

— sobre a proposição n. 8 de 1891. (Sessão de 6 de agosto.) Pag. 130.

Saldanha Marinho (O Sr.) — Discursos:

— sobre o projecto do Senado, n. 25 de 1892. (Sessão de 20 de julho.) Pag. 15.

— sobre um requerimento do Sr. U. do Amaral. (Sessão de 25 de julho.) Pag. 32.

— sobre o projecto sanccionado amnistiando os revoltosos de 10 e 12 de abril. (Sessão de 6 de agosto.) Pag. 129.

— sobre um requerimento do Sr. Virgilio Damasio. (Sessão de 11 de agosto.) Pag. 173.

Substitutivo:

Ao projecto do Senado n. 53 de 1891. Apresentado pelo Sr. Virgilio Damasio. (Sessão de 5 de agosto.) Pag. 124.

Tavares Bastos (O Sr.) — Discursos:

— sobre o projecto do Senado, n. 25 de 1892. (Sessão de 20 de julho.) Pag. 14.

— apresentando um projecto. (Sessão de 3 de agosto.) Pag. 99.

— sobre a organisação policial. (Sessão de 8 de agosto.) Pag. 145.

Telegrammas:

Expedido de Pelotas, assim concebido: «Presidente do Senado. Rio — Esta associação acompanha pedido Associação Commercial Rio Grande, contra pagamento direitos ouro e emissão apolices. Associação Commercial de Pelotas, 15 de julho de 1892.—*Urbano Martins Garcia*, presidente.—*Antonio Amorim*, secretario.» (Sessão de 18 de julho.) Pag. 8.

Da Mesa da Camara do Estado de Goyaz, datado de 19 do corrente, concebido nos seguintes termos:

« Ao presidente do Senado — Rio — A Mesa da Camara do estado communica-vos que o primeiro vice-presidente, tenente-coronel Antonio José Caiado, prestou hoje compromisso perante a Camara no respectivo cargo e assumiu em acto continuo o governo do estado.—*Joaquim Fernandes de Carvalho.*—*José Jacintho de Almeida.*—*Jeronymo de Souza Moraes.*»

Outro do vice-presidente do mesmo estado, datado de 18 do mesmo mez, concebido nos seguintes termos:

« Ao presidente do Senado — Communico-vos que, havendo prestado hoje perante a Camara dos Deputados compromisso do cargo de primeiro vice-presidente do estado, assumi logo o governo, collocando-me aqui ás vossas ordens.—*Antonio José Caiado*, 1º vice-presidente. (Sessão de 20 de julho.) Pag. 14.

Expedido da Victoria, Estado do Espirito Santo, em 8 do corrente, assim concebido:

Exms. Srs. presidente e membros da Mesa do Senado — Rio.

Tenho a honra de communicar a VV. Exs. que, na qualidade de 1º vice-presidente eleito, assumi nesta data a administração do estado, por m'a ter passado o respectivo presidente Dr. Moniz Freire.—Dr. *Graciano Neves*, 1º vice-presidente do estado.» (Sessão de 10 de agosto.) Pag. 152.

Expedido do Recife, Estado de Pernambuco, em 13 do corrente mez, assim concebido:

« Secretario do Senado Federal — Rio.

Nunca força federal neste estado esteve tão retirada da politica. Nenhuma intervenção tem nella, que faça Senado, Camara, imprensa e governo crer no que disse deputado André Cavalcanti. Seria politico si dictadura perdurasse desde o inicio da Republica na nossa patria até que os politicos se convencessem della. Força Federal aqui, depois que assumi commando, tem comprehendido seus deveres, vos afianço.—*Roberto Ferreira*, general.» (Sessão de 15 de agosto.) Pag. 186.

Theodoreto Souto (O Sr.) — Discurso:

— sobre as emendas da Camara dos Deputados ao projecto do Senado, n. 5 de 1892. (Sessão de 3 de agosto.) Pag. 104.

Ubaldino do Amaral (O Sr.)— Discursos:

— apresentando um requerimento. (Sessão de 25 de julho.) Pag. 27.

— sobre o projecto do Senado, n. 22 de 1892. (Sessão de 26 de julho.) Pag. 47.

— sobre o projecto do Senado, n. 27 de 1892. (Sessão de 27 de julho.) Pag. 57.

— sobre o projecto do Senado, n. 28 de 1892. (Sessão de 27 de julho.) Pag. 60.

— fazendo um requerimento. (Sessão de 1 de agosto.) Pag. 77.

— sobre o projecto do Senado, n. 24 de 1892. (Sessão de 3 de agosto.) Pag. 107.

— sobre o projecto creando uma escola de machinistas no Pará. (Sessão de 6 de agosto.) Pag. 132.

— sobre a proposição n. 33 de 1892. (Sessões de 8 e 10 de agosto.) Pags. 142, 147, 152 e 155.

— sobre o projecto n. 10 de 1892. (Sessão de 10 de agosto.) Pag. 159.

— sobre o projecto do Senado, n. 33 de 1892. (Sessão de 13 de agosto.) Pag. 183.

Virgilio Damasio (O Sr.)—Discurso:

— sobre o projecto do Senado, n. 27 de 1892. (Sessão de 27 de julho.) Pag. 57.

— sobre o projecto do Senado, n. 23 de 1892. (Sessão de 28 de julho.) Pag. 69.

— sobre a proposição n. 29 de 1892. (Sessão de 5 de agosto.) Pags. 116 e 118.

— sobre o projecto do Senado, n. 53 de 1892. (Sessão de 5 de agosto.) Pag. 123.

— apresentando um requerimento. (Sessão de 11 de agosto.) Pag. 172.

SENADO FEDERAL

HISTORICO

DAS

SESSÕES DE 16 DE AGOSTO A 15 DE SETEMBRO DE 1892

Na sessão do dia 16 de agosto, depois da leitura da acta, foi lido o parecer n. 142 (emendas ao regimento interno do Senado). Vide pag. 1.

Em seguida passa-se á ordem do dia.

Encerra-se a discussão da redacção do projecto n. 10, de 1892 (immigração chineza), ficando a votação adiada, por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 17, depois da approvação da acta, passou-se á ordem do dia.

E' approvada a redacção do projecto do Senado, n. 10, de 1892, sobre a immigração chineza.

E' approvado o projecto n. 23, de 1892.

O Sr. Pinheiro Guedes requer e o Senado concede dispensa de intersticio para a 3ª discussão do projecto.

Segue-se, em 2ª discussão, a proposição n. 35, de 1892.

Depois de orarem os Srs. Aristides Lobo, Elyseu Martins e Ubaldino do Amaral, encerra-se a discussão, ficando a votação adiada, por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 18, depois da leitura do expediente, é tambem lido o parecer n. 143, de 1892.

Passa-se á ordem do dia.

E' approvada a proposição n. 35, de 1892.

A requerimento do Sr. João Pedro *(1º secretario)* foi dispensado o intersticio para a 3ª discussão da proposição.

E' approvado o projecto n. 23, de 1892.

O Sr. Pinheiro Guedes agradece ao Senado a approvação do projecto.
Segue-se, em 1ª discussão, o projecto n. 34, de 1892.
Depois de orarem os Srs. Rosa Junior, Saldanha Marinho, Coelho e Campos e Americo Lobo, encerra-se a discussão.
E' lido o parecer n. 144, de 1892 (redacção).
O Sr. João Neiva requer e o Senado concede que esta redacção seja discutida immediatamente.
Segue-se em discussão e é approvada sem debate.
O Sr. Presidente annuncia a 2ª discussão das emendas ao regimento interno do Senado, offerecidas pela Mesa, no seu parecer.
A requerimento do Sr. Gil Goulart as emendas são discutidas englobadamente.
E' encerrada a discussão do titulo 1º.
Segue-se em discussão o titulo 2º.
Oram os Srs. Virgilio Damasio, Gil Goulart e ainda o Sr. Virgilio Damasio, que manda á Mesa uma emenda.
Voltam á tribuna os Srs. Gil Goulart e Americo Lobo, encerrando-se a discussão.
E' encerrada, finalmente, a discussão dos titulos 3º a 13 e ultimo do projecto, ficando a votação adiada, por falta de numero legal.
Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 19, depois da leitura do expediente, é lido o projecto n. 36 de 1892, assignado pelos Srs. Ubaldino do Amaral e outros.
O Sr. Gomensoro requer para que o projecto relativo ás ordens religiosas, apresentado pelo Sr. Saldanha Marinho, vá á commissão de constituição e poderes.
E' approvado o requerimento.
Passa-se á ordem do dia.
São approvadas as emendas relativas ao regimento interno do Senado.
A requerimento do Sr. Antonio Baena foi dispensado o intersticio para a 3ª discussão das emendas.
E' approvada a proposição da Camara dos Deputados, n. 35 de 1892. (Vide pag. 33.)
E' lido o parecer n. 145, da commissão de legislação e justiça. (Vide pag. 33.)
Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 20, foi lido o parecer n. 146 de 1892, da commissão de marinha e guerra. (Vide pag. 34.)
O Sr. Laper occupa-se de um topico do discurso pronunciado pelo Sr. Aristides Lobo, em uma das ultimas sessões.
Passa-se á ordem do dia.
Entram em 3ª discussão as emendas offerecidas ao regimento interno do Senado.
O Sr. Americo Lobo justifica diversas emendas ao art. 80. (Vide pag. 36.)
O Sr. Gil Goulart impugna as emendas.
Depois de orar ainda o Sr. Americo Lobo, encerra-se a discussão, sendo approvadas as emendas ao regimento, menos a do Sr. Americo Lobo.
Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 22 depois da leitura do expediente o Sr. Americo Lobo occupa-se da votação feita na sessão anterior sobre as emendas ao regimento interno do Senado.
O Sr. Tavares Bastos dá as explicações pedidas pelo orador sobre negocios relativos ao Estado das Alagôas.
Os Srs. Tavares Bastos, Ramiro Barcellos, Campos Salles e Messias de Gusmão occupam-se com a resolução tomada pelo governador das Alagôas sobre a vaga de um senador por aquelle Estado.

Passa-se á ordem do dia.
Segue-se em discussão o projecto n. 35 de 1892.
O Sr. Ramiro Barcellos apresenta uma emenda. (Vide pag. 48.)
Depois de orar o Sr. Messias de Gusmão, são approvados o projecto e a emenda.
E' approvado em 1ª discussão o projecto do Senado, n. 36 e de 1892.
E' lido o parecer n. 147 de 1892, da commissão de constituição e poderes. (Vide pag. 49.)
Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 23, depois da leitura dos pareceres ns. 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156 e 157 de 1892 (vide pags. 51 a 53), passa-se á ordem do dia.
E' approvado o parecer n. 147 de 1892, reconhecendo senadores pela Bahia os Srs. Drs. Ruy Barbosa e Manoel Victorino.
Segue-se em discussão unica o parecer n. 145 de 1892.
Oram os Srs. Rosa Junior, Gomensoro, Tavares Bastos, Americo Lobo, Campos Salles, Elyseu Martins, Ramiro Barcellos e Presidente.
Encerra-se a discussão.
Por votação nominal é rejeitado por 25 votos contra 8 o decreto.
Encerra-se a discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 32 de 1892.

MORTE DO MARECHAL DEODORO DA FONSECA

O Sr. Campos Salles transmitte ao Senado a noticia do fallecimento do marechal Manoel Deodoro da Fonseca e apresenta a seguinte

INDICAÇÃO

« Indico que se suspenda a sessão de hoje e deixe-se de fazer casa amanhã, em homenagem á memoria do marechal Manoel Deodoro da Fonseca, e que se nomeie uma commissão para representar o Senado nos funeraes do illustre morto. — *Campos Salles.*»

O Sr. Elyseu Martins, depois de render homenagem ao illustre morto, diz que acompanha com a consciencia de cidadão brazileiro os votos externados pelo distincto senador por S. Paulo.
Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.
O Sr. Presidente *(commovido.)*— O Sr. senador Campos Salles indicou que o Senado suspendesse seus trabalhos na sessão de hoje e no dia de amanhã e nomeasse uma commissão de seus membros para acompanhar os restos mortaes do marechal Manoel Deodoro da Fonseca, cujo fallecimento S. Ex. nos communicou com phrases e palavras repassadas de dor e de pezar, constituindo-se interprete fiel dos sentimentos que neste momento devem ter todos os brazileiros, inclinando-se reverentes deante do cadaver daquelle que fez do Brazil uma patria livre, uma patria digna da America. *(Muito bem; muito bem.)*
Vota-se, e é unanimemente approvada a indicação.
O Sr. Presidente — A' vista da deliberação que o Senado acaba de tomar, fica adiada a votação da materia, cuja discussão encerrou-se anteriormente.
Nomeio para a commissão que deve representar o Senado nos funeraes do marechal Manoel Deodoro da Fonseca, os Srs. Julio Frota, Campos Salles, Rosa Junior, Braz Carneiro, Santos Andrade e Messias Gusmão.
Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 25 é approvada a acta da sessão do dia 23.
O Sr. Julio Frota *(pela ordem e para materia de expediente)* — Sr. presidente, pedi a palavra para communicar ao Senado que a commissão nomeada por V. Ex. para, por parte do Senado, prestar a merecida homenagem ao fallecido benemerito marechal Manoel

Deodoro da Fonseca, cumpriu o seu dever e acompanhou o feretro de sua casa até ao seu ultimo jazigo.

O Sr. Presidente diz que o Senado fica inteirado.

Depois da leitura do expediente, o Sr. Elyseu Martins pede para que seja nomeada uma commissão para trazer ao recinto do Senado os dous senadores eleitos pelo Estado da Bahia.

O Sr. Presidente nomeia para a commissão os Srs. Manoel Barata, Silva Canedo e Braz Carneiro.

Tomam assento e prestam o compromisso regimental os Drs. Ruy Barbosa e Manoel Victorino.

Sobre a posse dos dous senadores, occuparam a tribuna os Srs. Pinheiro Guedes, Ruy Barbosa e Manoel Victorino.

Passa-se á ordem do dia.

E' rejeitada a proposição n. 32 de 1892 e approvada a redacção das emendas do Senado á proposição n. 35 de 1892.

Segue-se em discussão unica a consolidação e redacção do regimento interno do Senado, de accordo com as emendas approvadas.

O Sr. Americo Lobo manda á Mesa um requerimento (vide pag. 86), que é rejeitado.

Depois de algumas observações do Sr. Presidente, é approvada a consolidação e redacção do regimento interno do Senado.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 26, depois da leitura dos pareceres ns. 158 e 159 de 1892 (vide pag. 88), o Sr. Baena requer dispensa de impressão, em avulso, do parecer sobre a emenda da Camara dos Deputados, ao projecto do Senado, creando uma escola de machinistas no Estado do Pará, afim de ser a emenda dada para a ordem do dia da sessão seguinte.

O Sr. Presidente diz que, quando houver numero legal, consultará o Senado sobre o requerimento do Sr. senador.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em 3ª discussão, com a emenda approvada em 2ª, o projecto do Senado n. 35, de 1892, mandando revogar os decretos n. 69 de 25 de abril de 1891 e n. 805 de 29 de abril do corrente anno, e a tabella annexa ao decreto n. 1327 D, de 31 de janeiro do anno passado, sobre facturas consulares.

Oram os Srs. Ubaldino do Amaral, Julio Frota e Americo Lobo.

São approvados o projecto e a emenda.

Vota-se e é approvado o requerimento do Sr. Antonio Baena, pedindo dispensa de impressão em avulso, do parecer sobre a emenda da Camara dos Deputados ao projecto do Senado, creando uma escola de machinistas no Estado do Pará, afim de ser a emenda dada para a ordem do dia da sessão seguinte.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de justiça e legislação, o art. 1º do projecto do Senado, n. 26 de 1892, declarando quaes os dias de festa nacional da Republica.

São lidas diversas emendas. (Vide pag. 93.)

Oram o Sr. Virgilio Damasio que apresenta emendas (vide pag. 93) e os Srs. Rangel Pestana, Gil Goulart, Ubaldino do Amaral e Theodoreto Souto.

Encerra-se a discussão, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Ninguem pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 27, depois da leitura dos pareceres ns. 160, 161 e 163 de 1892 (vide pag. 99), o Sr. Ramiro Barcellos manda á Mesa um projecto n. 37 de 1892. (Vide pag. 100.)

Passa-se á ordem do dia.

Vota-se por partes, e é approvado, o art. 1º do projecto do Senado, n. 36, de 1892, declarando quaes os dias de festa nacional da Republica, salvo as emendas.

São successivamente rejeitadas as emendas dos Srs. Americo Lobo e outros, Tavares Bastos e outros e Saldanha Marinho e outros.

O Sr. Cunha Junior *(pela ordem)* requer a retirada de sua emenda.

Consultado, o Senado consente na retirada.

O Sr. Presidente explica a votação da proposição n. 27 de 1892.

Por escrutinio secreto é rejeitada a proposição.

O Sr. Americo Lobo explica os motivos por que deixou de votar a proposição n. 27 de 1892.

Entra em discussão unica, com o parecer da commissão de marinha e guerra, a emenda da Camara dos Deputados ao projecto do Senado, creando uma escola de machinistas no Estado do Pará, á qual o Senado não póde dar o seu assentimento, e foi alli approvada por dous terços, na fórma da Constituição.

Encerra-se a discussão da proposição n. 27 de 1892, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Por votação nominal é rejeitada a emenda.

E' approvada a conclusão do parecer n. 153 de 1892. (Vide pag. 102.)

Segue-se em discussão unica o parecer da commissão de finanças, n. 154 de 1892, sobre o requerimento do monsenhor Francisco Martins do Monte, pedindo para lhe ser restituida a importancia de direitos, pagos na Alfandega desta capital, por volumes entrados contendo um orgão para sua igreja matriz ; e bem assim que sejam despachados, livres de direitos, cinco altares e seus pertences que devem vir consignados á mesma matriz.

O Sr. Ubaldino do Amaral apresenta uma emenda. (Vide pag. 103.)

Depois de orar o Sr. Amaro Cavalcanti, encerra-se a discussão.

O Sr. Presidente faz algumas observações sobre este parecer, sendo appprovada sua conclusão, e ficando prejudicada a emenda do Sr. Ubaldino do Amaral.

Segue-se em discussão unica, a qual encerra-se sem debate, o parecer da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, sobre o requerimento de Francisco Gonçalves de Siqueira, propondo-se a construir uma nova cidade para Capital Federal, entre a ilha do Governador, Cascadura e Jacarépaguá, em terrenos da Pavuna e Sapopemba e das freguezias de Irajá e Campo Grande, no municipio federal.

Vota-se e é approvada a seguinte conclusão do parecer :

« E' de parecer que o assumpto do requerimento do supplicante não seja tomado em consideração. »

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 29, depois da leitura do expediente, passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica, com o parecer das commissões reunidas de justiça e legislação e de obras publicas, a emenda do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 33 de 1891, que estabelece os casos de competencia exclusiva dos poderes federaes ou estadoaes para resolverem sobre vias de communicação fluviaes ou terrestres, emenda a que aquella Camara não póde dar o seu consentimento.

Ninguem pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Por votação nominal é approvada a emenda.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 30, depois da leitura do parecer n. 163 de 1892 (vide pag. 107), passa-se á ordem do dia.

Entra em 1ª discussão o projecto do Senado, n. 37 de 1892, autorisando o governo a modificar o actual serviço de immigração no sentido de melhor garantir a colonisação e o povoamento do territorio nacional.

Depois de orar o Sr. Laper, encerra-se a discussão.

E' approvado o projecto.

Segue-se em 2ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 6 de 1892.

Depois de algumas observações do Sr. Presidente, oram os Srs. Ubaldino do Amaral, Manoel Victorino e Rangel Pestana que apresenta um requerimento (vide pag. 117) e é approvado.

A proposição vae ser remettida ás referidas commissões.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 31, depois da leitura dos pareceres ns. 162 e 164 de 1892 (vide pag. 118.), o Sr. Elyseu Martins communica que a commissão nomeada para representar o Senado na sessão funebre da Camara dos Deputados, em homenagem á memoria do marechal Manoel Deodoro da Fonseca, cumpriu o seu dever, comparecendo áquella sessão.

O Sr. Presidente diz que o Senado fica inteirado.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica, a qual é sem debate approvada, a redacção do projecto do Senado, n. 35 de 1892, revogando os decretos ns. 169 de 25 de abril de 1891 e 805 de 29 de abril de 1882 e a tabella annexa ao decreto n. 1327 D, de 31 de janeiro de 1891, na parte que estabelece a taxa de 5$ para as facturas consulares.

Segue-se em 3ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, o projecto do Senado, n. 24 de 1892, mantendo aos Estados da União o direito de aforar os terrenos de marinhas e accrescidos, nos termos da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887.

Oram os Srs. Coelho e Campos, Nina Ribeiro, Ubaldino do Amaral, Americo Lobo e Aristides Lobo.

Encerra-se a discussão, sendo rejeitado o projecto.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de marinha e guerra, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 30 de 1892, reduzindo a um só os quadros dos officiaes, creados pelo regulamento de 17 de janeiro de 1874 e pelo decreto n. 8 de 21 de novembro de 1889, com a denominação de quadro extranumerario.

Oram os Srs. Julio Frota, Rosa Junior e João Neiva.

Vem á Mesa uma emenda assignada pelos Srs. Luiz Delfino e outros. (Vide pag. 135.)

Encerra-se a discussão, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 1 de setembro, depois da leitura dos pareceres ns. 166 e 167 de 1892 (vide pag. 139), passa-se á ordem do dia.

O Sr. Presidente annuncia a votação, em 2ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados n. 30 de 1892, reduzindo a um só os quadros dos officiaes creados pelo regulamento de 17 de janeiro de 1874 e pelo decreto n. 8 de 21 de novembro de 1889, com a denominação de «quadro extranumerario».

O Sr. Cunha Junior envia á Mesa um requerimento. (Vide pag. 139.)

Sobre este requerimento falla o Sr. Ramiro Barcellos e em seguida o Sr. Cunha Junior retira o requerimento.

E' approvada a proposição da Camara dos Deputados, n. 38 de 1892.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 2, depois da leitura do parecer n. 168 de 1892 (vide pag. 141), passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica, a qual encerra-se sem debate, o parecer n. 164, de 1892, da commissão de constituição, poderes e diplomacia, sobre a eleição que se effectuou no Estado do Ceará a 16 de julho proximo passado, para preenchimento da vaga existente no Senado.

Votam-se e são successivamente approvadas as seguintes conclusões do parecer:

1º, que seja approvada a eleição a que se procedeu no Estado do Ceará, no dia 16 de julho ultimo;

2º, que seja reconhecido e proclamado senador por esse mesmo Estado o Sr. João Cordeiro.

Entra em 2ª discussão a proposição n. 40 de 1892. (Vide pag. 141.)

Oram os Srs. João Neiva, Cunha Junior, Rangel Pestana e Ramiro Barcellos, sendo approvada a proposição.

E' lido o parecer n. 169 de 1892, da commissão de constituição e poderes. (Vide pag. 143.)

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 3, depois da leitura dos pareceres ns. 170, 171 e 172 de 1892 (vide pags. 144 e 145), o Sr. Saldanha Marinho pede para ser dado para a ordem do dia seguinte o parecer n. 172 de 1892 (eleição de Minas).

E' approvado o requerimento.

O Sr. Campos Salles apresenta um requerimento assignado pelo inspector geral e membros do conselho director da instrucção primaria e secundaria.

O Sr. Americo Lobo trata do mesmo assumpto.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica, a qual encerra-se sem debate, o parecer n. 169, de 1892, da commissão de constituição, poderes e diplomacia, sobre a eleição que se procedeu, no Estado do Rio de Janeiro, para o preenchimento da vaga aberta no Senado Federal com a renuncia do Sr. Quintino Bocayuva.

Votam-se e são successivamante approvadas as seguintes conclusões do parecer:

1.º Que é valida a eleição a que se procedeu no Estado do Rio de Janeiro;

2.º Que seja reconhecido e proclamado senador por aquelle Estado o Sr. Quintino Bocayuva.

E' approvada a proposição da Camara dos Deputados, n. 39 de 1892. (Vide pag. 146.)

A requerimento do Sr. Baena, foi dispensado o intersticio para a 3ª discussão da proposição.

E' approvada em 2ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 6 de 1892.

A requerimento do Sr. Manoel Victorino é dispensado o intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 5, depois da leitura do expediente, passa-se á ordem do dia.

Discussão unica do parecer n. 172, de 1892, da commissão de constituição, poderes e diplomacia, sobre a eleição que se procedeu no Estado de Minas Geraes para o preenchimento da vaga aberta no Senado Federal com a renuncia do Sr. José Cesario de Faria Alvim.

O Sr. Nina Ribeiro apresenta um requerimento. (Vide pag. 149.)

O Sr. Aristides Lobo combate o requerimento, sendo approvado o parecer.

Toma assento e presta o compromisso constitucional, o Sr. Christiano Ottoni.

Segue-se em 3ª discussão a proposição n. 39, de 1892.

E' approvada a proposição.

Segue-se em 3ª discussão a proposição n. 6, de 1892.

E' lida uma emenda. (Vide pag. 150.)

São approvadas a proposição e a emenda.

E' approvada em 3ª discussão a proposição n. 38, de 1892.

Segue-se em discussão a proposição n. 41, de 1892.

Oram os Srs. Presidente, Aristides Lobo, Ramiro Barcellos e Americo Lobo que apresenta uma emenda que é approvada.

Fica adiada a discussão da proposição e vae ser devolvida ás commissões de commercio e industria e de finanças.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 6, depois da abertura do expediente o Sr. Gomensoro occupa-se com a petição de Jorge Frederico Moller.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em nova discussão a emenda approvada em 3ª á proposição da Camara dos Deputados, n. 6, de 1892, autorisando o governo a despender até á quantia de 400:000$ para a realização da ligação da Estrada de Ferro da Bahia, de accordo com os estudos já approvados, entre as estradas Central e S. Francisco e S. Francisco e Jacú.

Ninguem pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Vota-se e é approvada a emenda.

E' a proposição, assim emendada, adoptada para ser devolvida á outra Camara, indo antes á commissão de redacção.

Segue-se em 3ª discussão o projecto do Senado, n. 36, de 1892, alterando as disposições relativas aos dias feriados de festa nacional.

Oram os Srs. Elyseu Martins, Rangel Pestana, Virgilio Damasio, Aristides Lobo, Gil Goulart e Presidente.

E' approvado o projecto.

E' approvada a proposição n. 40 de 1892.

Segue-se em 2ª discussão a proposição n. 45 de 1892.

Oram os Srs. Tavares Bastos, Americo Lobo que apresenta um requerimento, e Ubaldino do Amaral.

Encerra-se a discussão.

Não havendo numero legal, fica prejudicado o requerimento do Sr. Americo Lobo.

Continuando a discussão interrompida, oram os Srs. Elyseu Martins, Coelho e Campos e Rangel Pestana.

Encerra-se a discussão, ficando adiada a votação.

Segue-se em discussão unica o parecer n. 171 de 1892.

O Sr. Elyseu Martins apresenta um requerimento. (Vide pag. 164.)

Ora ainda o Sr. Souza Coelho, ficando a discussão encerrada.

Fica prejudicado o requerimento do Sr. Elyseu Martins.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

E' lido um officio do Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados. (Vide pag. 165.)

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 8, depois da leitura do parecer n. 175 de 1892, o Sr. Quintino Bocayuva toma assento e presta o compromisso constitucional.

O Sr. Americo Lobo reclama contra a omissão que se deu em um discurso seu.

O Sr. Ruy Barbosa pede dispensa de membro da commissão de finanças.

Não é concedida a dispensa.

Vota-se, em 2ª discussão, e é rejeitado o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados n. 45, de 1892, interpretando o art. 3º da lei n. 2, de 8 de agosto de 1891, sobre subsidio na prorogação da actual sessão.

Ficam prejudicados o art. 2º e a proposição.

E' adiada a votação do parecer n. 171 de 1892.

Fica adiada a votação das seguintes materias :

Redacção da emenda do Senado, á proposição n. 6 de 1892 ;

Dos projectos do Senado, ns. 27 e 36 de 1892.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 9, depois de aberta a sessão, passa-se á ordem do dia, na qual vota-se a materia cuja discussão ficara encerrada na sessão anterior.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 10, depois da leitura dos pareceres ns. 176 e 177 de 1892 (vide pags. 172 e 173), o Sr. Baena requer e o Senado approva dispensa de impressão em avulso do parecer n. 177 de 1892.

O Sr. Ramiro Barcellos apresenta um projecto de lei, que tomou o n. 38 de 1892 e requer dispensa de impressão para o mesmo entrar na ordem do dia da sessão seguinte. (Vide pag. 174.)

E' approvado o requerimento do Sr. Ramiro Barcellos.

O Sr. Presidente nomeia para o logar do Sr. Monteiro de Barros, na commissão de finanças, o Sr. C. Ottoni.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica e é sem debate approvado o parecer n. 175, de 1892, da commissão de justiça e legislação, opinando que ao Poder Legislativo fallece competencia para prover ao requerimento em que Marco Goldstein impetra a suspensão de uma ordem de deportação pelo governo do Estado de S. Paulo.

E' lido o parecer n. 178 de 1892. (Vide pag. 175.)

A requerimento do Sr. Cunha Junior a materia constante deste parecer é dada para a ordem do dia da sessão seguinte.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 12, depois da leitura dos pareceres ns. 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186 e 187 de 1892 (vide pags. 177 e 178), o Sr. Coelho e Campos reclama contra uns apartes que se acham em um discurso seu.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica, a qual é approvada sem debate, a redacção do projecto do Senado, n. 36 de 1892, alterando os dias de festa nacional.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças e é sem debate approvada e adoptada para passar á 3ª discussão, a proposição da Camara dos Deputados, n. 56 de 1892, abrindo um credito extraordinario de 160:000$ para occorrer ás despezas da rubrica —Legações e Consulados—no corrente exercicio.

Segue-se em 1ª discussão o projecto do Senado, n. 38 de 1892, autorisando o pagamento do subsidio aos senadores e deputados na prorogação da actual sessão legislativa, com os saldos das respectivas verbas do corrente exercicio.

Oram os Srs. Ubaldino do Amaral e Ramiro Barcellos, sendo o projecto approvado.

Segue-se em discussão unica as emendas ao projecto reorganisando o corpo de engenheiros navaes.

Oram os Srs. João Neiva e Cunha Junior.

As emendas approvadas foram devolvidas á Camara dos Deputados.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 13, depois da leitura do parecer n. 186 de 1892 (vide pag. 184), passa-se á ordem do dia.

Entra em nova votação a segunda parte da emenda que ficou empatada, na sessão anterior, relativa á organisação do corpo de engenheiros navaes.

Vota-se, e é approvada por 24 votos contra 9.

As emendas vão ser devolvidas á Camara dos Deputados, com a communicação do occorrido.

O Sr. João Neiva explica a razão por que votou a favor da emenda empatada.

Segue-se, em 2ª discussão, a proposição n. 58 de 1892.

Depois de orar o Sr. Julio Frota, é approvada a proposição.

Entra em discussão unica, e é sem debate approvada a emenda da Camara dos Deputados ao projecto do Senado, concedendo amnistia aos revoltosos de Matto Grosso.

E'o projecto, assim emendado, adoptado para ser remettido á sancção presidencial, indo antes á commissão de redacção.

Entra em discussão unica, e é sem debate approvada, a emenda da Camara dos Deputados ao projecto do Senado, autorisando o governo a contractar o serviço de reboque dos vapores, na barra dos rios Itapemirim e Benevente, no Estado do Espirito Santo.

E' o projecto, assim emendado, adoptado para ser remettido á sancção presidencial.

Segue-se em 3ª discussão, a qual encerra-se sem debate, o projecto do Senado, n. 27 de 1892, autorisando o governo a mandar reformar os calculos referentes ás aposentadorias dos ex-secretario e sub-secretario da Faculdade de Medicina da Bahia, Drs. Cincinato Pinto da Silva e Thomaz de Aquino Gaspar.

E' approvado o projecto e em seguida lido o parecer n. 188 de 1892. (Vide pag. 185.)

A requerimento do Sr. Pinheiro Guedes é dispensada a impressão deste parecer, e em seguida approvada.

São lidos os pareceres ns. 189, 190 e 191 de 1892. (Vide pags. 185 e 186.)

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 14, depois da leitura dos pareceres ns. 192, 193 e 194, o Sr. Domingos Vicente declara os motivos que teve para se retirar na sessão anterior.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em 3ª discussão, a qual encerra-se sem debate, proposição da Camara dos Deputados, n. 58 de 1892, mandando cessar os effeitos da reforma do capitão João José de Oliveira Freitas.

Tratando-se de assumpto de interesse individual, vota-se por escrutinio secreto.

Corrido o escrutinio, recolhem-se 37 espheras, sendo 35 brancas e 2 pretas.

E' a proposição approvada e adoptada para ser submettida á sancção presidencial.

Entram successivamente em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças e são sem debate approvados os arts. 1º, 2º e 3º da proposição n. 43 de 1892, que autorisa a abertura de um credito supplementar para pagamento do augmento dos vencimentos aos lentes do Gymnasio Nacional, de accordo com o art. 3º § 2º da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891, a qual é adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Paranhos (*pela ordem*) requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Entram successivamente em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, e são sem debate approvados os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados n. 62 de 1892, que autorisa o governo a abrir credito supplementar para a conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro do Sobral a Ipú, no Estado do Ceará, a qual é adoptada para passar á 3ª discussão.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados n. 64 de 1892 que autorisa o Poder Executivo a abrir um credito supplementar de 540:000$ á verba n. 17 do art. 7º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1892 (fardamento para praças do exercito).

O Sr. João Neiva apresenta uma emenda. (Vide pag. 189.)

Depois de orar o Sr. Ramiro Barcellos, é approvada a proposição e rejeitada a emenda do Sr. João Neiva.

Segue-se em 2ª discussão a proposição n. 42 de 1892.

Oram os Srs. Ubaldino do Amaral, Messias de Gusmão e Americo Lobo que apresenta uma emenda.

São lidos os pareceres ns. 195, 196 e 197 de 1892. (Vide pag. 192.)

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 15, depois da leitura do expediente, o Sr. Saldanha Marinho apresenta um requerimento. (Vide pag. 195.)

Sobre o requerimento fallam os Srs. Tavares Bastos, Saldanha Marinho e Gomensoro sendo em seguida approvado.

Passa-se á ordem do dia.

O Sr. Presidente annuncia que se vae repetir a votação empatada na sessão anterior, do art. 1º da proposição da Camara dos Deputados n. 42, de 1892, concedendo á Companhia Piscatoria Sul Americana os favores de que trata o art. 3º §§ 2º e 3º do regulamento mandado observar por decreto n. 8338, de 17 de dezembro de 1881, não comprehendida a garantia de juros de que trata o § 1º do mesmo artigo e votação dos demais artigos.

Vota-se, e é approvado o referido art. 1º, salvo a emenda do Sr. Americo Lobo, a qual é tambem approvada.

E' a proposição, assim emendada, adoptada para passar á 3ª discussão.

Segue-se em 3ª discussão, e é sem debate approvada e adoptada para ser submettida á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados n. 43, de 1892, que autorisa a abertura de um credito supplementar para pagamento do augmento dos vencimentos aos lentes do Gymnasio Nacional, de accordo com o art. 3º § 2º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, o artigo da proposição da Camara dos Deputados, n. 48, de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Justiça e dos Negocios Interiores para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Manoel Victorino e Rangel Pestana, ficando a discussão adiada.

São lidas diversas emendas.

Depois de orar o Sr. Americo Lobo, são lidos os pareceres ns. 198 e 199 de 1892. (Vide pag. 209.)

Levanta-se a sessão.

E M B R A N C O

INDICE

DAS

SESSÕES DE 16 DE AGOSTO A 15 DE SETEMBRO DE 1892

Amaro Cavalcanti (O Sr.) —Discursos :

— sobre o parecer n. 154. (Sessão de 27 de agosto) Pag. 103.

Americo Lobo (O Sr.) —Discursos :

— sobre o projecto n. 34 de 1892. (Sessão de 18 de agosto.) Pag. 22.

— sobre as emendas ao regimento interno do Senado. (Sessões de 18, 20, 22 e 25 de agosto.) Pags. 28, 36, 40 e 83.

— sobre o parecer n. 145. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 71.

— sobre o projecto n. 35. (Sessão de 26 de agosto.) Pag. 91.

— sobre o projecto n. 24. (Sessão de 31 de agosto.) Pag. 124.

— sobre instrucção publica. (Sessão de 3 de setembro.) Pag. 145.

— sobre a proposição n. 41. (Sessão de 5 de setembro.) Pag. 151.

— sobre a proposição n. 45. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 158.

— fazendo uma reclamação. (Sessão de 8 de setembro.) Pag. 167.

—sobre a proposição n. 42. (Sessão de 14 de setembro.) Pag. 191.

— sobre a proposição n. 48. (Sessão de 15 de setembro). Pag. 209.

Aristides Lobo (O Sr.) —Discursos :

— sobre o orçamento do Ministerio das Relações Exteriores. (Sessão de 17 de agosto.) Pag. 12.

— sobre o projecto n. 24. (Sessão de 31 de agosto.) Pag. 124.

— sobre o parecer n. 172. (Sessão de 5 de setembro.) Pag. 150.

— sobre a proposição n. 41. (Sessão de 5 de setembro.) Pag. 151.

— sobre o projecto n. 36 de 1892. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 155.

Campos Salles (O Sr.) — Discursos:

— sobre um telegramma expedido pelo governador do Estado das Alagôas. (Sessão de 22 de agosto.) Pag. 43.

— sobre o parecer n. 145. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 73.

— sobre o fallecimento do marechal Deodoro. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 77.

— sobre o projecto n. 37. (Sessão de 30 de agosto.) Pag. 110.

— apresentando uma representação. (Sessão de 3 de setembro.) Pag. 145.

Coelho e Campos (O Sr.) — Discursos :

— sobre o projecto do Senado, n. 34. (Sessão de 18 de agosto.) Pag. 22.

— sobre o projecto n. 24. (Sessão de 31 de agosto.) Pag. 119.

— sobre a proposição n. 45. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 162.

— sobre uns apartes que proferiu. (Sessão de 12 de setembro.) Pag. 179.

Cunha Junior (O Sr.) — Discursos :

— sobre a votação da proposição n. 30. (Sessão de 1 de setembro.) Pag. 139.

— sobre a proposição n. 40. (Sessão de 2 de setembro.) Pag. 142.

— sobre o projecto n. 38. (Sessão de 12 de setembro.) Pag. 181.

Domingos Vicente (O Sr.) —Discursos

— sobre uma falta que deu na sessão de 13. (Sessão de 14 de setembro.) Pag. 189.

Elyseu Martins (O Sr.) — Discursos :

— sobre o orçamento do Ministerio das Relações Exteriores. (Sessão de 17 de agosto.) Pag. 13.

— sobre o parecer n. 145. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 76.

— sobre a morte do marechal Deodoro da Fonseca. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 78.

— sobre a commissão que representou na Camara dos Deputados. (Sessão de 31 de agosto.) Pag. 118.

— sobre o projecto n. 36. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 153.

— sobre a proposição n. 45. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 162.

— sobre o parecer n. 171. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 164.

— fazendo uma communicação. (Sessão de 8 de setembro.) Pag. 167.

Gil Goulart (O Sr.)— Discursos :

— sobre as emendas ao regimento interno do Senado. (Sessão de 18 de agosto.) Pags. 24, 27 e 29.

—sobre o projecto n. 36. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 156.

Gomensoro (O Sr.) — Discursos :

— sobre o projecto relativo ás ordens religiosas. (Sessão de 19 de agosto.) Pag. 32.

— sobre o parecer n. 145. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 67.

— sobre uma petição. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 153.

— sobre um requerimento do Sr. Saldanha Marinho. (Sessão de 15 de setembro.) Pag. 196.

Indicação :

« Indico que se suspenda a sessão de hoje e deixe-se de fazer casa amanhã, em homenagem á memoria do marechal Manoel Deodoro da Fonseca, e que se nomeie uma commissão para representar o Senado nos funeraes do illustre morto.—*Campos Salles.* « Approvada unanimemente na sessão de 23 de agosto.) Pag. 78.

João Neiva (O Sr.) — Discursos :

— sobre a proposição n. 30. (Sessão de 31 de agosto.) Pag. 133.

— sobre a proposição n. 40. (Sessão de 2 de setembro.) Pag. 142.

— sobre o projecto de engenheiros navaes. (Sessão de 12 de setembro.) Pag. 181.

— sobre seu voto. (Sessão de 13 de setembro.) Pag. 184.

João Pedro *(1º secretario)* (O Sr.) — Discurso :

— requerendo dispensa de intersticio. (Sessão de 18 de agosto.) Pag. 19.

Julio Frota (O Sr.) —Discursos :

— sobre o projecto n. 35. (Sessão de 26 de agosto.) Pag. 90.

— sobre a proposição n. 30. (Sessão de 31 de agosto.) Pag. 127.

Laper (O Sr.) — Discursos:

— sobre um discurso do Sr. Aristides Lobo. (Sessão de 20 de agosto.) Pag. 35.

— sobre o projecto n. 37. (Sessão de 30 de agosto.) Pag. 108.

Manoel Victorino (O Sr.) — Discursos:

— ao tomar assento no Senado. (Sessão de 25 de agosto.) Pag. 82.

— sobre a proposição n. 6. (Sessão de 30 de agosto.) Pag. 116.

— sobre a proposição n. 48. (Sessão de 15 de setembro.) Pag. 198.

Messias de Gusmão (O Sr.) — Discursos:

— sobre negocios relativos ao Estado das Alagôas. (Sessão de 22 de agosto.) Pag. 46.

— sobre o projecto n. 35. (Sessão de 22 de agosto.) Pag. 48.

— sobre a proposição n. 42. (Sessão de 14 de setembro.) Pag. 190.

Nina Ribeiro (O Sr.) — Discursos:

— sobre o projecto n. 24. (Sessão de 31 de agosto.) Pag. 122.

— sobre o parecer n. 72. (Sessão de 5 de setembro.) Pag. 149.

Pareceres:

— N. 142, lido na sessão de 16 de agosto. Pag. 1.

— N. 143. (Sessão de 18 de agosto.) Pag. 17.

— N. 144. (Redacção). (Sessão de 18 de agosto.) Pag. 24.

— N. 145. (Sessão de 19 de agosto.) Pag. 33.

— N. 146. (Sessão de 19 de agosto.) Pag. 34.

— N. 147. (Sessão de 22 de agosto.) Pag. 49.

— N. 148. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 50.

— N. 149. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 51.

— N. 150. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 51.

— N. 151. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 52.

— N. 152. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 52.

— N. 153. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 52.

— N. 154. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 52.

— N. 155. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 53.

— N. 156. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 53.

— N. 157. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 5

— N. 158. (Sessão de 26 de agosto.) Pág. 88.
— N. 159. (Sessão de 26 de agosto.) Pag. 88.
— N. 160. (Sessão de 27 de agosto.) Pag. 99.
— N. 161. (Sessão de 27 de agosto.) Pag. 99.
— N. 162. (Sessão de 27 de agosto.) Pag. 99.
— N. 163. (Sessão de 30 de agosto.) Pag. 107.
— N. 164. (Sessão de 31 de agosto.) Pag. 118.
— N. 165. (Sessão de 31 de agosto.) Pag. 139.
— N. 166. (Sessão de 1 de setembro.) Pag. 139.
— N. 167. (Sessão de 1 de setembro.) Pag. 141.
— N. 168. (Sessão de 2 de setembro.) Pag. 143.
— N. 169. (Sessão de 2 de setembro.) Pog. 144.
— N. 170. (Sessão de 3 de setembro.) Pag. 144.
— N. 171. (Sessão de 3 de setembro.) Pag. 144.
— N. 172. (Sessão de 3 de setembro.) Pag. 145.
— N. 173. (Sessão de 8 de setembro.) Pag. 167.
— N. 174. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 172.
— N. 175. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 172.
— N. 176. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 175.
— N. 177. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 177.
— N. 178. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 177.
— N. 179. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 177.
— N. 180. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 178.
— N. 181. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 178.
— N. 182. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 178.
— N. 183. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 178.
— N. 184. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 178.
— N. 185. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 178.
— N. 186. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 183.
— N. 187. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 184.
— N. 188. (Sessão de 13 de setembro.) Pag. 185.
— N. 189. (Sessão de 13 de setembro.) Pag. 186.
— N. 190. (Sessão de 13 de setembro.) Pag. 186.
— N. 191. (Sessão de 14 de setembro.) Pag. 188.
— N. 192. (Sessão de 14 de setembro.) Pag. 188.
— N. 193. (Sessão de 14 de setembro.) Pag. 188.
— N. 194. (Sessão de 14 de setembro.) Pag. 188.
— N. 195. (Sessão de 14 de setembro.) Pag. 192.
— N. 196. (Sessão de 14 de setembro.) Pag. 192.
— N. 197. (Sessão de 14 de setembro.) Pag. 192.
— N. 198. (Sessão de 15 de setembro.) Pag. 200.
— N. 199. (Sessão de 15 de setembro.) Pag. 200.

Pinheiro Guedes (O Sr.) — Discursos :

— sobre amnistia aos revoltosos de Matto Grosso. (Sessão de 18 de agosto.) Pag. 19.

— sobre a entrada dos Srs. Ruy Barbosa e Manoel Victorino no Senado. (Sessão de 25 de agosto.) Pag. 81.

Presidente (O Sr. Prudente de Moraes) — Discursos :

— sobre um requerimento do Sr. João Neiva. (Sessão de 18 de agosto.) Pag. 24.

— sobre a ordem do dia. (Sessão de 19 de agosto.) Pag. 32.

— respondendo ao Sr. Americo Lobo. (Sessão de 22 de agosto.) Pag. 41.

— sobre o parecer n. 145. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 76.

— sobre a morte do marechal Deodoro da Fonseca. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 79.

— sobre a ordem do dia. (Sessão de 27 de agosto.) Pag. 101.

— sobre o parecer n. 154. (Sessão de 27 de agosto.) Pag. 104.

— sobre a ordem do dia. (Sessão de 30 de agosto.) Pag. 115.

— sobre um requerimento do Sr. Cunha Junior. (Sessão de 1 de setembro.) Pags. 138 e 140.

— reconhecendo senadores. (Sessões de 2 e 3 de setembro.) Pags. 141 e 146.

— sobre a proposição n. 41. (Sessão de 5 de setembro.) Pag. 151.

— sobre uma votação. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 156.

— sobre um requerimento do Sr. Ruy Barbosa. (Sessão de 8 de setembro.) Pag. 167.

— sobre uma votação. (Sessão de 13 de setembro.) Pag. 185.

— annunciando uma votação. (Sessão de 15 de setembro.) Pag. 197.

Projectos :

— N. 35. (Sessão de 18 de agosto.) Pag. 19.
— N. 36. (Sessão de 19 de agosto.) Pag. 32.
— N. 37. (Sessão de 27 de agosto.) Pag. 100.
— N. 38. (Sessão de 12 de setembro.) Pag. 174.

Ramiro Barcellos (O Sr.) — Discursos :

— sobre um discurso do Sr. Tavares Bastos. (Sessão de 22 de agosto.) Pag. 42.

— sobre o projecto n. 35. (Sessão de 22 de agosto.) Pag. 47.

— apresentando um parecer. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 50.

— sobre o parecer n. 145. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 76.

— apresentando um projecto. (Sessão de 27 de agosto.) Pag. 99.

— sobre o projecto n. 37. (Sessão de 30 de agosto.) Pag. 109.

— sobre um requerimento do Sr. Cunha Junior. (Sessão de 1 de setembro.) Pag. 139.

— sobre a proposição n. 40. (Sessão de 2 de setembro.) Pag. 142.

— sobre a proposição n. 41. (Sessão de 5 de setembro.) Pag. 151.

— sobre a prorogação da sessão. (Sessão de 10 de setembro.) Pag. 173.

— sobre o projecto n. 38. (Sessão de 12 de setembro.) Pag. 180.

— sobre a proposição n. 64. (Sessão de 14 de setembro.) Pag. 189.

Rangel Pestana (O Sr.) — Discursos:

— sobre o projecto n. 26. (Sessão de 26 de agosto.) Pag. 93.

— sobre a proposição n. 6. (Sessão de 30 de agosto.) Pag. 116.

— sobre a proposição n. 40, de 18 2. (Sessão de 2 de setembro.) Pag. 142.

— sobre o projecto n. 36. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 154.

— sobre a proposição n. 45. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 163.

— sobre a proposição n. 42. (Sessão de 14 de setembro.) Pag. 191.

— sobre a proposição n. 48. (Sessão de 15 de setembro.) Pag. 206.

Rosa Junior (O Sr.) — Discursos:

— sobre o projecto do Senado, n. 34. (Sessão de 18 de agosto.) Pag. 21.

— sobre o parecer n. 145. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 65.

— sobre a proposição n. 30. (Sessão de 11 de agosto.) Pag. 128.

Ruy Barbosa (O Sr.) — Discursos:

— ao tomar assento no Senado. (Sessão de 25 de agosto.) Pag. 81.

— pedindo escusa de membro da commissão de finanças. (Sessão de 8 de setembro.) Pag. 167.

Saldanha Marinho (O Sr.) — Discursos:

— sobre o projecto do Senado, n. 34. (Sessão de 18 de agosto.) Pag. 21.

— apresentando um requerimento. (Sessão de 15 de setembro.) Pags. 195 e 196.

Souza Coelho (O Sr.) — Discurso:

— sobre o parecer n. 171. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 164.

Tavares Bastos (O Sr.) — Discursos:

— sobre um discurso do Sr. Americo Lobo. (Sessão de 22 de agosto.) Pag. 41.

— sobre o parecer n. 145. (Sessão de 23 de agosto.) Pag. 68.

— sobre a proposição n. 45. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 157.

— sobre um requerimento do Sr. Saldanha Marinho. (Sessão de 15 de setembro.) Pag. 196.

Theodoreto Souto (O Sr.) — Discurso:

— sobre o projecto n. 26. (Sessão de 26 de agosto.) Pag. 96.

Ubaldino do Amaral (O Sr.) — Discursos:

— sobre o orçamento do Ministerio das Relações Exteriores. (Sessão de 17 de agosto.) Pag. 13.

— sobre o projecto n. 35. (Sessão de 26 de agosto.) Pag. 88.

— sobre o projecto n. 154. (Sessão de 27 de agosto.) Pag. 102.

— sobre a proposição n. 6. (Sessão de 30 de agosto.) Pag. 115.

— sobre o projecto n. 24. (Sessão de 31 de agosto.) Pag. 123.

— sobre a proposição n. 45. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 161.

— sobre o projecto n. 38. (Sessão de 12 de setembro.) Pag. 180.

— sobre a proposição n. 42. (Sessão de 14 de setembro.) Pag. 190.

Virgilio Damasio (O Sr.) — Discursos:

— sobre as emendas ao regimento interno do Senado. (Sessão de 18 de agosto.) Pags. 24 e 27.

— sobre o projecto n. 26. (Sessão de 26 de agosto.) Pag. 93.

— sobre o projecto n. 36. (Sessão de 6 de setembro.) Pag. 155.

— sobre a proposição n. 48. (Sessão de 15 de setembro.) Pag. 209.

SENADO FEDERAL

HISTORICO

DAS

SESSÕES DE 16 DE SETEMBRO A 15 DE OUTUBRO DE 1892

No dia 16 de setembro, depois da leitura do expediente, o Sr. Ramiro Barcellos envia á Mesa um requerimento, que é sem debate approvado. (Vide pag. 8.)

Em seguida passa-se á ordem do dia.

E' sem debate approvada a redacção do projecto do Senado, que autorisa o governo a contractar o serviço de reboque, por vapores, nas barras dos rios Itapemirim e Benevente, no Estado do Espirito Santo.

Segue-se em discussão unica e é tambem approvada sem debate a redacção do projecto do Senado, que autorisa o governo a mandar reformar os calculos referentes ás aposentadorias dos ex-secretario e sub-secretario da Faculdade de Medicina da Bahia, Drs. Cincinato Pinto da Silva e Thomaz de Aquino Gaspar.

Continúa em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças e as emendas apresentadas ao artigo da proposição da Camara dos Deputados, n. 48, de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Justiça e dos Negocios Interiores para o exercicio de 1893.

Depois de orarem os Srs. Rangel Pestana, Americo Lobo, Manoel Victorino, Ubaldino do Amaral, Ramiro Barcellos, Manoel Victorino e Ramiro Barcellos, encerra-se a discussão.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 17, depois da leitura dos pareceres, passa-se á ordem do dia.

Entra em 2ª discussão, com a emenda constante do parecer da commissão de finanças, a proposição da Camara dos Deputados, n. 57 de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Marinha, para o exercicio de 1893.

Depois de orarem os Srs. Rosa Junior, Christiano Ottoni, Elyseu Martins, Christiano Ottoni, Ramiro Barcellos e Presidente, encerra-se a discussão.

Seguem-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, e são sem debate approvados os arts. 1º e 2º da proposição n. 54, de 1892, autorisando o Poder Executivo a abrir creditos, na importancia de 3.471:209$214, para occorrer, no exercicio vigente, ás despezas constantes de diversas verbas, que enumera, do orçamento do Ministerio da Marinha.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

Segue-se em discussão unica, com o parecer das commissões de obras publicas e emprezas privilegiadas e de finanças, a emenda da Camara dos Deputados ao projecto do Senado que autorisa o governo a mandar construir poços artesianos em diversos municipios do Estado do Piauhy.

O Sr. Americo Lobo envia á Mesa um requerimento. (Vide pag. 22.)

Depois de orarem os Srs. Christiano Ottoni, Aristides Lobo, Ramiro Barcellos e João Neiva, é retirado o requerimento.

Continúa a discussão interrompida.

Oram os Srs. Elyseu Martins, Ramiro Barcellos e Cruz e em seguida encerra-se a discussão.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer das commissões de constituição, poderes e diplomacia e de finanças, o artigo do projecto n. 38 de 1892, autorisando o pagamento do subsidio aos senadores e deputados na prorogação da actual sessão legislativa, com os saldos das respectivas verbas do corrente exercicio.

O Sr. Presidente observa que a commissão de constituição e poderes está representada por seus tres membros e a de finanças por sete; destes só tres foram favoraveis ao projecto, sendo quatro contra, de modo que o parecer da commissão de finanças, em sua maioria, é contrario ao projecto.

São lidas diversas emendas. (Vide pag. 27.)

Depois de orarem os Srs. Luiz Delfino e Virgilio Damasio, encerra-se a discussão.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 19, depois da leitura do expediente, o Sr. Almeida Barreto explica os motivos por que deixou de comparecer á presente sessão legislativa.

Passa-se á ordem do dia.

Entram successivamente em 3ª discussão e são sem debate approvadas e adoptadas, para serem submettidas á sancção presidencial, as proposições da Camara dos Deputados:

N. 56, de 1892, autorisando o Presidente da Republica a abrir o credito de 160:000$ ao cambio de 27 d. por 1$, para occorrer, no exercicio vigente, á despeza da rubrica 2ª — Legações e Consulados — do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores;

N. 62, de 1892, autorisando o governo a abrir, no exercicio corrente, um credito supplementar na importancia de £ 33.826—0—0 para a conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro do Sobral a Ipú, no Ceará;

N. 64, de 1892, autorisando o Poder Executivo a abrir um credito supplementar de 540:000$ á verba n. 17 do art. 7º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891 (fardamento para praças do exercito).

Continúa em 2ª discussão, com o novo parecer das commissões de finanças e de commercio e industria, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 41, autorisando o Poder Executivo a conceder á Companhia Fabril Industrial e Constructora os favores constantes do aviso n. 75 de 30 de julho de 1889.

O Sr. Presidente diz que a discussão desta proposição foi interrompida em virtude de um requerimento do Sr. Americo Lobo, de 5 do corrente, por força do qual as commissões reunidas de commercio, industria e de finanças tiveram de novamente emittir parecer sobre a materia.

Depois de orarem os Srs. Gomensoro e Esteves Junior, encerra-se a discussão.

Entram successivamente em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, e são, sem debate, approvados os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados n. 49 de 1892, concedendo ao 1º e 2º cirurgiões do corpo de bombeiros da Capital Federal os postos de major e capitão, com as vantagens a elles inherentes.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer das commissões de marinha e guerra e de finanças, o art. 1º da proposição n. 22, de 1892, concedendo a D. Maria das Neves Damasio a pensão annual de 1:200$000, em attenção aos relevantes serviços prestados á patria por seu finado marido, Dr. João José Damasio.

Depois de orar o Sr. João Neiva, encerra-se a discussão.

Segue-se, em 2ª discussão, com o parecer das commissões de marinha e guerra e de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 44, de 1892, autorisando o Poder Executivo a mandar pagar ao 2º tenente do corpo de fazenda da armada Wanderlino Zozimo Ferreira da Silva, a importancia do soldo de sua patente desde 14 de junho de 1890 até 28 de abril de 1892, sendo esse tempo contado para todos os effeitos.

Depois de orarem os Srs. João Neiva e Cunha Junior, encerra-se a discussão.

Segue-se em 3ª discussão, com a emenda adoptada em 2ª discussão, a proposição da Camara dos Srs. Deputados, n. 42 de 1892, concedendo á Companhia Piscatoria Sul-Americana» os favores de que trata o art. 3º §§ 2º e 3º do regulamento mandado observar pelo decreto n. 8338 de 17 de dezembro de 1881, não comprehendida a garantia de juros de que trata o § 1º do mesmo artigo.

Depois de orar o Sr. Antonio Baena, encerra-se a discussão.

São lidos diversos pareceres. (Vide pag. 33.)

O Sr. Gomensoro *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, hoje approvada em segunda, relativa á concessão da pensão a D. Maria das Neves Damasio.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 20, depois da leitura de diversos pareceres, os Srs. Elyseu Martins e Cunha Junior occupam a tribuna na hora do expediente.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica e é sem debate approvada a redacção do projecto do Senado autorisando a construcção de poços artesianos no Estado do Piauhy.

Seguem-se em nova discussão e são sem debate approvadas as emendas offerecidas e adoptadas em 3ª discussão á proposição da Camara dos Deputados n. 42, de 1892, concedendo á Companhia Piscatoria Sul-Americana os favores de que trata o art. 3º §§ 2º e 3º do regulamento mandado observar pelo decreto n. 8338 de 17 de dezembro de 1881, não comprehendida a garantia de juros de que trata o § 1º do mesmo artigo.

E' a proposição, assim emendada, adoptada para ser devolvida áquella Camara, indo antes á commissão de redacção para redigir as emendas.

Continúa em 2ª discussão, com os pareceres da commissão de finanças e as emendas offerecidas, o artigo da proposição da Camara dos Deputados n. 48, de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para o exercicio de 1893.

Depois de orarem os Srs. Americo Lobo, Presidente, Virgilio Damasio, Quintino Bocayuva, Presidente e Quintino Bocayuva, encerra-se a discussão.

Segue-se em 3ª discussão, e é sem debate approvada e adoptada para ser submettida á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Srs. Deputados n. 54, de 1892, autorisando o Poder Executivo a abrir creditos na importancia de 3.471:209$214, para occorrer, no exercicio vigente, ás despezas constantes de diversas verbas, que enumera, do orçamento da Marinha.

Segue-se em 3ª discussão, redigido de accordo com o vencido em 2ª, o projecto do Senado n. 38, de 1892, autorisando o pagamento do subsidio aos senadores e deputados na prorogação da actual sessão legislativa, com os saldos das respectivas verbas do corrente exercicio.

Depois de orar o Sr. Antonio Baena, encerra-se a discussão.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de justiça e legislação, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados n. 60, de 1892, determinando que a lei n. 21 de 24 de outubro de 1891 comprehende, quanto á acção publica, o furto de gado de qualquer especie, competindo aos Estados a determinação da fórma dos respectivos processos e julgamentos.

Depois de orarem os Srs. Americo Lobo e Tavares Bastos, encerra-se a discussão.

Entram successivamente em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação, por falta de numero legal, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados n. 71 de 1892, creando no 4º districto militar o logar de auditor de guerra, sendo a séde na capital de S. Paulo, com os pareceres das commissões de marinha e guerra e de finanças.

Segue-se em 3ª discussão, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação por falta de numero legal, a proposição da mesma Camara n. 22 de 1892, concedendo a D. Maria das Neves Damasio a pensão annual de 1:200$, em attenção aos relevantes serviços prestados á patria por seu finado marido Dr. João José Damasio.

E' lido um parecer da commissão de redacção. (Vide pag. 46.)

Levanta-se a sessão.

No dia 21, depois da leitura de diversos pareceres, passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica, e é, sem debate, approvada a redacção do projecto do Senado n. 38 de 1892, autorisando o pagamento do subsidio aos senadores e deputados na prorogação da actual sessão legislativa, com os saldos das respectivas verbas do corrente exercicio.

Votam-se, em 2ª discussão, e são successivamente approvados os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados n. 60 de 1892, determinando que a lei n. 21 de 24 de outubro de 1891 comprehende, quanto á acção publica, o furto de gado de qualquer especie, competindo aos Estados a determinação da fórma dos respectivos processos e julgamentos.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Virgilio Damasio *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Votam-se em 2ª discussão, e são successivamente approvados, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 71 de 1892, creando no 4º districto militar o logar de auditor de guerra, sendo a séde na capital de S. Paulo.

O Sr. Manoel Victorino *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Vota-se, em 3ª discussão, por escrutinio secreto, e é approvada por 31 votos contra 7, a proposição da Camara dos Deputados n. 22 de 1892, concedendo a D. Maria das Neves Damasio a pensão annual de 1:200$, em attenção aos relevantes serviços prestados á patria por seu finado marido, Dr. João José Damasio.

E' a proposição adoptada para ser submettida á sancção presidencial.

Segue-se em 3ª discussão, com as emendas apresentadas em 2ª, a proposição da Camara dos Deputados, n. 48 de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, para o exercicio de 1893.

Depois de orarem os Srs. Americo Lobo, Manoel Victorino, Americo Lobo e Virgilio Damasio, encerra-se a discussão.

Segue-se em 3ª discussão, com a emenda approvada em 2ª, a proposição da Camara dos Deputados n. 51, de 1892, considerando lentes substitutos das faculdades de medicina os adjuntos que passaram a preparadores e os adjuntos actuaes que não foram contemplados na ultima reforma.

Depois de orar o Sr. Americo Lobo, encerra-se a discussão.

Entram successivamente em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 18, de 1892, concedendo a D. Olympia Rodrigues Vaz, irmã do alferes de voluntarios da patria Francisco Wenceslau Rodrigues Vaz, fallecido em consequencia de molestias adquiridas em campanha, a pensão de 36$ mensaes, com o parecer das commissões de marinha e guerra e de finanças.

Levanta-se a sessão.

No dia 22, depois da leitura de diversos pareceres, o Sr. Elyseu Martins envia á Mesa uma petição dos alumnos da Escola Normal.

Passa-se á ordem do dia.

Entram em nova discussão as emendas offerecidas e approvadas em 3ª discussão á proposição da Camara dos Deputados, n. 48, de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Justiça e dos Negocios Interiores, para o exercicio de 1893.

Depois de orarem os Srs. Americo Lobo, Rangel Pestana, Manoel Victorino e Virgilio Damasio, encerra-se a discussão.

Segue-se em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 60, de 1892, determinando que a lei n. 21 de 24 de outubro de 1891 comprehende, quanto á acção publica, o furto de gado de qualquer especie, competindo aos Estados a determinação da fórma dos respectivos processos e julgamentos.

O Sr. Coelho e Campos envia á Mesa um requerimento. (Vide pag. 72.)

A discussão fica adiada.

Segue-se em 3ª discussão, e é sem debate approvada e adoptada para ser submettida á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados, n. 71 de 1892, creando, no 4º districto militar, o logar de auditor de guerra, sendo a séde na capital de S. Paulo.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de justiça e legislação, a proposição da mesma Camara, n. 47 de 1892, declarando que o decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890 não revogou, nem alterou o disposto no art. 79 do decreto n. 2433 de 15 de julho de 1859.

Depois de orarem os Srs. U. do Amaral, Campos Salles e Gomensoro, a discussão fica adiada pela hora.

E' lido o parecer n. 221. (Vide pag. 77.)

Levanta-se a sessão.

No dia 23, depois da leitura do expediente, o Sr. Elyseu Martins manda á Mesa um projecto. (Vide pag. 79.)

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica e é sem debate approvada a redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, que fixa a despeza do Ministerio da Justiça e dos Negocios Interiores para o exercicio de 1893.

Segue-se a discussão unica da redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados que concede á Companhia Piscatoria Sul-Americana os favores de que trata o art. 3º §§ 2º e 8º do regulamento mandado observar pelo decreto n. 8338 de 17 de dezembro de 1888.

Depois de orarem os Srs. U. do Amaral, Americo Lobo e Antonio Baena, encerra-se a discussão.

Segue-se em discussão unica, e é sem debate approvada, a redacção da emenda do Senado á proposição da Camara dos Deputados que considera como lentes substitutos das faculdades de medicina os ex-adjuntos que passaram a preparadores e os adjuntos actuaes que não foram contemplados na ultima reforma.

Continúa em 2ª discussão, com o parecer da commissão de legislação e justiça, a proposição da mesma Camara, n. 47, de 1892, declarando que o decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890 não revogou nem alterou o disposto no art. 79 do decreto n. 2433 de 15 de julho de 1859.

Depois de orar o Sr. Tavares Bastos, encerra-se a discussão.

Segue-se em 3ª discussão, e é sem debate approvada e adoptada para ser submettida á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados n. 41, de 1892, autorisando o Poder Executivo a conceder á Companhia Fabril Industrial e Constructora os favores constantes do aviso n. 75 de 30 de julho de 1889.

Entram successivamente em 2ª discussão, com o parecer das commissões de justiça e legislação e de finanças, e são sem debate approvados, os arts. 1º e 2º do projecto do Senado n. 29 de 1892, autorisando o governo a indemnisar o Estado do Maranhão da quantia de 439:496$533, destinada ás obras do furo do canal do Arapapahy.

Segue-se em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados n. 49, de 1892, concedendo ao 1º e 2º cirurgiões do corpo de bombeiros da Capital Federal os postos de major e capitão, com as vantagens a elles inherentes.

Depois de orarem os Srs. U. do Amaral, João Neiva e Coelho e Campos, encerra-se a discussão.

Segue-se em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados n. 44, de 1892, autorisando o Poder Executivo a mandar pagar ao 2º tenente do corpo de fazenda da armada Wanderlino Zozimo Ferreira da Silva a importancia do soldo de sua patente desde 14 de junho de 1890 até 28 de abril de 1892, sendo esse tempo contado para todos os effeitos.

Vota-se por escrutinio secreto e é a proposição rejeitada por 22 votos contra 17.

A proposição vae ser devolvida á Camara dos Deputados.

Entram successivamente em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados n. 74, de 1892, perdoando a D. Rosalina Pires de Bittencourt Barcellos a divida contrahida com a Fazenda Nacional por seu fallecido marido o Dr. Israel Rodrigues Barcellos, com o parecer da commissão de finanças.

Vota-se por escrutinio secreto e é approvado por 31 votos contra 4 o art. 1º da proposição.

Vota-se e é approvado o art. 2º.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

Segue-se em discussão unica e é sem debate approvado o parecer das commissões de justiça, legislação e de finanças sobre o requerimento de Luiz B. Freire, pedindo para ser reintegrado no cargo de 2º escripturario do Thesouro Nacional.

E' lido o parecer n. 222. (Vide pag. 87.)

Levanta-se a sessão.

No dia 24, depois da leitura do expediente, passa-se á ordem do dia.

Entram successivamente em 2ª discussão, com o parecer das commissões de commercio e industrias e de obras publicas, e são sem debate approvados, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 69 de 1892, autorisando o Poder Executivo a contractar com o cidadão peruano Julio Benavides o serviço da navegação e transporte de mercadorias pelo rio Içá ou Putumayo, sem privilegio ao concessionario, nem algum outro onus para os cofres publicos, além do favor que é concedido por esta lei.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Antonio Baena *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Segue-se, em 3ª discussão, e é sem debate approvada em escrutinio secreto, por 28 votos contra 10, e adoptada para ser submettida á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados, n. 18 de 1892, concedendo a D. Olympia Rodrigues Vaz, irmã do alferes de voluntarios da patria Francisco Wenceslau Rodrigues Vaz, fallecido em consequencia de molestias adquiridas em campanha, a pensão de 36$ mensaes.

Levanta-se a sessão.

No dia 26, depois da leitura da acta, passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica, e é sem debate encerrada, ficando a votação adiada por falta de numero legal, o parecer n. 222, das commissões de finanças e de commercio, agricultura, industria e artes, opinando pelo indeferimento do requerimento em que Francisco Comas pede isenção de direitos aduaneiros sobre o petroleo bruto que importar, com destino ao fabrico de gaz de illuminação e outros misteres.

Segue-se em 1ª discussão, e é sem debate encerrada e adiada a votação, por falta de numero legal, o projecto do Senado, n. 39, de 1892, autorisando o Governo a mandar admittir a exame os alumnos da Escola Normal da Capital Federal, que desejarem concluir os estudos, segundo o programma de ensino adoptado pelo regulamento annexo ao decreto n. 8025 de 16 de março de 1881.

Segue-se, em 3ª discussão, e é sem debate encerrada, adiando-se a votação por falta de numero legal, o projecto do Senado, n. 29 de 1892, autorisando o governo a indemnisar o Estado do Maranhão da quantia de 439:496$532, destinada ás obras do —Furo—, no canal do Arapapahy.

Segue-se, em 3ª discussão, e é sem debate encerrada, adiando-se a votação por falta de numero legal, a proposição da Camara dos Deputados, n. 74 de 1892, perdoando a D. Rosalina Pires de Bittencourt Barcellos a divida contrahida com a Fazenda Nacional por seu fallecido marido o Dr. Israel Rodrigues Barcellos.

Segue-se, finalmente, em 3ª discussão, e é sem debate encerrada, adiando-se a votação por falta de numero legal, a proposição da Camara dos Deputados, n. 69, de 1892, autorisando o Poder Executivo a contractar com o cidadão peruano Julio Benavides o serviço de navegação e transporte de mercadorias pelo rio Içá ou Putumayo, sem privilegio ao concessionario, nem algum outro onus para os cofres publicos, além do favor que é concedido por esta lei.

Havendo numero legal, procede-se á votação das materias cuja discussão ficou encerrada.

Levanta-se a sessão.

No dia 27, depois da leitura de diversos pareceres, o Sr. E. Wandenkolk occupa a tribuna na hora do expediente.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 46, de 1892, reconvertendo em titulos de 5 °/₀ em papel as apolices de 4 °/₀, ouro, provenientes da conversão de 1890.

Depois de orarem os Srs. Americo Lobo, Ruy Barbosa e Americo Lobo, a discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

No dia 28, depois da leitura de diversos pareceres, o Sr. Manoel Victorino envia á Mesa um requerimento. (Vide pag. 105.)

O Sr. Tavares Bastos remette tambem á Mesa um requerimento. (Vide pag. 106.)

Depois de orar o Sr. Nina Ribeiro sobre este requerimento, encerra-se a discussão.

O Sr. Presidente nomeia para substituir interinamente o Sr. Tavares Bastos na commissão de legislação e justiça, o Sr. Quintino Bocayuva.

Passa-se á ordem do dia.

Continúa em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças e a emenda do Sr. Americo Lobo, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 46, de 1892, reconvertendo em titulos de 5 °/₀ em papel as apolices de 4 °/₀, ouro, provenientes da conversão de 1890.

Depois de orarem os Srs. U. do Amaral e Monteiro de Barros, encerra-se a discussão.

Vem á Mesa uma declaração de voto. (Vide pag. 112.)

Segue-se em 3ª discussão a proposição da mesma Camara, n. 47, de 1892, declarando que o decreto n. 1030, de 14 de novembro de 1890, não revogou, nem alterou o disposto no art. 79 do decreto n. 2433, de 15 de julho de 1859.

Depois de orar o Sr. Campos Salles, encerra-se a discussão.

Levanta-se a sessão.

No dia 29, depois da leitura da acta, o Sr. Americo Lobo occupa a tribuna na hora do expediente.

Passa-se em seguida á ordem do dia.

Entram em discussão unica as emendas da Camara dos Deputados ao projecto do Senado, que reorganiza o corpo de engenheiros navaes, ás quaes o Senado não póde dar o seu consentimento, e foram pela mesma Camara approvadas por dous terços de votos.

Depois de orarem os Srs. E. Wandenkolk e Rosa Junior, encerra-se a discussão.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de marinha e guerra, a proposição da Camara dos Deputados, n. 70 de 1892, autorisando o Poder Executivo a conceder dispensa do excesso de idade, até 25 annos, aos officiaes e praças do exercito que desejarem se matricular nas escolas militares da Republica.

Depois de orarem os Srs. Americo Lobo, João Neiva, Rosa Junior e Gil Goulart, encerra-se a discussão.

Levanta-se a sessão.

No dia 30, depois da leitura do parecer n. 230, o Sr. Eduardo Wandenkolk reclama contra um discurso seu que foi publicado com incorrecções no *Diario do Congresso*.

Passa-se em seguida á ordem do dia que constou de votações.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de marinha e guerra e de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 61 de 1892, autorisando a remover, para logar mais conveniente, o arsenal de marinha da Bahia, sem onus para

o Thesouro Federal, e a mandar construir uma mortona no logar que melhores condições offerecer, em Matto Grosso, para navios até 500 toneladas no maximo.

O Sr. Cunha Junior envia á Mesa um requerimento. (Vide pag. 123.)

Occupa em seguida a tribuna o Sr. Monteiro de Barros, ficando a discussão encerrada.

Entram successivamente em 2ª discussão, com o parecer das commissões de marinha e guerra e de finanças, e são sem debate approvados, os arts. 1º a 6º da proposição da Camara dos Deputados, n. 78, de 1892, creando, conjunctamente com a escola de machinistas, um curso de nautica no Estado do Pará, e bem assim a tabella que acompanha a proposição.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Antonio Baena *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Segue-se, em 2ª discussão, com os pareceres das commissões de marinha e guerra e de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 65 de 1892, mandando que a pensão, concedida a D. Maria Augusta Ferreira de Souza, viuva do brigadeiro Antonio Tiburcio Ferreira de Souza, seja-lhe paga desde a data do fallecimento de seu marido.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 1 de outubro, depois da leitura do expediente passa-se á ordem do dia.

O Sr. presidente diz que, seguindo-se na ordem do dia trabalhos de commissões, dará a palavra a qualquer dos Srs. senadores que a queira para apresentar projectos, indicações ou requerimentos.

São lidos diversos pareceres. (Vide pag. 125.)

Levanta-se a sessão.

No dia 3, depois da leitura do parecer n. 234, o Sr. Almeida Barreto occupa a tribuna na hora do expediente.

O Sr. Saldanha Marinho pede para que o Sr. Presidente nomeia um membro para a commissão de legislação e justiça, que se acha desfalcada.

O Sr. Presidente nomeia para a dita commissão o Sr. Nina Ribeiro.

Passa-se á ordem do dia.

Entram successivamente em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, e são sem debate approvados, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 81 de 1892, autorisando o governo a indemnisar a Augusto Francisco Maria Glaziou da quantia de 9:425$144, de despezas feitas na conservação do jardim da Praça da Republica.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Americo Lobo *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Levanta-se a sessão.

No dia 4, depois da leitura de diversos pareceres, o Sr. Domingos Vicente apresenta um projecto de lei. (Vide pag. 147.)

Na hora do expediente occupa a tribuna o Sr. Americo Lobo.

Passa-se, em seguida, á ordem do dia.

Entra em 3ª discussão, e é sem debate approvada e adoptada para ser submettida á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados n. 81, de 1892, mandando pagar a Augusto Maria Francisco Glaziou a quantia de novo contos quatrocentos vinte e

cinco mil cento e quarenta e quatro réis (9:425$144), de despezas feitas com a conservação do jardim da Praça da Republica.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 77 de 1892, concedendo licença a Emiliano Olympio de Carvalho Rabello, 1º escripturario da Thesouraria do Estado do Amazonas.

Depois de orarem os Srs. Francisco Machado e Ramiro Barcellos, encerra-se a discussão.

Seguem-se successivamente em 2ª discussão, com o parecer da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, e são sem debate approvados, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados n. 80, de 1892, approvando o accordo entre o governo e a Sociedade Anonyma do Gaz, celebrado pelo decreto n. 826 de 24 de maio do corrente anno.

A proposição é adoptada para passar á 3ª discussão.

Segue-se em discussão unica e é sem debate approvado o parecer n. 233, de 1892, da commissão de finanças, sobre o requerimento de Olympio Corrêa Netto, pedindo a concessão de uma loteria mensal cujo producto será applicado á conversão das apolices de 5 % e de 4 % em ouro.

Levanta-se a sessão.

No dia 5 occupa a tribuna na hora do expediente o Sr. Americo Lobo.

Em seguida passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica a redacção do projecto do Senado, n. 30 de 1891, reorganisando o corpo de engenheiros navaes, de accordo com as emendas da Camara dos Deputados, acceitas pelo Senado.

Encerra-se a discussão depois de orar o Sr. Eduardo Wandenkolk.

Segue-se, em 2ª discussão, com o parecer das commissões de finanças, e de justiça e legislação, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 52 de 1892, regulando a concessão de aposentadorias aos funccionarios publicos, de accordo com o art. 75 da Constituição Federal.

Oram os Srs. Gil Goulart, Ramiro Barcellos, Gil Goulart, Aristides Lobo, João Neiva, Ramiro Barcellos e Virgilio Damasio.

O Sr. Gil Goulart *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Segue-se em 2ª discussão o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 13 de 1892, dispondo sobre a legitimação dos filhos espurios por subsequente casamento.

Depois de orarem os Srs. Gomensoro e João Neiva, a discussão fica adiada.

Nesta mesma sessão o Sr. Ramiro Barcellos submette á consideração do Senado uma indicação que foi approvada. (Vide pag. 159.)

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 6, depois da leitura do parecer n. 239, o Sr. Saldanha Marinho apresenta uma exposição. (Vide pag. 161.)

O Sr. Almeida Barreto, na hora do expediente, manda á Mesa um projecto de lei. (Vide pag. 166.)

Em seguida occupa a tribuna o Sr. Ruy Barbosa.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica o parecer n. 236 de 1892, das commissões de justiça e legislação e de constituição e poderes, motivado pelo requerimento do Sr. senador Tavares Bastos, sobre a incompatibilidade entre os cargos de senador federal e o de membro do Tribunal Civil e Criminal.

Oram os Srs. Domingos Vicente e Nina Ribeiro.

Ninguem mais pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Vota-se e é approvado o parecer.

Continúa em 2ª discussão o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 13 de 1892, sobre a legitimação dos filhos espurios, por subsequente matrimonio.

Oram os Srs. Americo Lobo, Ubaldino do Amaral e Manoel Victorino.

Encerra-se a discussão.

Segue-se em 3ª discussão, com as emendas approvadas em 2ª, a proposição da Camara dos Deputados, n. 52 de 1892, regulando a concessão de aposentadorias dos funccionarios publicos.

Oram os Srs. Americo Lobo, Ubaldino do Amaral e Manoel Victorino.

Encerra-se a discussão.

Segue-se em 3ª discussão, com as emendas approvadas em 2ª, a proposição da Camara dos Deputados, n. 52 de 1892, regulando a concessão de aposentadorias dos funccionarios publicos.

Oram os Srs. Americo Lobo, Ramiro Barcellos, Gil Goulart e Americo Lobo.

Encerra-se a discussão.

Seguem-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de commercio, industria e artes, as emendas da Camara dos Deputados, ao projecto do Senado, n. 15 de 1891, regulando a navegação de cabotagem.

Depois de orarem os Srs. Ubaldino do Amaral e Esteves Junior, a discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 7, depois da leitura do parecer n. 240, o Sr. Gomensoro manda á Mesa um projecto de lei. (vide pag. 179.)

Passa-se á ordem do dia.

Procede-se á votação das proposições ns. 13 e 52 de 1892 e do projecto do Senado n. 15.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 8, depois da leitura do expediente, passa-se á ordem do dia.

Entra em nova discussão, e é sem debate approvada, a emenda do Senado ao art. 7º da proposição da Camara dos Deputados n. 52 de 1892, relativa á aposentadoria dos funccionarios publicos.

A proposição, assim emendada, vae ser devolvida á Camara dos Deputados, indo antes á commissão de redacção para redigir a emenda.

Seguem-se, em 2ª discussão, com o parecer das commissões reunidas de marinha e guerra e de finanças, a qual encerra-se sem debate, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados n. 82, de 1892, que concede ao cabo de esquadra reformado João Coelho de Mello uma pensão de 500 réis diarios, sem prejuizo do respectivo soldo.

Vota-se por escrutinio e é approvado por 23 votos contra 9, o art. 1º da proposição.

Vota-se e é approvado o art. 2º.

A proposição é adoptada para passar á 3ª discussão.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 10, depois da leitura do expediente, passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica, e é sem debate approvada e vae ser remettida ao Sr. Vice-Presidente da Republica para ser publicada, a proposição da Camara dos Deputados, n. 90 de 1892, prorogando novamente a actual sessão legislativa até 31 do corrente mez.

Segue-se, em 2ª discussão, com as emendas constantes do parecer da commissão de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 75 de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Fazenda para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Americo Lobo, Virgilio Damasio, Manoel Victorino, João Neiva e Manoel Victorino.

A discussão fica adiada.

Levanta-se a sessão.

No dia 11, depois da leitura de diversos pareceres, occupa a tribuna o Sr. Amaro Cavalcanti.

O Sr. Presidente nomeia o Sr. Ruy Barbosa para substituir na commissão de finanças o Sr. Amaro Cavalcanti.

Passa-se á ordem do dia.

Continúa em 3ª discussão, com emendas offerecidas com o novo parecer da commissão de justiça e legislação, a proposição da Camara dos Deputados, n. 60 de 1892, determinando que a lei n. 21 de 24 de outubro de 1891 comprehende, quanto á acção publica, o furto de gado de qualquer especie, competindo aos Estados a determinação da fórma dos respectivos processos e julgamentos.

Oram os Srs. Americo Lobo, Nina Ribeiro e Americo Lobo.

Encerra-se a discussão.

Segue-se, em 3ª discussão, e é sem debate approvada em escrutinio secreto por 26 votos contra 6, e é adoptada para subir á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados, n. 82 de 1892, concedendo ao cabo João Coelho de Mello a pensão de 500 réis diarios, sem prejuizo do respectivo soldo.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 13, depois da leitura do expediente, o Sr. E. Wandenkolk manda á Mesa um projecto de lei. (Vide pag. 193.)

Em seguida occupa a tribuna o Sr. Ubaldino do Amaral.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica e é sem debate approvada a redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 68 de 1892, que regula a concessão de aposentadorias aos funccionarios publicos.

Entram em nova discussão e são sem debate approvadas, as emendas adoptadas em 3ª discussão á proposição da Camara dos Deputados, n. 60 de 1891, determinando que a lei n. 21, de 24 de outubro de 1891, comprehende, quanto á acção publica, o furto de gado de qualquer especie, competindo aos Estados a determinação da fórma dos respectivos processos e julgamentos.

E' a proposição emendada adoptada para ser devolvida áquella Camara, indo previamente á commissão de redacção, para redigir as emendas.

Continúa em 2ª discussão, com as emendas offerecidas e com o novo parecer da commissão de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 75 de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Fazenda para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Elyseu Martins, Aristides Lobo, Ubaldino do Amaral, Ramiro Barcellos, Antonio Baena, Nina Ribeiro, Bocayuva, Rosa Junior, Manoel Victorino e Ramiro Barcellos.

Encerra-se a discussão.

E' lido um officio do 1º secretario da Camara dos Deputados. (Vide pag. 210.)

Levanta-se a sessão.

No dia 14, depois da leitura do expediente, passa-se á ordem do dia.

Procede-se á votação, em segunda discussão, da proposição da Camara dos Deputados, n. 75 de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Fazenda para o exercicio de 1893.

Entra em 1ª discussão, e é sem debate approvada para passar á 2ª, indo antes á commissão de marinha e guerra, o projecto do Senado, n. 41 de 1892, autorisando o governo a mandar pagar, pela tabella de 1852, a D. Maria Angelina Pinto Rangel, viuva do alferes

reformado do exercito Serafim Ferreira Rangel, o meio soldo a que tem direito, a contar de 2 de novembro de 1878.

Segue-se em 1ª discussão o projecto do Senado n. 42, de 1892, garantindo, em sua plenitude, as immunidades e prerogativas inherentes ás patentes dos officiaes de terra e mar, effectivos ou reformados, e dá outras providencias.

Depois de orar o Sr. Almeida Barreto, encerra-se a discussão.

Vota-se, e é o projecto approvado para passar á 2ª discussão, indo antes á commissão de marinha e guerra.

Segue-se, finalmente, em 1ª discussão e é sem debate approvado para passar á 2ª, indo antes ás commissões de justiça e legislação e de finanças, o projecto do Senado n. 43 de 1892, marcando o ordenado annual que perceberão os escrivães do juizo seccional dos diversos Estados.

Levanta-se a sessão.

No dia 15, depois da leitura do expediente, o Sr. Saldanha Marinho manda á Mesa um requerimento. (Vide pag. 218.)

Passa-se á ordem do dia.

Entra em 3ª discussão, e é sem debate approvada e adoptada para ser submettida á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados, n. 68, de 1892 interpretando o § 2º do art 1º do decreto n. 1420 de 21 de fevereiro de 1891, relativo á aposentadoria dos magistrados.

Segue-se, em 3ª discussão, a proposição da mesma Camara, n. 79 de 1892, ratificando as patentes dos reformados nos postos de generaes, voluntariamente ou não, effectuadas ou comprehendidas como compulsorias para attender-se á correspondente alteração de denominações, conforme o decreto n. 350, de 19 de abril de 1890.

Oram os Srs. Cunha Junior, Almeida Barreto, João Neiva e Rosa Junior.

Encerra-se a discussão.

Segue-se em 3ª discussão e é sem debate approvada e adoptada para ser submettida á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados n. 85, de 1892, autorisando a transferencia dos actuaes 1ºs e 2ºs tenentes da arma de artilharia para as de infantaria e cavallaria, que por falta de habilitações scientificas e impedidos de obtel-as, não puderam seguir os postos da respectiva arma e vice-versa.

Entram seguidamente em 2ª discussão, com o parecer da commissão de marinha e guerra, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 76 de 1892, autorisando o governo a considerar a reforma compulsoriamente dada ao official de fazenda de 2ª classe Antonio Mariano Barreto Pereira Pinto, na effectividade do posto de 1º tenente em que foi graduado, passando sua graduação á do posto immediato.

Vota-se, por escrutinio secreto, e é approvado por 30 votos contra 8, o art. 1º.

E' approvado o art. 2º.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

Seguem-se successivamente, em 2ª discussão, com o parecer da commissão de marinha e guerra, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados n. 87, de 1892, concedendo licença ao alferes do 12º batalhão de infantaria Joaquim Pereira de Macedo Couto Sobrinho para matricular-se na Escola Militar de Porto Alegre.

Vota-se, por escrutinio secreto, e é approvado por 20 votos contra 18, o art. 1º.

E' approvado o art. 2º.

E' a proposição adoptada para passar á 3ª discussão.

Segue-se, em 1ª discussão, o projecto do Senado n. 44, de 1892, autorisando os machinistas navaes de 1ª, 2ª e 3ª classes do antigo quadro, promulgado pelo decreto n. 336 A de 1890, a perceber mais, como gratificação, de differença de soldo que então lhes competia, o que actualmente vencem, *ex-vi* do decreto n. 779 B, de 29 de março de 1892.

Depois de orar o Sr. Eduardo Wandenkolk, encerra-se a discussão.

E' lido o parecer n. 251 da commissão de redacção. (Vide pag. 221.)

Levanta-se a sessão.

SENADO FEDERAL

INDICE

DAS

SESSÕES DE 16 DE SETEMBRO A 15 DE OUTUBRO DE 1892

Almeida Barreto (O Sr.) — Discursos:

— sobre o motivo porque deixou de comparecer á presente sessão legislativa. (Sessão de 19 de setembro.) Pag. 29.

— apresentando um projecto. (Sessão de 6 de outubro.) Pag. 162.

— sobre o projecto do Senado n. 42, de 1892. (Sessão de 14 de outubro.) Pag. 216.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 79, de 1892. (Sessão de 15 de outubro.) Pag. 218.

Amaro Cavalcanti (O Sr.) — Discurso:

— no expediente. (Sessão de 11 de outubro.) Pag. 189.

Americo Lobo (O Sr.) — Discursos:

— sobre o orçamento do Ministerio do Interior. (Sessões de 16 e 20 de setembro.) Pags. 29 e 37.

— sobre um parecer da commissão de obras publicas. (Sessão de 17 de setembro.) Pags. 22 e 24.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 60, de 1892. (Sessão de 20 de setembro.) Pag. 44.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 48, de 1892. (Sessões de 21 e 22 de setembro.) Pags. 51, 56 e 62.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 51, de 1892. (Sessão de 21 de setembro.) Pag. 59.

— sobre a redacção das emendas á proposição n. 42. (Sessão de 23 de setembro.) Pag. 81.

— sobre a proposição n. 46, de 1892. (Sessão de 27 de setembro.) Pag. 101.

— sobre a conversão das apolices. (Sessão de 29 de setembro.) Pag. 114.

— sobre a proposição n. 70, de 1892. (Sessão de 29 de setembro.) Pag. 119.

— sobre um projecto que apresentou. (Sessão de 4 de outubro.) Pag. 147.

— sobre um requerimento que fez na sessão de 4 de outubro. Pag. 152.

— sobre a proposição n. 13, de 1892. (Sessão de 6 de outubro.) Pag. 169.

— sobre a proposição n. 52, de 1892. (Sessão de 6 de outubro.) Pags. 171 e 174.

— sobre uma emenda. (Sessão de 10 de outubro.) Pag. 184.

— sobre a proposição n. 60. (Sessão de 11 de outubro.) Pag. 189.

Antonio Baena, *3º secretario* (O Sr.) — Discursos:

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 42, de 1892. (Sessões de 19 e 23 de setembro.) Pags. 32 e 81.

— sobre o projecto do Senado n. 38, de 1892. (Sessão de 20 de setembro.) Pag. 44.

— sobre dispensa de interstício. (Sessão de 25 de setembro.) Pag. 97.

— sobre a proposição n. 75, de 1892. (Sessão de 13 de outubro.) Pag. 198.

Aristides Lobo (O Sr.) — Discursos:

— sobre o projecto que manda construir poços artesianos no Piauhy. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 23.

— sobre a proposição n. 46 de 1892. (Sessão de 28 de setembro.) Pag. 110.

— sobre a proposição n. 52 de 1892. (Sessão de 5 de outubro.) Pag. 157.

— sobre a proposição n. 75 de 1892. (Sessão de 13 de outubro.) Pag. 194.

Campos Salles (O Sr.) — Discurso:

— sobre a proposição n. 47 de 1892. (Sessão de 28 de setembro.) Pag. 112.

Christiano Ottoni (O Sr.) — Discursos:

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 57 de 1892. (Sessão de 17 de setembro.) Pags. 18 e 19.

— sobre um requerimento do Sr. Americo Lobo. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 23.

Coelho e Campos (O Sr.) — Discursos:

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 60 de 1892. (Sessão de 22 de setembro.) Pag. 70.

— sobre a proposição n. 49. (Sessão de 23 de setembro.) Pag. 87.

Commissão Geral.

O Senado reuniu-se em sessão geral para prorogar as sessões até 31 de outubro. (Sessão de 5 de outubro.) Pag. 159.

Cruz (O Sr.) — Discurso:

— sobre o projecto que manda construir poços artesianos no Piauhy. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 26.

Cunha Junior (O Sr.) — Discursos:

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 44. (Sessão de 19 de setembro.) Pag. 31.

— respondendo ao Sr. Elyseu Martins. (Sessão de 20 de setembro.) Pag. 36.

— sobre a proposição n. 61 de 1892. (Sessão de 30 de setembro.) Pag. 123.

— sobre a proposição n. 74 de 1892. (Sessão de 15 de outubro.) Pag. 218.

Declarações:

Votamos contra o projecto da Camara dos Deputados autorisando a conversão das apolices emittidas em 1890, não porque sejamos de opinião que o Estado está obrigado a pagar em ouro o capital de taes apolices, mas sim por entendermos ser, na actualidade, inopportuna essa medida.

Sala das sessões, 28 de setembro de 1892. — *Julio Frota.* — *Pinheiro Machado.* — *Virgilio Damasio.* — *Joaquim Cruz.* — *João Cordeiro.* — *Souza Coelho.* — *Joaquim Sarmento.* — *Rangel Pestana.* — *U. do Amaral.* — *F. Machado.* — *Aristides Lobo.* — *Manoel Barata.* — *Nina Ribeiro.* — *João Pedro.* — *Domingos Vicente.* — *Gil Goulart.* — *Gomensoro.* (Apresentada na sessão de 28 de setembro.) Pag. 112.

Domingos Vicente (O Sr.) — Discursos:

— apresentando um projecto. (Sessão de 4 de outubro.) Pag. 143.

— sobre o parecer n. 236. (Sessão de 6 de outubro.) Pag. 167.

Eduardo Wandenkolk (O Sr.) — Discursos:

— ao comparecer no Senado depois do desterro. (Sessão de 27 de setembro.) Pag. 100.

— sobre o projecto que organiza o corpo de engenheiros navaes. (Sessão de 29 de setembro.) Pag. 114.

— sobre um discurso seu. (Sessão de 30 de setembro.) Pag. 122.

— sobre o projecto do Senado n. 30 de 1892. (Sessão de 5 de outubro.) Pag. 153.

— apresentando um projecto. (Sessão de 13 de outubro.) Pag. 193.

— sobre o projecto do Senado n. 44 de 1892. (Sessão de 15 de outubro.) Pag. 221.

Elyseu Martins (O Sr.) — Discursos:

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 57 de 1892. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 19.

— sobre o projecto que manda construir poços artesianos no Piauhy. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 24.

— sobre o parecer n. 208 de 1892. (Sessão de 20 de setembro.) Pag. 36.

— remettendo á Mesa uma petição. (Sessão de 22 de setembro.) Pag. 79.

— apresentando um projecto. (Sessão de 23 de setembro. (Pag. 67.)

— apresentando uma emenda. (Sessão de 13 de outubro.) Pag. 94.

Esteves Junior (O Sr.) — Discursos:

— dando uma explicação. (Sessão de 19 de setembro.) Pag. 30.

— sobre a proposição n. 15 de 1892. (Sessão de 6 de outubro.) Pag. 176.

Exposição:

— lida pelo Sr. Saldanha Marinho na sessão de 6 de outubro. Pag. 161.

Francisco Machado (O Sr.) — Discurso:

— sobre a proposição n. 81 de 1892. (Sessão de 4 de outubro.) Pag. 149.

Gil Goulart *2º secretario* (O Sr.) — Discursos:

— requerendo dispensa de impressão. (Sessão de 21 de setembro.) Pag. 51.

— sobre a proposição n. 79 de 1892. (Sessão de 29 de setembro.) Pag. 120.

— sobre a proposição n. 52 de 1892. (Sessões de 5 e 6 de outubro.) Pags. 154, 156 e 173.

Gomensoro (O Sr.) — Discursos :

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 41 de 1892. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 19.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 47 de 1892. (Sessão de 22 de setembro.) Pag. 77.

— sobre a proposição n. 13 de 1892. (Sessão de 5 de outubro.) Pag. 159.

— apresentando um projecto. (Sessão de 7 de outubro.) Pag. 177.

Indicações. :

— Indico que o Senado se constitua immediatamente em commissão geral para deliberar sobre a necessidade de prorogar as sessões até o dia 31 do corrente, afim de serem votadas as leis orçamentarias e resolvida a questão financeira iniciada na Camara.

Sala das sessões, 5 de outubro de 1892.— *Ramiro Barcellos*. Pag. 151.

— Indico que a Mesa do Senado, reunida á da Camara, resolva sobre o prazo da prorogação, e sobre as materias, que devem ser discutidas, ouvindo igualmente o Governo acerca da reforma financeira.

S. R. — *Manoel Victorino*. (Sessão de 5 de agosto.) Pag. 160.

João Neiva (O Sr.) Discursos :

— sobre o projecto que manda construir poços artesianos no Piauhy. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 42.

— sobre as proposições da Camara dos Deputados ns. 22 e 44 de 1892. (Sessão de 19 de setembro.) Pag. 31.

— sobre a proposição n. 49 de 1892. (Sessão de 23 de setembro.) Pag. 87.

— sobre a proposição n. 70 de 1892. (Sessão de 29 de setembro.) Pag. 119.

— sobre as proposições ns. 13 e 52 de 1892. (Sessão de 5 de outubro.) Pags. 158 e 159.

— fazendo uma communicação. (Sessão de 7 de outubro.) Pag. 179.

— sobre o orçamento da Fazenda. (Sessão de 10 de outubro.) Pag. 186.

— sobre a proposição n. 79 de 1892. (Sessão de 15 de outubro.) Pag. 219.

Luiz Delfino (O Sr.) — Discurso :

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 51 de 1892. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 27.

Manoel Victorino (O Sr.) — Discursos :

— sobre o orçamento do Ministerio do Interior. (Sessões de 16 e 22 de setembro.) Pags. 9 e 66.

— sobre o orçamento do Ministerio de Relações Exteriores. (Sessão de 16 de setembro.) Pag. 13.

— respondendo ao Sr. Americo Lobo. (Sessão de 21 de setembro.) Pag. 55.

— sobre um discurso do Sr. E. Wandenkolk (Sessão de 28 de setembro.) Pag. 104.

— sobre a proposição n. 52 de 1892. (Sessão de 3 de outubro.) Pag. 171.

— sobre o orçamento da Fazenda. (Sessões de 10 e 14 de outubro.) Pags. 185 e 215.

— sobre a proposição n. 75 de 1892. (Sessão de 13 de outubro.) Pag. 206.

Monteiro de Barros (O Sr.) — Discursos :

— sobre a proposição n. 46 de 1892. (Sessão de 28 de setembro.) Pag. 109.

— acceitando um requerimento do Sr. Cunha Junior. (Sessão de 30 de setembro.) Pag. 123.

Nina Ribeiro (O Sr.) — Discursos :

— sobre um requerimento do Sr. Tavares Bastos. (Sessão de 28 de setembro.) Pag. 106.

— sobre o parecer n. 236 de 1892. (Sessão de 6 de outubro.) Pag. 168.

— sobre a proposição n. 60. (Sessão de 11 de outubro.) Pag. 190.

— sobre a proposição n. 75 de 1892. (Sessão de 13 de outubro.) Pag. 199.

Officios :

— do Sr. José Freire Bezerril Fontenelle, datado de 27 do mez proximo passado, participando que perante a assembléa legislativa do Estado do Ceará prestou a affirmação constitucional e assumiu o exercicio do cargo de presidente daquelle Estado, para o qual foi eleito, em 12 de julho ultimo, pelo Congresso do mesmo Estado. (Sessão em 17 de setembro.) Pag. 16.

— do Ministerio da Guerra, datado de 17 do corrente, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, mandando cessar os effeitos da reforma do capitão João José de Oliveira Freitas. (Sessão de 22 de setembro.) Pag. 61.

— do Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 20 do corrente mez, communicando que áquella Camara foi devolvido, devidamente sanccionado, um dos autographos do decreto do Congresso Nacional, fixando a força naval para o exercicio de 1893. (Sessão de 21 de setembro.) Pag. 47.

— do mesmo Sr. 1º secretario, datado de 22 do corrente, communicando que áquella Camara foi devolvido, devidamente sanccionado, um dos autographos do decreto do Congresso Nacional, estabelecendo a organisação municipal do Districto Federal.

— do mesmo Sr. 1º secretario, e de igual data, communicando que aquella Camara manteve por 2/3 as emendas que offerecera aos arts. 3º, 8º, 10 e 12, aos §§ 2º e 3º do art. 23 e ao art. 50 do projecto do Senado que reorganiza o corpo de engenheiros navaes, e outrosim que não manteve as relativas ao § 1º do art. 23 e aos §§ 5º e 6º do art. 49; emenda que devolve, para os devidos effeitos.

— do mesmo Sr. 1º secretario, e de igual data, communicando que a referida Camara rejeitou por 2/3 de votos a emenda do Senado ao projecto que estabelece os casos de competencia exclusiva dos poderes federaes ou estadoaes, para resolverem sobre vias de communicação fluvial ou terrestre, bem como aquelles em que deve haver accordo entre a União e os Estados, ou destes entre si; e assim tambem que approvou, na fórma do art. 39 § 2º da Constituição Federal e vae ser opportunamente enviada á sancção presidencial.

— do Ministerio da Justiça, datado de 21 do corrente, devolvendo, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, relativo á amnistia dos implicados nos movimentos revolucionarios de Matto Grosso e Rio Grande do Sul. (Sessão de 23 de setembro.) Pag. 79.

— do Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, datado de 20 do corrente mez, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, autorisando o governo a abrir, desde já, um credito supplementar na importancia de 18:000$ para pagamento do augmento de vencimento dos lentes do Gymnasio Nacional e approvando a despeza feita com a mudança do Museo Nacional, na importancia de 25:000$000.

— do governador do Estado de Santa Catharina, datado de 17 do corrente mez, offerecendo um exemplar da Constituição daquelle Estado. (Sessão de 21 de setembro.) Pag. 96.

— do Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 26 do corrente mez, communicando, um que aquella Camara, em sessão de 24 do corrente, approvou as emendas do Senado ao projecto que fixa as despezas do Ministerio da Marinha para o exercicio de 1893, o qual vae ser opportunamente dirigido á sancção com aquellas emendas.

— outro, communicando que na sessão de 24 do corrente mez rejeitou por 2/3 de votos, na fórma do § 1º do art. 39 da Constituição Federal, a emenda do Senado ao art. 2º do projecto fixando as despezas do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1893, ficando prejudicada a que foi apresentada ao n. 2 do art. 1º do mesmo projecto, o qual será opportunamente dirigido á sancção sem aquellas emendas.

— outro, que, em sessão de 24 do corrente, approvou o projecto da mesma Camara, que dá livre entrada a immigrantes de nacionalidade chineza e japoneza no territorio da Republica, e, naquella data sobe á sancção presidencial. (Sessão de 27 de setembro.) Pag. 99.

— do mesmo Sr. 1º secretario mesmo Sr. datado de 27 do corrente, communicando que aquella Camara approvou a emenda do Senado ao projecto do mesma Camara relativo á ligação da Estrada de Ferro da Bahia, de accordo com os estatutos já approvados, entre as estradas Central e S. Francisco e São Francisco e Jacú, o qual foi na mesma data dirigido á sancção presidencial. (Sessão de 28 de setembro.) Pag. 102.

— do mesmo Sr. 1º secretario datado de 27 do corrente mez, communicando que aquella Camara adoptou e dirigiu á sancção presidencial o projecto do Senadodeclarando que o subsidio dos senadores e deputados, durante a prorogação da actual sessão legislativa, será pago com os saldos das respectivas verbas do corrente exercicio, assim como, o serviço de stenographia, redacção dos debates e publicações nas duas casas da Congresso, durante o tempo que exceder o cinco meze.

— do Ministerio da Guerra datado de 26 de setembro de 1892, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, um dos autographos, devidamente sanccionado, da resolução do Congresso Nacional que autorisa o Poder Executivo a abrir um credito supplementar de 540:000$ á verba do n. 17 do art. 7º da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891. (Sessão de 30 de setembro.) Pag. 121.

— do mesmo Ministerio datado de 29 do mez findo, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, devidamente sanccionado, um dos autographos do decreto do Congresso Nacional, que creou no 4º districto militar o logar de auditor de guerra, sendo a séde na capital de S. Paulo.

— do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, datado de 30 do mez proximo findo, devolvendo, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, autorisando o governo a contractar, com quem mais vantagens offerecer, o serviço de reboque por meio de vapores, nas barras dos rios Itapemirim e Benevente, no Estado do Espirito Santo, e bem assim nos de Itajahy e Laguna, no de Santa Catharina. (Sessão de 1 de outubro.) Pag. 124.

— do Ministerio do Interior, datado de 30 do mez proximo findo, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional concedendo a D. Anna Maria das Neves Damasio a pensão annual de 1:200$000.

— do Sr. senador M. Ferraz de Campos Salles, datado de 1 do corrente mez, communicando que, tendo de ausentar-se do paiz, em viagem para a Europa, deixa por isso de continuar, por algum tempo, a comparecer ás sessões do Senado. (Sessão de 3 de outubro.) Pag. 126

— Tres officios do Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados, datados de 3 do corrente mez, communicando:

O 1º, que aquella Camara approvou o projecto do Senado, relativo aos calculos referentes ás aposentadorias dos ex-secretario e sub-secretario da Faculdade de Medicina da Bahia, Ars. Cincinato Pinto da Silva e Thomaz de quino Gaspar, o qual vae ser remettido á sancção do Sr. Vice-Presidente da Republica

O 2º, que approvou as emendas do Senado á proposição daquella Camara, que fixa a despeza do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para o exercicio de 1893, a qual será opportunamente, com as referidas emendas, submettida á sancção presidencial.

E o 3º, que approvou a emenda do Senado á proposição da mesma Camara que considera como lentes substitutos das faculdades de medicina os ex-adjuntos actuaes, que não foram contemplados na ultima reforma, a qual será opportunamente remettida á sancção com aquella emenda. (Sessão de 4 de outubro.) Pag. 128.

— do Ministerio do Interior, datado de 4 do corrente, devolvendo, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, relativa á concessão de pensão a D. Olympia Rodrigues Vaz, irmã do alferes de voluntarios da patria Francisco Wenceslão Rodrigues Vaz.

— do Ministerio da Fazenda, datado de 4 do corrente, respondendo ao em que o Senado solicitou a opinião do governo, acerca da pretenção de Tavares & Comp. relativamente ao pedido que fazem de ser elevada de..... 180:000$ a 240:000$ a verba consignada para a acquisição do trapiche de S. João, no Estado de S. Paulo. (Sessão de 6 de outubro.) Pag. 161.

— do Sr. senador Tavares Bastos, datado de 6 do corrente, communicando a sua renuncia do cargo de senador federal, attenta a decisão do Senado, que julga incompativel o mandato com o logar de membro da Camara Civil e Criminal da Capital Federal. (Sessão de 7 de outubro.) Pag. 176.

— do Sr. Prudente de Moraes, datado de 8 do corrente mez, communicando que continúa impossibilitado de comparecer ás sessões por persistirem os seus encommodos de saude.

— do Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 7 do corrente mez, communicando que foi devolvido áquella Camara, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional, declarando que o subsidio de senadores e deputados, durante a prorogação da actual sessão, será pago com os saldos das respectivas verbas do corrente exercicio, assim como o serviço de tachygraphia, redacção dos debates e publicações nas duas casas do Congresso, durante o tempo que exceder a cinco mezes.

— do Ministerio da Guerra, datado de 6 do corrente mez, enviando, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, a consulta do Conselho Supremo Militar ácerca da proposição da Camara dos Deputados, autorisando a revisão geral das promoções realizadas no exercito de 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890.

— do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, datado de 7 do corrente mez, devolvendo, devidamente sanccionado, um dos autographos do decreto do Congresso Nacional abrindo no corrente exercicio o credito de 400:000$ para a collocação de poços artesianos ou construcção de açudes nos Estados do Piauhy e Parahyba.

— do Sr. senador Ubaldino do Amaral, datado de 7 do corrente mez, declarando que não póde comparecer ás sessões do Senado por alguns dias e que tem impedimento permanente para servir na commissão de finanças, pelo que solicita a sua exoneração de taes funcções. (Sessão de 8 de outubro.) Pags. 181 e 182.

— do Instituto Historico e Geographico, datado de 5 do corrente mez, convidando o Sr. presidente do Senado a comparecer á ceremonia da commemoração do 4º centenario do descobrimento da America, que se realizará a 12 de outubro, ás 7 horas da noute, em a casa da rua da Misericordia n. A 2.

— da Camara Municipal da cidade de Arêas, Estado de S. Paulo, datado de 3 de outubro corrente, felicitando o Senado em nome de seus municipes, pela approvação legislativa, que autorisou a immigração chineza. (Sessão de 10 de outubro.) Pag. 183.

— do Sr. Ministro da Agricultura, datado de 10 do corrente mez, devolvendo, devidamente sanccionado, um dos autographos do decreto do Congresso Nacional, que autorisa o governo a contractar com o cidadão Julio Benavides o serviço de navegação e transporte de mercadorias pelo rio Içá ou Putumayo. (Sessão de 11 de outubro.) Pag. 187.

— do Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de 11 do corrente mez, communicando que aquella Camara adoptou a emenda do Senado á proposição da mesma Camara que concede á Companhia Piscatoria Sul Americana os favores do art. 3º §§ 2º e 3º do regulamento mandado observar por decreto n. 8338 de 17 de dezembro de 1881, a qual, assim emendada, foi dirigida á sancção presidencial.

— do Ministerio da Marinha, datado de 8 do corrente mez, devolvendo, devidamente sanccionado, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional que crêa, conjunctamente com a escola de machinistas, um curso de nautica no Estado do Pará. (Sessão de 13 de outubro.) Pag. 193.

— do Ministerio da Agricultura, datado de 5 do corrente, communicando que, na fórma do art. 37, § 1º, da Constituição Federal, devolveu á Camara dos Deputados o autographo do decreto do Congresso Nacional determinando que os 1ºs e 2ºs cirurgiões do Corpo de Bombeiros do Districto Federal gosarão das honras, vencimentos e mais vantagens inherentes aos postos de major e capitão e a que negou sancção o Sr. Vice-Presidente da Republica, pelos motivos constantes da exposição, que acompanha o referido autographo.

— do Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, datado de 11 de outubro, communicando que o Sr. Vice-Presidente da Republica, na fórma do art. 37, § 1º, da Constituição Federal, devolveu á Camara dos Deputados o autographo do decreto de lei do Congresso Nacional que manda considerar

lentes substitutos das Faculdades de Medicina que passaram a preparadores, os adjuntos actuaes que não foram contemplados pela ultima reforma e os preparadores que, tendo feito concurso para adjuntos, foram classificados e ao qual negou sancção pelos motivos constantes da exposição, que acompanha o referido autographo.

— do Ministerio dos Negocios do Interior, datado de 13 de outubro, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, um dos autographos da resolução do Congresso Nacional que prorogа, novamente, a segunda sessão da actual legislatura até 31 do corrente mez, e communicando que a referida resolução foi convertida no decreto legislativo n. 100 desta data. (Sessão de 14 de outubro.) Pag. 213.

— do Ministerio da Marinha, datado de 13 do corrente mez, devolvendo, de ordem do Sr. Vice-Presidente da Republica, devidamente sanccionado, um dos autographos do decreto do Congresso Nacional que reorganisa o corpo de engenheiro navaes. (Sessão de 15 de outubro.) Pag. 217.

Pareceres:

— N. 200 de 1892. (Lido na sessão de 17 de setembro.) Pag. 16.

— N. 201. (Lido na sessão de 17 de setembro.) Pag. 16.

— N. 202. (Lido na sessão de 17 de setembro.) Pag. 17.

— N. 203. (Lido na sessão de 17 de setembro.) Pag. 17.

— N. 204. (Lido na sessão de 19 de setembro.) Pag. 28.

— N. 205. (Lido na sessão de 16 de setembro.) Pag. 33.

— N. 206. (Lido na sessão de 19 de setembro.) Pag. 33.

— N. 207. (Lido na sessão de 20 de setembro.) Pag. 34.

— N. 208. (Lido na sessão de 20 de setembro.) Pag. 35.

— N. 209. (Lido na sessão de 20 de setembro.) Pag. 46.

— N. 210. (Lido na sessão de 21 de setembro.) Pag. 47.

— N. 211. (Lido na sessão de 21 de setembro.) Pag. 48.

— N. 212. (Lido na sessão de 21 de setembro.) Pag. 49.

— N. 213. (Lido na sessão de 21 de setembro.) Pag. 49.

— N. 214. (Lido na sessão de 21 de setembro.) Pag. 50.

— N. 215. (Lido na sessão de 21 de setembro.) Pag. 50.

— N. 216. (Lido na sessão de 21 de setembro.) Pag. 50.

— N. 217. (Lido na sessão de 21 de setembro.) Pag. 50.

— N. 218. (Lido na sessão de 22 de setembro.) Pag. 61.

— N. 219. (Lido na sessão de 22 de setembro.) Pag. 61.

— N. 220. (Lido na sessão de 22 de setembro.) Pag. 62.

— N. 221. (Lido na sessão de 22 de setembro.) Pag. 77.

— N. 222. (Lido na sessão de 23 de setembro.) Pag. 79.

— N. 223. (Lido na sessão de 23 de setembro.) Pag. 87.

— N. 224. (Lido na sessão de 27 de setembro.) Pag. 100.

— N. 225. (Lido na sessão de 27 de setembro.) Pag. 100.

— N. 226. (Lido na sessão de 27 de setembro.) Pag. 100.

— N. 227. (Lido na sessão de 28 de setembro.) Pag. 103.

— N. 228. (Lido na sessão de 28 de setembro.) Pag. 103.

— N. 229. (Lido na sessão de 28 de setembro.) Pag. 103.

— N. 230. (Lido na sessão de 30 de setembro.) Pag. 121.

— N. 231. (Lido na sessão de 1 de outubro.) Pag. 125.

— N. 232. (Lido na sessão de 1 de outubro.) Pag. 125.

— N. 233. (Lido na sessão de 1 de outubro.) Pag. 125.

— N. 234. (Lido na sessão de 3 de outubro.) Pag. 126.

— N. 235. (Lido na sessão de 4 de outubro.) Pag. 130.

— N. 236. (Lido na sessão de 4 de outubro.) Pag. 131.

— N. 237. (Lido na sessão de 4 de outubro.) Pag. 131.

— N. 238. (Lido na sessão de 4 de outubro.) Pag. 139.

— N. 239. (Lido na sessão de 6 de outubro.) Pag. 161.

— N. 240. (Lido na sessão de 7 de outubro.) Pag. 177.

— N. 241. (Lido na sessão de 8 de outubro.) Pag. 182.

— N. 242. (Lido na sessão de 10 de outubro.) Pag. 182.

— N. 243. (Lido na sessão de 10 de outubro.) Pag. 182.

— N. 244. (Lido na sessão de 11 de outubro.) Pag. 187.

— N. 245. (Lido na sessão de 11 de outubro.) Pag. 188.

— N. 246. (Lido na sessão de 11 de outubro.) Pag. 188.

— N. 247. (Lido na sessão de 11 de outubro.) Pag. 138.

— N. 248. (Lido na sessão de 11 de outubro.) Pag. 188.

— N. 249. (Lido na sessão de 11 de outubro.) Pag. 191.

— N. 250. (Lido na sessão de 15 de outubro.) Pag. 217.

— N. 251. (Lido na sessão de 15 de outubro.) Pag. 221.

Presidente (O Sr. Prudente de Moraes) — Discursos :

— dando uma explicação. (Sessão de 16 de setembro.) Pag. 14.

— sobre emendas apresentadas. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 21.

— fazendo uma observação. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 27.

— sobre a discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 41, de 1892. (Sessão de 19 de setembro.) Pag. 29.

— respondendo ao Sr. Americo Lobo. (Sessão de 20 de setembro.) Pag. 38.

— respondendo ao Sr. Quintino Bocayuva. (Sessão de 20 de setembro.) Pag. 40.

— sobre votações. (Sessão de 20 de setembro.) Pag. 42.

— sobre uma votação. (Sessão de 21 de setembro.) Pag. 58.

— fazendo observações. (Sessão de 22 de setembro.) Pag. 68.

— sobre um projecto. (Sessão de 23 de setembro.) Pag. 80.

— respondendo ao Sr. Nina Ribeiro e nomeando um membro para a commissão de legislação e justiça. (Sessão de 28 de setembro.) Pag. 106.

— annunciando uma votação. (Sessão de 30 de setembro.) Pag. 122.

— sobre a ordem do dia. (Sessão de 1 de outubro.) Pag. 125.

— respondendo ao Sr. Almeida Barreto. (Sessão de 3 de outubro.) Pags. 126 e 127.

— respondendo ao Sr. Americo Lobo. (Sessão de 4 de outubro.) Pag. 147.

— sobre a prorogação da actual sessão. (Sessão de 8 de outubro.) Pag. 182.

— sobre uma emenda. (Sessão de 10 de outubro.) Pags. 185 e 186.

— nomeando um membro para a commissão de finanças. (Sessão de 13 de outubro.) Pag. 194.

— sobre uma emenda. (Sessão de 14 de outubro.) Pag. 214.

— sobre uma emenda do Sr. João Neiva. (Sessão de 15 de outubro.) Pag. 220.

Projectos :

— N. 39, de 1892, apresentado pelo Sr. senador Elyseu Martins na sessão de 23 de setembro. Pag. 80.

— N. 40, de 1892, apresentado na sessão de 24 de setembro pelo Sr. Americo Lobo e outros. Pag. 96.

— N. 41, de 1892, apresentado na sessão de 4 de outubro pelo Sr. Domingos Vicente. Pag. 147.

— N. 42, de 1892, apresentado pelos Srs. Almeida Barreto e João Neiva na sessão de 6 de outubro. Pag. 166.

— N. 43. de 1892, apresentado pelo Sr. Gomensoro na sessão de 7 de outubro. Pag. 179.

— N. 44, de 1892, apresentado na sessão de 13 de outubro pelos Srs. F. Wandenkolk e outros. Pag. 193.

— N. 45, de 1892, apresentado pela commissão de instrucção publica na sessão de 15 de outubro. Pag. 217.

Proposições (da Camara dos Deputados):

— N. 74, de 1892. (Lida no expediente de 15 de setembro.) Pag. 1.

— N. 75, de 1892. (Orçamento da despeza do Ministerio da Fazenda.) (Lida no expediente de 16 de setembro.) Pag. 2.

— N. 76, de 1892. (Lida na sessão de 21 de setembro.) Pag. 47.

— N. 77, de 1892. (Lida na sessão de 22 de setembro.) Pag. 60.

— N. 78, de 1892. (Lida na sessão de 22 de setembro.) Pag. 60.

— N. 79, de 1892. (Lida na sessão de 27 de setembro.) Pag. 99.

— N. 80, de 1892. (Lida na sessão de 27 de setembro.) Pag. 99.

— N. 81, de 1892. (Lida na sessão de 28 de setembro.) Pag. 102.

— N. 82, de 1892. (Lida na sessão de 28 de setembro.) Pag. 102.

— N. 83, de 1892. (Lida na sessão de 28 de setembro.) Pag. 102.

— N. 84, de 1892. (Lida na sessão de 4 de outubro.) Pag. 128.

— N. 85, de 1892. (Lida na sessão de 4 de outubro.) Pag. 130.

— N. 86, de 1892. (Lida na sessão de 4 de outubro.) Pag. 130.

— N. 87, de 1892. (Lida na sessão de 5 de outubro.) Pag. 151.

— N. 88, de 1892. (Lida na sessão de 5 de outubro.) Pag. 151.

— N. 89, de 1892. (Lida na sessão de 5 de outubro.) Pag. 151,

— N. 90, de 1892. (Lida na sessão de 8 de outubro.) Pag. 182.

— N. 91, de 1892. (Lida na sessão de 8 de outubro.) Pag. 181.

— N. 92, de 1892. (Lida na sessão de 13 de outubro.) Pag. 210.

— N. 93, de 1892. (Lida na sessão de 13 de outubro.) Pag. 210.

Quintino Bocayuva (O Sr.) — Discursos:

— sobre o orçamento do Ministerio do Interior. (Sessão de 20 de setembro.) Pags. 39 e 40.

— sobre um requerimento do Sr. Americo Lobo. (sessão de 4 de outubro.) Pag. 147.

— sobre a proposição n. 75, de 1892. (Sessão de 13 de outubro.) Pag. 209.

Ramiro Barcellos (O Sr.) — Discursos:

— remettendo á Mesa um requerimento. (Sessão de 16 de setembro.) Pag. 8.

— apresentando um requerimento (Sessão de 16 de setembro). Pag. 12.

— sobre o orçamento do Ministro das Relações Exteriores (Sessão de 16 de setembro.) Pag. 13.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 57 de 1892. (Sessão de 17 e 20 de setembro.) Pags. 20 e 43.

— sobre uma emenda (Sessão de 17 de setembro) Pag. 21.

— sobre um requerimento do Sr. Americo Lobo. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 23.

— sobre o projecto que manda construir poços artesianos no Piauhy. (Sessão de 17 de Setembro.) Pag. 25.

— sobre a proposição n. 81 de 1892 (Sessão de 4 de outubro.) Pag. 150.

— sobre a proposição n. 52 de 1892. (Sessão de 5 de outubro.) Pags. 155 e 158.

— apresentando uma indicação. (Sessão de 5 de outubro.) Pag. 159.

— sobre a proposição n. 52 de 1892. (Sessão de 6 de outubro.) Pag. 172.

— sobre a proposição n. 75 de 1892. (Sessão de 13 de outubro.) Pags. 198 e 206.

Rangel Pestana (O Sr.) Discursos:

— sobre o orçamento do Ministerio do Interior. (Sessão de 16 de setembro.) Pag. 8.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 48 de 1892. (Sessão de 22 de setembro.) Pags. 64 e 68.

Requerimentos:

— Requeiro que sejam pedidas ao Poder Executivo e com urgencia as seguintes informações:

1º, qual a despeza total feita pelo Estado, com o serviço de immigração durante o exercicio de 1890 e 1891 no 1º semestre de 1892, incluindo o despendido com as respectivas repartições, medições de terras etc.?

2º, qual o numero de immigrantes entrados neste periodo? Quantos adultos? Quantos do sexo masculino?

3º, em que Estado da União foram estabelecidos os immigrantes e qual o numero das entradas em cada Estado?

4º, qual tem sido a immigração dos colonos introduzidos nesse lapso de tempo?

5º, dos immigrantes introduzidos durante aquelles exercicios que proporção se fixou no trabalho a salario e qual no cultivo da terra por conta propria e onde?

6º, qual é a despeza média correspondente ao transporte de cada immigrante, nos exercicios citados, da Europa aos portos brazileiros, desta capital aos Estados, dos portos dos Estados á sua localisação definitiva, incluindo comedorias?

7º, tendo as terras devolutas passado ao dominio dos Estados, qual tem sido o accordo com estes para que o governo continue a mandar medir lotes nas referidas terras?

8º, em quanto monta a somma despendida nos ultimos cinco annos, isto é, de janeiro de 1887 a dezembro de 1891, com tudo que se refere á verba — Terras publicas e colonisação?

Sala das sessões, 16 de setembro de 1892. — *Ramiro Barcellos.* (Approvado sem debate na sessão de 16 de setembro.) Pag. 8.

— Requeiro que as emendas sejam remettidas á commissão de finanças. — *Ramiro Barcellos.* (Approvado sem debate na sessão de 16 de setembro.) Pag. 13.

— de Olympio Corrêa Netto, pedindo a concessão de uma loteria mensal, cujo plano offerece, do capital de 2.000:000$, sendo o producto applicado ao resgate e conversão das apolices de 5 % e das de 4 % em ouro.

— de Tavares & Comp., pedindo, á vista do despacho do Ministerio da Fazenda, publicado no *Diario Official* de 10 do corrente mez de setembro, que seja rectificada a importancia de 180:000$, incluida no orçamento daquelle Ministerio para a acquisição do trapiche de S. João, no Estado do Para, visto não poderem vendel-o por essa importancia, mas pela de 240:000$ porque se propuzeram fazel-o e acceita pelo ex-ministro da fazenda.

— do Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, allegando ter sido violentamente demittido do cargo de professor vitalicio do curso preparatorio, annexo á Faculdade de Direito do Recife, e reintegrado em sua cadeira, pede que se inclua na verba — Eventuaes — do orçamento do Ministerio da Instrucção Publica, uma autorisação no sentido de lhe serem pagos os vencimentos que lhe competirem, desde o dia em que foi demittido e o em que foi reintegrado. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 16.

— Requeiro que a emenda em discussão volte ás commissões para dizerem da conveniencia ou inconveniencia da medida proposta e adoptada pela Camara dos Deputados.

Sala das sessões, 17 de setembro de 1892. — *Americo Lobo.* (Depois de algum debate, foi retirada a pedido de seu autor. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 24.

—dos escrivães do Tribunal Civil e Commercial desta capital, pedindo, pelas razões que allegam, a revisão do actual regimento de custas. (Sessão de 22 de setembro.) Pag. 61.

—Requeiro que se consigne na acta de hoje um voto de satisfação por parte do Senado, vendo restituidos ao seu seio os representantes que se achavam ausentes, e expressando ao mesmo tempo o desejo de que os Estados completem sua representação nesta casa.

Sala das sessões. — *Manoel Victorino.* (Foi approvado sem debate na sessão de 28 de setembro.) Pag. 105.

—Requeiro que seja consultado o Senado si á vista dos arts. 79, 25 e outros da constituição Federal existe incompatibilidade entre os cargos de senador federal e o de membro do Tribunal Civil e Criminal desta capital, para o qual foi nomeado.

Sala das sessões, 28 de setembro de 1892.— *Tavares Bastos.* (Approvado na sessão de 28 de setembro.) Pag. 106.

— dos professores do Gymnasio Nacional, allegando terem sido, pela lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, § 2º do art. 3º equiparados em vantagens aos lentes e professores correspondentes dos outros estabelecimentos federaes de instrucção superior, pedem que essas vantagens sejam incluidas nas respectivas tabellas para o exercicio de 1893 (Sessão de 30 de setembro.) Pag. 121,

— de Mathilde Carolina de Sampaio, viuva do Dr. Francisco de Paula Tavares, official do exercito, pedindo uma pensão ou a graça de considerar regularisado o montepio obrigatorio que devera ter sido iniciado por seu finado marido. (sessão de 1 de outubro.) Pag. 124.

— Requeiro que se requisite do governo, remetta ao Senado cópia do relatorio da commissão que do Thesouro foi mandado examinar o estado financeiro da Intendencia Municipal desta Capital.

Sala das sessões, 15 de outubro de 1892.— *Saldanha Marinho.*— (Approvado sem debate na sessão de 15 de outubro.) Pag. 218.

Rosa Junior (O Sr.) — Discursos:

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 57 de 1892. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 17.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 22 de 1892. (Sessão de 19 de setembro.) Pag. 30.

— sobre o projecto que organisa o corpo de engenheiros navaes. (Sessão de 29 de setembro.) Pag. 117.

— sobre a proposição n. 70 de 1892. (Sessão de 29 de setembro.) Pag. 120.

— sobre a proposição n. 75 de 1892. (Sessão de 13 de outubro.) Pag. 204.

— sobre a proposição n. 79 de 1892. (Sessão de 15 de outubro.) Pag. 219.

Ruy Barbosa (O Sr.) — Discursos:

— sobre a proposição n. 46 de 1892. (Sessão de 27 de setembro.) Pag. 101.

— reclamando contra a publicação dos debates. (Sessão de 6 de outubro.) Pag. 167.

Saldanha Marinho (O Sr.) — Discursos:

— fazendo uma communicação. (Sessão de 3 de outubro.) Pag. 126.

— apresentando uma exposição. (Sessão de 6 de outubro.) Pag. 161.

— apresentando um requerimento. (Sessão de 15 de outubro.) Pag. 218.

Tavares Bastos (O Sr.) — Discursos:

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 60 de 1892. (Sessão de 20 de setembro.) Pag. 44.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados. n. 42 de 1892. (Sessão de 23 de setembro.) Pag. 81.

— sobre sua nomeação para juiz do Tribunal Civil e Criminal. (Sessão de 28 de setembro.) Pag. 105.

Telegramma:

— da Intendencia Municipal de Joinville, Estado de Santa Catharina, datado de 12 do corrente mez, assim concebido:

Senado — Rio.

Em nome dos interesses deste municipio importante e de todo o norte do Estado, vos pedimos que do orçamento da União para 1893 seja mantida a verba para prolongamento e conservação da estrada de rodagem D. Francisca, a qual servindo ás colonias de Joinville, S. Bento e Rio Negro, é a unica via de communicação que tem feito progredir estas zonas, augmentando as rendas e desenvolvendo industrias importantes.— Os intendentes — Dr. *Abdon Baptista.— João Colin. — Henrique Waltter.— Henrique Hanch.— João Shröder.—Antonio José Ribeiro.— João Gotlieb Stein.* (Sessão de 14 de outubro.) Pag. 213.

Ubaldino do Amaral (O Sr.) —Discursos:

— sobre o orçamento do Ministerio do Interior. (Sessão de 16 de setembro.) Pag. 9.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 47 de 1892. (sessão de 22 de setembro.) Pag. 72.

— sobre a redacção das emendas á proposição da Camara dos Deputados n. 42 de 1892. (Sessão de o 23 de setembro.) Pag. 80.

— sobre a proposição n. 49 de 1892. (Sessão de 23 de setembro.) Pag. 86.

— sobre a proposição n. 46 de 1892. (Sessão de 28 de setembro. (Pag. 106.

— sobre a proposição n. 52 de 1892. (Sessão de 6 de outubro.) Pag. 171.

— sobre a proposição n. 15 de 1891. (Sessão de 6 de outubro.) Pag. 174.

— sobre o expediente. (Sessão de 13 de outubro) Pag. 193.

— sobre a proposição n. 75 de 1892. (Sessão de 13 de outubro.) Pag. 197.

Virgilio Damasio (O Sr.) — Discursos:

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 51 de 1892. (Sessão de 17 de setembro.) Pag. 27.

— sobre o orçamento do Ministerio do Interior. (Sessão de 20 de setembro.) Pag. 39.

— requerendo dispensa de intersticio. (Sessão de 20 de setembro.) Pag. 43.

— sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 48 de 1892. (Sessões de 21 e 22 de setembro.) Pags. 57 e 68.

— sobre a proposição n. 52 de 1892. (Sessão de 5 de outubro.) Pag. 158.

— sobre uma emenda. (Sessão de 10 de outubro.) Pag. 184.

SENADO FEDERAL

HISTORICO

DAS

SESSÕES DE 17 DE OUTUBRO A 12 DE NOVEMBRO DE 1892

Na sessão do dia 17 de outubro, depois da leitura do parecer n. 252 (vide pag. 1), passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão, e é sem debate approvada a redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados n. 60 de 1892, dispondo que a lei n. 21 de 24 de outubro de 1891 comprehende, quanto á acção publica, o furto de gado de qualquer especie.

Segue-se em nova discussão a emenda offerecida e approvada, em 3ª, á proposição da mesma Camara n. 79, de 1892, rectificando as patentes dos reformados nos postos de generaes, voluntariamente ou não, effectuadas ou comprehendidas como compulsorias, para attender á correspondente alteração de denominações, conforme o decreto n. 350, de 19 de abril de 1890.

Depois de orar o Sr. Rosa Junior, é approvada a emenda.

E' approvada em 2ª discussão a proposição da Camara dos Deputados n. 3 de 1892 que passa a 3ª a requerimento do Sr. Antonio Baena.

Levanta-se a sessão.

No dia 18 depois da leitura dos pareceres o Sr. Americo Lobo envia á Mesa um projecto de lei. (Vide pag. 9.)

Passa-se á ordem do dia.

Entra em 3ª discussão, com as emendas approvadas em 2ª, a proposição da Camara dos Deputados, n. 75, de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Fazenda para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Americo Lobo, Elyseu Martins, Ramiro Barcellos, Amaro Cavalcanti, Ramiro Barcellos, Manoel Victorino e Rosa Junior.

Encerra-se a discussão.

E' approvado um requerimento do Sr. Manoel Victorino. (Vide pag. 16.)

E' approvada a proposição n. 75.

Segue-se em 3ª discussão, a qual encerra-se sem debate, a proposição da Camara dos Deputados n. 3, de 1892, instituindo montepio para o operario effectivo ou do quadro extranumerario do Arsenal de Marinha da Capital Federal, com o substitutivo offerecido por diversos Srs. senadores.

Não havendo numero legal, fica adiada a votação desta proposição.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 19, depois da leitura dos pareceres os Srs. Amaro Cavalcanti e Americo Lobo occupam a hora do expediente.

Foi nomeado para substituir o Sr. Domingos Vicente, na commissão de finanças, o Sr. Joaquim de Souza.

Passa-se á ordem do dia.

O Sr. Presidente deixa a cadeira da presidencia.

O Sr. 2º secretario assumindo a presidencia annuncia a votação, em 3ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados, n. 3 de 1892, instituindo montepio para o operario effectivo ou do quadro extranumerario do Arsenal de Marinha da Capital Federal e diz que a esta proposição foi offerecido um substitutivo que a altera completamente e por consequencia lerá uma e outra e na votação proporá, como emendas substitutivas, os artigos do substitutivo que teem relação com os da proposição, e como emendas additivas os que conteem materia estranha.

E' approvada a proposição.

Segue-se, em discussão unica, e é sem debate approvada a redacção da emenda do Senado á proposição da mesma Camara, n. 79 de 1892, mandando rectificar as patentes dos reformados nos postos de generaes, voluntariamente ou não, effectuadas ou comprehendidas como compulsorias, nos termos do decreto de 30 de janeiro de 1890 e da resolução do Congresso Nacional, n. 29 de 8 de janeiro de 1892.

Segue-se em 2ª discussão o art. 1º do projecto do Senado, n. 45 de 1892, autorisando o governo a mandar pagar ao Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos, professor vitalicio do curso preparatorio annexo á Faculdade de Direito do Recife, os honorarios, que deixou de receber desde 21 de fevereiro de 1891, data do decreto que o exonerou desse cargo, até á data de sua reintegração a 13 de setembro de 1892.

O Sr. Ramiro Barcellos envia á Mesa um requerimento. (Vide pag. 25.)

Occupa em seguida a tribuna o Sr. Virgilio Damasio, ficando encerrada a discussão.

E' approvado o requerimento do Sr. Barcellos.

Vem á Mesa, e é lido o parecer n. 259. (Vide pag. 25.)

O Sr. Ramiro Barcellos *(pela ordem)* requer dispensa da impressão, afim de ser a redacção discutida immediatamente, visto tratar-se de materia urgente, e estar proximo a terminação dos trabalhos legislativos, pela segunda vez prorogados.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Entra em discussão, e é sem debate approvada a redacção.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 20, depois da leitura do parecer n. 260 (vide pag. 29), occupa a tribuna na hora do expediente o Sr. Ubaldino do Amaral.

Passa-se á ordem do dia.

Entram em discussão, a qual encerra-se sem debate, as emendas contendo materia nova, adoptadas em 3ª discussão, á proposição da Camara dos Deputados n. 3, de 1892, instituindo montepio para o operario effectivo ou do quadro extranumerario do Arsenal de Marinha da Capital Federal.

Segue-se em 2ª discussão, com as emendas constantes do parecer da commissão de finanças, a proposição da Camara dos Deputados, n. 92 de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Guerra para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Rosa Junior, João Neiva, Aristides Lobo e Manoel Victorino.

Encerra-se a discussão, ficando adiada a votação por falta de numero.

Segue-se, em discussão unica, a qual encerra-se sem debate, ficando a votação adiada por falta de numero legal, o parecer n. 254 de 1892, da commissão de finanças, opinando que não ha que attender ao requerimento de Tavares & Comp., que reclama a elevação de 180:000$ á 240:000$ na verba consignada pela proposição orçamentaria da Camara dos Deputados, para a compra do trapiche S. João, no Estado do Pará.

Segue-se, em discussão unica, a qual encerra-se tambem sem debate, adiando-se a votação por falta de numero legal, o parecer n. 256 de 1892, da mesma commissão, concluindo para que seja archivada a petição dos moradores do curato de Santa Cruz, solicitando providencias quanto á irregularidade dos titulos de arrendamento nas terras

daquelle proprio nacional, visto já ter a commissão proposto no projecto do orçamento de despeza do Ministerio da Fazenda o que de conveniencia e direito lhe parecer.

Segue-se, finalmente, em 1ª discussão, a qual encerra-se sem debate, ficando a votação adiada por falta de numero legal, o projecto do Senado n. 46 de 1892, regulando as avarias grossas e a jurisdicção dos capitães dos navios mercantes, surtos nos portos da Republica.

Levanta-se a sessão.

No dia 21, depois da leitura do expediente, o Sr. Saldanha Marinho envia á Mesa um requerimento. (Vide pag. 47.)

Sobre elle occupam a tribuna os Srs. Aristides Lobo, Saldanha Marinho e U. do Amaral, ficando a discussão adiada pela hora.

Passa-se á ordem do dia.

Procede-se á votação, em 2ª discussão, da proposição n. 92 de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Guerra para o exercicio de 1893.

A requerimento do Sr. Antonio Baena, a proposição passa á 3ª discussão.

Vota-se e é approvado o parecer n. 254 de 1892, da commissão de finanças, opinando que não ha que attender ao requerimento de Tavares & Comp., que reclamam a elevação de 180:000$ a 240:000$ na verba consignada pela proposição orçamentaria da Camara dos Deputados, para a compra do trapiche S. João, no Estado do Pará.

Vota-se e é approvado o parecer n. 356 de 1892, da mesma commissão, concluindo para que seja archivada a petição dos moradores do curato de Santa Cruz, solicitando providencias quanto á irregularidade dos titulos de arrendamento nas terras daquelle proprio nacional, visto já ter a commissão proposto no projecto do orçamento de despeza do Ministerio da Fazenda o que de conveniencia e direito lhe parecer.

Vota-se em 1ª discussão, e é approvado e adoptado para passar á 2ª, indo antes ás commissões reunidas de justiça e legislação e de commercio, industria e artes, o projecto do Senado n. 46 de 1892, regulando as avarias grossas e jurisdicção dos capitães dos navios mercantes, surtos nos portos da Republica.

Entram successivamente em 2ª discussão com o parecer das commissões de commercio, agricultura, industria e artes e de finanças, e são sem debate approvados, os arts. 1º, 2º e 3º da proposição da Camara dos Deputados n. 93 de 1892, autorisando o governo a conceder prorogação do prazo para terminação das obras de desobstrucção do rio das Velhas, sendo a subvenção annual de 150:000$, pagos durante todo o prazo do privilegio.

Vem á Mesa uma declaração de voto assignada pelo Sr. Amaro Cavalcanti. (Vide pag. 53.)

A requerimento do Sr. João Neiva a proposição passa á 3ª discussão.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de marinha e guerra, e o voto em separado de um de seus membros, o art. 1º do projecto do Senado n. 44, de 1892, declarando que os machinistas de 1ª, 2ª e 3ª classes do antigo quadro, promulgado pelo decreto n. 336 A, de 16 de abril de 1890, perceberão como gratificação a differença do soldo que então lhes competia e o que actualmente vencem *ex-vi* do decreto n. 779 B, de 29 de março deste anno.

Oram os Srs. Cunha Junior, Eduardo Wandenkolk, Cunha Junior e Rosa Junior.

Encerra-se a discussão, ficando a votação adiada por falta de numero legal.

Seguem-se, successivamente, em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, a qual encerra-se sem debate, ficando a votação adiada por falta de numero legal, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados n. 83 de 1892, relevando a D. Carolina Luiza de Oliveira Pereira Pinto, viuva do tenente reformado do exercito João Carlos Pereira Pinto, a prescripção do tempo decorrido desde 14 de dezembro de 1869 a 28 de agosto de 1877 para o recebimento do meio soldo durante este lapso de tempo á razão de 7$ mensaes.

Levanta-se a sessão.

No dia 22, depois da leitura do parecer n. 261 (vide pag. 62), continuou a discussão do requerimento do Sr. Saldanha Marinho, apresentado na sessão anterior.

O Sr. Saldanha Marinho retira o seu requerimento.

O Sr. Paranhos occupa-se da proposição sobre auxilio aos Estados e envia á Mesa um requerimento, que é approvado.

Segue-se a ordem do dia.

E' approvado em 2ª discussão o projecto do Senado, n. 44 de 1892.

E' approvada a proposição n. 83 de 1892.

Segue-se, em 3ª discussão, com as emendas approvadas em 2ª, a proposição da Camara dos Deputados n. 91 de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Guerra para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Aristides Lobo, Rosa Junior, Elyseu Martins, Rosa Junior e João Neiva.

Encerra-se a discussão, sendo approvada a proposição.

Segue-se, em 3ª discussão, e é sem debate approvada e adoptada para ser submettida á sancção presidencial, a proposição da Camara dos Deputados n. 93, de 1892, autorisando o governo a conceder prorogação do prazo para terminação das obras de desobstrucção do rio das Velhas, sendo a subvenção annual de 150:000$, pagos durante todo o prazo do privilegio.

E' lido o parecer n. 262. (Vide pag. 71.)

O Sr. Saldanha Marinho *(pela ordem)* requer dispensa de impressão, em avulso, do parecer, afim de ser, com a materia a que se refere, dado para ordem do dia da sessão seguinte, depois de impresso no *Diario do Congresso*.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Entram successivamente em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, os arts. 1º e 2º do projecto do Senado, n. 47, de 1892, relativo aos vencimentos do director geral e dos directores de secção da Secretaria da Justiça.

A votação fica adiada, por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 24, depois da leitura do parecer n. 266 (vide pag. 83), o Sr. Gil Goulart requer, e o Senado approva, dispensa de impressão da redacção das emendas do orçamento da Guerra.

Na hora do expediente occupam a tribuna os Srs. Almeida Barreto, João Pedro e Americo Lobo, que manda á Mesa um requerimento. (Vide pag. 88.)

E' approvado o requerimento.

Passa-se á ordem do dia.

Vota-se, em 2ª discussão, e é rejeitado, o art. 1º do projecto do Senado, n. 47, de 1892, relativo aos vencimentos do director geral e dos directores de secção da Secretaria da Justiça, ficando prejudicado o art. 2º.

Segue-se, em 2ª discussão, com o parecer e as emendas da commissão de finanças, a proposição da Camara dos Deputados, n. 95, de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Presidente, Elyseu Martins, João Neiva e Manoel Victorino.

A discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

No dia 25, depois da leitura dos pareceres, o Sr. Manoel Victorino manda á Mesa um projecto. (Vide pag. 100.)

O Sr. Souza Coelho pede a nomeação de um membro para a commissão de obras publicas.

O Sr. Presidente nomeia o Sr. Santos Andrade para aquella commissão.

Passa-se á ordem do dia.

Continúa em segunda discussão, com o parecer e as emendas da commissão de finanças, a proposição da Camara dos Deputados, n. 95 de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Virgilio Damasio, Amaro Cavalcanti, U. do Amaral e Ramiro Barcellos.
A discussão fica adiada pela hora.
E' lido o parecer n. 274 de 1892. (Vide pag. 105.)

Levanta-se a sessão.

No dia 26, depois da leitura dos pareceres, o Sr. Americo Lobo envia á Mesa um requerimento, que é approvado. (Vide pag. 123.)

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica, e é, sem debate, approvada a redacção das emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, n. 3, de 1892, instituindo montepio para o operario effectivo ou do quadro extranumerario e serventes effectivos do Arsenal de Marinha da Capital Federal, operarios e serventes nas mesmas condições das directorias de artilharia e torpedos.

Continúa em 2ª discussão, com o parecer e as emendas da commissão de finanças, a proposição da Camara dos Deputados, n. 95, de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Ramiro Barcellos, Nina Ribeiro, Americo Lobo e Theodoreto Souto, ficando a discussão adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

No dia 27, depois da leitura dos pareceres, o Sr. Aristides Lobo envia á Mesa um projecto. (Vide pag. 140.)

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica o parecer n. 263 de 1892, da commissão de constituição e poderes, sobre o officio da Camara Municipal de Nictheroy.

Ora o Sr. Quintino Bocayuva, encerrando-se a discussão.

Vem á Mesa uma declaração de voto assignada pelo Sr. Pinheiro Guedes. (Vide pag. 141.)

Continúa em 2ª discussão, com o parecer e as emendas da commissão de finanças, a proposição da Camara dos Deputados, n. 95, de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Gil Goulart, Generoso Marques e Luiz Delfino, ficando encerrada a discussão.

O Sr. Ramiro Barcellos *(pela ordem)* diz que, para adeantar serviço, attento o pouco tempo que resta para os trabalhos do Congresso, a commissão de finanças entendeu, durante a sessão, dever preparar o parecer sobre as emendas apresentadas, e enviál-o á Mesa para poderem essas emendas ser votadas na sessão seguinte.

E' lido o parecer n. 284 de 1892. (Vide pag. 152.)

Levanta-se a sessão.

No dia 28, depois da leitura dos pareceres, o Sr. Aquilino do Amaral envia á Mesa uma indicação. (Vide pag. 160.)

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica o projecto do Senado, n. 50 de 1892, prorogando novamente a presente sessão legislativa até o dia 12 de novembro do corrente anno, para concluir a decretação dos orçamentos da Republica, e, si houver tempo, resolver-se a questão financeira e a reforma do Correio Federal.

Oram os Srs. Amaro Cavalcanti, Aristides Lobo, Americo Lobo, Theodoreto Souto e Rosa Junior, ficando encerrada a discussão.

E' approvado o projecto.

E' approvado em 2ª discussão o orçamento do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Vem á Mesa uma declaração de voto, assignada pelos Srs. Antonio Baena e outros.

Seguem-se successivamente em 2ª discussão, e são sem debate approvados, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 86 de 1892, autorisando o Poder Executivo a abrir creditos especiaes de 500:000$ a cada um dos Estados da Parahyba, Goyaz e Piauhy.

A proposição é adoptada para passar á 3ª discussão.

A requerimento do Sr. Paranhos a proposição passa á 3ª discussão.

Segue-se em 3ª discussão, a qual encerra-se sem debate, a proposição da mesma Camara, n. 76 de 1892, autorisando o governo a considerar a reforma compulsoriamente dada ao official de fazenda de 2ª classe Antonio Mariano Barreto Pereira Pinto na effectividade do posto de 2º tenente, em que foi graduado, passando sua graduação á do posto immediato.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Segue-se em discussão unica, a qual encerra-se sem debate, ficando a votação adiada por falta de numero legal, o parecer n. 261 da commissão de justiça e legislação sobre a representação do Dr. Miguel Vieira Ferreira.

Seguem-se successivamente em 2ª discussão, com o parecer da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, a qual encerra-se sem debate, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 109 de 1892, autorisando o governo a modificar o contracto com a Companhia *S. Paulo Railway, limited*.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Segue-se em discussão unica, a qual encerra-se sem debate, ficando a votação adiada por falta de numero legal, a emenda da Camara dos Deputados ao projecto do Senado, n. 72 de 1892, regulando a navegação de cabotagem, a qual, sendo rejeitada pelo Senado, foi por aquella Camara approvada por dous terços de votos.

Segue-se em 1ª discussão, a qual encerra-se sem debate, ficando a votação adiada por falta de numero legal, o projecto do Senado, n. 49 de 1892, marcando aos governos dos Estados o prazo maximo de 90 dias da data da communicação feita pela Mesa da respectiva Camara, para execução do § 3º do art. 17 da Constituição.

Seguem-se successivamente em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, a qual encerra-se sem debate, ficando a votação adiada por falta de numero legal, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 36 de 1892, autorisando o Poder Executivo a adquirir um predio onde funccione o Tribunal do Jury da Capital Federal.

Segue-se, finalmente, em 1ª discussão, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação por falta de numero legal, o projecto do Senado, n. 48 de 1892, abolindo o imposto de heranças e legados sobre apolices da divida publica.

O Sr. 2º secretario *(para materia urgente)* lê um officio do Sr. 1º secretario da Camara dos Deputados, datado de hoje, communicando que, em sessão desta data, foram approvadas as emendas do Senado á proposição da mesma Camara que fixa a despeza do Ministerio da Guerra para o exercicio de 1893, com excepção das que se referem ás rubricas: 3ª, Contadoria Geral da Guerra; 4ª, na parte que augmenta a consignação para canalisação de agua do quartel do Realengo; 5ª, Instrucção Militar; 17, Fardamento; 21, Companhias militares; e a suppressiva dos ns. I e VI do § 2º, ás quaes não póde dar o seu assentimento.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 29, depois da leitura do parecer n. 289 de 1892 (vide pag. 170), o Sr. Elyseu Martins occupa a hora do expediente.

Passa-se á ordem do dia.

Procede-se á votação das materias cuja discussão ficou encerrada na sessão anterior.

Vota-se, por escrutinio secreto, e é approvada por 25 votos contra 12, a proposição da Camara dos Deputados n. 76, de 1892, autorisando o governo a considerar a reforma compulsoriamente dada ao official de fazenda de 2ª classe Antonio Mariano Barreto Pereira Pinto, na effectividade do posto de 2º tenente em que foi graduado, passando sua graduação á do posto immediato.

A proposição é adoptada para ser submettida á sancção presidencial.

Vota-se, e é approvado o parecer n. 261 da commissão de justiça e legislação sobre a representação do Dr. Miguel Vieira Ferreira.

Vota-se, em 2ª discussão, e são successivamente approvados, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados n. 109, de 1892, autorisando o governo a modificar o contracto com a Companhia *(S. Paulo Railway, limited)*.

A proposição é adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. João Pedro, 1º secretario *(pela ordem)* — Tratando-se de materia urgente e que prende-se á crise de transportes em S. Paulo, requeiro dispensa de intersticio para a 3ª discussão desta proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa.

Segue-se em votação a emenda da Camara dos Deputados ao projecto do Senado, regulando a navegação de cabotagem, a qual sendo rejeitada pelo Senado, foi por aquella Camara approvada por dous terços de votos.

E' rejeitada a emenda.

Vota-se, em 1ª discussão, e é approvada para passar á 2ª, indo antes ás commissões reunidas de constituição, poderes, justiça e legislação, o projecto do Senado, n. 49 de 1892, marcando aos governos dos Estados o prazo maximo de 90 dias da data da communicação feita pela Mesa da respectiva Camara, para execução do § 3º do art. I da Constituição.

Vota-se, em 1ª discussão, e é rejeitado o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados n. 36, de 1892, autorisando o Poder Executivo a adquirir um predio onde funccione o Tribunal do Jury da Capital Federal, ficando prejudicado o art. 2º.

A proposição vae ser devolvida á Camara dos Deputados, com a communicação do occorrido.

Vota-se, em 1ª discussão, e é approvada para passar á 2ª, indo antes ás commissões reunidas de constituição, poderes e de finanças, o projecto do Senado n. 38, abolindo o imposto de heranças e legados sobre apolices da divida publica.

Segue-se, em 3ª discussão, a proposição da Camara dos Deputados n. 86, de 1892, autorisando o Poder Executivo a abrir creditos especiaes de 500:000$ a cada um dos Estados da Parahyba, Goyaz e Piauhy.

Oram os Srs. Aquilino do Amaral, Elyseu Martins, Firmino da Silveira, Paranhos e Q. Bocayuva.

Encerra-se a discussão.

E' approvada a proposição.

Segue-se, em 2ª discussão, com o parecer das commissões reunidas de finanças e obras publicas, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 96 de 1892, autorisando o governo a prorogar por um anno o prazo determinado á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para começar as obras do porto de Jaraguá, no Estado de Alagôas.

Oram os Srs. João Neiva, Monteiro de Barros, Manoel Victorino e Rangel Pestana.

Encerra-se a discussão.

E' approvada a proposição.

Segue-se, em 2ª discussão, com o parecer da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados n. 108, de 1892, autorisando o governo a conceder á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil privilegio para construcção, uso e goso de um ramal da Estiva á cidade do Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

Oram os Srs. C. Ottoni, Braz Carneiro e Q. Bocayuva.

Vem á Mesa um requerimento do Sr. Q. Bocayuva. (Vide pag. 181.)

A discussão fica adiada pela hora.

E' lido o parecer n. 290. (Vide pag. 181.)

Na sessão de 31 de outubro, depois da leitura dos pareceres, passa-se á ordem do dia.

Entram em discussão unica as emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, que fixa a despeza do Ministerio da Guerra, para o exercicio de 1893, as quaes, sendo rejeitadas pela mesma Camara, foram devolvidas ao Senado.

Depois de algumas observações do Sr. Presidente, ora o Sr. Julio Frota, ficando a discussão encerrada.

São approvadas as emendas.

Seguem-se, em 3ª discussão, as emendas approvadas em 2ª á proposição da Camara dos Deputados, n. 95 de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Laper, Ramiro Barcellos, Manoel Victorino, Americo Lobo e Ramiro Barcellos, ficando a discussão adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

Na sessão de 1 de novembro, depois da leitura do parecer n. 293 de 1892 (vide pag. 198), passa-se á ordem do dia.

Continúa em 3ª discussão, com as emendas offerecidas, a proposição da Camara dos Deputados, n. 95 de 1892, fixando a despeza do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Luiz Delfino, Pinheiro Guedes, Elyseu Martins, Americo Lobo, Cruz e Esteves Junior, ficando encerrada a discussão.

E' approvada a proposição.

Veem á Mesa duas declarações de voto dos Srs. Manoel Victorino e Pinheiro Guedes. (Vide pag. 207.)

O Sr. Ramiro Barcellos *(pela ordem)* pede que sejam publicadas no *Diario do Congresso* as informações, que solicitou do Ministerio da Agricultura em outra occasião, sobre serviços de terras e colonisação, e que acabam de lhe ser presentes, visto conterem dados interessantes sobre essa materia e poderem aproveitar á discussão de futuros orçamentos.

O Sr. Presidente diz que, apezar de não ser um requerimento feito na hora do expediente, attenta a sua natureza, vae submettel-o a votos.

E' approvado o requerimento.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 3, depois da leitura dos pareceres, o Sr. Firmino da Silveira envia á Mesa um requerimento que é approvado. (Vide pag. 216.)

Passa-se á ordem do dia.

Entra em terceira discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 109 de 1892, autorisando o governo a modificar os contractos com a Companhia *S. Paulo Railway, limited*.

Oram os Srs. Americo Lobo, Rangel Pestana e Americo Lobo, ficando encerrada a discussão.

E' approvada a proposição.

Segue-se, em 2ª discussão, com o parecer das commissões de finanças e de marinha e guerra, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 105 de 1892, autorisando o governo a abrir um credito de 267:041$600, no corrente exercicio, para satisfazer os pagamentos de despezas feitas com as occurrencias de Matto Grosso e desastre do encouraçado *Solimões*.

Oram os Srs. Pinheiro Guedes, Aristides Lobo, Rosa Junior e Pinheiro Guedes, ficando a discussão encerrada.

Por votação nominal é approvada a proposição.

Segue-se, em 2ª discussão, com o parecer da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 112 de 1892, autorisando o governo a separar, desde já, o serviço de suburbios do de transporte de passageiros e mercadorias da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Oram os Srs. C. Ottoni, João Neiva, Q. Bocayuva e C. Ottoni, ficando a discussão adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

No dia 4, depois da leitura do parecer n. 300 (vide pag. 227), o Sr. Generoso Marques faz uma reclamação a que responde o Sr. Presidente.

O Sr. Q. Bocayuva envia á Mesa um projecto. (Vide pag. 229.)

Entra em 2ª discussão, com o parecer e as emendas offerecidas pela commissão de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 98 de 1892, reorganizando o serviço dos Correios.

Oram os Srs. U. do Amaral, Q. Bocayuva e João Neiva, que requer e o Senado approva o adiamento da discussão.

O Sr. Presidente — Continúa em discussão o requerimento offerecido pelo Sr. Christiano Ottoni na sessão de hontem, pedindo que seja ouvido o governo sobre a proposição da Camara dos Deputados, n. 112 de 1892, autorisando o governo a separar, desde já, o serviço de suburbios do de transporte de passageiros e mercadorias da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ninguem pedindo a palavra encerra-se a discussão, sendo approvado o requerimento.

A discussão da proposição fica adiada.

Continúa em 2ª discussão, com o parecer da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 108 de 1892, autorisando o governo a conceder á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil privilegio para construcção, uso e goso de um ramal da Estiva á cidade do Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

O Sr. Quintino Bocayuva *(pela ordem)* pede a retirada do requerimento que apresentou na sessão do dia 29 do mez passado, relativo á proposição em discussão.

Consultado, o Senado consente na retirada.

Ninguem pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Votam-se, e são successivamente approvados, os arts. 1º e 2º da proposição, que é adoptada para passar a 3ª discussão.

O Sr. Laper *(pela ordem)* requer dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Consultado, o Senado concede a dispensa pedida.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 101 de 1892, autorisando o governo a contractar com F. Duncker a concessão de uma linha ferrea que vá entroncar-se em Entre-Rios com a Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ora o Sr. C. Ottoni, ficando a discussão adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

Na sessão do dia 5, depois da leitura do expediente, o Sr. Elyseu Martins envia á Mesa um projecto.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em discussão unica, e é sem debate approvada, a redacção da resolução do Congresso Nacional, regulando a navegação de cabotagem.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 113 de 1892, orçando a receita geral da Republica para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Amaro Cavalcanti, Manoel Victorino, Generoso Marques e Theodoreto Souto, encerrando-se a discussão.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 101 de 1892, autorisando o governo a contractar com F. Duncker a concessão de uma linha ferrea que vá entroncar-se em Entre-Rios com a Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ora o Sr. Q. Bocayuva, ficando a discussão adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

No dia 7, depois da leitura do expediente, o Sr. Firmino da Silveira occupa a hora do expediente.

Passa-se á ordem do dia.

Procede-se á votação, em 2ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados, n. 113 de 1892, que orça a receita geral da Republica para 1893.

Annuncia-se a votação do additivo do Sr. Amaro Cavalcanti, relativo á isenção de direitos a diversos objectos vindos da Europa para a igreja matriz de S. João Baptista da Lagôa desta Capital.

Pela ordem, o Sr. U. do Amaral faz algumas observações que são respondidas pelo Sr. Presidente.

E' rejeitado o additivo.

E' approvada a proposição, que passa á 3ª discussão, a requerimento do Sr. Antonio Baena.

Segue-se, em 2ª discussão, com o parecer da commissão de finanças, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 120 de 1892, autorisando o governo a abrir o credito necessario para conservação dos lazaretos existentes, creação e installação de novos lazaretos maritimos nos Estados de Matto Grosso, Bahia, Pernambuco e Pará.

Oram os Srs. Theodoreto Souto, Aristides Lobo e Manoel Victorino, ficando a discussão encerrada.

E' approvada a proposição.

Segue-se em 2ª discussão, com o parecer da commissão de obras publicas e emprezas privilegiadas, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 101 de 1892, autorisando o governo a contractar com F. Duncker a construcção de uma linha ferrea que vá entroncar-se em Entre-Rios com a Estrada de Ferro Central do Brazil.

Depois de orar o Sr. Q. Bocayuva, a discussão fica adiada pela hora.

Levanta-se a sessão.

No dia 8, depois da leitura dos pareceres, o Sr. Theodoreto Souto envia á Mesa um requerimento.

Sobre elle toma a palavra o Sr. Aristides Lobo, ficando a discussão adiada pela hora.

Passa-se á ordem do dia.

Entra em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 113 de 1892, orçando a receita geral da Republica para o exercicio de 1893.

Oram os Srs. Elyseu Martins e Theodoreto Souto.

O Sr. Cunha Junior requer e o Senado approva a prorogação da sessão, até que seja votado o orçamento.

Oram os Srs. Manoel Victorino, Ramiro Barcellos e Q. Bocayuva, ficando encerrada a discussão.

E' approvada a proposição.

Levanta-se a sessão.

No dia 9, depois da leitura do parecer n. 304 de 1892 (vide pag. 275), o Sr. Antonio Baena requer e o Senado approva a urgencia para a discussão immediata da redacção.

E' approvada a redacção.

Continúa a discussão, adiada na sessão anterior, do requerimento do Sr. Theodoreto Souto para que se represente ao Poder Executivo sobre a conveniencia de uma convocação extraordinaria do Congresso.

O Sr. Theodoreto Souto retira o seu requerimento.

Passa-se á ordem do dia.

Entram successivamente em 2ª discussão e são, sem debate, approvados, os arts. 1º e 2º do projecto do Senado, n. 51, de 1892, autorisando o governo a abrir um credito até á quantia de 200:000$, com os serviços federaes de saude publica, que foram excluidos da administração municipal.

E' o projecto adoptado para passar á 3ª discussão.

O Sr. Gil Goulart *(pela ordem)* requer, e o Senado concede, dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Continúa em 2ª discussão, com as emendas offerecidas, o art. 1º da proposição da Camara dos Deputados, n. 98, de 1892, que reorganiza os serviços dos Correios da Republica.

Oram os Srs. U. do Amaral, João Neiva, Antonio Baena e Aristides Lobo, ficando a discussão encerrada.

A requerimento do Sr. C. Ottoni a votação fica adiada.

Continúa em 2ª discussão, com as emendas offerecidas, o art. 1º da proposição da mesma Camara, n. 101, de 1892, autorisando o governo a contractar com F. Duncker a construcção de uma linha ferrea que vá entroncar-se em Entre-Rios com a Estrada de Ferro Central do Brazil.

Ora o Sr. C. Ottoni, que manda á Mesa um requerimento. (Vide pag. 286.)

O Sr. Americo Lobo vem á tribuna, ficando em seguida encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Seguem-se, em discussão unica, a qual encerra-se sem debate, adiando-se a votação por falta de numero legal, os seguintes pareceres:

Da commissão de finanças, sobre a petição dos officiaes e amanuenses do Archivo Publico, para que seus vencimentos sejam equiparados aos da Bibliotheca Nacional;

Da mesma commissão, sobre o requerimento dos empregados do Supremo Tribunal Federal, pedindo que seus vencimentos sejam equiparados aos de categoria identica de outras repartições;

Da mesma commissão, sobre a petição dos empregados da Casa de Correcção desta capital, solicitando augmento de vencimentos.

Levanta-se a sessão.

No dia 10, depois da leitura dos pareceres, o Sr. Theodoreto Souto envia á Mesa um projecto. (Vide pag. 295.)

Segue-se a ordem do dia.

O Sr. Presidente annuncia a votação, em 2ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados, n. 101 de 1892, autorisando o governo a contractar com F. Duncker a construcção de uma linha ferrea que vá entroncar-se em Entre-Rios com a Estrada de Ferro Central do Brazil.

Depois de orar o Sr. C. Ottoni, encerra-se a discussão.

E' approvado o requerimento do Sr. C. Ottoni apresentado na sessão anterior, ficando adiada a discussão da proposição.

Votam-se e são successivamente approvados os seguintes pareceres:

Da commissão de finanças, sobre a petição dos officiaes e amanuenses do Archivo Publico, para que seus vencimentos sejam equiparados aos da Bibliotheca Nacional;

Da mesma commissão, sobre o requerimento dos empregados do Supremo Tribunal Federal, pedindo que os seus vencimentos sejam equiparados aos de categoria identica de outras repartições;

Da mesma commissão, sobre a petição dos empregados da Casa de Correcção desta capital, solicitando augmento de vencimentos.

Segue-se em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados n. 120 de 1892, autorisando o governo a abrir o credito necessario para conservação dos lazaretos existentes, e installação de novos lazaretos maritimos nos Estados de Matto Grosso, Bahia, Pernambuco e Pará.

Ninguem pedindo a palavra encerra-se a discussão, sendo approvada a proposição.

Segue-se em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 105 de 1892, autorisando o credito de 267:041$600, no corrente exercicio, para pagamento de despezas feitas com as occurrencias de Matto Grosso e desastre do encouraçado *Solimões*.

Ora o Sr. Theodoreto Souto, que manda á Mesa um requerimento.

Occupam a tribuna os Srs. Ramiro Barcellos, Rosa Junior e Joaquim Murtinho, ficando encerrada a discussão.

E' approvada a proposição.

Entra em 3ª discussão, e é sem debate approvado e adoptado para ser remettido á Camara dos Deputados, indo antes á commissão de redacção, o projecto do Senado, n. 51 de 1892, autorisando o governo a abrir um credito, até á quantia de 200:000$, com os serviços federaes de saude publica que foram excluidos da administração municipal.

Seguem-se, em 2ª discussão, com o parecer das commissões reunidas de instrucção publica e de finanças, e são sem debate approvados, os arts. 1º, 2º e 3º do projecto do Senado, n. 40 de 1892, creando um Externato ou Gymnasio Nacional na cidade da Campanha, em Minas Geraes.

O projecto é adoptado para passar á 3ª discussão.

O Sr. Americo Lobo *(pela ordem)* requer e o Senado concede dispensa de intersticio para a 3ª discussão do projecto.

Segue-se, em 2ª discussão, com o parecer das commissões de obras publicas e de finanças, o artigo unico da proposição da Camara dos Deputados, n. 104 de 1882, concedendo seis mezes de licença, com ordenado, a Eduardo Macedo de Azambuja, engenheiro fiscal da repartição de fiscalização das estradas de ferro da União.

Ninguem pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Vota-se por escrutinio secreto, e é approvado por 29 votos contra 6, e adoptado para passar á 3ª discussão.

O Sr. João Neiva *(pela ordem)* requer, e o Senado concede dispensa de intersticio para a 3ª discussão.

Seguem-se, em 2ª discussão, os arts. 1º, 2º e 3º da proposição da Camara dos Deputados, n. 88 de 1892, sobre a reforma, no posto de tenente do extincto corpo de policia, do capitão honorario do exercito Antonio José Alves, com o parecer das commissões de marinha e guerra e de finanças.

Oram os Srs. Luiz Delfino e Cunha Junior, ficando encerrada a discussão.

E' approvada a proposição.

O Sr. Almeida Barreto *(pela ordem)* requer, e o Senado concede dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Entram seguidamente em 2ª discussão, a qual encerra-se sem debate, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 106 de 1892, autorisando o governo a mandar pagar 30:000$, como premio ao Dr. Crockatt de Sá, pelo mappa organizado por elle ultimamente, com o parecer das commissões de instrucção publica e de finanças.

Vota-se por escrutinio secreto, é approvado por 26 votos contra 11, o art. 1º.

Vota-se e é approvado o art. 2º.

A proposição é adoptada para passar á 3ª discussão.

O Sr. Braz Carneiro *(pela ordem)* requer e o Senado concede dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Seguem-se, em 2ª discussão, com o parecer das commissões de instrucção publica e de finanças, e são sem debate approvados, os arts. 1º e 2º da proposição da Camara dos Deputados, n. 97 de 1892, autorisando o governo a comprar a Alfredo Moreira Pinto a propriedade do seu *Diccionario Geographico, Historico, Ethnographico e Administrativo.*

O Sr. Theodoreto Souto *(pela ordem)* requer e o Senado concede dispensa de intersticio para a 3ª discussão da proposição.

Segue-se em 3ª discussão a proposição da Camara dos Deputados, n. 108 de 1892, autorisando o governo a conceder á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil privilegio para construcção, uso e goso de um ramal da Estiva á cidade do Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

O Sr. C. Ottoni envia á Mesa um requerimento que é posto em discussão.

Oram os Srs. Elyseu Martins, Christiano Ottoni e Antonio Baena, que envia á Mesa um requerimento. (Vide pag. 305.)

Encerra-se a discussão do requerimento, sendo approvado o do Sr. Christiano Ottoni.

E' rejeitado o requerimento do Sr. Antonio Baena.

Continúa a discussão da proposição.

Ora o Sr. Christiano Ottoni, ficando a discussão adiada pela hora.

E' lido o parecer n. 311 de 1892. (Vide pag. 307.)

Levanta-se a sessão.

No dia 11, depois da leitura do expediente, o Sr. Esteves Junior envia á Mesa um requerimento que é approvado.

Na hora do expediente occupa a tribuna o Sr. Ramiro Barcellos.

Passa-se á ordem do dia.

Entram em discussão, e são sem debate rejeitadas por dous terços de votos presentes, todas as emendas do Senado á proposição da Camara dos Deputados, fixando a despeza do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para o exercicio de 1893, e ás quaes aquella Camara não póde dar o seu assentimento. A proposição é remettida á commissão de redacção para, incorporada ás relativas á despeza dos demais Ministerios da Republica, ser redigido, de accordo com o vencido, o respectivo projecto de orçamento da despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1893.

Entra em discussão unica e é sem debate approvada a redacção do projecto do Senado, n. 51 de 1892, autorisando o governo a despender, no exercicio de 1893, até á quantia de 200:000$, com os serviços federaes de saude publica.

Entra em discussão unica o projecto do Senado, n. 52 de 1892, prorogando a presente sessão legislativa até ao dia 30 do corrente mez.

Oram os Srs. Q. Bocayuva e Ruy Barbosa.

Interrompe-se a discussão para se ler um officio da Camara dos Deputados. (Vide pag. 312.)

Continúa a discussão.

Oram os Srs. Amaro Cavalcanti, Ramiro Barcellos, Ruy Barbosa, Ramiro Barcellos, Pinheiro Guedes, Gil Goulart e Rangel Pestana, ficando a discussão encerrada.

A votação fica adiada por falta de numero legal.

Levanta-se a sessão.

No mesmo dia 11 o Senado reuniu-se em sessão extraordinaria nocturna, conforme determina o art. 13 n. 11 do regimento.

O Sr. 2º secretario declara que se acha sobre a mesa, afim de ser discutido na proxima sessão, depois de impresso no *Diario do Congresso*, o parecer n. 312 de 1892. (Redacção do projecto que fixa a despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para o exercicio de 1893.) (Vide pag. 320.)

O Sr. Ramiro Barcellos *(pela ordem)* — Sr. presidente, de accordo com as praxes seguidas no Senado, e attendendo á disposição do art. 135 do regimento, peço a V. Ex. para pôr em discussão e em votação consecutivamente a redacção deste orçamento, sem prejudicar a materia da ordem do dia.

O Sr. Presidente — O Sr. senador Ramiro Barcellos requer urgencia para a discussão immediata da redacção da resolução do Congresso fixando a despeza geral da Republica, com fundamento na disposição do art. 135, 2ª parte, do regimento.

Vou consultar o Senado.

Consultado, o Senado approva o requerimento.

O Sr. Presidente — Está em discussão a redacção. Ella não foi lida integralmente porque sua leitura seria muito demorada; mas acha-se sobre a mesa, onde qualquer Sr. senador poderá examinal-a.

Ninguem pedindo a palavra, encerra-se a discussão.

Vota-se, e é approvada a redacção.

O Sr. Presidente — A materia dos trabalhos desta sessão é a votação do projecto para nova prorogação da actual sessão legislativa do Congresso Nacional.

O projecto primitivo, offerecido pelo Sr. Theodoreto Souto e outros Srs. senadores, contém a seguinte disposição *(lê)*:

« O Congresso Nacional resolve:

Artigo unico. A actual sessão legislativa é prorogada até ao dia 30 do mez de novembro corrente. »

No correr da discussão, os mesmos Srs. signatarios deste projecto offereceram a seguinte emenda substitutiva ao artigo unico do projecto *(lê)*:

« Proroga-se a actual sessão legislativa até ao dia 22 do corrente. »

Esta emenda está de accordo com a proposição da Camara que chegou durante a discussão, e que é concebida nos seguintes termos *(lê)*:

« O Congresso Nacional resolve:

Artigo unico. A actual sessão legislativa é novamente prorogada até ao dia 22 do corrente mez.»

Si não houver impugnação...

O Sr. Theodoreto Souto — Pela ordem.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Theodoreto Souto.

O Sr. Theodoreto Souto *(pela ordem)*— Requeiro a V. Ex. que consulte o Senado si concede preferencia na votação para o projecto vindo da Camara.

O Sr. Presidente — Era exactamente o que eu ia propor: si não houvesse impugnação, poria de preferencia a votos o projecto da Camara.

Vota-se e é approvada a preferencia.

O Sr. Gil Goulart *(pela ordem)*— Sr. presidente, o art. 173 do regimento, 2ª parte, declara que o senador não poderá votar nos assumptos em que tiver interesse individual, conservando-se, entretanto, no recinto.

Acho-me nas condições deste artigo e por isto me abstenho de votar.

O Sr. Presidente — Vae-se votar a proposição da Camara: si ella for approvada, ficam prejudicados o projecto e a emenda iniciados no Senado.

Vota-se e é rejeitada a proposição da Camara dos Deputados, ficando prejudicados o projecto e a emenda do Senado.

O Sr. Presidente — Acham-se presentes 42 Srs. senadores. O Sr. Gil Goulart averbou-se de suspeito, o presidente não vota; portanto, ficam 40. Votaram contra a proposição 21 e a favor 19. Foi, portanto, rejeitada a proposição da Camara para nova prorogação da actual sessão legislativa.

Veem á Mesa duas declarações de votos assignadas pelos Srs. Virgilio Damasio, Ruy Barbosa e outros.

O Sr. Presidente diz que, tendo sido rejeitada a proposta para a prorogação da sessão, o Congresso deve encerrar amanhã os seus trabalhos; mas, como tem de haver combinação entre as Mesas das duas Camaras sobre o logar em que se deve effectuar a sessão do encerramento, suspende a sessão por 1/4 de hora, afim de se esperar a resposta da Mesa da outra Camara, que se acha reunida no respectivo edificio.

Suspende-se a sessão ás 8 horas e 10 minutos.

A's 8 e 25 minutos reabre-se a sessão.

O Sr. Presidente declara que, por accordo das Mesas das duas Camaras, a sessão do encerramento do Congresso Nacional terá logar amanhã, á 1 hora da tarde, no edificio do Senado; e que neste sentido vão-se fazer as necessarias communicações ao governo.

Convida depois os Srs. senadores a comparecer amanhã, á hora indicada, e levanta a sessão ás 8 horas e 30 minutos.